

*Parte dois*  
**A ERA DE OURO**

## GUERRA FRIA

*Embora a Rússia soviética pretenda espalhar sua influência de todas as formas possíveis, a revolução mundial não faz mais parte de seu programa, e nada há nas condições internas da União que possa encorajar um retorno a velhas tradições revolucionárias. Qualquer comparação entre a ameaça alemã antes da guerra e uma ameaça soviética hoje deve levar em conta [...] diferenças fundamentais [...] Há portanto infinitamente menos perigo de uma súbita catástrofe com os russos do que com os alemães.*

Frank Roberts, embaixada britânica, Moscou, para o Foreign Office, Londres, 1946, in Jensen (1991, p. 56)

*A economia de guerra proporciona abrigos confortáveis para dezenas de milhares de burocratas com e sem uniforme militar que vão para o escritório todo dia construir armas nucleares ou planejar uma guerra nuclear; milhões de trabalhadores cujo emprego depende do sistema de terrorismo nuclear; cientistas e engenheiros contratados para buscar aquela "inovação tecnológica" final que pode oferecer segurança total; fornecedores que não querem abrir mão de lucros fáceis; intelectuais guerreiros que vendem ameaças e bendizem guerras.*

Richard Barnet (1981, p. 97)

## I

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. Como veremos nos capítulos seguintes, dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 1970 (ver capítulos 9 e 14). Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada "Guerra Fria".

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas (“Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar”). A medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanentemente baseado na suposição de que só o medo da “destruição mútua inevitável” (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês — *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.

Na Europa, linhas de demarcação foram traçadas em 1943-5, tanto a partir de acordos em várias conferências de cúpula entre Roosevelt, Churchill e Stalin, quanto pelo fato de que só o Exército Vermelho podia derrotar a Alemanha. Havia indefinições, sobretudo acerca da Alemanha e da Áustria, as quais foram solucionadas pela divisão da Alemanha segundo as linhas das forças de ocupação orientais e ocidentais e a retirada de todos os ex-beligerantes da Áustria. Esta se tornou uma espécie de segunda Suíça — um pequeno país comprometido com a neutralidade, invejado por sua persistente prosperidade, e portanto descrito (corretamente) como “chato”. A URSS aceitou com relutân-

cia Berlim Ocidental como um enclave dentro de seu território alemão, mas não estava preparada para lutar pela questão.

A situação fora da Europa era menos definida, a não ser pelo Japão, onde os EUA desde o início estabeleceram uma ocupação completamente unilateral que excluía não só a URSS, mas qualquer outro co-beligerante. O problema é que o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada clara. Como veremos (capítulos 12 e 15), foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu. Ao contrário do que ocorrera na Europa, nem mesmo os limites da área sob futuro controle comunista podiam ser previstos, quanto mais acertados de antemão por negociações, ainda que provisórias e ambíguas. Assim, a URSS não queria muito a tomada do poder pelos comunistas na China,\* mas ela se deu assim mesmo.

Contudo, mesmo no que depois veio a ser chamado de “Terceiro Mundo”, em poucos anos as condições para a estabilidade internacional começaram a surgir, quando ficou claro que a maioria dos novos Estados pós-coloniais, por menos que gostasse dos EUA e seu campo, não era comunista; com efeito: a maioria era anticomunista em sua política interna e “não alinhada” (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais. Em suma, o “campo comunista” não deu sinais de expansão significativa entre a Revolução Chinesa e a década de 1970, quando a China estava fora dele (ver capítulo 16).

De fato, a situação mundial se tornou razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica. Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra, ou mesmo já nela. Assim, durante a Guerra da

(\*) Houve uma notável falta de referência — em qualquer contexto — à China no relatório de Zhdanov sobre a situação mundial que abriu a conferência de fundação do Departamento de Informação Comunista (Cominform) em setembro de 1947, embora a Indonésia e o Vietnã fossem classificados como “entrando no campo antiimperialista”, e a Índia, Egito e Síria como “simpatizantes” dele (Spriano, 1983, p. 286). Já em abril de 1949, quando Chang Kai-shek abandonou sua capital Nanquim, o embaixador soviético juntou-se a ele — o único do corpo diplomático — em sua retirada para Cantão. Seis meses depois, Mao proclamava a República Popular (Walker, 1993, p. 63).

Coréia de 1950-3, em que os americanos se envolveram oficialmente, mas os russos não, Washington sabia que pelo menos 150 aviões chineses eram na verdade aviões soviéticos com pilotos soviéticos (Walker, 1993, pp. 75-7). A informação foi mantida em segredo, porque se supunha, corretamente, que a última coisa que Moscou queria era guerra. Durante a crise dos mísseis cubanos de 1962, como agora sabemos (Ball, 1992; Ball, 1993), a principal preocupação dos dois lados era impedir que gestos belicosos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra.

Até a década de 1970, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria se manteve. A URSS sabia (ou melhor, percebera), já em 1953, quando não houve reação aos tanques soviéticos que restabeleceram o controle diante de uma séria revolta operária na Alemanha Oriental, que os apelos americanos para “fazer retroceder” o comunismo não passavam de histrionismo radiofônico. Daí em diante, como confirmou a revolução húngara de 1956, o Ocidente se manteria fora da região de domínio soviético. A Guerra Fria que de fato tentou corresponder à sua retórica de luta pela supremacia ou aniquilação não era aquela em que decisões fundamentais eram tomadas pelos governos, mas a nebulosa disputa entre seus vários serviços secretos reconhecido e não reconhecidos, que no Ocidente produziu esse tão característicos subproduto da tensão internacional, a ficção de espionagem e assassinato clandestino. Nesse gênero, os britânicos, com o James Bond de Ian Fleming e os heróis agridoces de John le Carré — ambos tinham trabalhado nos serviços secretos britânicos —, mantiveram uma firme superioridade, compensando assim o declínio de seu país no mundo do poder real. Contudo, a não ser em alguns dos países mais fracos do Terceiro Mundo, as operações da KGB, CIA e órgãos semelhantes eram triviais em termos de verdadeira política de poder, embora muitas vezes dramáticas.

Terá havido, nessas circunstâncias, verdadeiro perigo de guerra mundial em algum momento desse longo período de tensão — a não ser, claro, pelo tipo de acidente que inevitavelmente ameaça os que patinam muito tempo sobre gelo fino? Difícil dizer. Provavelmente o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação formal da Doutrina Truman, em março de 1947 (“Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora”), e abril de 1951, quando o mesmo presidente americano demitiu o general Douglas MacArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coréia, que levou sua ambição militar longe demais. Esse foi o período em que o medo americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia não era de todo fantástico — afinal, em 1949 os comunistas assumiram o poder na China. Por outro lado, os EUA com quem a URSS se defrontava tinham o monopólio das armas nucleares e multiplicavam declarações de anticomunismo militantes e agressivas, enquanto surgiam as primei-

ras fendas na solidez do bloco soviético com a saída da Iugoslávia de Tito (1948). Além disso, de 1949 em diante a China esteve sob um governo que não apenas mergulhou imediatamente numa grande guerra na Coréia, como — ao contrário de todos os outros governos — se dispunha de fato a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver.\* Qualquer coisa poderia acontecer.

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares — quatro anos depois de Hiroxima no caso da bomba atômica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogênio (1953) — as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros — os EUA na Coréia em 1951, e para salvar os franceses no Vietnã em 1954; a URSS contra a China em 1969 —, mas de todo modo as armas não foram usadas. Contudo, ambos usaram a ameaça nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões: os EUA para acelerar as negociações de paz na Coréia e no Vietnã (1953, 1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956. Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato *querer* apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro tampouco queria a guerra. Essa confiança revelou-se justificada, mas ao custo de abalar os nervos de várias gerações. A crise dos mísseis cubanos de 1962, um exercício de força desse tipo inteiramente supérfluo, por alguns dias deixou o mundo à beira de uma guerra desnecessária, e na verdade o susto trouxe à razão por algum tempo até mesmo os mais altos formuladores de decisões.\*\*

## II

Como então vamos explicar os quarenta anos de confronto armado e mobilizado, baseado na sempre implausível suposição — neste caso claramente

(\*) Informa-se que Mao declarou ao líder italiano Palmiro Togliatti: “Quem lhe disse que a Itália deve sobreviver? Restarão 3 milhões de chineses, e isso será bastante para a raça humana continuar”. “A jovial disposição de Mao de aceitar a inevitabilidade de uma guerra nuclear e sua possível utilidade como um meio de provocar a derrota final do capitalismo deixou tontos seus camaradas de outros países” em 1957 (Walker, 1993, p. 126).

(\*\*) O líder soviético Nikita S. Krushev decidiu colocar mísseis soviéticos em Cuba, para contrabalançar os mísseis americanos já instalados do outro lado da fronteira soviética com a Turquia (Burlatsky, 1992). Os EUA o obrigaram a retirá-los com a ameaça de guerra, mas também retiraram os mísseis da Turquia. Os mísseis soviéticos, como o presidente Kennedy foi informado na época, não faziam diferença para o equilíbrio estratégico, embora fizessem considerável diferença nas relações públicas presidenciais (Ball, 1992, p. 18; Walker, 1988). Os mísseis americanos retirados foram descritos como “obsoletos”.



infundada — de que a instabilidade do planeta era de tal ordem que uma guerra mundial podia explodir a qualquer momento, possibilidade essa afastada apenas pela incessante dissuasão mútua. Em primeiro lugar, a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado. A maioria dos observadores esperava uma séria crise econômica pós-guerra, mesmo nos EUA, por analogia com o que ocorrera após a Primeira Guerra Mundial. Um futuro prêmio Nobel de economia em 1943 falou da possibilidade, nos EUA, do “maior período de desemprego e deslocamento industrial que qualquer economia já enfrentou” (Samuelson, 1943, p. 51). Na verdade, os planos do governo americano para o pós-guerra se preocupavam muito mais em impedir uma nova Grande Depressão do que em evitar outra guerra, uma questão a que Washington dava apenas uma atenção esparsa e provisória antes da vitória (Kolko, 1969, pp. 244-6).

Se Washington previa “os grandes problemas do pós-guerra” que minavam “a estabilidade — social e econômica — no mundo” (Dean Acheson, citado in Kolko, 1969, p. 485), era porque no fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tornado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo iriam ser salvos. Além disso, o sistema internacional pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político parecia bastante incerto — a não ser pelo fato de que qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passara a existir pela e para a revolução.)

A situação do imediato pós-guerra em muitos países liberados e ocupados parecia solapar a posição dos políticos moderados, com pouco apoio além do de aliados ocidentais, e assediados dentro e fora de seus governos pelos comunistas, que emergiam da guerra em toda parte mais fortes que em qualquer época no passado, e às vezes como os maiores partidos e forças eleitorais de seus países. O primeiro-ministro (socialista) da França foi a Washington advertir que, sem apoio econômico, era provável que se inclinasse para os comunistas. A péssima safra de 1946, seguida pelo inverno terrível de 1946, deixou ainda mais nervosos os políticos europeus e os assessores presidenciais americanos.

Nessas circunstâncias, não surpreende que a aliança da época da guerra entre os grandes países capitalistas e o poder socialista agora à frente de sua

própria zona de influência se tenha rompido, como muitas vezes acontece, no fim das guerras, até mesmo com coalizões menos heterogêneas. Contudo, isso com certeza não basta para explicar por que a política americana — os aliados e clientes de Washington, com a possível exceção da Grã-Bretanha, estavam consideravelmente menos superaquecidos — deveria basear-se, pelo menos em suas declarações públicas, num cenário de pesadelo da superpotência soviética pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma “conspiração comunista mundial” atéia sempre disposta a derrubar os reinos de liberdade. É ainda mais inadequada para explicar a retórica de campanha de John F. Kennedy em 1960, numa época em que era inconcebível dizer que aquilo que o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan chamava “nossa moderna sociedade livre — a nova forma de capitalismo” (Horne, 1980, vol. II, p. 283) passasse por qualquer dificuldade imediata.\*

Por que a perspectiva dos “profissionais do Departamento de Estado” no pós-guerra podia ser descrita como “apocalíptica” (Hughes, 1969, p. 28)? Por que até mesmo o calmo diplomata britânico que rejeitava qualquer comparação da URSS com a Alemanha nazista iria dizer então, em Moscou, que o mundo se achava “diante do perigo de um equivalente moderno das guerras religiosas do século XVI, em que o comunismo soviético lutará com a democracia social ocidental e a versão americana do capitalismo pelo domínio do mundo” (Jensen, 1991, pp. 41, 53-4; Roberts, 1991)? Pois hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1945-7, que a URSS não era expansionista — e menos ainda agressiva — nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-5. Na verdade, nas áreas em que Moscou controlava seus regimes clientes e movimentos comunistas, estes se achavam especificamente comprometidos a não erguer Estados segundo o modelo da URSS, mas economias mistas sob democracias parlamentares multipartidárias, distintas da “ditadura do proletariado” e, “mais ainda”, de partido único. Estes eram descritos em documentos partidários internos como “nem úteis nem necessários” (Spriano, 1983, p. 265). (Os únicos regimes comunistas que se recusaram a seguir essa linha foram aqueles cujas revoluções, ativamente desencorajadas por Stalin, escaparam ao controle de Moscou — por exemplo, a Iugoslávia.) Além do mais, embora isso não fosse muito notado, a União Soviética desmobilizou suas tropas — sua maior vantagem militar — quase tão rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945, para 3 milhões em fins de 1948 (*New York Times*, 24/10/1946; 24/10/1948).

(\*) “O inimigo é o próprio sistema comunista — implacável, insaciável, incessante em sua corrida para a dominação mundial [...] Não é uma luta por supremacia de armas apenas. É também uma luta pela supremacia entre duas ideologias conflitantes: a liberdade sob Deus *versus* a tirania brutal e atéia” (Walker, 1993, p. 132).

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. Em sua própria periferia ocidental, continuou tendo problemas, durante anos, com as guerrilhas na Ucrânia e em outras regiões. Era governada por um ditador que demonstrara ser tão avesso a riscos fora do território que controlava diretamente quanto implacável dentro dele: Y. V. Stalin (ver capítulo 13). Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA. Sem dúvida Stalin, como comunista, acreditava que o capitalismo seria inevitavelmente substituído pelo comunismo, e nessa medida qualquer coexistência dos dois sistemas não seria permanente. Contudo, os planejadores soviéticos não viam o capitalismo em crise no fim da Segunda Guerra Mundial. Não tinham dúvida de que ele continuaria por um longo tempo sob a hegemonia dos EUA, cuja riqueza e poder, enormemente aumentados, eram simplesmente óbvios demais (Loth, 1988, pp. 36-7). Isso, na verdade, era o que a URSS suspeitava e receava.\* Sua postura básica após a guerra não era agressiva, mas defensiva.

Contudo, dessa situação surgiu uma política de confronto dos dois lados. A URSS, consciente da precariedade e insegurança de sua posição, via-se diante do poder mundial dos EUA, conscientes da precariedade e insegurança da Europa Central e Ocidental e do futuro incerto de grande parte da Ásia. O confronto provavelmente teria surgido mesmo sem ideologia. George Kennan, o diplomata americano que no início de 1946 formulou a política de “contenção” que Washington adotou com entusiasmo, não acreditava que a Rússia estivesse em cruzada pelo comunismo, e — como provou em sua carreira posterior — estava longe de ser um cruzado ideológico (a não ser, possivelmente, contra a política democrata, sobre a qual tinha pífia opinião). Era apenas um especialista em Rússia da velha escola de política de potência — havia muitos desses nos ministérios das Relações Exteriores europeus — que via a Rússia, czarista ou bolchevique, como uma sociedade atrasada e bárbara, governada por homens movidos por um “tradicional e instintivo senso de insegurança russo”, sempre se isolando do mundo externo, sempre dirigida por autocratas, sempre buscando “segurança” apenas na luta paciente e mortal para a destruição total de uma potência rival, jamais em acordos ou compromissos com ela; sempre, em consequência, respondendo apenas à “lógica da força”, jamais à

(\*) Eles teriam ficado ainda mais desconfiados se soubessem que os chefes do Estado-Maior conjunto elaboraram um plano para lançar bombas atômicas sobre as vinte principais cidades soviéticas dez semanas depois do fim da guerra (Walker, 1993, pp. 26-7).

razão. O comunismo, claro, em sua opinião tornava a Rússia ainda mais perigosa, reforçando a mais brutal das grandes potências com a mais implacável das ideologias utópicas, ou seja, de conquista do mundo. Mas a implicação da tese era que a única “potência rival” da Rússia, ou seja, os EUA, teria de “conter” a pressão desta por uma resistência inflexível, mesmo que ela não fosse comunista.

Por outro lado, do ponto de vista de Moscou, a única estratégia racional para defender e explorar a vasta, mas frágil, nova posição de potência internacional era exatamente a mesma: nenhum acordo. Ninguém sabia melhor que Stalin como era fraca a sua mão de jogo. Não poderia haver negociações sobre as posições oferecidas por Roosevelt e Churchill na época em que o esforço soviético era essencial para vencer Hitler, e ainda considerado fundamental para derrotar o Japão. A URSS poderia estar disposta a recuar de qualquer posição exposta além da posição fortificada que ela considerava ter sido combinada nas conferências de cúpula de 1943-5, sobretudo em Yalta — por exemplo, nas fronteiras de Irã e Turquia em 1945-6 —, mas qualquer tentativa de reabrir Yalta só podia ser respondida com uma recusa direta. Na verdade, tornou-se notório o “Não” do ministro das Relações Exteriores de Stalin, Molotov, em todas as reuniões internacionais depois de Yalta. Os americanos tinham o poder; embora só até certo ponto. Até dezembro de 1947 não havia aviões para transportar as doze bombas atômicas existentes, nem militares capazes de montá-las (Moisi, 1981, pp. 78-9). A URSS não o tinha. Washington só abriria mão de alguma coisa em troca de concessões, mas estas eram precisamente o que Moscou não podia se dar o luxo de bancar, mesmo em troca de ajuda econômica, extremamente necessária, a qual, de qualquer modo, os americanos não queriam dar-lhe, alegando ter “perdido” o pedido soviético de um empréstimo no pós-guerra, feito antes de Yalta.

Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. Não seria preciso muito para transformar a exausta e empobrecida URSS numa região cliente da economia americana, mais forte na época que todo o resto do mundo junto. A intransigência era a tática lógica. Que pagassem para ver o blefe de Moscou.

Contudo, a política de intransigência mútua, e mesmo de permanente rivalidade de poder, não implicava perigo diário de guerra. As secretarias das Relações Exteriores do século XIX, que tinham como certo que os impulsos expansionistas da Rússia czarista deviam ser “contidos” continuamente, sabiam muito bem que os momentos de confronto aberto eram raros, e as crises de guerra mais ainda. Menos ainda intransigência mútua implica uma política de luta de vida ou morte, ou guerra religiosa. Contudo, dois elementos na situação ajudavam a fazer o confronto passar do reino da razão para o da emo-

ção. Como a URSS, os EUA eram uma potência representando uma ideologia, que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo. Ao contrário da URSS, os EUA eram uma democracia. É triste, mas deve-se dizer que estes eram provavelmente mais perigosos.)

Pois o governo soviético, embora também demonizasse o antagonista global, não precisava preocupar-se com ganhar votos no Congresso, ou com eleições presidenciais e parlamentares. O governo americano precisava. Para os dois propósitos, um anticomunismo apocalíptico era útil, e portanto tentador, mesmo para políticos não de todo convencidos de sua própria retórica ou do tipo do secretário de Estado da marinha do presidente Truman, James Forrestal (1882-1949), clinicamente louco o bastante para suicidar-se porque via a chegada dos russos de sua janela no hospital. Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial — na verdade, de longe a maior — e que ainda viam o “isolacionismo” ou protecionismo defensivo como seu grande obstáculo interno. Se a própria América não estava segura, não havia como recusar as responsabilidades — e recompensas — da liderança mundial, como após a Primeira Guerra Mundial. Mais concretamente, a histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos (“americanismo”) que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo. (Tampouco devemos esquecer o voto dos imigrantes da Europa Oriental sovietaizada.) Não foi o governo americano que iniciou o sinistro e irracional frenesi da caça às bruxas anticomunista, mas demagogos exceto isso insignificantes — alguns deles, como o notório senador Joseph McCarthy, nem mesmo particularmente anticomunistas — que descobriram o potencial político da denúncia em massa do inimigo interno.\* O potencial burocrático já fora há muito descoberto por J. F. Edgar Hoover (1895-1972), o praticamente irremovível chefe do Departamento Federal de Investigações (FBI). O que um dos principais arquitetos da Guerra Fria chamou de “ataque dos primitivos” (Acheson, 1970, p. 462) facilitava e ao mesmo tempo limitava a política de Washington levando-a a extremos, sobretudo nos anos após a vitória dos comunistas na China, pela qual Moscou foi naturalmente responsabilizada.

Ao mesmo tempo, a exigência esquizóide, feita por políticos sensíveis ao voto, de uma política que ao mesmo tempo fizesse retroceder a maré de “agressão comunista”, poupasse dinheiro e interferisse o mínimo possível no

conforto dos americanos, comprometeu Washington e, com ela, o resto da aliança, não apenas com uma estratégia voltada mais para as bombas nucleares que para os homens, como também com a sinistra estratégia de “retaliação em massa” anunciada em 1954. O agressor potencial era ameaçado com armas nucleares mesmo no caso de um ataque limitado convencional. Em suma, os EUA viram-se comprometidos com uma posição agressiva, de mínima flexibilidade tática.

Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade. Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de “complexo industrial-militar”, ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. Mais do que nunca, esse era um interesse estabelecido em tempos de paz estável entre as potências. Como era de se esperar, os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares. Pois na prática as superpotências mantiveram seu monopólio nuclear. Os britânicos conseguiram bombas próprias em 1952, por ironia com o objetivo de afrouxar sua dependência dos EUA; os franceses (cujo arsenal nuclear era na verdade independente dos EUA) e os chineses na década de 1960. Enquanto durou a Guerra Fria, nada disso contou. Nas décadas de 1970 e 1980, outros países conseguiram a capacidade de fazer armas nucleares, notadamente Israel, África do Sul e provavelmente a Índia, mas essa proliferação nuclear só se tornou um problema internacional sério após o fim da ordem bipolar de superpotências em 1989.

Assim, quem foi responsável pela Guerra Fria? Como o debate sobre esta questão foi durante longo tempo uma partida de tênis entre os que punham a culpa apenas na URSS e os dissidentes (sobretudo, deve-se dizer, americanos) que culpavam basicamente os EUA, é tentador juntarmos-nos aos mediadores históricos que a atribuem ao medo mútuo do confronto que aumentou até os dois “campos armados começarem a mobilizar-se sob suas bandeiras opostas” (Walker, 1993, p. 55). Claro que isso é verdade, mas não toda a verdade. Explica o que foi chamado de “congelamento” dos *fronts* em 1947-9; a paulatina divisão da Alemanha, de 1947 até a construção do Muro de Berlim em 1961; o fato de os anticomunistas do lado ocidental não conseguirem evitar o completo envolvimento na aliança militar dominada pelos EUA (com exceção da França do general De Gaulle); e o fato de o lado oriental não conseguir escapar à completa subordinação a Moscou (com exceção do marechal Tito,

(\*) O único político de verdadeira solidez a surgir do submundo dos caçadores de bruxas foi Richard Nixon, o mais antipático dos presidentes americanos do pós-guerra (1968-74).

na Iugoslávia). Mas não explica o *tom* apocalíptico da Guerra Fria. Ela se originou na América. Todos os governos europeus ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram empenhadamente anticomunistas, e decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético. Nenhum deles teria hesitado, caso solicitados a escolher entre os EUA e a URSS, mesmo aqueles que, por história, política ou negociação, estavam comprometidos com a neutralidade. Contudo, a “conspiração comunista mundial” não era um elemento sério das políticas internas de nenhum dos governos com algum direito a chamar-se democracias políticas, pelo menos após os anos do imediato pós-guerra. Entre as nações democráticas, só nos EUA os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo, que, em termos de política interna, era tão insignificante naquele país quanto o budismo na Irlanda. Se alguém introduziu o caráter de cruzada na *Realpolitik* de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington. Na verdade, como demonstra a retórica de campanha de John F. Kennedy com a clareza da boa oratória, a questão não era a acadêmica ameaça de dominação mundial comunista, mas a manutenção de uma supremacia americana concreta.\* Deve-se acrescentar, no entanto, que os governos membros da OTAN, embora longe de satisfeitos com a política dos EUA, estavam dispostos a aceitar a supremacia americana como o preço da proteção contra o poderio militar de um sistema político antipático, enquanto este continuasse existindo. Tinham tão pouca disposição a confiar na URSS quanto Washington. Em suma, “contenção” era a política de todos; destruição do comunismo, não.

### III

Embora o aspecto mais óbvio da Guerra Fria fosse o confronto militar e a cada vez mais frenética corrida armamentista no Ocidente, não foi esse o seu grande impacto. As armas nucleares não foram usadas. As potências nucleares se envolveram em três grandes guerras (mas não umas contra as outras). Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. O resultado foi um empate. Fizeram o mesmo, com o mesmo objetivo, no Vietnã, e perderam. A URSS retirou-se do Afeganistão em 1988, após oito anos nos quais forneceu ajuda militar ao governo para combater guerrilhas apoiadas pelos americanos

(\*) “Vamos moldar nossa força e nos tornar os primeiros de novo. Não os primeiros se. Não os primeiros mas. Mas primeiros e ponto. Quero que o mundo se pergunte não o que o sr. Krushev está fazendo. Quero que eles se perguntem o que os Estados Unidos estão fazendo” (Beschloss, 1991, p. 28).

e abastecidas pelo Paquistão. Em suma, o material caro e de alta tecnologia da competição das superpotências revelou-se pouco decisivo. A ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas. Os movimentos pelo desarmamento nuclear tampouco foram decisivos, embora um movimento contra a guerra específico, o dos jovens americanos contra o seu recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965-75), se mostrasse mais eficaz. No fim da Guerra Fria, esses movimentos deixaram recordações de boas causas e algumas curiosas relíquias periféricas, como a adoção do logotipo antinuclear pelas contraculturas pós-1968 e um entranhado preconceito entre os ambientalistas contra qualquer tipo de energia nuclear.

Muito mais óbvias foram as consequências políticas da Guerra Fria. Quase de imediato, ela polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois “campos” marcadamente divididos. Os governos de unidade antifascista que tinham acabado com a guerra na Europa (exceto, significativamente, os três principais Estados beligerantes, URSS, EUA e Grã-Bretanha) dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos em 1947-8. No Ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. Os EUA planejaram intervir militarmente se os comunistas vencessem as eleições de 1948 na Itália. A URSS fez o mesmo eliminando os não-comunistas de suas “democracias populares” multipartidárias, daí em diante reclassificadas como “ditaduras do proletariado”, isto é, dos “partidos comunistas”. Para enfrentar os EUA criou-se uma Internacional Comunista curiosamente restrita e eurocêntrica (o Cominform, ou Departamento de Informação Comunista), que foi discretamente dissolvida em 1956, quando as temperaturas internacionais baixaram. O controle direto soviético estendeu-se a toda a Europa Oriental, exceto, muito curiosamente, a Finlândia, que estava à mercê dos soviéticos e excluiu de seu governo o forte Partido Comunista, em 1948. Permanece obscuro o motivo pelo qual Stalin se absteve de lá instalar um governo satélite. Talvez a elevada probabilidade de os finlandeses voltarem a pegar em armas (como fizeram em 1939-40 e 1941-4) o tenha dissuadido, pois ele com certeza não queria correr o risco de entrar numa guerra que podia fugir ao seu controle. Ele tentou, sem êxito, impor o controle soviético à Iugoslávia de Tito, que em resposta rompeu com Moscou em 1948, sem se juntar ao outro lado.

As políticas do bloco comunista foram daí em diante previsivelmente monolíticas, embora a fragilidade do monolito se tornasse cada vez mais óbvia depois de 1956 (ver capítulo 16). A política dos Estados europeus alinhados com os EUA era menos monocromática, uma vez que praticamente todos os partidos locais, com exceção dos comunistas, se uniam em sua antipatia aos

soviéticos. Em termos de política externa, não importava quem estava no poder. Contudo, os EUA simplificaram as coisas em dois países ex-inimigos seus, Japão e Itália, criando o que equivalia a um sistema unipartidário permanente. Em Tóquio, encorajou a fundação do Partido Liberal-Democrata (1955), e na Itália, insistiu na total exclusão do partido de oposição natural ao poder, porque acontecia ser comunista e entregou o país aos democrata-cristãos, apoiados quando a ocasião o exigia por uma série de partidos nanicos — liberais, republicanos etc. A partir do início da década de 1960, os socialistas, que formavam o único partido de oposição substancial, entraram na coalizão de governo, após desembaraçar-se de uma longa aliança com os comunistas depois de 1956. A consequência nesses dois países foi a de estabilizar os comunistas (no Japão, os socialistas) como o maior partido de oposição e instalar um regime de governo de corrupção institucional em escala tão sensacional que, quando finalmente revelada em 1992-3, chocou até mesmo os italianos e japoneses. Governo e oposição, assim congelados até a imobilidade, desabaram com o equilíbrio das superpotências que tinham mantido a existência deles.

Embora os EUA logo revertessem as políticas reformadoras antimonopolistas que seus assessores rooseveltianos haviam de início imposto na Alemanha e Japão ocupados, felizmente para a paz de espírito dos aliados dos americanos a guerra eliminara do panorama público aceitável o nacional-socialismo, o fascismo, o declarado nacionalismo japonês e grande parte do setor direitista e nacionalista que compunha o espectro político. Portanto, ainda era impossível mobilizar esses elementos anticomunistas, inquestionavelmente eficazes para a luta do “mundo livre” contra o “totalitarismo”, como podiam ser as restantes grandes corporações alemãs e o *zaibatsu* japonês.\* A base política dos governos ocidentais da Guerra Fria ia da esquerda social-democrata de antes da guerra à direita não nacionalista moderada também anterior à guerra. Aí os partidos ligados à Igreja Católica se mostraram úteis, pois as credenciais anticomunistas e conservadoras da Igreja não ficavam atrás das de ninguém, mas seus partidos “democrata-cristãos” (ver capítulo 4) tinham tanto uma sólida folha de serviços antifascistas quanto um programa social (não socialista). Esses partidos desempenharam, assim, um papel central na política ocidental após 1945, temporariamente na França, mais permanentemente na Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria (ver também pp. 277-8).

Contudo, o efeito da Guerra Fria foi mais impressionante na política internacional do continente europeu que em sua política interna. Provocou a criação da “Comunidade Européia”, com todos os seus problemas; uma forma de organização sem precedentes, ou seja, um arranjo permanente (ou pelo menos duradouro) para integrar as economias, e em certa medida os sistemas

(\*) Contudo, ex-fascistas foram sistematicamente usados desde o começo pelos serviços de espionagem e em outras funções longe das vistas do público.

legais, de vários *Estados-nação* independentes. Inicialmente (1957) formada por seis Estados (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo), ao final do Breve Século XX, quando o sistema começou a balançar, como todos os outros produtos da Guerra Fria, nela já haviam entrado outros seis (Grã-Bretanha, Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca, Grécia), e em teoria ela se comprometia com uma integração política ainda mais estreita, além da econômica. Isso devia levar a uma união federada ou confederada permanente da “Europa”.

A “Comunidade”, como tantas outras coisas na Europa pós-1945, era ao mesmo tempo a favor e contra os EUA. Ilustra tanto o poder e a ambigüidade daquele país quanto os seus limites; mas também mostra a força dos temores que manteve unida a aliança anti-soviética. Não eram apenas temores em relação à URSS. Para a França, a Alemanha continuava sendo o perigo principal, e o temor de uma potência gigantesca revivida na Europa Central era compartilhado, em menor medida, pelos outros Estados europeus que haviam participado da guerra ou sido ocupados, todos eles agora trancados dentro da aliança da OTAN tanto com os EUA quanto com uma Alemanha economicamente revigorada e rearmada, embora felizmente dividida. Havia também, claro, temores em relação aos EUA, um aliado indispensável contra a URSS, mas um aliado suspeito, porque não confiável, sem mencionar que, previsivelmente, podia pôr os interesses da supremacia americana no mundo acima de tudo mais — incluindo os interesses dos seus aliados. Não se deve esquecer que em todos os cálculos sobre o mundo do pós-guerra, e em todas as decisões do pós-guerra, “a premissa de todos os formuladores de políticas era a preeminência econômica americana” (Maier, 1987, p. 125).

Felizmente para os aliados dos EUA, a situação da Europa Ocidental em 1946-7 parecia tão tensa que Washington sentiu que o fortalecimento da economia européia e, um pouco depois, também da japonesa, era a prioridade mais urgente, e o Plano Marshall, um projeto maciço para a recuperação européia, foi lançado, em junho de 1947. Ao contrário da ajuda anterior, que fazia claramente parte de uma agressiva diplomacia econômica, essa assumiu mais a forma de verbas que de empréstimos. Mais uma vez, e felizmente para aqueles, o plano americano original para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominada pelos EUA, mostrou-se inteiramente irrealista, quanto mais que os desesperadores problemas de pagamento da Europa e do Japão, sedentos de cada dólar cada vez mais escasso, significavam que não haveria perspectiva imediata para liberalizar o comércio e os pagamentos. Tampouco estavam os EUA em posição de impor aos Estados europeus seu ideal de um plano europeu único, de preferência conduzindo a uma única Europa modelada com base nos EUA, tanto em sua estrutura política quanto em sua florescente economia de livre empresa. Nem os britânicos, que ainda se viam como uma potência mundial, nem os franceses, que sonha-

vam com uma França forte e uma Alemanha fraca e dividida, gostavam disso. Contudo, para os americanos uma Europa efetivamente restaurada, parte da aliança militar anti-soviética que era o complemento lógico do Plano Marshall — a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de 1949 — tinha de basear-se realisticamente na força econômica alemã, reforçada pelo rearmamento do país. O melhor que os franceses podiam fazer era entrelaçar os negócios alemães ocidentais e franceses de tal modo que o conflito entre os dois velhos adversários fosse impossível. Os franceses, portanto, propuseram sua própria versão de união européia, a “Comunidade Européia do Carvão e do Aço” (1950), que se transformou numa “Comunidade Econômica Européia, ou Mercado Comum” (1957), depois simplesmente “Comunidade Européia”, e, a partir de 1993, “União Européia”. O quartel-general era em Bruxelas, mas o núcleo era a unidade franco-germânica. A Comunidade Européia foi estabelecida como uma alternativa ao plano americano de integração européia. Mais uma vez, o fim da Guerra Fria iria solapar a fundação sobre a qual se haviam erguido a Comunidade Européia e a parceria franco-alemã; não menos pelo desequilíbrio causado pela reunificação alemã de 1990 e os imprevistos problemas econômicos que isso trouxe.

Contudo, embora os EUA fossem incapazes de impor em detalhes seus planos político-econômicos aos europeus, eram suficientemente fortes para dominar seu comportamento internacional. A política da aliança contra a URSS era dos EUA, e também seus planos militares. A Alemanha foi rearmada, os anseios de neutralismo europeu foram firmemente eliminados, e a única tentativa de potências européias de se empenhar numa política mundial independente dos EUA, ou seja, a guerra anglo-francesa de Suez contra o Egito em 1956, foi abortada por pressão americana. O máximo que um Estado aliado ou cliente podia permitir-se fazer era recusar a completa integração na aliança militar, sem na verdade deixá-la (como o general De Gaulle).

E, no entanto, à medida que a era da Guerra Fria se estendia, abria-se um crescente fosso entre a dominação esmagadoramente militar, e portanto política, que Washington exercia na aliança e o enfraquecimento da predominância econômica dos EUA. O peso econômico da economia mundial passava então dos EUA para as economias européia e japonesa, as quais os EUA julgavam ter salvo e reconstruído (ver capítulo 9). Os dólares, tão escassos em 1947, haviam fluído para fora dos EUA numa torrente crescente, acelerada — sobretudo na década de 1960 — pela tendência americana a financiar o déficit gerado pelos enormes custos de suas atividades militares globais, notadamente a Guerra do Vietnã (depois de 1965), e pelo mais ambicioso programa de bem-estar social da história americana. O dólar, moeda-chave da economia mundial do pós-guerra planejada e garantida pelos EUA, enfraqueceu. Em teoria apoiado pelos lingotes de Fort Knox, que abrigava quase três quartos das reservas de ouro do mundo, na prática consistia sobretudo em dilúvios de papel ou moeda

contábil — mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligação com determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçados pelos ultracautelosos franceses de olho no metal, preferiram trocar papel potencialmente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou do Fort Knox, o preço aumentando com o crescimento da demanda. Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela a do sistema de pagamento internacional, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus — sob pressão americana — de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num “Pool do Ouro” para estabilizar o preço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968 o “Pool do Ouro”, esgotado, dissolveu-se. *De facto*, acabou a conversibilidade do dólar. Foi formalmente abandonada em agosto de 1971, e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional, e chegou ao fim o seu controle pelos EUA ou por qualquer outra economia nacional.

Quando a Guerra Fria terminou, restava tão pouco da hegemonia econômica americana que mesmo a hegemonia militar não mais podia ser financiada com os recursos do próprio país. A Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque, uma operação essencialmente americana, foi paga, com boa ou má vontade, pelos outros países que apoiaram Washington. Foi uma das raras guerras com as quais uma grande potência na verdade teve lucro. Felizmente para todos envolvidos, com exceção dos infelizes habitantes do Iraque, acabou em poucos dias.

#### IV

Em determinado momento do início da década de 1960, a Guerra Fria pareceu dar alguns passos hesitantes em direção à sanidade. Os anos perigosos de 1947 até os dramáticos fatos da Guerra da Coreia (1950-3) haviam passado sem uma explosão mundial. O mesmo acontecera com os abalos sísmicos que sacudiram o bloco soviético após a morte de Stalin (1953), sobretudo em meados da década de 1950. Assim, longe de ter de lutar contra a crise social, os países da Europa Ocidental começaram a observar que estavam na verdade vivendo uma era de inesperada e disseminada prosperidade, que será discutida com mais amplitude no próximo capítulo. No jargão tradicional dos diplomatas da velha guarda, o afrouxamento da tensão era a *détente*. A palavra tornou-se então familiar.

Ela aparecera primeiro nos últimos anos da década de 1950, quando N. S. Krushev estabeleceu sua supremacia na URSS após alarmes e excursões pós-Stalin (1958-64). Esse admirável diamante bruto, um crente na reforma e na coexistência pacífica, que aliás esvaziou os campos de concentração de Stalin, dominou o cenário internacional por poucos anos seguintes. Foi talvez o único

camponês a governar um grande Estado. Contudo, a *détente* primeiro teve de sobreviver ao que pareceu um período extraordinariamente tenso de confrontos entre o gosto de Krushev pelo blefe e os gestos políticos de John F. Kennedy (1960-3), o mais superestimado presidente americano do século. As duas superpotências foram assim levadas a duas operações de alto risco num momento em que — é difícil lembrar — o Ocidente capitalista sentia estar perdendo terreno para as economias comunistas, que haviam crescido mais rapidamente na década de 1950. Não acabavam elas de demonstrar uma (breve) superioridade tecnológica em relação aos EUA com o sensacional triunfo dos satélites e cosmonautas soviéticos? Além disso, não tinha o comunismo — para surpresa de todos — acabado de triunfar em Cuba, um país a apenas algumas dezenas de milhas da Flórida (ver capítulo 15)?

Por outro lado, a URSS se preocupava não só com a retórica ambígua, porém muitas vezes apenas belicosa demais, de Washington, mas com o rompimento fundamental da China, que agora acusava Moscou de amolecer diante do capitalismo, forçando assim o pacífico Krushev a uma posição pública mais inflexível em relação ao Ocidente. Ao mesmo tempo, a súbita aceleração da descolonização e de revolução no Terceiro Mundo (ver capítulos 7, 12 e 15) parecia favorecer os soviéticos. Os EUA, nervosos mas confiantes, enfrentavam assim uma URSS confiante mas nervosa por Berlim, pelo Congo, por Cuba.

Na verdade, o resultado líquido dessa fase de ameaças e provocações mútuas foi um sistema internacional relativamente estabilizado, e um acordo tácito das duas superpotências para não assustar uma à outra e ao mundo, simbolizado pela instalação da “linha quente” telefônica que então (1963) passou a ligar a Casa Branca com o Kremlin. O Muro de Berlim (1961) fechou a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa. Os EUA aceitaram uma Cuba comunista em sua soleira. As pequenas chamas da guerra de libertação e de guerrilha acendidas pela Revolução Cubana na América Latina, e pela onda de descolonização na África, não se transformaram em incêndios na floresta, mas pareceram extinguir-se (ver capítulo 15). Kennedy foi assassinado em 1963; Krushev foi mandado para casa em 1964 pelo *establishment* soviético, que preferia uma visão menos impetuosa da política. Os anos 60 e 70 na verdade testemunharam algumas medidas significativas para controlar e limitar as armas nucleares: tratados de proibição de testes, tentativas de deter a proliferação nuclear (aceitas pelos que já tinham armas nucleares ou jamais esperaram tê-las, mas não pelos que estavam construindo seus próprios arsenais nucleares, como a China, a França e Israel), um Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) entre os EUA e a URSS, e mesmo alguns acordos sobre os Mísseis Antibalísticos (ABMs) de cada lado. Mais objetivamente, o comércio entre os EUA e a URSS, politicamente estrangulado de ambos os lados por tanto tempo, começou a florescer à medida que os anos 60 desembocavam nos 70. As perspectivas pareciam boas.

Não eram. Em meados da década de 1970, o mundo entrou no que se chamou de Segunda Guerra Fria (ver capítulo 15). Coincidiu com uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início da década de 1980 (capítulo 14). Contudo, de início a mudança no clima econômico não foi muito notada pelos participantes do jogo das superpotências, a não ser por um súbito salto nos preços da energia provocado pelo bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, um dos vários acontecimentos que pareceram sugerir um enfraquecimento no domínio internacional dos EUA. As duas superpotências estavam razoavelmente satisfeitas com a solidez de suas economias. Os EUA foram visivelmente menos afetados pela nova crise econômica que a Europa; a URSS — os deuses tornam primeiro complacentes aqueles a quem desejam destruir — achava que tudo ia a seu favor. Leonid Brejnev, sucessor de Krushev, que presidiu os vinte anos que os reformadores soviéticos chamariam de “era da estagnação”, parecia ter algum motivo de otimismo, no mínimo porque a crise do petróleo de 1973 acabara de quadruplicar o valor de mercado das gigantescas novas jazidas de petróleo e gás natural que haviam sido descobertas na URSS desde meados da década de 1960.

Contudo, economia à parte, dois acontecimentos inter-relacionados pareciam então alterar o equilíbrio das duas superpotências. O primeiro era a presumida derrota e desestabilização nos EUA, quando esse país se lançou numa nova grande guerra. A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto às suas forças. Por que os EUA foram se envolver numa guerra condenada, contra a qual seus aliados, os neutros e até a URSS os tinham avisado,\* é quase impossível compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranóia dentro da qual os principais atores da Guerra Fria Tateavam o caminho.

E, se o Vietnã não bastasse para demonstrar o isolamento dos EUA, a guerra do Yom Kipur de 1973 entre Israel — que os americanos permitiram tornar-se seu mais estreito aliado no Oriente Médio — e as forças de Egito e Síria, abastecidas pelos soviéticos, mostrou isso de forma mais evidente. Pois quando Israel, duramente pressionado, com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única

(\*) “Se vocês querem, vão em frente e combatam nas selvas do Vietnã. Os franceses lutaram lá durante sete anos e mesmo assim tiveram de acabar saindo. Talvez os americanos possam agüentar mais um pouco, mas vão acabar tendo de sair também.” — Krushev a Dean Rusk em 1961 (Beschloss, 1991, p. 649).



exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim. (Os suprimentos chegaram a Israel via Açores.) Os EUA acreditavam — não se sabe exatamente por quê — que seus interesses vitais estavam em causa. Na verdade, o secretário de Estado americano, Henry Kissinger (cujo presidente, Richard Nixon, se achava empenhado inutilmente em defender-se de seu *impeachment*), decretou o primeiro alerta nuclear desde a crise dos mísseis cubanos, uma ação típica, em sua brutal insinceridade, desse hábil e cínico operador. Isso não abalou os aliados dos EUA, muito mais preocupados com o fornecimento de petróleo do Oriente Médio do que em apoiar uma manobra local americana que Washington dizia, sem convencer, ser essencial para a luta global contra o comunismo. Pois, através da OPEP, os Estados árabes do Oriente Médio tinham feito o possível para impedir o apoio a Israel, cortando fornecimentos de petróleo e ameaçando com embargos. Ao fazer isso, descobriram sua capacidade de multiplicar o preço do petróleo no mundo. E os ministérios das Relações Exteriores do mundo todo não podiam deixar de observar que os *todo-poderosos* EUA não faziam nem podiam fazer nada imediatamente a respeito.

O Vietnã e o Oriente Médio enfraqueceram os EUA, embora isso não alterasse o equilíbrio global das superpotências, ou a natureza do confronto nos vários teatros regionais da Guerra Fria. Contudo, entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo (ver capítulo 15). Esta, a terceira rodada dessas revoltas no Breve Século xx, na verdade parecia que podia mudar o equilíbrio das superpotências desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo das Américas eram atraídos para o lado soviético e — mais concretamente — forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu núcleo interior. Foi a coincidência dessa terceira onda de revolução mundial com o fracasso público e a derrota americanos que produziu a Segunda Guerra Fria. Mas foi também a coincidência desses dois fatos com o otimismo e auto-satisfação da URSS de Brejnev na década de 1970 que a tornou certa. (Essa fase de conflito se deu por uma combinação entre guerras locais no Terceiro Mundo, travadas indiretamente pelos EUA, que agora evitavam o erro de empenhar suas próprias forças cometido no Vietnã, e uma extraordinária aceleração da corrida armamentista nuclear; as primeiras menos evidentemente irracionais que a última.)

Como a situação na Europa estava nitidamente estabilizada — nem mesmo a revolução portuguesa de 1974 e o fim do regime de Franco na Espanha a mudaram — e as linhas tinham sido tão nitidamente traçadas, na verdade as duas superpotências haviam transferido sua competição para o Terceiro Mundo. A *détente* na Europa dera aos EUA de Nixon (1968-74) e Kissinger a oportunidade de faturar dois grandes sucessos: a expulsão dos soviéticos do Egito e, muito mais significativo, o recrutamento informal da China para a

aliança anti-soviética. A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os EUA se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa. À medida que o esboroante império africano de Portugal (Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde) passava para o domínio comunista e a revolução que derrubou o imperador da Etiópia se voltava para o Leste; à medida que a velozmente desenvolvida marinha soviética passava a contar com grandes novas bases nos dois lados do oceano Índico; à medida que o xá do Irã caía, um clima beirando a histeria foi tomando conta do público americano e do debate privado. De que outro modo (a não ser, em parte, por uma ignorância assombrosa da topografia asiática) vamos explicar a visão americana, apresentada a sério na época, de que a entrada de tropas soviéticas no Afeganistão assinalava o primeiro passo de um avanço soviético que logo chegaria ao oceano Índico e ao golfo Pérsico? (Ver pp. 463-4)

A injustificada auto-satisfação dos soviéticos estimulou esse clima sombrio. Muito antes de os propagandistas americanos explicarem, *post facto*, que os EUA haviam decidido *ganhar* a Guerra Fria levando seu antagonista à bancarrota, o regime de Brejnev começara a conduzir a si próprio à falência, mergulhando num programa de armamentos que elevou os gastos com defesa numa taxa anual de 4% a 5% (em termos reais) durante vinte anos após 1964. A corrida fora sem sentido, embora desse à URSS a satisfação de poder afirmar que chegara à paridade com os EUA em lançadores de mísseis em 1971 e a 25% de superioridade em 1976 (continuava muito abaixo em número de ogivas). Mesmo o pequeno arsenal nuclear soviético detivera os EUA durante a crise de Cuba, e os dois lados há muito teriam podido reduzir um ao outro a múltiplas camadas de entulho. O sistemático esforço da URSS para obter uma marinha com presença mundial nos oceanos — ou melhor, sob eles, já que sua força principal estava nos submarinos — não era muito mais sensato em termos estratégicos, mas pelo menos era compreensível como um gesto político de uma superpotência global, que reivindicava o direito à exibição global da sua bandeira. (Contudo, o próprio fato de a URSS não mais aceitar seu confinamento regional pareceu aos adeptos da Guerra Fria americanos uma prova clara de que a supremacia ocidental poderia acabar, se não fosse reafirmada por uma demonstração de força.) A crescente confiança que levou Moscou a abandonar a cautela pós-Kruschev nas questões internacionais confirmava essas opiniões.

A histeria em Washington não se baseava, claro, num raciocínio realista. Em termos reais, o poder americano, ao contrário de seu prestígio, continuava decisivamente maior que o soviético. Quanto às economias e tecnologias dos

(\*) A sugestão de que os sandinistas nicaraguenses representavam perigo militar a uma distância de alguns dias de caminhão da fronteira texana era outro, e característico, exemplo de geopolítica de atlas escolar.



dois campos, a superioridade ocidental (e japonesa) superava qualquer cálculo. Os soviéticos, rudes e inflexíveis, podiam com esforços titânicos ter construído a melhor economia da década de 1980 em qualquer parte do mundo (para citar Jowitt, 1991, p. 78), mas de que adiantava à URSS o fato de que em meados da década de 1980 ela produzia 80% mais aço, duas vezes mais ferro-gusa e cinco vezes mais tratores que os EUA, quando não se adaptara a uma economia que dependia de silício e *software* (ver capítulo 16)? Não havia absolutamente indício algum, nem probabilidade, de que a URSS quisesse uma guerra (a não ser, talvez, contra a China), quanto mais que estivesse planejando um ataque militar ao Ocidente. Os febris roteiros de ataque nuclear que vinham da publicidade governamental e dos mobilizados adeptos da Guerra Fria ocidentais, no início da década de 1980, eram gerados por eles mesmos. Na verdade tiveram o efeito de convencer os soviéticos de que um ataque nuclear preempitivo do Ocidente à URSS era possível, ou mesmo — como em momentos de 1983 — iminente (Walker, 1993, capítulo 11), e de provocar o maior movimento de massa pela paz antinuclear na Europa de toda a Guerra Fria, a campanha contra a instalação de mísseis de novo alcance naquele continente.

Os historiadores do século XXI, longe das lembranças vivas das décadas de 1970 e 1980, vão ficar intrigados com a aparente insanidade dessa explosão de febre militar, a retórica apocalíptica e o muitas vezes bizarro comportamento internacional de governos americanos, sobretudo nos primeiros anos do presidente Reagan (1980-8). Terão de avaliar a profundidade dos traumas subjetivos da derrota, impotência e ignomínia pública que laceraram o *establishment* político americano na década de 1970, e que se tornaram ainda mais dolorosos devido à aparente desordem na Presidência americana ao longo dos anos, quando Richard Nixon (1968-74) teve de renunciar por causa de um escândalo sórdido, seguindo-se dois sucessores insignificantes. Culminaram no humilhante episódio dos diplomatas americanos mantidos como reféns no Irã revolucionário, na revolução comunista em dois pequenos Estados centro-americanos e numa segunda crise internacional de petróleo, quando a OPEP mais uma vez elevou seu preço a um máximo histórico.

A política de Ronald Reagan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada (1983), o maciço ataque aéreo e naval à Líbia (1986), e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá (1989). Reagan, talvez por ser apenas um ator mediano de Hollywood, entendia o estado de espírito de seu povo e a profundidade das feridas causadas à sua auto-estima. No fim, o trauma só foi curado pelo colapso final, imprevisto e inesperado, do grande antagonista, que deixou os EUA sozinhos como potência global. Mesmo então, podemos detectar na Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque, uma compen-

sação tardia pelos pavorosos momentos de 1973 e 1979 quando a maior potência da Terra não pôde achar resposta para um consórcio de fracos Estados do Terceiro Mundo que ameaçava estrangular seus abastecimentos de petróleo.

A cruzada contra o “Império do Mal” a que — pelo menos em público — o governo do presidente Reagan dedicou suas energias destinava-se assim a agir mais como uma terapia para os EUA do que como uma tentativa prática de reestabelecer o equilíbrio de poder mundial. Isso, na verdade, fora feito discretamente em fins da década de 1970, quando a OTAN — sob um governo democrata nos EUA e governos social-democratas e trabalhistas na Alemanha e Grã-Bretanha — havia começado seu próprio rearmamento, e os novos Estados esquerdistas na África tinham sido contidos desde o início por movimentos ou Estados apoiados pelos americanos, com bastante sucesso no Sul e Centro da África, onde os EUA podiam agir em conjunto com o pavoroso regime de *apartheid* da República da África do Sul, e menos no Chifre da África. (Nas duas áreas, os russos tiveram a inestimável assistência de forças expedicionárias de Cuba, atestando o compromisso de Fidel Castro com a revolução no Terceiro Mundo, além de sua aliança com a URSS.) A contribuição reaganista para a Guerra Fria foi de um tipo diferente.

Não foi tanto prática quanto ideológica — parte da reação do Ocidente aos problemas da era de dificuldades e incertezas em que o mundo parecera entrar após o fim da Era de Ouro (ver capítulo 14). Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo (“a estrada para a servidão”, como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a “palavra iniciada com L”, usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo.

Como a URSS ia desmoronar pouco antes do fim da era Reagan, os propagandistas americanos naturalmente afirmariam que fora derrubada por uma militante campanha americana para quebrá-la e destruí-la. Os EUA tinham travado e ganho a Guerra Fria e destruído completamente o inimigo. Não precisamos levar a sério essa versão anos 80 das Cruzadas. Não há sinal de que o governo americano esperasse ou previsse o colapso iminente da URSS, ou esti-

vesse de alguma forma preparado para ele quando veio. Embora sem dúvida esperasse pôr a economia soviética sob pressão, fora informado (erroneamente) por sua própria espionagem de que ela estava em boa forma e capaz de sustentar a corrida armamentista com os EUA. Em princípios da década de 1980, a URSS ainda era vista (também erroneamente) como empenhada numa confiante ofensiva global. Na verdade, o próprio presidente Reagan, qualquer que fosse a retórica posta à sua frente pelos seus redatores de discursos, e o que quer que passasse por sua mente nem sempre lúcida, acreditava na coexistência de EUA e URSS, mas uma coexistência que não se baseasse num antipático equilíbrio de terror nuclear. Ele sonhava era com um mundo inteiramente sem armas nucleares. E o mesmo pensava o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Sergueievich Gorbachev, como ficou claro em sua estranha e excitada conferência de cúpula que realizaram na escuridão subártica da outonal Islândia, em 1986.

*aba* Guerra Fria acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear. Provavelmente era mais fácil para um líder soviético que para um americano tomar essa iniciativa, porque, ao contrário de Washington, Moscou jamais encarara a Guerra Fria como uma cruzada, talvez porque não precisasse levar em conta uma excitada opinião pública. Por outro lado, exatamente por isso, seria mais difícil para um líder soviético convencer o Ocidente de que falava sério. Desse modo, o mundo tem uma dívida enorme com Mikhail Gorbachev, que não apenas tomou essa iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava a verdade. Contudo, não vamos subestimar a contribuição do presidente Reagan, cujo idealismo simplista rompeu o extraordinariamente denso anteparo de ideólogos, fanáticos, desesperados e guerreiros profissionais em torno dele para deixar-se convencer. Para fins práticos, a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987).

*aba* O fim da Guerra Fria implicou o fim do sistema soviético? Os dois fenômenos são historicamente separáveis, embora obviamente ligados. O socialismo do tipo soviético se pretendia uma alternativa global para o sistema mundial capitalista. Como o capitalismo não desmoronou, nem pareceu que ia desmoronar — embora nos perguntemos o que teria acontecido se todos os devedores socialistas e do Terceiro Mundo se houvessem unido em 1981 para deixar de pagar simultaneamente seus empréstimos ao Ocidente —, as perspectivas do socialismo como alternativa global dependiam de sua capacidade de competir com a economia mundial capitalista, reformada após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, e transformada pela revolução “pós-industrial” nas comunicações e tecnologia de informação na década de 1970. Ficou claro, depois de 1960, que o socialismo estava ficando para trás em ritmo acelerado. Não era mais competitivo. Na medida em que essa competi-

ção assumia a forma de um confronto entre duas superpotências políticas, militares e econômicas, a inferioridade tornou-se ruinosa.

As duas superpotências estenderam e distorceram demais suas economias com uma corrida armamentista maciça e muito dispendiosa, mas o sistema capitalista mundial podia absorver os 3 trilhões de dólares de dívida — essencialmente para gastos militares — a que chegaram, na década de 1980, os EUA, até então o maior Estado credor do mundo. Não havia ninguém, interna ou externamente, para absorver a tensão equivalente dos gastos soviéticos, que, de qualquer modo, representavam uma proporção muito maior da produção soviética — talvez um quarto — que os 7% do titânico PIB americano destinados às despesas de guerra em meados da década de 1980. Os EUA, graças a uma combinação de sorte histórica e política, tinham visto seus dependentes transformarem-se em economias tão florescentes que superavam a sua própria. No fim da década de 1970, a Comunidade Européia e o Japão juntos eram 60% maiores que a economia americana. Por outro lado, os aliados e dependentes dos soviéticos jamais andaram sobre os próprios pés. Continuaram sendo um drenho constante e enorme de dezenas de milhões de dólares anuais sobre a URSS. Geográfica e demograficamente, os países atrasados, cujas mobilizações revolucionárias, esperava Moscou, iriam um dia superar o predomínio global do capitalismo, representavam 80% do mundo. Em termos econômicos, eram periferia. Quanto à tecnologia, como a superioridade ocidental crescia quase exponencialmente, não havia disputa. Em suma, a Guerra Fria, desde o começo, foi uma guerra de desiguais.

Mas não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. Na medida em que a retórica da Guerra Fria via capitalismo e socialismo, o “mundo livre” e o “totalitarismo”, como dois lados de um abismo intransponível, e rejeitava qualquer tentativa de estabelecer uma ponte,\* podia-se até dizer que, à parte a possibilidade de suicídio mútuo da guerra nuclear, ela assegurava a sobrevivência do adversário mais fraco. Pois, entrincheirada por trás de cortinas de ferro, mesmo a ineficiente e frouxa economia de comando por planejamento centralizado era viável — talvez cedendo aos poucos, mas de nenhum modo passível de desabar de uma hora para outra.\*\* Foi a interação da economia do tipo soviético com a economia mundial capitalista, a partir da década de 1960, que tornou o socialismo vulnerá-

(\*) Cf. o uso americano do termo “finlandização” como um insulto.

(\*\*) Para tomar o caso extremo, a pequena república montanhesa comunista da Albânia era pobre e atrasada, mas viável durante os vinte ou trinta anos em que praticamente se isolou do mundo. Só quando os muros que a separavam da economia mundial foram derrubados ela desmoronou num monte de entulho econômico.

vel. Quando os líderes socialistas na década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis etc.), em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema econômico, cavaram suas próprias covas (ver capítulo 16). O paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a *détente*.

Contudo, em certo sentido, os radicais da Guerra Fria de Washington não estavam inteiramente errados. A verdadeira Guerra Fria, como podemos ver com facilidade em retrospecto, acabou na conferência de cúpula de Washington em 1987, mas não pôde ser *universalmente* reconhecida como encerrada até a URSS deixar visivelmente de ser uma superpotência, ou na verdade qualquer tipo de potência. Quarenta anos de medo e suspeita, de semear e colher obstáculos industrial-militares, não podiam ser tão facilmente revertidos. As engrenagens dos serviços da máquina de guerra continuaram rodando dos dois lados. Serviços secretos profissionalmente paranóicos continuaram suspeitando que cada medida do outro lado fosse um astuto truque para desarmar a vigilância do inimigo e derrotá-lo com mais facilidade. Foi o colapso do império soviético em 1989, a desintegração e dissolução da própria URSS em 1989-91 que tornaram impossível fingir, quanto mais acreditar, que nada tinha mudado.)

## V

Mas o que mudara exatamente? A Guerra Fria transformara o panorama internacional em três aspectos. Primeiro, eliminara inteiramente, ou empanara, todas as rivalidades e conflitos que moldavam a política mundial antes da Segunda Guerra Mundial, com exceção de um. Alguns deixaram de existir porque os impérios da era imperial desapareceram, e com eles as rivalidades das potências coloniais pelo domínio de territórios dependentes. Outros acabaram porque todas as “grandes potências” (com exceção de duas) haviam sido relegadas à segunda ou terceira divisão da política internacional, e suas relações umas com as outras não eram mais autônomas ou, na verdade, tinham interesse apenas local. A França e a Alemanha (Occidental) enterraram o velho machado depois de 1947 não porque um conflito franco-alemão se houvesse tornado impensável — os governos franceses pensavam nisso o tempo todo — mas porque sua filiação comum no campo americano e a hegemonia de Washington sobre a Europa não deixariam a Alemanha escapar do controle. Mesmo assim, é espantoso ver como as grandes preocupações típicas de Estados depois de grandes guerras sumiram de vista: ou seja, a preocupação dos vencedores com os planos de recuperação dos perdedores, e os planos dos perdedores para reverter sua derrota. Poucos no Ocidente se preocuparam seriamente com o sensacional retorno a *status* de grande potência da Ale-

manha e Japão, armados, embora não com artefatos nucleares, uma vez que os dois eram, na verdade, membros subordinados da aliança americana. Mesmo a URSS e seus aliados, embora denunciassem o perigo alemão, do qual tinham amarga experiência, o faziam mais por propaganda do que por medo de fato. O que Moscou temia não eram as Forças Armadas alemãs, mas os mísseis da OTAN em solo alemão. Mas após a Guerra Fria outros conflitos de poder poderiam surgir.

Segundo, a Guerra Fria congelara a situação internacional, e ao fazer isso estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório. A Alemanha era o exemplo mais óbvio. Durante 46 anos permaneceu dividida — *de facto*, se não, por longos períodos, *de jure* — em três setores: a Occidental, que se tornou a República Federal em 1949; a do meio, que se tornou a República Democrática Alemã em 1954; e a Oriental, além da linha do Oder-Neisse, que expulsou a maioria de seus alemães e se tornou parte da Polônia e da URSS. O fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS reuniram os dois setores ocidentais e deixaram as partes da Prússia oriental anexadas à URSS soltas e isoladas, separadas do resto da Rússia pelo agora independente Estado da Lituânia. Isso deixou os poloneses com promessas alemãs de aceitar as fronteiras de 1945, o que não os tranquilizou. Estabilização não significava paz. Exceto na Europa, a Guerra Fria não foi uma era em que se esqueceu a luta. Dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra aberta — isto é, nuclear — entre as superpotências. As reivindicações do Iraque contra o Kuwait — o pequeno protetorado britânico rico em petróleo, no topo do golfo Pérsico, independente desde 1961 — eram antigas e constantemente reafirmadas. Só levaram à guerra quando o golfo Pérsico deixou de ser um quase automático ponto explosivo de confronto das superpotências. Antes de 1989, é certo que a URSS, principal fornecedora de armas ao Iraque, teria desencorajado vigorosamente qualquer aventureirismo de Bagdá naquela área.

O desenvolvimento das políticas internas de Estados, claro, não se congelou da mesma forma — a não ser onde tais mudanças modificavam, ou davam a impressão de modificar, a aliança de um Estado com sua superpotência dominante. Os EUA não estavam mais inclinados a tolerar comunistas ou filocomunistas no poder na Itália, Chile ou Guatemala do que a URSS disposta a abdicar de seu direito de enviar tropas para Estados irmãos com governos dissidentes, como a Hungria e a Tchecoslováquia. É verdade que a URSS tolerava muito menos variedade em seus regimes amigos e satélites, mas por outro lado sua capacidade de afirmar-se dentro deles era muito menor. Mesmo antes de 1970, perdera completamente qualquer controle que porventura tivesse sobre Iugoslávia, Albânia e China; tivera de tolerar comportamentos bastante individualistas dos líderes de Cuba e da Romênia; e, quanto aos países do

Terceiro Mundo a que fornecia armas, e que partilhavam sua hostilidade ao imperialismo americano, comunidade de interesses à parte, ela não tinha verdadeiro domínio sobre eles. Dificilmente algum deles tolerava sequer a existência legal de partidos comunistas. Apesar disso, a combinação de poder, influência política, suborno e a lógica da bipolaridade e antiimperialismo manteve as divisões do mundo mais ou menos estáveis. Com exceção da China, nenhum Estado importante de fato mudou de lado, a não ser por uma revolução autóctone, que as superpotências não podiam provocar nem impedir, como os EUA descobriram na década de 1970. Mesmo os aliados dos EUA que viam suas próprias políticas cada vez mais limitadas pela aliança, como os governos alemães após 1969 na questão da *Ostpolitik*, não saíram de um alinhamento cada vez mais problemático. Entidades políticas politicamente impotentes, instáveis e indefensáveis, incapazes de sobreviver numa verdadeira selva internacional — a região entre o mar Vermelho e o golfo Pérsico estava cheia delas —, de algum modo continuaram existindo. A sombra do cogumelo de nuvens garantia a sobrevivência não de democracias liberais na Europa Ocidental, mas de regimes como os da Arábia Saudita e do Kuwait. A Guerra Fria foi a melhor época para ser um míni-Estado — assim como, depois dela, a diferença entre problemas resolvidos e problemas arquivados tornou-se óbvia demais.

Terceiro, a Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença. Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vistas a uma guerra que podia estourar a qualquer momento; quarenta anos de competição das superpotências para fazer amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo, para não falar de quarenta anos de constante guerra de “baixa intensidade”, com ocasionais irrupções de grande conflito. Economias largamente militarizadas, e de qualquer modo com enormes e influentes complexos industrial-militares, tinham interesse econômico em vender seus produtos no exterior, no mínimo para reconfortar seus governos com provas de que não estavam engolindo os astronômicos e economicamente improdutivos orçamentos militares que os mantinham em funcionamento. A moda global sem precedentes de governos militares (ver capítulo 12) proporcionou um mercado agradável, alimentado não só por generosidade das superpotências, mas — depois da revolução nos preços do petróleo — pelas rendas locais multiplicadas além da imaginação de antigos sultões e xeques do Terceiro Mundo. Todo mundo exportava armas. Economias socialistas e alguns Estados capitalistas em declínio, como a Grã-Bretanha, pouco mais tinham a exportar que fosse competitivo no mercado mundial. O tráfico da morte se fazia não apenas com as grandes peças que somente governos podiam usar. Uma era de guerra de guerrilha e terrorismo também desenvolveu uma grande demanda de artefatos leves, portáteis e adequadamente destrutivos e mortais, e os submundos das cidades de fins do século XX podiam oferecer um mercado civil para tais produtos.

Nesses ambientes, a metralhadora Uzi (israelense), o fuzil Kalachnikov (russo) e o explosivo Semtex (tcheco) se tornaram nomes conhecidos.

Desta forma a Guerra Fria se perpetuou. As guerrinhas que antes punham clientes de uma superpotência contra os de outra continuaram depois que o conflito cessou, em base local, resistindo aos que as haviam lançado e agora queriam encerrá-las. Os rebeldes da UNITA em Angola continuaram em campo contra o governo, embora a África do Sul e os cubanos se houvessem retirado do infeliz país, e embora os EUA e a ONU os houvessem desautorizado e reconhecido o outro lado. Eles não ficariam sem armas. A Somália, armada primeiro pelos russos, quando o imperador da Etiópia estava do lado dos EUA, depois pelos EUA, quando a Etiópia revolucionária se voltou para Moscou, entrou no mundo pós-Guerra Fria como um território devastado pela fome e em anárquica guerra de clãs, sem nada a não ser um quase ilimitado suprimento de armas, munição, minas de terra e transporte militar. Os EUA e a ONU se mobilizaram para levar alimentos e paz. Isso se mostrou mais difícil do que inundar o país de armas. No Afeganistão, os EUA distribuíram a rodo mísseis antiaéreos portáteis “Stinger”, com lançadores, a guerrilheiros tribais anticomunistas, calculando, corretamente, que eles contrabalançariam o domínio aéreo soviético. Quando os russos se retiraram, a guerra continuou como se nada houvesse mudado, a não ser que, na ausência de aviões, as tribos podiam agora explorar elas mesmas a florescente demanda de Stingers, que vendiam lucrativamente no mercado internacional de armas. Em desespero, os EUA se ofereceram para comprá-los de volta a 100 mil dólares cada, com espetacular falta de sucesso (*International Herald Tribune*, p. 24, 5/7/1993; *Repubblica*, 6/4/1994). Como exclamou o aprendiz de feitiçeiro de Goethe: “*Die ich rief die Geister, werd’ ich nun nicht los*”.

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A idéia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma “nova ordem” baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido. Todos os marcos haviam caído, todos os mapas tinham de ser alterados. Políticos e economistas acostumados a um tipo de mundo até mesmo achavam difícil ou impossível avaliar a natureza dos problemas de outro tipo. Em 1947, os EUA haviam reconhecido a necessidade de um imediato e gigantesco projeto para restaurar as economias européias ocidentais, porque o suposto perigo para elas — o comunismo e a URSS — era facilmente definido. As consequências econômicas e políticas do colapso da União Soviética e da Europa Oriental foram ainda mais dramáticas que os problemas da

Europa Ocidental, e se revelariam de muito mais longo alcance. Elas eram bastante previsíveis em fins da década de 1980, e até visíveis — mas nenhuma das ricas economias do capitalismo tratou essa crise iminente como uma emergência global a exigir ação urgente e maciça, porque suas consequências *políticas* não eram tão facilmente especificadas. Com a possível exceção da Alemanha Ocidental, reagiram preguiçosamente — e mesmo os alemães não compreenderam e subestimaram totalmente a natureza do problema, como se veria por seus apuros com a anexação da antiga República Democrática Alemã.

É provável que as consequências do fim da Guerra Fria teriam sido enormes de qualquer modo, mesmo que ele não coincidisse com uma grande crise na economia capitalista e com a crise final da União Soviética e seu sistema. Como o mundo do historiador é o que aconteceu, e não o que poderia ter acontecido se tudo fosse diferente, não precisamos levar em conta a possibilidade de outros roteiros. O fim da Guerra Fria provou ser não o fim de um conflito internacional, mas o fim de uma era: não só para o Oriente, mas para todo o mundo. Há momentos históricos que podem ser reconhecidos, mesmo entre contemporâneos, por assinalar o fim de uma era. Os anos por volta de 1990 foram uma dessas viradas seculares. Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo.

Só uma coisa parecia firme e irreversível entre essas incertezas: as mudanças fundamentais, extraordinárias, sem precedentes que a economia mundial, e conseqüentemente as sociedades humanas, tinham sofrido no período desde o início da Guerra Fria. Elas ocuparão, ou deveriam ocupar, um lugar muito maior nos livros de história do terceiro milênio que a Guerra da Coreia, as crises de Berlim e Cuba, e os mísseis Cruise. Para essas transformações é que nos voltaremos agora.

## OS ANOS DOURADOS

*Foi nos últimos quarenta anos que Modena viu de fato o grande salto à frente. O período que vai da Unificação italiana até então fora uma longa era de espera, ou de lentas e intermitentes modificações, antes que a transformação se acelerasse até a velocidade do raio. As pessoas agora podem desfrutar um padrão de vida antes restrito a uma minúscula elite.*

Giuliano Muzzioli (1993, p. 323)

*Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita a administração.*

J. K. Galbraith, *The new industrial state* (1967, p. 24)

### I

A maioria dos seres humanos atua como os historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência. Durante os anos 50, sobretudo nos países “desenvolvidos” cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o *slogan* “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande *boom*, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores — sobretudo, para início de conversa, os economistas — começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: “os trinta anos gloriosos” dos franceses (*les trente glorieuses*), a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos (Marglin & Schor, 1990). O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise.

Vários motivos explicam por que se demorou tanto a reconhecer a natureza excepcional da era. Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela não foi tão revolucionária assim. Simplesmente continuaram a expansão dos anos da guerra, que, como vimos, foram singularmente bondosos com aquele país. Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p. 30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo. Além disso, considerando o tamanho e avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países, que partiram de uma base bem menor. Entre 1950 e 1973, os EUA cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha, e, o que é mais a propósito, seu crescimento não foi maior que nos mais dinâmicos períodos anteriores de seu desenvolvimento. Em todos os demais países industriais, incluindo até a lerda Grã-Bretanha, a Era de Ouro bateu todos os recordes anteriores (Maddison, 1987, p. 650). Na verdade, para os EUA essa foi, econômica e tecnologicamente, uma época mais de relativo retardo que de avanço. A distância entre eles e outros países, medida em produtividade por homem-hora, diminuiu, e se em 1950 desfrutavam de uma riqueza nacional (PIB) per capita que era o dobro da da França e Alemanha, mais de cinco vezes a do Japão, e mais da metade maior que a da Grã-Bretanha, os outros Estados se aproximavam rapidamente, e continuaram a fazê-lo nas décadas de 1970 e 1980.

Recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro. Nos Estados não comunistas, a recuperação também significava deixar para trás o medo de revolução social e avanço comunista, herança da guerra e da Resistência. Enquanto a maioria dos países (além de Alemanha e Japão) voltava a seus níveis pré-guerra em 1950, o início da Guerra Fria e a persistência de poderosos partidos comunistas na França e Itália desencorajavam a euforia. De qualquer modo, os benefícios materiais do crescimento levaram algum tempo para se fazer sentir. Na Grã-Bretanha, só em meados da década de 1950 eles se tornaram palpáveis. Nenhum político antes disso poderia ter ganho uma eleição com o *slogan* de Harold Macmillan. Mesmo numa região tão próspera como a Emilia-Romagna, os benefícios da “*affluent society*” só se tornaram gerais na década de 1960 (Francia & Muzziolli, 1984, pp. 327-9). Além disso, a arma secreta de uma sociedade de riqueza popular, ou seja, de pleno emprego, só se tornou real na década de 1960, quando a média de desemprego na Europa Ocidental estacionou em 1,5%. Na década de 1950, a Itália ainda tinha quase 8% de desempregados. Em suma, só na década de 1960 a Europa veio a tomar sua prosperidade como coisa certa. A essa altura, na verdade, observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para a frente

e para o alto eternamente. “Não há motivo especial para duvidar de que as tendências subjacentes de crescimento no início e meados da década de 1970 continuarão em grande parte como nas de 1960”, dizia um relatório em 1972. “Não se pode prever hoje nenhuma influência especial que vá mudar drasticamente o ambiente externo das economias européias.” O clube de economias industriais capitalistas avançadas, a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), reviu para cima suas previsões de crescimento à medida que os anos 60 avançavam. No início da década de 1970, esperava-se que fossem (“a médio prazo”) superiores a 5% (Glyn, Hughes, Lipietz & Singh, 1990, p. 39). Não seriam.

Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas (*OCDE Impact*, pp. 18-9). Outra razão pela qual essa característica da era só lentamente foi reconhecida é que na década de 1950 o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos. Na verdade, de início pareceu que a parte socialista do mundo, recém-expandida, levava vantagem. A taxa de crescimento da URSS na década de 1950 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Oriental cresceram quase com a mesma rapidez — mais depressa em países até então atrasados, mais devagar nos já industrializados ou parcialmente industrializados. A Alemanha Oriental, porém, ficou para trás da Alemanha Federal não comunista. Embora o Bloco Oriental perdesse o ritmo na década de 1960, seu PIB per capita em toda a Era de Ouro continuou crescendo ligeiramente mais rápido (ou, no caso da URSS, um pouco menos) que o dos grandes países industriais capitalistas (FMI, 1990, p. 65). Mesmo assim, na década de 1960 ficou claro que o capitalismo avançava mais que o comunismo.

Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo — os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular — o número de africanos, leste-asiáticos e sul-asiáticos mais que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda (*World Resources*, 1986, p. 11). As décadas de 1970 e 1980 mais uma vez se familiarizaram com a fome endêmica, com a imagem clássica, a criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do Ocidente. Durante as décadas douradas não houve fome endêmica, a não ser como produto de guerras e loucura política, como na China (ver pp. 466-7). Na verdade, à medida que a população se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média sete anos — e até dezessete anos, se compararmos o fim da década de 1930 com o fim da década de 1960 (Morawetz, 1977, p. 48). Isso significa que a produção em massa de alimen-

tos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas quanto em toda grande área do mundo não industrial. Na década de 1950, aumentou mais de 1% ao ano per capita em toda a região do “mundo em desenvolvimento”, com exceção da América Latina, e mesmo lá houve um aumento per capita, embora mais modesto. Na década de 1960, ainda cresceu em partes do mundo não industrial, mas (mais uma vez com exceção da América Latina, agora à frente do resto) apenas ligeiramente. Apesar disso, a produção total de alimentos no mundo pobre, nas décadas de 1950 e 1960, aumentou mais rapidamente que no mundo desenvolvido.

Na década de 1970, as disparidades entre as diferentes partes do mundo pobre tornam inúteis essas cifras globais. A essa altura algumas regiões, como o Extremo Oriente e a América Latina, tinham produção superior à taxa de crescimento de suas populações, enquanto a África ficava para trás em mais de 1% ao ano. Na década de 1980, a produção de alimentos per capita do mundo pobre não cresceu de modo algum, fora do Sudeste e Leste Asiáticos (e mesmo ali alguns países produziram menos per capita que na década de 1970 — Bangladesh, Sri Lanka, Filipinas). Algumas regiões ficaram bem atrás dos níveis da década de 1970, ou até continuaram a cair, notadamente África, América Central e o Oriente Próximo asiático (Van der Wee, 1987, p. 106; FAO, 1989, anexo, tabela 2, pp. 113-5).

Enquanto isso, o problema do mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente, e na década de 1980 decidiu plantar substancialmente menos, ou então (como na Comunidade Européia) vender suas “montanhas de manteiga” e “lagos de leite” abaixo do custo, com isso solapando os produtores nos países pobres. Ficou mais barato comprar queijo holandês nas ilhas do Caribe que na Holanda. Curiosamente, o contraste entre excedentes de alimentos de um lado e gente faminta do outro, que tanto revoltara o mundo durante a Grande Depressão da década de 1930, causou menos comentário em fins do século xx. Foi um aspecto da crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 1960.

O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no “Terceiro Mundo”. No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do “socialismo realmente existente” (ver capítulo 13), países predominantemente agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados “países em recente industrialização” (NICs em inglês) ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países que dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações do resto do mundo. Com uma exceção (Nova Zelândia), todos estavam na África subsaariana e na América Latina (FAO, 1989, anexo, tabela 11, pp. 149-51).

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetacularmente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 — e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático. As indústrias de pesca mundial, enquanto isso, triplicaram suas capturas antes de voltar a cair (*World Resources*, 1986, pp. 47 e 142).

Mal se notava ainda um subproduto dessa extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade. A industrialização nos países socialistas foi por isso particularmente cega às consequências ecológicas da construção maciça de um sistema industrial algo arcaico, baseado em ferro e fumaça. Mesmo no Ocidente, o velho lema do homem de negócios do século XIX, “Onde tem lama, tem grana” (ou seja, poluição quer dizer dinheiro), ainda era convincente, sobretudo para construtores de estradas e “incorporadores” imobiliários, que descobriram os incríveis lucros a serem obtidos numa era de *boom* secular de especulação que não podia dar errado. Tudo que se precisava fazer era esperar que o valor do terreno certo subisse até a estratosfera. Um único prédio bem situado podia fazer do sujeito um multimilionário praticamente sem custo, pois ele podia tomar empréstimos sob a garantia da futura construção, e mais empréstimos ainda quando o valor desta (construída ou não, ocupada ou não) continuasse a crescer. Acabou, como sempre, havendo um *crash* — a Era de Ouro acabou, como os *booms* anteriores, num colapso de imóveis e bancos —, mas até então os centros das cidades, grandes e pequenos, foram postos abaixo e “incorporados” por todo o mundo, incidentalmente destruindo catedrais medievais em cidades como Worcester na Grã-Bretanha ou capitais coloniais espanholas como Lima, no Peru. Como as autoridades no Oriente e Ocidente também descobriram que se podia usar métodos industriais para construir rapidamente conjuntos habitacionais baratos, enchendo os arredores das cidades de prédios de apartamentos visivelmente ameaçadores, a década de 1960 provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana.

Na verdade, longe de se preocupar com o meio ambiente, parecia haver motivos de auto-satisfação, pois os resultados da poluição do século XIX davam lugar à tecnologia e consciência ecológica no século XX. A simples



proibição do uso do carvão como combustível em Londres, a partir de 1953, não aboliu, de um só golpe, o impenetrável *fog* tão conhecido dos romances de Dickens, que periodicamente cobria a cidade? Não havia mais uma vez, alguns anos depois, salmões nadando no outrora morto rio Tâmesa? Fábricas menores, mais limpas, espalhavam-se pelo campo, em vez das vastas usinas cobertas de fumaça que antes significavam “indústria”. Aeroportos substituíram as estações de estrada de ferro como a quintessência dos edifícios que representam o transporte. À medida que o campo se esvaziava, as pessoas, ou pelo menos as pessoas da classe média que se mudavam para aldeias e granjas abandonadas, podiam sentir-se mais perto que nunca da natureza.

Contudo, não há como negar que o impacto das atividades humanas sobre a natureza, sobretudo as urbanas e industriais, mas também, como se acabou compreendendo, as agrícolas, aumentou acentuadamente a partir de meados do século. Isso se deveu em grande parte ao enorme aumento no uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural etc.), cujo possível esgotamento vinha preocupando os que pensavam no futuro desde meados do século XIX. Descobriam-se novas fontes mais depressa do que se podia usá-las. O fato de o consumo total de energia ter disparado — na verdade triplicou nos EUA entre 1950 e 1973 (Rostow, 1978, p. 256; tabela III, p. 58) — está longe de surpreender. Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata, e barateando-a cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o cartel de produtores de petróleo, a OPEP, decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar (ver p. 458), os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da consequente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana. A poluição da atmosfera foi, compreensivelmente, a preocupação imediata. Contudo, as emissões de dióxido de carbono que aqueciam a atmosfera quase triplicaram entre 1950 e 1973, quer dizer, a concentração desse gás na atmosfera aumentou quase 1% ao ano (*World Resources*, 1986, tabela 11.1, p. 318; 11.4, p. 319; Smil, 1990, p. 4, fig. 2). A produção de clorofluorcarbonos, produtos químicos que afetam a camada de ozônio, subiu quase verticalmente. No fim da guerra, mal eram usados, mas em 1974 mais de 300 mil toneladas de um composto e mais de 400 mil de outro eram liberadas na atmosfera todo ano (*World Resources*, 1986, tabela 11.2, p. 319). Os países ricos do Ocidente naturalmente eram responsáveis pela parte do leão nessa poluição, embora a industrialização extraordinariamente suja da URSS produzisse quase a mesma quantidade de dióxido de carbono que os EUA; quase cinco vezes mais em 1985 que em 1950. (Per capita, claro, os EUA continuaram muito à frente.) Só os britânicos na verdade baixaram a taxa que registra quantidade emitida por habitante nesse período (Smil, 1990, tabela I, p. 14).

## II

De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes; por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista. E de certa forma era mesmo. A era do automóvel há muito chegara à América do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas, enquanto o combustível barato fazia do caminhão e do ônibus o grande meio de transporte na maior parte do globo. Se se pode medir o aumento da riqueza na sociedade ocidental pelo número de carros particulares — dos 750 mil da Itália em 1938 para os 15 milhões, no mesmo país, em 1975 (Rostow, 1978, p. 212; *UN Statistical Yearbook*, 1982, tabela 175, p. 960) —, podia-se reconhecer o desenvolvimento econômico de muitos países do Terceiro Mundo pelo aumento do número de caminhões.

Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões (*US Historical Statistics*, vol. 1, p. 403). Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais espetaculares. A Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pelos 45 milhões da Itália (Stat. Jahrbuch, 1990, p. 262). O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. Nas economias de mercado desenvolvidas havia mais de um telefone para cada dois habitantes (*US World Social Situation*, 1985, tabela 19, p. 63). Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais — a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais.

Contudo, o que mais nos impressiona nesse período é a extensão em que o surto econômico parecia movido pela revolução tecnológica. Nessa medida, multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente,



mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra. Alguns produtos revolucionários, como os materiais sintéticos conhecidos como “plásticos”, haviam sido desenvolvidos no período entreguerras, ou até começado a entrar em produção comercial, como o náilon (1935), poliestireno e politeno. Outros, como a televisão e a gravação em fita magnética, mal se achavam no estágio experimental. A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, embora um pouco mais do lado britânico (depois assumido pelos EUA) que entre os alemães com seu espírito científico: radar, motor a jato e várias idéias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra. Sem elas o transistor (inventado em 1947) e os primeiros computadores digitais civis (1946) teriam aparecido consideravelmente mais tarde. Talvez felizmente, a energia nuclear, utilizada primeiro durante a guerra para destruição, permaneceu em grande parte à margem da economia civil, a não ser (até agora) por uma contribuição marginal para a geração de energia elétrica no mundo — cerca de 5% em 1975. Se essas inovações se basearam na ciência do entreguerras ou do pós-guerra, no pioneirismo técnico ou mesmo comercial do período compreendido entre os conflitos, ou no grande avanço pós-1945 — os circuitos integrados desenvolvidos na década de 1950, os lasers na de 1960 ou os vários subprodutos dos foguetes espaciais —, isso pouco importa para nosso objetivo. Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX (ver capítulo 18).

Três coisas nesse terremoto tecnológico impressionam o observador. *Primeiro*, ele transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre, no qual o rádio podia agora, graças ao transistor e à miniaturizada bateria de longa duração, chegar às mais remotas aldeias, a “revolução verde” transformou o cultivo do arroz e do trigo, e as sandálias de plástico substituíram os pés descalços. Qualquer leitor europeu deste livro que faça um rápido inventário de seus pertences pessoais pode atestar isso. A maior parte do conteúdo da geladeira ou freezer (nenhum dos quais a maioria das casas teria tido em 1945) é novo: comida desidratada congelada, hortigranjeiros industrializados, carne recheada de enzimas e vários produtos químicos para modificar o seu gosto, ou mesmo feita por “simulação de carne de primeira sem osso” (Considine, 1982, pp. 1164 e ss.), para não falar de produtos frescos importados por avião de países muito distantes, o que teria sido impossível então.

Em comparação com 1950, o uso de materiais naturais ou tradicionais — madeira e metal tratados à maneira antiga, fibras ou estofos naturais, e mesmo a cerâmica — em nossas cozinhas, móveis e roupas pessoais baixou de ma-

neira impressionante, embora a badalação em torno de tudo que é produzido pela indústria de higiene pessoal tenha sido tanta que obscureceu (pelo exagero sistemático) o grau de novidade de sua produção muitíssimo aumentada e diversificada. Pois a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores *laptop*. A crença era que “novo” equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado.

Quanto aos produtos que visivelmente representavam novidade tecnológica, a lista é interminável, e não exige comentário: televisão; discos de vinil (os LPS surgiram em 1948), seguidos de fitas (as fitas cassete surgiram na década de 1960) e dos *compact discs*; pequenos rádios portáteis transistorizados — este autor recebeu o seu primeiro de presente de um amigo japonês em fins da década de 1950 —, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; e os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo. Um aspecto não menos significativo dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a *portabilidade*, que ampliou imensamente seu alcance e mercado potenciais. Contudo, a revolução tecnológica talvez tenha sido de igual modo simbolizada por produtos aparentemente inalterados e que desde a Segunda Guerra Mundial se transformaram de alto a baixo, como os veleiros de lazer. Seus mastros e cascos, velas e cordames, o equipamento de navegação pouco ou nada tinham em comum com os barcos do entreguerras, a não ser na forma e função.

*Segundo*, quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la. “Pesquisa e Desenvolvimento” [R & D em inglês] tornaram-se fundamentais para o crescimento econômico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das “economias de mercado desenvolvidas” sobre as demais. (Como veremos no capítulo 16, a inovação tecnológica não floresceu nas economias socialistas.) O “país desenvolvido” típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970, mas o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, o Paquistão uns sessenta, o Quênia e a Nigéria cerca de trinta (UNESCO, 1985, tabela 5.18). Além disso, o processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção. No caso extremo das indústrias de armamentos, onde, reconhecidamente, o dinheiro não era problema, mal novas máquinas entravam em uso e já eram trocadas por equipamentos ainda mais avançados (e, claro, imensamente mais caros), com considerável lucro das empresas envolvidas. Nas indústrias mais voltadas para o mercado de massa, como os produtos farmacêuticos, uma droga genuinamente nova e necessária, sobretudo quando protegida da competição por direitos de

patente, podia fazer várias fortunas, que eram justificadas por seus produtores como necessárias para mais pesquisas. Inovadores menos protegidos tinham de ganhar dinheiro o mais depressa, pois assim que outros produtos entravam no mercado o preço despencava.

*Terceiro*, as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente. Apesar disso, o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. Aí estava o seu problema central. Na Era de Ouro, isso ainda parecia irreal e distante, como a futura morte do universo por entropia, da qual os cientistas vitorianos haviam avisado a raça humana.

Pelo contrário. Todos os problemas que perseguiam o capitalismo em sua era da catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a — era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos — sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão 1,3% (Van der Wee, 1987, p. 77)? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “De pé, ó vítimas da fome!” da “Internationale” para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tornassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automati-

camente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tornava antigos luxos itens do consumo diário. E isso aumentava a cada ano. Que mais, em termos materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já desfrutados pelos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes de outras partes do mundo, reconhecidamente ainda a maioria da humanidade, que não haviam entrado no “desenvolvimento” e na “modernização”?

Que problemas restavam para ser resolvidos? Um destacado político socialista britânico, extremamente inteligente, escreveu em 1956:

Tradicionalmente, o pensamento socialista tem sido dominado pelos problemas econômicos colocados por capitalismo, pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade, e até a possibilidade do colapso de todo o sistema [...] O capitalismo foi reformado a ponto de ficar irreconhecível. Apesar de depressões menores ocasionais e crises de balanço de pagamento, é provável que se mantenham o pleno emprego e pelo menos um tolerável grau de estabilidade. Pode-se esperar que a automação solucione todos os problemas de subprodução existentes. Fazendo uma previsão, nossa atual taxa de crescimento nos dará uma produção nacional três vezes maior em cinquenta anos. (Crosland, 1957, p. 517)

### III

Como vamos explicar esse extraordinário e inteiramente inesperado triunfo de um sistema que, durante metade de uma vida, parecera à beira da ruína? O que exige explicação, claro, não é o simples fato de um extenso período de expansão econômica e bem-estar seguir-se a um período semelhante de problemas econômicos e outras perturbações. Essa sucessão de “ondas longas”, de cerca de meio século de extensão, formou o ritmo básico da história econômica do capitalismo desde fins do século XVIII. Como vimos (capítulo 2), a Era da Catástrofe chamara a atenção para esse padrão de flutuações seculares, cuja natureza permanece obscura. São conhecidas em geral pelo nome do economista russo Kondratiev. Numa perspectiva longa, a Era de Ouro foi mais uma reviravolta ascendente na curva de Kondratiev, como o grande *boom* vitoriano de 1850-73 — curiosamente, as datas quase coincidem, com o intervalo de um século — e a *belle époque* dos vitorianos tardios e eduardianos. Como outras viradas ascendentes anteriores, foi precedida e seguida por “curvas descendentes”. O que exige explicação não é isso, mas a escala e profundidade extraordinárias desse *boom* secular, que é uma espécie de contrapartida da escala e profundidade extraordinária da era anterior de crises e depressões.

Na verdade não há explicações satisfatórias para a enorme escala desse *Grande Salto Adiante* da economia mundial capitalista, e portanto para suas

consequências sociais sem precedentes. Naturalmente, outros países tinham condições de se equipararem à economia modelo de sociedade industrial de inícios do século XX, a dos EUA, um país que não fora devastado por guerra, derrota ou vitória, embora ligeiramente abalado pela Grande Depressão. Outros países tentaram sistematicamente imitar os EUA, um processo que acelerou o desenvolvimento econômico, uma vez que sempre é mais fácil adaptar-se a uma tecnologia existente do que inventar uma nova. Isso poderia vir depois, como demonstraria o exemplo japonês. Contudo, havia mais no *Grande Salto* do que apenas isso. Havia uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia.

A primeira produziu uma “economia mista”, que ao mesmo tempo tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda. As grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções (Hongkong), são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos: da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, o compromisso político de governos com o pleno emprego e — em menor medida — com redução da desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades. Quanto mais pobres as pessoas, maior a proporção da renda que têm de gastar em produtos essenciais, como comida (uma observação sensata conhecida como “Lei de Engels”). Na década de 1930, mesmo nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava à comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 13%. O resto ficava disponível para outras despesas. A Era de Ouro democratizou o mercado.

A segunda multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada. De início, isso se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas “economias de mercado desenvolvidas”, ou seja, os países do campo americano. A maior parte do mundo socialista estava dividida (ver capítulo 13), e os países em desenvolvimento mais dinâmicos no Terceiro Mundo, na década de 1950, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas. Os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental comerciavam, é claro, com o mundo de além-mar, e com grande vantagem, pois os termos de comércio os favoreciam — ou seja, podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos. Mesmo assim, o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953. Os fabricantes, que com-

punham uma fatia constante do comércio mundial desde o século XIX, de pouco menos da metade, agora disparavam para mais de 60% (W. A. Lewis, 1981). A Era de Ouro continuou ancorada nas economias dos países-núcleo do capitalismo — mesmo em termos puramente quantitativos. Em 1957, só os Sete Grandes do capitalismo (Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha Federal, Itália e Grã-Bretanha) possuíam três quartos de todos os carros de passageiros do globo, e uma proporção quase igualmente alta de seus telefones (*UN Statistical Yearbook*, 1982, pp. 955 e ss., 1018 e ss.). Apesar disso, a nova revolução industrial não estava restrita a nenhuma região.

A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais. Não é tão seguro que a revolução tecnológica explique a Era de Ouro, embora fosse expressiva. Como foi mostrado, muito da industrialização nessas décadas deveu-se à disseminação a novos países de processos baseados em velhas tecnologias: a industrialização de carvão, ferro e aço do século XIX estendeu-se aos países socialistas agrários; as indústrias americanas de petróleo e motores de combustão interna do século XX chegaram aos países europeus. O impacto da tecnologia gerada pela alta pesquisa na indústria civil provavelmente só se tornou substancial nas Décadas de Crise depois de 1973, quando se deu a grande inovação na tecnologia de informação e na engenharia genética, além de vários outros saltos no desconhecido. As principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a guerra acabou talvez tenham sido as do setor químico e farmacêutico. Seu impacto na demografia do Terceiro Mundo foi imediato (ver capítulo 12). Os efeitos culturais foram um pouco mais lentos, mas não muito, pois a revolução sexual no Ocidente, nas décadas de 1960 e 1970, se tornou possível em função dos antibióticos — desconhecidos antes da Segunda Guerra Mundial — que pareceram eliminar os grandes riscos da promiscuidade, tornando as doenças venéreas facilmente curáveis, e da pílula anticoncepcional, cuja disponibilidade se ampliou na década de 1960. (O risco, no campo sexual, ia retornar na década de 1980, com a AIDS.)

O capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente, como assinala a citação de Crosland, um sistema “reformado a ponto de ficar irreconhecível”, ou, nas palavras do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, uma “nova” versão do velho sistema. O que aconteceu foi muito mais que um retorno do sistema, após alguns evitáveis “erros” do entreguerras, para seu objetivo “normal” de “tanto manter um alto nível de emprego quanto [...] desfrutar uma taxa não desprezível de crescimento econômico” (Johnson, 1972, p. 6). Essencialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na idéia do planejamento econômico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos do livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando

as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico. Homens como o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992) jamais haviam sido pragmatistas, dispostos (embora com relutância) a ser persuadidos de que atividades econômicas que interferiam com o *laissez-faire* funcionavam; embora sem dúvida negassem, com argumentos sutis, que pudessem funcionar. Eram verdadeiros crentes da equação “Livre Mercado = Liberdade do Indivíduo”, e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, *A estrada para a servidão*, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes.

Tampouco podemos duvidar de que o capitalismo foi deliberadamente reformado, em grande parte pelos homens em posição de fazê-lo nos EUA e Grã-Bretanha, durante os últimos anos da guerra. É um engano supor que as pessoas jamais aprendem com a história. A experiência do entreguerras e, sobretudo, a Grande Depressão tinham sido tão catastróficas que ninguém podia sonhar, como muitos homens na vida pública tinham feito após a Primeira Guerra Mundial, em retornar o mais breve possível à época anterior, ao toque das sirenes de ataque aéreo. Todos os homens (as mulheres ainda eram dificilmente aceitas no primeiro escalão da vida pública) que esboçavam aquilo que, em sua opinião, devia constituir os princípios da economia mundial no pós-guerra e o futuro da ordem econômica global haviam vivido a Grande Depressão. Alguns, como J. M. Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos os que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético avançando para oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam.

Quatro coisas pareciam claras para esses formuladores de decisões. A catástrofe do entreguerras, que de modo nenhum se devia deixar retornar, se devera em grande parte ao colapso do sistema comercial e financeiro global e à conseqüente fragmentação do mundo em pretensas economias ou impérios nacionais autárquicos em potencial. O sistema global fora um dia estabilizado pela hegemonia, ou pelo menos centralidade, da economia britânica e sua moeda, a libra esterlina. No entreguerras a Grã-Bretanha e a libra não eram mais suficientemente fortes para carregar esse fardo, que agora só podia ser assumido pelos EUA e o dólar. (A conclusão, naturalmente, despertava entusiasmo mais genuíno em Washington que em outras partes.) Terceiro, a Grande

Depressão se devera ao fracasso do livre mercado irrestrito. Daí em diante o mercado teria de ser suplementado pelo esquema de planejamento público e administração econômica, ou trabalhar dentro dele. Finalmente, por motivos sociais e políticos, não se devia permitir um retorno do desemprego em massa.

Formuladores de decisões fora dos países anglo-saxônicos pouco podiam fazer em relação à reconstrução do sistema comercial e financeiro mundial, mas achavam bastante conveniente a rejeição do velho liberalismo de livre mercado. Forte orientação e planejamento estatais em assuntos econômicos não eram novidades em vários países, da França ao Japão. Mesmo a posse e administração de indústrias pelo Estado eram bastante conhecidas, e haviam se ampliado bastante em países ocidentais após 1945. Não era de forma alguma uma questão particular entre socialistas e anti-socialistas, embora a virada geral para a esquerda da política de Resistência lhe desse mais destaque do que teria tido antes da guerra, como por exemplo nas Constituições francesa e italiana de 1946-7. Assim, mesmo após quinze anos de governo socialista, em 1960 a Noruega tinha um setor público proporcionalmente (e, claro, absolutamente) menor que a Alemanha Ocidental, que não era um país dado a nacionalizações.

Quanto aos partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria, a não ser os comunistas, cuja política consistia em adquirir poder e depois seguir o modelo da URSS. Os pragmáticos escandinavos deixaram intato o seu setor privado. O governo trabalhista britânico de 1945 não, mas nada fez para reformá-lo, e mostrou uma falta de interesse pelo planejamento bastante surpreendente, sobretudo quando comparado com a entusiástica modernização planejada de governos franceses contemporâneos (e não socialistas). Na verdade, a esquerda concentrava-se em melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para esse fim. Como não tinham soluções alternativas a não ser exigir a abolição do capitalismo, o que nenhum governo social-democrata sabia como fazer, nem tentara fazer, tinham de depender de uma economia capitalista forte e criadora de riqueza para financiar seus objetivos. Na verdade, um capitalismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações social-democratas, lhes parecia bastante adequado.

Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos — pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas — tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada

como “socialista”. Afinal, fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na “economia mista”. Embora houvesse momentos em que as velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda contassem, não eram mais absolutamente obrigatórias. Desde 1933 os espantinhos da inflação e financiamento de dívida não espantavam mais os passarinhos dos campos econômicos, mas as safras ainda pareciam crescer.

Não foram mudanças pequenas. Eles levaram um estadista americano de férreas credenciais capitalistas — Averrel Harriman — a dizer a seus compatriotas, em 1946: “As pessoas deste país não têm mais medo de palavras como ‘planejamento’ [...] as pessoas aceitaram o fato de que o governo tem de planejar tanto quanto os indivíduos deste país” (Maier, 1987, p. 129). Elas fizeram um defensor do liberalismo econômico e admirador da economia americana, Jean Monnet (1888-1979), tornar-se apaixonado defensor do planejamento econômico francês. Transformaram Lionel (Lord) Robbins, um economista adepto do livre mercado que antes defendia a ortodoxia contra Keynes, e dirigira um seminário em conjunto com Hayek na London School of Economics, num diretor da semi-socialista economia de guerra britânica. Durante mais ou menos trinta anos houve consenso entre os pensadores e formuladores de decisões “ocidentais”, notadamente nos EUA, acerca do que outros países do lado não comunista podiam fazer, ou melhor, o que não podiam. Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada (“livre empresa” era o nome preferido)\* precisava ser salva de si mesma para sobreviver.

Contudo, embora o capitalismo sem dúvida se reformasse, devemos estabelecer uma clara distinção entre a disposição geral de fazer algo então impen-sável e a eficácia efetiva das novas receitas que os *chefs* dos novos restaurantes econômicos estavam criando. Isso é difícil de avaliar. Os economistas, como os políticos, sempre tendem a atribuir os sucessos à sagacidade de suas políticas, e durante a Era de Ouro, quando mesmo economias fracas como a britânica floresceram e cresceram, pareceu haver bastante espaço para a auto-congratulação. Mesmo assim, a política deliberada emplacou alguns sucessos

(\*) Evitava-se no discurso público a palavra “capitalismo”, assim como “imperialismo”, pois tinham associações negativas na mente do público. Só na década de 1970 encontramos políticos e publicistas declarando-se com orgulho “capitalistas”, o que fora ligeiramente antecipado a partir de 1965 no slogan da revista econômica *Forbes*, que, invertendo uma expressão do jargão dos comunistas americanos, passara a descrever-se como um “instrumento do capitalismo”.

impressionantes. Em 1945-6, a França, por exemplo, seguiu, bastante conscientemente, um rumo de planejamento econômico para modernizar sua economia industrial. Essa adaptação de idéias soviéticas a uma economia capitalista mista deve ter tido algum efeito, pois entre 1950 e 1979 a França, até então um sinônimo de atraso econômico, aproximou-se com mais êxito que qualquer outro dos principais países industriais da produtividade americana, mais mesmo que a Alemanha (Maddison, 1982, p. 46). Apesar disso, devemos deixar os economistas, uma tribo notadamente contenciosa, para discutir os méritos e deméritos e a eficácia das políticas dos vários governos (a maioria associada ao nome de J. M. Keynes, que morrera em 1946).

#### IV

A diferença entre intenção geral e aplicação detalhada é particularmente clara na reconstrução da economia internacional, pois aqui a “lição” da Grande Depressão (a palavra aparece constantemente no discurso da década de 1940) se traduziu pelo menos em parte em medidas concretas. A supremacia americana era, claro, um fato. A pressão política por ação vinha de Washington, mesmo quando muitas idéias e iniciativas partiam da Grã-Bretanha, e onde as opiniões divergiram, como a discordância entre Keynes e o porta-voz americano Harry White,\* sobre o novo Fundo Monetário Internacional (FMI), os EUA prevaleceram. Contudo, o plano original para a nova ordem econômica mundial via essa supremacia como parte de uma nova ordem política mundial, também planejada durante os últimos anos da guerra como as Nações Unidas, e só depois que o modelo original da ONU desmoronou, na Guerra Fria, as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial (“Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento”) e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se *de facto* subordinadas à política americana. Iriam promover o investimento internacional e manter a estabilidade do câmbio, além de tratar de problemas de balanças de pagamento. Outros pontos no programa internacional não geraram instituições especiais (por exemplo, para controlar o preço de produtos primários e para adotar medidas internacionais destinadas a manter o pleno emprego), ou foram implementados de modo incompleto. A proposta Organização do Comércio Internacional tornou-se o muito mais modesto Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), uma estrutura para reduzir barreiras comerciais por meio de barganhas periódicas.

Em suma, na medida em que tentavam construir um conjunto de instituições funcionais para dar vida a seus projetos, os planejadores do admirável

(\*) Ironicamente, White se tornou uma vítima da caça às bruxas americana como suposto simpatizante secreto do Partido Comunista.

mundo novo fracassaram. O mundo não emergiu da guerra sob a forma de um eficiente sistema internacional, multilateral, de livre comércio e pagamentos, e as medidas americanas para estabelecê-lo desabaram dois anos após a vitória. Porém, ao contrário das Nações Unidas, o sistema internacional de comércio e pagamentos deu certo, embora não do modo originalmente previsto ou pretendido. Na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos EUA e do dólar, que funcionou como estabilizador por estar ligado a uma quantidade específica de ouro, até a quebra do sistema em fins da década de 1960 e princípios da de 1970. Deve-se ter sempre em mente que em 1950 só os EUA tinham mais ou menos 60% de todo o estoque de capital de todos os países capitalistas avançados, produziam mais ou menos 60% de toda a produção deles, e mesmo no auge da Era de Ouro (1970) ainda detinham mais de 50% do estoque total de capital de todos esses países e eram responsáveis por mais da metade de sua produção (Armstrong, Glyn & Harrison, 1991, p. 151).

Isso também se devia ao temor do comunismo. Pois, ao contrário das convicções americanas, o principal obstáculo a uma economia capitalista internacional de livre comércio não era o instinto protecionista dos estrangeiros, mas a combinação das tradicionalmente altas tarifas internas dos EUA e o impulso para uma vasta expansão das exportações americanas, que os planejadores do tempo da guerra em Washington encaravam como “essencial para atingir o pleno e efetivo emprego nos EUA” (Kolko, 1969, p. 13). Uma expansão agressiva estava visivelmente na mente dos formuladores da política americana assim que a guerra acabou. Foi a Guerra Fria que os encorajou a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros competidores a crescer o mais rápido possível. Chegou-se a argumentar que, dessa forma, a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade global (Walker, 1993). Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall (ver pp. 237-8) sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim — como fizeram sistematicamente a França e a Áustria —, e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão. Sem dúvida esses dois países teriam se tornado grandes potências econômicas de qualquer modo. O simples fato de, como países derrotados, não serem senhores de sua política externa lhes deu uma vantagem, pois não os tentou a despejar mais que um mínimo de recursos no estéril buraco dos gastos militares. No entanto, devemos nos perguntar o que teria acontecido à economia alemã se sua recuperação tivesse dependido dos europeus, que temiam seu renascimento. Com que rapidez a economia japonesa teria se recuperado, se os EUA não tivessem se dedicado a fazer do Japão a base industrial para a Guerra da Coreia e depois a do Vietnã em 1965? Os EUA financiaram a duplicação da produção de manu-

faturas do Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês — não menos que 16% ao ano. O papel da Guerra Fria, portanto, não pode ser subestimado, mesmo que a longo prazo o efeito econômico do vasto desvio de recursos dos Estados para armamentos competitivos fosse prejudicial. No caso extremo da URSS, foi provavelmente fatal. Contudo, mesmo os EUA trocaram força militar por crescente enfraquecimento econômico.

Uma economia capitalista mundial desenvolveu-se assim em torno dos EUA. Ergueu menos obstáculos aos movimentos internacionais de fatores de produção que qualquer outra desde o período médio-vitoriano, com uma exceção: a migração internacional demorou a recuperar-se do estrangulamento do entreguerras. Isso foi, em parte, uma ilusão de ótica. O grande *boom* da Era de Ouro foi alimentado não apenas pela mão-de-obra dos ex-desempregados, mas por vastos fluxos de migração interna — do campo para a cidade, da agricultura (sobretudo de regiões de solos montanhosos pobres), de regiões mais pobres para outras mais ricas. Assim, os sulistas italianos inundaram as fábricas da Lombardia e do Piemonte, e 400 mil camponeses meeiros toscanos deixaram suas terras em vinte anos. A industrialização do Leste Europeu foi em essência um desses processos de migração em massa. Além disso, alguns desses migrantes internos eram na verdade migrantes internacionais, só que haviam chegado ao país não em busca de emprego, mas como parte do terrível êxodo em massa de refugiados e populações expulsas após 1945.

Apesar disso, é notável que numa era de espetacular crescimento econômico e crescente escassez de mão-de-obra, e num mundo ocidental dedicado a livres movimentos na economia, os governos resistissem à livre imigração, e, quando de fato começaram a permiti-la (como no caso dos habitantes do Caribe e outros membros da Comunidade Britânica, que tinham o direito de assentar-se porque legalmente eram britânicos), acabassem por interrompê-la. Em muitos casos só se concedia a esses imigrantes, a maioria vinda dos países menos desenvolvidos do Mediterrâneo, permanência condicional e temporária, para que pudessem ser facilmente repatriados, embora a expansão da Comunidade Econômica Européia, passando inclusive vários países de imigrantes (Itália, Espanha, Portugal, Grécia), tornasse isso mais difícil. Mesmo assim, no início da década de 1970 cerca de 7,5 milhões haviam migrado para os países europeus desenvolvidos (Potts, 1990, pp. 146-7). Mesmo na Era de Ouro a imigração era uma questão politicamente delicada. Nas difíceis décadas após 1973, ia levar a uma aguda elevação da xenofobia pública na Europa.

Contudo, a economia mundial na Era de Ouro continuou sendo mais *internacional* que *transnacional*. Os países comerciavam uns com os outros em medida cada vez maior. Mesmo os EUA, que tinham sido em grande parte auto-suficientes antes da Segunda Guerra Mundial, quadruplicaram suas exportações para o resto do mundo entre 1950 e 1970, mas também se tornaram um maciço importador de bens de consumo a partir do final da década de

1950. Em fins da década de 1960, começaram até a importar automóveis (Block, 1977, p. 145). Contudo, embora as economias industriais comprassem e vendessem cada vez mais suas respectivas produções, o grosso de suas atividades econômicas continuou centrado no mercado interno. No auge da Era de Ouro, os EUA exportaram apenas pouco menos de 8% de seu PIB, e, mais surpreendentemente, o Japão, tão voltado para a exportação, só um pouco mais (Marglin & Schor, p. 43, tabela 2.2).

Apesar disso, começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais *transnacional*, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. No caso extremo, passa a existir uma “economia mundial” que na verdade não tem base ou fronteiras determináveis, e que estabelece, ou antes impõe, limites ao que mesmo as economias de Estados muito grandes e poderosos podem fazer. Em dado momento do início da década de 1970, uma economia transnacional assim tornou-se uma força global efetiva. E continuou a crescer, no mínimo mais rapidamente que antes, durante as Décadas de Crise após 1973. Na verdade, seu surgimento criou em grande parte os problemas dessas décadas. Claro que foi acompanhada de uma crescente *internacionalização*. Entre 1965 e 1990, a porcentagem do produto mundial destinado às exportações iria duplicar (*World Development*, 1992, p. 235).

Três aspectos dessa transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como “multinacionais”), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento *offshore* (externo). Este último foi não só uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstraram mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de qualquer outro.

O termo *offshore* entrou no vocabulário público civil a certa altura da década de 1960, para descrever a prática de registrar a sede legal da empresa num território fiscal generoso, em geral minúsculo, que permitia aos empresários evitar os impostos e outras restrições existentes em seu próprio país. Pois todo Estado ou território sério, por mais comprometido que estivesse com a liberdade de obter lucros, havia estabelecido em meados da década de 1960 certos controles e restrições à conduta de negócios legítimos, no interesse de seu povo. Uma combinação convenientemente complexa e engenhosa de buracos legais nas leis empresariais e trabalhistas dos bondosos miniterritórios — por exemplo, Curaçao, Ilhas Virgens e Liechtenstein — podia produzir maravilhas no balanço da empresa. Pois “a essência da prática do *offshore* está em transformar um enorme número de buracos numa estrutura empresarial viável mas não regulamentada” (Raw, Page & Hodgson, 1972, p. 83). Por motivos óbvios, a prática do *offshore* prestava-se particularmente a transações financeiras, em-

bora o Panamá e a Libéria há muito subsidiassem seus políticos com a renda do registro de navios mercantes de outros países cujos donos achavam a mão-de-obra e os regulamentos de segurança patrícios demasiado onerosos.

Em dado momento da década de 1960, um pouco de engenhosidade transformou o velho centro internacional financeiro, a *City* de Londres, num grande centro *offshore* global, com a invenção da “euromoeda”, ou seja, sobretudo “eurodólares”. Os dólares depositados em bancos não americanos e não repatriados, sobretudo para evitar as restrições da legislação bancária americana, tornaram-se um instrumento financeiro negociável. Esses dólares em livre flutuação, acumulando-se em grandes quantidade graças aos crescentes investimentos americanos no exterior e aos enormes gastos políticos e militares do governo dos EUA, se tornaram a fundação de um mercado global, sobretudo de empréstimos a curto prazo, que escapava a qualquer controle. Seu crescimento foi sensacional. O mercado de euromoeda líquida subiu de cerca de 14 bilhões de dólares em 1964 para aproximadamente 160 bilhões em 1973 e quase 500 bilhões cinco anos depois, quando esse mercado se tornou o principal mecanismo para reciclar o Klondike de lucros do petróleo que os países da OPEP de repente se viram imaginando como gastar e investir (ver p. 473). Os EUA foram o primeiro país a se ver à mercê dessas vastas e multiplicantes enxurradas de capital solto que varriam o globo de moeda em moeda, em busca de lucros rápidos. Todos os governos acabaram sendo vítimas disso, pois perderam o controle das taxas de câmbio e do volume de dinheiro em circulação no mundo. Em princípios da década de 1990, até mesmo a ação conjunta de grandes bancos centrais revelou-se impotente.

Que empresas baseadas num país, mas operando em vários, expandissem suas atividades era bastante natural. Tampouco eram novas essas “multinacionais”. As empresas americanas desse tipo aumentaram suas filiais estrangeiras de cerca de 7,5 mil em 1950 para mais de 23 mil em 1966, a maioria na Europa Ocidental e no hemisfério ocidental (Spero, 1977, p. 92). Contudo, empresas de outros países as foram seguindo cada vez mais. A empresa química alemã Hoechst, por exemplo, estabeleceu-se ou associou-se com 117 fábricas em 45 países, em todos os casos, com exceção de seis, depois de 1950 (Fröbel, Heinrichs & Kreye, 1986, Tabela IIIA, p. 281 ff.). A novidade estava mais na escala abrangente dessas entidades transnacionais. No início da década de 1980, as empresas transnacionais americanas respondiam por mais de três quartos das exportações e quase metade das importações do país, e tais empresas (britânicas e estrangeiras) eram responsáveis por mais de 80% das exportações da Grã-Bretanha (*UN Transnational*, 1988, p. 90).

Em certo sentido, estes números são irrelevantes, pois a principal função dessas empresas era “internalizar mercados ignorando fronteiras nacionais”, isto é, tornar-se independentes do Estado e seu território. Muito do que as estatísticas (ainda basicamente coletadas de país em país) mostram como impor-



tações ou exportações é na verdade comércio *interno* dentro de uma entidade transnacional como a General Motors, que operava em quarenta países. A capacidade de operar desse jeito reforçou naturalmente a tendência à concentração de capital, conhecida desde Karl Marx. Em 1960, já se estimava que as vendas das duzentas maiores empresas do mundo (não socialista) equivaliam a 17% do PNB daquele setor do mundo, e em 1984 dizia-se que equivaliam a 26%.\* A maioria dessas transnacionais se situavam em Estados substancialmente “desenvolvidos”. Na verdade, 85% das “duzentas grandes” tinham sede nos EUA, Japão, Grã-Bretanha e Alemanha, com empresas de onze outros países formando o resto. Contudo, mesmo sendo provável que as ligações dessas supergigantes com seus governos de origem fossem estreitas, no fim da Era de Ouro é duvidoso que qualquer uma dessas empresas, com exceção das japonesas e de algumas essencialmente militares, pudesse ser descrita sem hesitação como *identificada* com os interesses de seu governo ou país. Não era mais tão claro quanto parecia antes que, segundo as palavras de um magnata de Detroit que entrou no governo americano, “o que é bom para a General Motors é bom para os EUA”. Como poderia sê-lo, quando suas operações no país de origem eram simplesmente num mercado entre os cem onde, digamos, a Mobil Oil era ativa, ou os 170 onde a Daimler-Benz se achava presente? A lógica comercial obrigaria uma empresa internacional de petróleo a adotar, em relação a seu país de origem, uma estratégia e política exatamente igual à que tinha com a Arábia Saudita ou a Venezuela, ou seja, em termos de lucros e perdas de um lado, e do relativo poder da empresa e do governo de outro.

A tendência de transações e empresas comerciais — e não apenas de algumas dezenas de gigantes — emanciparem do tradicional Estado-nação tornou-se ainda mais acentuada à medida que a produção industrial começava, lentamente a princípio, mas com crescente rapidez, a sair dos países europeus e da América do Norte pioneiros na industrialização e no desenvolvimento capitalista. Esses países continuaram sendo a usina de força do crescimento da Era de Ouro. Em meados da década de 1950, os países industriais tinham vendido cerca de três quintos de suas exportações manufaturadas uns aos outros, no início da de 1970 três quartos. Entretanto, as coisas começaram então a mudar. O mundo desenvolvido passou a exportar um pouco mais de suas manufaturas para o resto do mundo, porém — mais significativamente — o Terceiro Mundo passou a exportar manufaturas para os países industriais desenvolvidos em escala substancial. À medida que as tradicionais exportações primárias de regiões atrasadas perdiam terreno (com exceção, após a revolução da OPEP, dos combustíveis minerais), elas começaram, irregular mas rapidamente, a industrializar-se. Entre 1970 e 1983, a fatia das exportações

(\*) Essas estimativas devem ser usadas com cuidado, e é melhor encará-las apenas como ordens de grandeza.

industriais globais que cabia ao Terceiro Mundo, até então estável em cerca de 5%, mais que dobrou (Fröbel, Heinrichs, Kreye, 1986, p. 200).

Uma nova divisão internacional do trabalho, portanto, começou a solapar a antiga. A empresa alemã Volkswagen instalou fábricas na Argentina, Brasil (urês), Canadá, Equador, Egito, México, Nigéria, Peru, África do Sul e Iugoslávia — como sempre, sobretudo após meados da década de 1960. Novas indústrias do Terceiro Mundo abasteciam não apenas os crescentes mercados locais, mas também o mercado mundial. Podiam fazer isso tanto exportando artigos inteiramente produzidos pela indústria local (como os têxteis, a maioria dos quais em 1970 tinha emigrado dos velhos países para os “em desenvolvimento”), quanto *tornando-se parte de um processo transnacional de manufatura*.

Essa foi a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse plenamente a maioridade depois. Isso só poderia ter acontecido graças à revolução no transporte e comunicação, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo entre, digamos, Houston, Cingapura e Tailândia, transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre esses centros e controlando centralmente todo o processo com a moderna tecnologia de informação. Grandes fabricantes de produtos eletrônicos começaram a globalizar-se a partir de meados da década de 1960. A linha de produção cruzava agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. Algumas delas paravam nas extraterritoriais “zonas francas” ou fábricas *offshore*, que agora começavam a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão-de-obra barata, e sobretudo feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. Assim, uma das primeiras, Manaus, no interior da floresta amazônica, fabricava artigos têxteis, brinquedos, produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas.

Tudo isso produziu uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial. À medida que o globo se tornava sua unidade real, as economias nacionais dos grandes Estados foram dando lugar a tais centros *offshore*, a maioria situada nos pequenos ou minúsculos míni-Estados que se haviam convenientemente multiplicado quando os velhos impérios coloniais se despedaçaram. No fim do Breve Século xx, o mundo, segundo o Banco Mundial, possuía 71 economias com populações de menos de 2,5 milhões de habitantes (dezoito delas com populações de menos de 100 mil), ou seja, dois terços de todas as unidades políticas oficialmente tratadas como “economias” (*World Development*, 1992). Até a Segunda Guerra Mundial, essas unidades eram encaradas como piadas econômicas, e na verdade nem como Estados de fato.\*

(\*) Só no início da década de 1990 os antigos estadinhos da Europa — Andorra, Liechtenstein, Mônaco, San Marino — foram tratados como membros potenciais da ONU.



Eram e certamente são incapazes de defender sua independência nominal na selva internacional, mas na Era de Ouro se tornou evidente que podiam florescer tanto quanto e às vezes mais que grandes economias nacionais, oferecendo serviços diretamente à economia global. Daí o surgimento de novas cidades-Estado (Hongkong, Cingapura), uma forma de organização política que florescera pela última vez na Idade Média; pedaços do deserto do golfo Pérsico foram transformados em grandes participantes no mercado de investimento global (Kuwait), e dos muitos refúgios *offshore* da legislação de Estado.

Essa situação iria oferecer aos movimentos étnicos nacionalistas de fins do século xx, que se multiplicavam, instrumentos inconvincentes em favor da viabilidade de uma Córsega ou ilhas Canárias independentes. Inconvincentes porque a única independência conseguida por secessão era a separação do Estado-nação a que tais territórios se achavam antes ligados. Economicamente, a separação iria quase com certeza torná-los mais dependentes das entidades transnacionais que cada vez mais determinavam essas questões. O mundo mais conveniente para os gigantes multinacionais é aquele povoado por Estados anões, ou sem Estado algum.

## V

Era natural que a indústria se transferisse de locais de mão-de-obra cara para outros onde ela era barata assim que isso se tornasse possível e economicamente viável, e a (previsível) descoberta de que a força de trabalho não branca era pelo menos tão qualificada e educada quanto a branca iria ser um bônus extra para as indústrias de alta tecnologia. Contudo, havia um motivo particularmente convincente para o *boom* da Era de Ouro provocar o abandono dos países-núcleo da velha industrialização. Era a incomum combinação “keynesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida.

Essa combinação era, como vimos, uma construção política. Apoiou-se num consenso político efetivo entre a direita e a esquerda na maioria dos países “ocidentais”, tendo a extrema direita fascista-ultranacionalista sido eliminada do cenário político pela Segunda Guerra Mundial e a extrema esquerda comunista pela Guerra Fria. Também se baseou num consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era de Ouro não poderia ter ocorrido. Na verdade, nas dezesseis economias

de mercado mais industrializadas o investimento cresceu a uma taxa anual de 4,5%, quase três vezes mais rapidamente que durante os anos de 1870 a 1913, mesmo levando-se em conta a taxa um tanto menos impressionante na América do Norte, que empurrou a média geral para baixo (Maddison, 1982, tabela 5.1, p. 96). *De facto*, o arranjo era triangular, com os governos, formal ou informalmente, presidindo as negociações institucionalizadas entre capital e trabalho, agora habitualmente descritos, pelo menos na Alemanha, como “parceiros sociais”. Após o fim da Era de Ouro, esses arranjos foram barbaramente atacados pelos crescentes teólogos do livre mercado sob o nome de “corporativismo”, uma palavra que tinha associações meio esquecidas e inteiramente irrelevantes com o fascismo do entreguerras (ver p. 114).

Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos incautos chegaram a garantir aos desempregados — poucos então — 80% de seus antigos salários.

Até fins da década de 1960, a política da Era de Ouro refletiu esse estado de coisas. À guerra se seguiram, em toda parte, governos fortemente reformistas, rooseveltiano nos EUA, dominados pelos social-democratas em praticamente toda a Europa Ocidental ex-beligerante, com exceção da Alemanha Ocidental ocupada (onde não houve instituições nem eleições independentes até 1949). Mesmo os comunistas estavam no governo até 1947 (ver p. 238). O radicalismo dos anos da Resistência afetou até os partidos conservadores que surgiam — os democrata-cristãos alemães-ocidentais achavam o capitalismo ruim para a Alemanha até 1949 (Leaman, 1988) — ou pelo menos tornava difícil nadar contra a corrente. O Partido Conservador britânico reivindicava crédito pelas reformas do governo trabalhista de 1945.

Um tanto surpreendentemente, o reformismo logo bateu em retirada, embora não o consenso. O grande *boom* da década de 1950 foi presidido, quase em toda parte, por governos de conservadores moderados. Nos EUA (a partir de 1952), Grã-Bretanha (de 1951), França (a não ser por breves episódios de coalizão), Alemanha Ocidental, Itália e Japão, a esquerda estava inteiramente fora

do poder, embora a Escandinávia continuasse sendo social-democrata e partidos socialistas estivessem no poder em coalizões em outros países pequenos. Não pode haver dúvida sobre o recesso da esquerda. Isso não se deveu à perda maciça de apoio dos socialistas, nem mesmo dos comunistas na França e Itália, onde eram os maiores partidos da classe operária.\* Tampouco se deveu à Guerra Fria, exceto talvez na Alemanha, onde o Partido Social-Democrata (SPD) era “irrealista” em relação à unidade alemã, e na Itália, onde ele permaneceu aliado aos comunistas. Todos, com exceção dos comunistas, eram confiavelmente anti-russos. O clima da década de prosperidade era contra a esquerda. Não era tempo de mudança.

Na década de 1960, o centro de gravidade do consenso mudou para a esquerda; talvez em parte devido ao crescente recuo do liberalismo econômico diante da administração keynesiana, mesmo em bastiões antioletivistas como a Bélgica e a Alemanha Ocidental, talvez em parte porque os velhos senhores que presidiam a estabilização e ressurreição do sistema capitalista deixaram a cena — Dwight Eisenhower (nascido em 1890) em 1960, Konrad Adenauer (n. 1876) em 1965, Harold Macmillan (n. 1890) em 1964. Mesmo o grande general De Gaulle (n. 1890) acabou partindo. Verificou-se certo rejuvenescimento da política. Na verdade, os anos de pico da Era de Ouro pareceram tão convenientes para a esquerda moderada, mais uma vez no governo em muitos Estados europeus ocidentais, quanto a década de 1950 fora inconveniente. Essa virada para a esquerda se deveu em parte a mudanças eleitorais, como na Alemanha Ocidental, Áustria e Suécia, e anteciparam mudanças ainda mais impressionantes na década de 1970 e inícios da de 1980, quando os socialistas franceses e os comunistas italianos alcançaram seu pico histórico, mas em essência os padrões de votos continuaram estáveis. Os sistemas eleitorais exageravam mudanças relativamente menores.

Contudo, há um claro paralelismo entre a mudança para a esquerda e os acontecimentos públicos mais significativos da década, ou seja, o aparecimento de Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social — manutenção de renda, assistência, educação — se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público — por exemplo, em meados da década de 1970, 40% na Grã-Bretanha e 47% na Suécia (Therborn, 1983). Os primeiros Estados de Bem-estar, nesse sentido, apareceram por volta de 1970. Claro, o declínio dos gastos militares durante os anos da *détente* fez aumentar auto-

(\*) Contudo, todos os partidos de esquerda eram minorias eleitorais, embora grandes. A maior votação alcançada por um desses partidos foi de 48,8% do Partido Trabalhista britânico em 1951, ironicamente numa eleição ganha pelos conservadores com uma votação ligeiramente menor, graças aos caprichos do sistema eleitoral britânico.

maticamente a proporção de gastos em outros setores, mas o exemplo dos EUA mostra que houve uma mudança real. Em 1970, quando a Guerra do Vietnã estava no auge, o número de empregados em escolas nos EUA pela primeira vez se tornou significativamente maior que o de “pessoal militar e civil da defesa” (*US Historical Statistics* 1976, vol. II, pp. 1102, 1104 e 1141). No fim da década de 1970, todos os Estados capitalistas avançados se haviam tornado “Estados do Bem-estar” desse tipo, com seis deles gastando mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social (Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos). Isso iria produzir consideráveis problemas após o fim da Era de Ouro.

Enquanto isso, a política das “economias de mercado desenvolvidas” parecia tranqüila, se não sonolenta. Que havia de excitante, a não ser o comunismo, os perigos de guerra nuclear e as crises internas que as atividades imperiais no exterior traziam, como a aventura de Suez de 1956, na Grã-Bretanha, a Guerra da Argélia, na França (1954-61), e, depois de 1965, a Guerra do Vietnã, nos EUA? Foi por isso que a súbita e quase mundial explosão de radicalismo estudantil em 1968 e por volta dessa data pegou tão de surpresa os políticos e os intelectuais mais velhos.

Era um sinal de que o equilíbrio da Era de Ouro não podia durar. Economicamente, esse equilíbrio dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. Um afrouxamento na ascensão contínua de produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultariam em desestabilização. Dependia do que estivera tão dramaticamente ausente no entreguerras, um equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la. Os salários tinham de subir com rapidez suficiente para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros. Como, porém, controlar salários numa era de demanda excepcionalmente florescente? Como, em outras palavras, controlar a inflação, ou pelo menos mantê-la dentro de limites? Por último, a Era de Ouro dependia do esmagador domínio político e econômico dos EUA, que atuavam — às vezes sem pretender — como o estabilizador e assegurador da economia mundial.

Durante a década de 1960, tudo isso dava sinais de desgaste. A hegemonia dos EUA declinou e, enquanto caía, o sistema monetário com base no dólar-ouro desabou. Houve alguns sinais de diminuição na produtividade da mão-de-obra em vários países, e sem dúvida sinais de que o grande reservatório de mão-de-obra da migração interna, que alimentara o *boom* industrial, chegava perto da exaustão. Após vinte anos, tornara-se adulta uma nova geração, para a qual a experiência do entreguerras — desemprego em massa, insegurança, preços estáveis ou em queda — era história, e não parte de sua experiência. Eles haviam ajustado suas expectativas à única experiência de seu grupo etário, de pleno emprego e inflação contínua (Friedman, 1968, p. 11). Qualquer

que tenha sido a situação responsável pela “explosão mundial de salários” no fim da década de 1960 — escassez de mão-de-obra, crescentes esforços dos patrões para conter os salários reais, ou, como na França e na Itália, as grandes rebeliões estudantis —, tudo se assentava na descoberta, feita por uma geração de trabalhadores acostumados a ter ou conseguir emprego, de que os regulares e bem-vindos aumentos há tanto negociados por seus sindicatos eram na verdade muito menos do que se podia arrancar do mercado. Detectamos ou não um retorno à luta de classes nesse reconhecimento de realidades do mercado (como afirmaram muitos na “nova esquerda” pós-68), não há dúvida sobre a impressionante mudança de estado de espírito entre a moderação e a calma das negociações salariais antes de 1968 e os últimos anos da Era de Ouro.

Uma vez que era diretamente relevante para o modo como a economia funcionava, a mudança no estado de espírito dos trabalhadores teve muito mais peso que a grande explosão de agitação estudantil em 1968 e por volta dessa data, embora os estudantes oferecessem material mais sensacional para os meios de comunicação e muito mais alimento para os comentaristas. A rebelião estudantil foi um fenômeno fora da economia e da política. Mobilizou um setor minoritário da população, ainda mal reconhecido como um grupo definido na vida pública, e — como a maioria de seus membros ainda estava sendo educada — em grande parte fora da economia, a não ser como compradores de discos de *rock*: a juventude (classe média). Seu significado cultural foi muito maior que o político, que foi passageiro — ao contrário de tais movimentos em países do Terceiro Mundo e ditatoriais (ver pp. 325-6 e 431-2). Contudo, serviu como aviso, uma espécie de *memento mori* a uma geração que em parte acreditava ter solucionado para sempre os problemas da sociedade ocidental. Os grandes textos do reformismo da Era de Ouro: *The future of socialism* [O futuro do socialismo], de Crosland; *The affluent society* [A sociedade rica], de J. K. Galbraith; *Beyond the welfare State* [Além do Estado do Bem-estar], de Gunnar Myrdal; *The end of ideology* [O fim da ideologia], de Daniel Bell, todos escritos entre 1956 e 1960, baseavam-se na presunção da crescente harmonia interna de uma sociedade agora basicamente satisfatória, se bem que aperfeiçoável, ou seja, na confiança na economia de consenso social organizado. Esse consenso não sobreviveu à década de 1960.

Portanto, 1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas apenas um sinal. Ao contrário da explosão salarial, do colapso do sistema financeiro internacional de Bretton Woods em 1971, do *boom* de produtos de 1972-3 e da crise da OPEP de 1973, não entra muito na explicação dos historiadores econômicos sobre o fim da Era de Ouro. Seu fim não era exatamente inesperado. A expansão da economia no início da década de 1970, acelerada por uma inflação em rápida ascensão, maciços aumentos nos meios circulantes do mundo, e pelo vasto déficit americano, tornou-se febril. No jargão dos econo-

mistas, o sistema ficou “superaquecido”. Nos doze meses a partir de julho de 1972, o PIB real nos países da OCDE subiu 7,5%, e a produção industrial real 10%. Historiadores que não esqueceram como terminou o grande *boom* medieviano bem poderiam ter se perguntado se o sistema não se encaminhava para uma queda. Teriam estado certos, embora eu não creia que alguém tenha previsto a queda de 1974. Tampouco, talvez, a levaram tão a sério quanto ela revelou ser, pois, embora o PNB dos países industriais avançados na verdade *caísse* substancialmente — coisa que não acontecia desde a guerra —, as pessoas ainda pensavam em crise econômica nos termos de 1929, e não havia sinal de catástrofe. Como sempre, a reação imediata dos chocados contemporâneos foi buscar razões especiais para o colapso do antigo *boom*, “um inco múm acúmulo de perturbações infelizes, sem probabilidade de se repetir na mesma escala, cujo impacto foi agravado por alguns erros inevitáveis”, para citar a OCDE (McCracken, 1977, p. 14). Os mais simplórios atribuíam tudo à ganância dos xequês do petróleo da OPEP. Qualquer historiador que atribui grandes mudanças na configuração da economia do mundo ao azar e a acidentes inevitáveis deve pensar de novo. E essa foi uma grande mudança. A economia mundial não recuperou seu antigo ritmo após o *crash*. Uma era chegava ao fim. As décadas a partir de 1973 seriam de novo uma era de crise.

A Era de Ouro perdeu o seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro. Para isso vamos nos voltar agora.

## A REVOLUÇÃO SOCIAL 1945-90

Lily: *Minha avó conta pra gente as coisas da Depressão. Você também podia ler a respeito.*

Roy: *Vivem dizendo que a gente devia estar feliz por ter comida e tudo mais, porque nos anos 30 diziam que a gente, os pobres, estava tudo morrendo de fome, sem emprego e essa coisa toda.*

\* \* \*

Bucky: *Eu nunca tive uma Depressão, por isso ela não me preocupa mesmo.*

Roy: *Pelo que eu soube, você ia detestar viver naquele tempo.*

Bucky: *Ora, eu não estou vivendo naquele tempo.*

Studs Terkel, *Hard times* (1970, pp. 22-3)

*Quando [o general De Gaulle] chegou ao poder, havia 1 milhão de aparelhos de televisão na França [...] Quando saiu, havia 10 milhões [...] O Estado é sempre uma questão de show-biz. Mas o Estado-teatro de ontem era coisa muito diferente do Estado-TV que existe hoje.*

Régis Debray (1994, p. 34)

### I

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição “após”, geralmente usada na forma latinizada “pós” ou “post” como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século xx. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estrutu-

ralista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal na história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram. Essa transformação é o tema do presente capítulo.

A novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade. Claro, as partes desenvolvidas do mundo, isto é, para fins práticos, as partes central e ocidental da Europa e a América do Norte, além de uma pequena faixa de ricos e cosmopolitas em toda parte, há muito viviam num mundo de constante mudança, transformação tecnológica e inovação cultural. Para eles, a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento a que já se achavam acostumados em princípio. Afinal, os nova-iorquinos de meados da década de 1930 já olhavam para cima e viam um arranha-céu, o Empire State Building (1934), cuja altura só foi ultrapassada na década de 1970, e mesmo então por uns modestos trinta metros, mais ou menos. Foi preciso algum tempo para se notar, e outro tanto para se avaliar, a transformação de crescimento material quantitativo em distúrbios qualitativos da vida, mesmo naquelas partes do mundo. Mas para a maior parte do globo as mudanças foram igualmente súbitas e sísmicas. Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950: ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960.

Em muitos aspectos, os que viveram de fato essas transformações na hora não captaram toda a sua extensão, pois as experimentaram paulatinamente, ou como mudanças na vida dos indivíduos que, por mais dramáticas que sejam, não são concebidas como revoluções permanentes. Por que a decisão da população rural de procurar trabalho na cidade implicaria, na mente deles, uma transformação mais duradoura do que o engajamento nas Forças Armadas ou em qualquer setor da economia de guerra implicou para homens e mulheres britânicos e alemães nas duas guerras mundiais? Eles não pretendiam mudar seu estilo de vida para sempre, mesmo que acabassem por fazê-lo. São os que os vêem de fora, revisitando periodicamente os cenários de tais transformações, que reconhecem quanta coisa mudou. Como estava absolutamente diferente, por exemplo, a Valença de princípios da década de 1980 da mesma cidade e região na década de 1950, quando este escritor vira pela última vez aquela parte da Espanha. Como se sentiria desorientado um camponês siciliano que dormisse e acordasse duas décadas depois — na verdade, um bandido local que ficara na prisão por duas décadas a partir de meados da década de 1950 — quando voltasse aos arredores de Palermo, nesse entretempo tornados irreconhecíveis pela especulação imobiliária. “Onde antes havia vinhedos, hoje há *palazzi*”, ele me disse, balançando a cabeça, descrente. De fato, a rapidez da mudança foi tal que o tempo histórico podia ser medido em inter-

valos ainda mais curtos. Menos de dez anos (1962-71) separaram uma Cusco onde, fora dos limites da cidade, a maioria dos homens índios ainda usava trajes tradicionais de uma Cusco onde uma substancial proporção deles já usava o *cholo*, isto é, roupas européias. No fim da década de 1970, barraqueiros na feira de uma aldeia mexicana já faziam as contas de seus clientes em pequenas calculadoras de bolso japonesas, ali desconhecidas no início da década.

Não há meio de leitores não velhos e viajados o suficiente para ter visto a história mudar dessa maneira, a partir de 1950, tentarem reproduzir essas experiências, embora a partir da década de 1960, quando os jovens ocidentais descobriram que viajar a países do Terceiro Mundo era factível e estava na moda, tudo que se tem precisado para ver a transformação global é um par de olhos abertos. De qualquer modo, os historiadores não podem continuar satisfeitos com imagens e historinhas, por mais significativas que sejam. Precisam especificar e contar.

A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato. Pois desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e seu gado ou recorria ao mar para a pesca. Com exceção da Grã-Bretanha, camponeses e agricultores continuaram sendo uma parte maciça da população empregada, mesmo em países industrializados, até bem adiantado o século xx. Tanto assim que nos dias de estudante deste escritor, na década de 1930, a recusa dos camponeses a desaparecer ainda era usada correntemente como um argumento contra a previsão de Karl Marx de que eles se extinguiriam. Afinal, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, só havia um país industrial, além da Grã-Bretanha, onde a agricultura e a pesca empregavam menos de 20% da população, a Bélgica. Mesmo na Alemanha e nos EUA, as maiores economias industriais, a população agrícola, apesar de estar de fato em declínio constante, ainda equivalia mais ou menos a um quarto dos habitantes; na França, Suécia e Áustria, ainda estava entre 35% e 40%. Quanto aos países agrários atrasados — digamos, na Europa, a Bulgária e a Romênia —, cerca de quatro em cada cinco habitantes trabalhavam na terra.

Contudo, vejamos o que aconteceu no terceiro quartel do século. Talvez não seja demasiado surpreendente o fato de que, no início da década de 1980, menos de três em cada cem britânicos ou belgas estavam na agricultura, de modo que era muito mais provável o britânico médio, no decorrer de sua vida diária, encontrar uma pessoa que outrora trabalhara a terra na Índia ou Bangladesh do que no Reino Unido. A população agrícola dos EUA caíra para idêntica proporção, mas, em vista de seu acentuado declínio há muito tempo, isso era menos surpreendente do que o fato de essa minúscula fração da força de trabalho ter condições de abastecer os EUA e o mundo com indizíveis quantidades de alimentos. O que poucos na década de 1940 poderiam prever era que, no início da de 1980, *nenhum* país a oeste das fronteiras da “cortina de

ferro” tivesse mais de 10% de sua população na atividade agrícola, com exceção da República da Irlanda (que estava apenas um pouco acima deste número) e dos Estados ibéricos. Mas fala por si mesmo o fato de na Espanha e em Portugal o número de pessoas empregadas na agricultura, que atingia pouco menos da metade da população em 1950, estar reduzido a 14,5% e 17,6%, respectivamente, trinta anos depois. O campesinato espanhol foi reduzido à metade em vinte anos após 1950, o português nos vinte anos após 1960 (ILO, 1990, tabela 2A; FAO, 1989).

São números espetaculares. No Japão, por exemplo, os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou das batalhas da Segunda Guerra Mundial e aquela em que se aposentou de sua posterior carreira civil. Na Finlândia — para tomar uma história da vida real conhecida do escritor — uma jovem nascida como filha de um agricultor, e que se tornou esposa de um agricultor no primeiro casamento, teve condições, antes de muito entrada na meia-idade, de transformar-se numa intelectual cosmopolita e figura política. Mas também, em 1940, quando o pai dela morreu na guerra de inverno contra a Rússia, deixando mãe e bebê na propriedade da família, 57% dos finlandeses eram agricultores e madeireiros. Quando ela estava com 45 anos, menos de 10% o eram. Que haverá de mais natural, nessas circunstâncias, do que os finlandeses comecem como camponeses e acabarem em circunstâncias bastante diferentes?

Contudo, se a previsão de Marx de que a industrialização eliminaria o campesinato estava por fim evidentemente se concretizando em países de rápida industrialização, o fato realmente extraordinário foi o declínio da população agrícola em países cuja óbvia falta desse desenvolvimento as Nações Unidas tentavam disfarçar com uma variedade de eufemismos para as palavras “atrasado” e “pobre”. No momento mesmo em que esperançosos jovens esquerdistas citavam a estratégia de Mao Tsé-tung para fazer triunfar a revolução pela mobilização de incontáveis milhões de habitantes da zona rural contra os encastelados bastiões do *status quo*, esses mesmos milhões abandonavam suas aldeias e mudavam-se para as cidades. Na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e — quase — no Brasil (1960-80). Caiu em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-81), Venezuela (1961-81) e Jamaica (1953-81). Em todos esses países — com exceção da Venezuela —, no fim da Segunda Guerra Mundial os camponeses formavam metade, ou a maioria absoluta, da população ocupada. Mas já em 1970 *não* havia na América Latina — fora dos mini-Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti — um único país em que os camponeses não fossem minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental. O número de agricultores na Argélia diminuiu de 75% da população para 20%; na Tunísia, de 68% para 23% em pouco mais de trinta anos; o Marrocos, menos acentuadamente, per-

deu sua maioria camponesa em dez (1971-82). A Síria e o Iraque ainda tinham metade de seus habitantes na agricultura em meados da década de 1950. Vinte anos depois, o primeiro reduzira essa porcentagem à metade, e o segundo a menos de um terço. O Irã caiu de cerca de 55% de camponeses em meados da década de 1950 para 29% em meados da de 1980.

Enquanto isso, claro, os camponeses da Europa agrária ainda aravam a terra. Na década de 1980, mesmo os antigos bastiões da agricultura camponesa no leste e sudeste do continente não tinham mais de um terço, mais ou menos, de sua força de trabalho no campo (Romênia, Polônia, Iugoslávia, Grécia), e alguns muito menos, notadamente a Bulgária (16,5% em 1985). Só um bastião camponês restava na Europa e no Oriente Médio ou seus arredores — a Turquia, onde o campesinato declinou, mas em meados da década de 1980 ainda continuava sendo maioria absoluta.

Só três regiões do globo permaneceram essencialmente dominadas por aldeias e campos: a África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia continental e a China. Apenas nessas regiões era possível encontrar países que tinham passado ao largo do declínio dos agricultores, nos quais os que plantavam e cuidavam de animais continuaram sendo durante todas as tempestuosas décadas uma proporção constante da população — mais de 90% no Nepal, cerca de 70% na Libéria, cerca de 60% em Gana, ou mesmo, um tanto surpreendentemente, cerca de 70% na Índia durante todos os 25 anos após a independência e um pouco menos (66,4%) mesmo em 1981. Essas regiões de dominação camponesa ainda representavam reconhecidamente metade da raça humana no fim do nosso período. Contudo, mesmo elas já desmoronavam pelas bordas sob as pressões do desenvolvimento econômico. O sólido bloco camponês da Índia era cercado por países cujas populações agrícolas declinavam muito depressa: Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka, onde os camponeses há muito haviam deixado de ser maioria; como ocorrera, na década de 1980, na Malásia, Filipinas e Indonésia e, claro, nos novos Estados industriais do leste da Ásia, Taiwan e Coreia do Sul, que tinham mais de 60% de seus habitantes nos campos ainda em 1961. Além disso, na África, a predominância camponesa de vários países do sul era uma ilusão dos bantustans. A agricultura, praticada sobretudo por mulheres, era o lado visível de uma economia que na verdade dependia em grande parte das remessas da mão-de-obra masculina migrante para as cidades e minas brancas no sul.

O estranho nesse maciço e silencioso êxodo do campo na maior parte da massa de terra do mundo, e mais ainda de suas ilhas,\* é que só parcialmente se deveu ao progresso agrícola, pelo menos nas antigas áreas camponesas. Como vimos (capítulo 9), os países industriais desenvolvidos, com uma ou duas exce-

(\*) Cerca de três quintos da área de terra do globo, excluindo-se o inabitável continente da Antártica.

ções, também se transformaram nos grandes produtores agrícolas para o mercado mundial, e fizeram isso enquanto reduziam sua população agrícola a uma porcentagem pequena, e às vezes absurdamente minúscula, de seu povo. Isso foi conseguido graças a uma extraordinária explosão de produtividade per capita, de capital intensivo, promovida pelos agricultores. O aspecto imediato mais visível foi a expressiva quantidade de maquinário que o agricultor em países ricos e desenvolvidos tinha agora à sua disposição, e que realizava os grandes sonhos de abundância com a agricultura mecanizada que inspiravam todos aqueles tratoristas de peito nu das fotos de propaganda da jovem república soviética, e a que a agricultura soviética tão simbolicamente não correspondeu. Menos visíveis, mas igualmente significativas, foram as realizações cada vez mais impressionantes da química agrícola, criação seletiva e biotecnologia. Nessas circunstâncias, a agricultura simplesmente não mais precisava dos números de mãos e braços sem os quais, nos dias pré-tecnológicos, uma safra não podia ser colhida, nem na verdade do número de famílias camponesas regulares e seus empregados permanentes. E onde precisava, o transporte moderno tornava desnecessário mantê-los no campo. Assim, na década de 1970, criadores de ovelhas em Perthshire (Escócia) acharam economicamente compensador importar hábeis tosquiadores especializados da Nova Zelândia para a (curta) temporada de tosquia local, que, naturalmente, não coincidia com a do hemisfério sul.

Nas regiões pobres do mundo, a revolução agrícola não esteve ausente, embora fosse mais irregular. Na verdade, não fosse pela irrigação e a contribuição da *ciência*, através da chamada “revolução verde”,\* por mais controvertidas que possam ser as consequências de ambas a longo prazo, grandes partes do sudeste e sul da Ásia teriam sido incapazes de alimentar uma população que se multiplicava velozmente. Contudo, no todo, os países do Terceiro Mundo e partes do (antes ou ainda socialista) Segundo Mundo não mais se alimentavam a si mesmos, e muito menos produziam os grandes excedentes exportáveis de alimentos que se poderiam esperar de países agrários. Na melhor das hipóteses, eram encorajados a concentrar-se em safras especializadas para o mercado do mundo desenvolvido, enquanto seus camponeses, quando não compravam os baratos excedentes de alimentos exportados do norte, continuavam ceifando e arando à maneira antiga, de mão-de-obra intensiva. Não havia motivo para deixarem uma agricultura que precisava de seu trabalho, a não ser talvez a explosão populacional, que poderia fazer a terra escassear. Mas as regiões das quais os camponeses saíam em massa eram muitas vezes, como na América Latina, pouco povoadas e cultivadas, e tinham fronteiras abertas para as quais uma pequena proporção dos compatriotas

(\*) A introdução sistemática, em partes do Terceiro Mundo, de novas variedades de colheitas de alta produtividade, cultivadas com métodos especificamente adequados a elas. Sobre tudo a partir da década de 1960.

migrava como posseiros e colonos livres, freqüentemente, como na Colômbia e no Peru, oferecendo a base para movimentos de guerrilha locais. Por outro lado, as regiões asiáticas em que o campesinato se manteve melhor foram talvez a zona mais densamente assentada do mundo, com densidades por milha quadrada que iam de 250 a 2 mil (a média para a América Latina é 41,5).

Quando o campo se esvazia, as cidades se enchiam. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora. Em meados da década de 1980, 42% de sua população era urbana, e, não fosse o peso das enormes populações rurais da China e da Índia, que totalizavam três quartos de camponeses asiáticos, teria sido maioria (Population, 1984, p. 214). Mas mesmo nos núcleos do interior rural as pessoas se mudavam dos campos para as cidades, e sobretudo para a cidade grande. Entre 1960 e 1980, a população urbana do Quênia dobrou, embora em 1980 só tivesse alcançado 14,2%; mas quase seis em cada dez habitantes urbanos agora viviam em Nairóbi, enquanto vinte anos antes eram só quatro em dez. Na Ásia, multiplicaram-se as cidades de muitos milhões de habitantes, em geral capitais. Seul, Teerã, Karachi, Jacarta, Manila, Nova Délhi, Bancoc, todas tinham entre 5 milhões e 8 milhões de habitantes em 1980, e esperava-se que tivessem entre 10 milhões e 13,5 milhões no ano 2000. Em 1950, nenhuma delas (com exceção de Jacarta) tinha mais que cerca de 1,5 milhão (*World Resources*, 1986). De fato, de longe as mais gigantescas aglomerações urbanas no fim da década de 1980 eram encontradas no Terceiro Mundo: Cairo, Cidade do México, São Paulo e Xangai, cujas populações se contavam na casa das dezenas de milhões. Pois, paradoxalmente, embora o mundo desenvolvido continuasse muito mais urbanizado que o mundo pobre (a não ser por partes da América Latina e da zona islâmica), suas cidades gigantescas se dissolviam. Havia atingido o auge no início do século XX, antes que a fuga para os subúrbios e comunidades-satélite fora das cidades se acelerasse, e os velhos centros urbanos se tornassem cascas ocas à noite, quando os trabalhadores, compradores e os que buscavam diversão voltavam para casa. Enquanto a Cidade do México quase quintuplicava nos trinta anos após 1950, Nova York, Londres e Paris lentamente saíam do time das grandes cidades, ou caíam para escalões mais baixos.

Contudo, de modo curioso, o Velho e o Novo Mundo convergiam. A “cidade grande” típica do mundo desenvolvido tornou-se uma região de assentamentos conectados, em geral concentrados numa área ou áreas centrais de comércio ou administração reconhecíveis do ar como uma espécie de cadeia de montanhas de prédios altos e arranha-céus, a não ser onde (como em Paris) essas construções não eram permitidas.\* Sua interconexão, ou talvez o colapso do tráfego motorizado privado sob a maciça pressão dos carros particulares,

(\*) Esses centros elevados, consequência natural dos altos preços da terra nesses distritos, eram extremamente incomuns antes de 1950. Nova York era praticamente única. Tornaram-se

foram demonstrados, a partir da década de 1960, por uma nova revolução no transporte público. Jamais, desde a primeira construção de sistemas de bonde e metrô urbanos em fins do século XIX, tantos novos sistemas de metrô e transporte rápido suburbanos foram construídos ao mesmo tempo: de Viena a San Francisco, de Seul ao México. Simultaneamente, a descentralização se espalhou, à medida que a maioria das comunidades ou complexos suburbanos componentes dessas cidades desenvolvia seus próprios serviços de lojas e lazer, notadamente através de *shopping centers* na periferia (no que os americanos foram pioneiros).

Por outro lado, a cidade do Terceiro Mundo, embora também ligada por sistemas de transporte (em geral obsoletos e inadequados) e uma miríade de ônibus privados e “táxis coletivos” caindo aos pedaços, não podia deixar de ser dispersa e desestruturada, quando mais não fosse porque não há como não o serem aglomerações de 10 a 20 milhões, sobretudo se a maior parte de seus assentamentos permanentes começou como favelas baixas, quase sempre estabelecidas por grupos de posseiros num espaço aberto baldio. Os habitantes dessas cidades às vezes têm de gastar várias horas por dia viajando na ida e volta do emprego (pois o emprego estável é precioso), e podem estar dispostos a fazer peregrinações de igual extensão a lugares de ritual público como o Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro (200 mil lugares), onde os cariocas adoram as divindades do futebol, mas na verdade as conurbações do Velho e do Novo Mundo eram cada vez mais reuniões de comunidades nominalmente — ou, no Ocidente, muitas vezes formalmente — autônomas, embora no rico Ocidente, pelo menos nos arredores, contivessem muito mais espaços verdes que nos superpovoados Leste e Sul. Enquanto nos cortiços e favelas os seres humanos viviam em simbiose com os resistentes ratos e baratas, a estranha terra de ninguém entre cidade e campo que cercava o que restava dos “centros urbanos” do mundo desenvolvido era colonizada pela fauna dos bosques: doninha, raposa e guaxinim.

## II

Quase tão dramático quanto o declínio e queda do campesinato, e muito mais universal, foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior. A educação primária universal, isto é, a alfabetização básica, era na verdade a aspiração de todos os governos, tanto assim que no fim da década de 1980 só os Estados mais honestos e desvalidos admitiam ter até metade de sua população analfabeta, e só dez — todos, com exceção do

comuns a partir da década de 1960, mesmo as cidades baixas e descentralizadas, como Los Angeles, adquirindo um desses “centros” (*downtown*).



quasi  
Afeganistão, na África — estavam dispostos a admitir que menos de 20% de sua população sabia ler e escrever. E a alfabetização fez um progresso sensacional, não menos nos países revolucionários sob governo comunista, cujas realizações neste aspecto foram de fato as mais impressionantes, mesmo quando as afirmações de ter “liquidado” o analfabetismo num período implausivelmente curto eram às vezes otimistas. Contudo, se a alfabetização em massa era geral ou não, a demanda de vagas na educação secundária e sobretudo superior multiplicou-se em ritmo extraordinário. E o mesmo se deu com o número de pessoas que a tinham tido ou estavam tendo.

A explosão de números foi particularmente dramática na educação universitária, até aí tão incomum que chegava a ser demograficamente negligenciável, a não ser nos EUA. Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas. Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha e URSS (para citar apenas países europeus), isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária em massa. A essa altura, em países educacionalmente ambiciosos, os estudantes formavam mais de 2,5% da população *total* — homens, mulheres e crianças — ou mesmo, em casos excepcionais, mais de 3%. Não era incomum 20% do grupo etário de vinte a 24 anos estar recebendo educação formal. Mesmo os países academicamente mais conservadores — Grã-Bretanha e Suíça — haviam aumentado essa taxa para 1,5%. Além disso, alguns dos corpos estudantis relativamente maiores se encontravam em países longe de avançados: Equador (3,2%), Filipinas (2,7%) ou Peru (2%).

Tudo isso era não apenas novo, mas bastante súbito. “O fato mais impressionante extraído do estudo dos universitários latino-americanos em meados da década de 1960 é que eram tão poucos em número” (Liebman, Walker & Glazer, 1972, p. 35), escreveram estudiosos americanos durante aquela década, convencidos de que isso refletia o modelo básico elitista-europeu de educação superior ao sul do Rio Grande. E isso apesar do fato de que os números deles vinham crescendo cerca de 8% ao ano. Na verdade, só na década de 1960 se tornou inegável que os estudantes tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismo estudantil em todo o mundo falaram mais alto que as estatísticas. Mas também estas se tornaram impossíveis de ignorar. Entre 1960 e 1980, para ficar na Europa bem escolarizada, o número de estudantes triplicou ou quadruplicou no país mais típico, exceto onde se multiplicou por quatro ou cinco, como na Alemanha Federal, Irlanda e Grécia; por cinco a sete, como na Finlândia, Islândia, Suécia e Itália; e por sete a nove,

como na Espanha e Noruega (Burloiu, 1983, pp. 62-3). À primeira vista, parece curioso que, no todo, a corrida para as universidades tenha sido menos acentuada nos países socialistas, apesar do orgulho deles quanto à educação, e no caso da China de Mao aberrante. O Grande Timoneiro praticamente aboliu toda educação superior durante a Revolução Cultural (1966-76). À medida que os problemas dos sistemas socialistas aumentavam nas décadas de 1970 e 1980, eles ficavam mais para trás do Ocidente. A porcentagem da população na Hungria e Tchecoslováquia que recebia educação superior era menor do que em praticamente todos os outros Estados europeus.

Isso parecerá tão curioso a um segundo olhar? Talvez não. O extraordinário crescimento da educação superior, que no início da década de 1950 produziu pelo menos sete países com mais de 100 mil *professores* no nível universitário, deveu-se à pressão do consumidor, a que os governos socialistas não estavam preparados para responder. Era óbvio para planejadores e governos que a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que no passado, e que eles tinham de ser formados em alguma parte — e as universidades ou instituições semelhantes de educação superior vinham, por tradição, funcionando em grande parte como escolas de formação para o serviço público e as profissões especializadas. Mas embora isso, tanto quanto a tendência geral democrática, justificasse a substancial expansão da educação superior, a escala da explosão estudantil excedia em muito o que o planejamento racional poderia ter previsto.

Na verdade, as famílias corriam a pôr os filhos na educação superior sempre que tinham a opção e a oportunidade, porque esta era de longe a melhor chance de conquistar para eles uma renda melhor e, acima de tudo, um status social superior. Dos estudantes latino-americanos entrevistados por pesquisadores americanos em meados da década de 1960 em vários países, entre 79% e 95% estavam convencidos de que o estudo os colocaria numa classe social superior dentro de dez anos. Só entre 21% e 38% achavam que o estudo ia trazer-lhes um status econômico muito superior ao de suas famílias (Liebman, Walker & Glazer, 1972). Claro que, quase certamente, lhes daria uma renda maior que a dos não diplomados, e, em países de pequena educação, onde o diploma garantia um lugar na máquina do Estado, e portanto poder, influência e extorsão financeira, podia ser a chave para a verdadeira riqueza. A maior parte dos estudantes, claro, vinha de famílias em melhores condições que a maioria — de que outro modo teriam podido pagar alguns anos de estudo de jovens adultos em idade de trabalho? —, mas não necessariamente ricas. Muitas vezes os sacrifícios que os pais faziam eram reais. Já se disse que o milagre educacional coreano se apoiou nas carcaças de vacas vendidas por pequenos agricultores para empurrar os filhos para a honrável e privilegiada classe dos intelectuais. (Em oito anos — 1975-83 —, os estudantes coreanos aumentaram de 0,8% para quase 3% da população.) Ninguém que tenha a



experiência de ser o primeiro da família a ir para a universidade em tempo integral terá a menor dificuldade para entender as motivações deles. O grande *boom* mundial tornou possível para incontáveis famílias modestas — empregados de escritórios e funcionários públicos, lojistas e pequenos comerciantes, fazendeiros e, no Ocidente, até prósperos operários qualificados — pagar estudo em tempo integral para seus filhos. O Estado de Bem-estar social ocidental, começando com os subsídios americanos para ex-pracinhas após 1945, ofereceu substancial auxílio estudantil de uma forma ou de outra, embora a maioria dos estudantes ainda esperasse uma vida claramente sem luxo. Em países democráticos e igualitários, uma espécie de direito dos formados em escolas secundárias a passar automaticamente para escolas superiores era aceito com frequência, a tal ponto que na França a admissão seletiva a uma universidade do Estado ainda era encarada como constitucionalmente impossível em 1991. (Nada desse tipo existia nos países socialistas.) À medida que rapazes e moças recebiam educação superior, os governos — pois, fora dos EUA, Japão e uns poucos outros países, as universidades eram mais instituições públicas que privadas — multiplicavam o número de novos estabelecimentos para recebê-los, sobretudo na década de 1970, quando o número das universidades no mundo quase dobrou.\* E, claro, as colônias recém-independentes, que se multiplicaram na década de 1960, faziam de suas próprias instituições de educação superior um símbolo de independência, assim como uma bandeira, uma empresa aérea ou um exército.

Essas massas de rapazes e moças e seus professores, contadas aos milhões ou pelo menos centenas de milhares em todos os Estados, a não ser nos muito pequenos e excepcionalmente atrasados, e concentradas em *campi* ou “cidades universitárias” grandes e muitas vezes isolados, constituíam um novo fator na cultura e na política. Eram transnacionais, movimentando-se e comunicando idéias e experiências através de fronteiras com facilidade e rapidez, e provavelmente estavam mais à vontade com a tecnologia das comunicações que os governos. Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social. Nos países ditatoriais, em geral elas forneciam os *únicos* grupos de cidadãos capazes de uma ação política coletiva, e é significativo o fato de que, enquanto outras populações estudantis latino-americanas cresciam, seu número no Chile do ditador militar Pinochet, após 1973, foi forçado a cair: de 1,5% para 1,1% da população. E se houve um momento, nos anos de ouro posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialis-

(\*) Também aqui o mundo socialista estava sob pressão menor.

tas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental. Estava longe de ser a revolução, embora fosse consideravelmente mais que o “psicodrama” ou “teatro de rua” descartado por observadores velhos e não simpatizantes como Raymond Aron. Afinal, 1968 encerrou a era do general De Gaulle na França, de presidentes democratas nos EUA, as esperanças de comunismo liberal na Europa Central comunista e (pelos silenciosos efeitos posteriores do massacre de estudantes de Tlatelolco) assinalou o início de uma nova era na política mexicana.

O motivo pelo qual 1968 (com seu prolongamento em 1969 e 1970) não foi a revolução, e jamais pareceu que seria ou poderia ser, era que apenas os estudantes, por mais numerosos e mobilizáveis que fossem, não podiam fazê-la sozinhos. A efetividade política deles estava em sua capacidade de agir como sinais e detonadores para grupos maiores mas que se inflamavam com menos facilidade. A partir da década de 1960, tiveram alguns êxitos nessa atuação. Provocaram enormes ondas de greves operárias na França e Itália em 1968, mas, após vinte anos de melhoria sem paralelos para os assalariados em economias de pleno emprego, revolução era a última coisa em que as massas proletárias pensavam. Só na década de 1980 — e mesmo então em países não democráticos muito diferentes, como China, Coreia do Sul e Tchecoslováquia — as rebeliões estudantis pareceram realizar seu potencial de detonar a revolução, ou pelo menos forçar governos a tratá-los como um sério perigo público, massacrando-os em grande escala, como na praça Tiananmen, em Pequim. Após o fracasso dos grandes sonhos, alguns estudantes radicais tentaram de fato fazer a revolução sozinhos, através do terrorismo de pequenos grupos, mas, embora tais movimentos recebessem muita publicidade (com isso atingindo pelo menos um de seus grandes objetivos), raramente tiveram qualquer impacto político sério. Onde ameaçaram tê-lo, foram eliminados rapidamente, tão logo as autoridades decidiram agir: na década de 1970, com brutalidade sem par e tortura sistemática nas “guerras sujas” da América Latina, com suborno e negociações escusas na Itália. Os únicos sobreviventes importantes dessas iniciativas na última década do século eram o grupo terrorista nacionalista basco ETA e a guerrilha camponesa teoricamente comunista Sendero Luminoso no Peru, uma indesejada dádiva dos corpos docente e discente da Universidade de Ayacucho a seus compatriotas.

No entanto, isso nos deixa com uma questão ligeiramente intrigante: por que só o movimento desse novo grupo social de estudantes, entre os novos e velhos atores da Era de Ouro, optou pelo radicalismo de esquerda? Pois (se deixarmos de fora rebeldes contrários aos regimes comunistas) mesmo os movimentos estudantis nacionalistas tendiam a pregar o emblema vermelho de Marx, Lenin ou Mao em suas bandeiras até a década de 1980.

Em certos aspectos, isso nos leva inevitavelmente muito além da estrati-

ficação social, pois o novo corpo estudantil era, por definição, também um grupo de jovens, isto é, encontrava-se num ponto de parada obrigatório na passagem humana pela vida, e além disso continha um crescente e desproporcionalmente grande contingente de mulheres, suspensas entre a impermanência de sua idade e a permanência de seu sexo. Mais tarde examinaremos o desenvolvimento de culturas especiais da juventude, que ligavam estudantes a outros de sua geração, e da nova consciência feminina, que também ia além das universidades. Os grupos jovens, ainda não assentados na idade adulta estabelecida, são o *locus* tradicional da alegria, motim e desordem, como sabiam até mesmo os reitores de universidades medievais, e as paixões revolucionárias são mais comuns aos dezoito anos que aos 35, como têm dito gerações de pais burgueses na Europa a gerações de filhos e (mais tarde) filhas céticos. Na verdade, essa crença se achava tão entranhada nas culturas ocidentais que o *establishment* em vários países — talvez sobretudo nos latinos dos dois lados do Atlântico — já contava com a militância estudantil, chegando mesmo à guerrilha armada, na geração jovem. Quando muito, era mais um sinal de personalidade agitada do que lerda. Os estudantes da San Marcos (Peru), como dizia a piada, “prestavam seu serviço revolucionário” em alguma seita ultramaoísta antes de se assentar numa sólida e apolítica profissão de classe média — enquanto ainda prosseguia naquele infeliz país alguma coisa parecida com uma vida normal (Lynch, 1990). Os estudantes mexicanos logo aprenderam que: a) o aparelho do Estado e do partido recrutava seus quadros essencialmente nas universidades; e b) quanto mais revolucionários fossem os estudantes, maiores as chances de que lhes oferecessem bons empregos após a formatura. Mas mesmo na respeitável França tornou-se familiar o ex-maoísta fazer brilhante carreira no serviço público.

No entanto, isso não explica por que grupos de jovens obviamente a caminho de um futuro muito melhor que o de seus pais, ou, de qualquer modo, que o da maioria dos não estudantes, se sentiram — com raras exceções — atraídos pelo radicalismo político.\* Na verdade, um elevado número deles provavelmente não sentia essa atração, preferindo concentrar-se na obtenção dos diplomas que lhes garantiriam um futuro; no entanto, eram menos notados que o grupo menor — mas ainda assim numericamente grande — dos politicamente ativos, sobretudo quando estes dominavam as áreas visíveis da vida universitária, com manifestações públicas que iam de paredes cobertas de pichação e cartazes a comícios, marchas e piquetes. Ainda assim, mesmo esse grau

(\*) Entre essas raras exceções colocamos a Rússia, onde, ao contrário de outros países comunistas da Europa Oriental e da China, os estudantes enquanto grupo não se destacaram nem exerceram influência nos anos do colapso do comunismo. O movimento democrático na Rússia foi descrito como “uma revolução dos de quarenta anos”, observada por uma juventude despolitizada e desmoralizada (Riordan, 1991).

de radicalização de esquerda era novo nos países desenvolvidos, embora não nos atrasados e dependentes. Antes da Segunda Guerra Mundial, a grande maioria dos estudantes na Europa Central e Ocidental e na América do Norte era apolítica ou de direita.

A expressiva explosão do número de estudantes já sugere uma possível resposta. No fim da Segunda Guerra Mundial havia menos de 100 mil estudantes na França. Em 1960, eram mais de 200 mil e, nos dez anos seguintes, esse número triplicou para 651 mil (Flora, 1983, p. 582; *Deux ans*, 1990, p. 4). (Durante esses dez anos, o número de estudantes de humanidades multiplicou-se por quase 3,5, e o de ciências sociais, por quatro.) A consequência mais imediata e direta foi uma inevitável tensão entre essa massa de estudantes, em sua maioria de primeira geração, despejada nas universidades e instituições que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal influxo. Além disso, à medida que uma crescente proporção de população em idade escolar tinha oportunidade de estudar — na França era de 4% em 1950, 15,5% em 1970 —, ir para a universidade deixou de ser um privilégio especial que já constituía uma recompensa em si, e as limitações que isso impunha a jovens adultos (geralmente sem dinheiro) deixavam-nos mais ressentidos. O ressentimento contra um tipo de autoridade, a universidade, ampliava-se facilmente para o ressentimento contra qualquer autoridade e, portanto (no Ocidente), inclinava os estudantes para a esquerda. Assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *par excellence*. Motivos especiais a intensificaram neste ou naquele país — hostilidade à Guerra do Vietnã nos EUA (isto é, serviço militar), ressentimento racial no Peru (Lynch, 1990, pp. 32-7) —, mas o fenômeno era demasiado geral para exigir explicações especiais *ad hoc*.

E no entanto, num sentido mais geral, mais indefinível, essa nova massa de estudantes ficava, por assim dizer, numa posição meio incômoda em relação ao resto da sociedade. Ao contrário de outras classes ou agrupamentos sociais mais velhos e estabelecidos, eles não tinham, nela, um lugar determinado nem um padrão de relações — pois como poderiam os novos exércitos de estudantes comparar-se aos contingentes relativamente minúsculos do pré-guerra (40 mil na bem-educada Alemanha de 1939), que não passavam de uma fase juvenil da vida da classe média? Em muitos aspectos, a existência mesma das novas massas implicava questões sobre a sociedade que as engendrara; e das questões à crítica é só um passo. Como nela se encaixavam? Que espécie de sociedade era aquela? A própria juventude do corpo estudantil, a própria largura do abismo de gerações entre esses filhos do mundo do pós-guerra e seus pais, estes capazes de lembrar e comparar, tornavam seus problemas mais urgentes, sua atitude mais crítica. Pois as insatisfações dos jovens não eram amortecidas pela consciência de ter vivido épocas de impressionante melhoria, muito melhores do que seus pais algum dia esperaram ver. Os novos tempos

eram os únicos que os rapazes e moças que iam para a universidade conheciam. Ao contrário, eles sentiam que tudo podia ser diferente e melhor, mesmo não sabendo exatamente como. Os mais velhos, acostumados a tempos de aperto e desemprego, ou pelo menos lembrando-os, não esperavam mobilizações radicais numa época em que, sem dúvida, o incentivo econômico a elas nos países desenvolvidos era menor do que nunca. Mas a explosão de agitação estudantil irrompeu no auge mesmo do grande *boom* global, porque era dirigida, mesmo que vaga e cegamente, contra o que eles viam como característico *daquela* sociedade, não contra o fato de que a velha sociedade talvez não houvesse melhorado o bastante. Mas, paradoxalmente, o fato de que o ímpeto para o novo radicalismo vinha de grupos não afetados pela insatisfação econômica estimulou mesmo os grupos acostumados a mobilizar-se em base econômica a descobrir que, afinal, podiam pedir mais da nova sociedade do que tinham imaginado. O efeito mais imediato da rebelião estudantil europeia foi uma onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho.

### III

Ao contrário das populações do campo e universitárias, as classes operárias industriais não sofreram terremotos demográficos até que, na década de 1980, começaram a declinar muito visivelmente. Isso é surpreendente, considerando-se o quanto se falava, mesmo da década de 1950 em diante, numa “sociedade pós-industrial”; considerando-se como foram revolucionárias, de fato, as transformações técnicas da produção, a maioria das quais economizou, afastou ou eliminou a mão-de-obra humana; e considerando-se como os partidos e movimentos baseados na classe operária entraram obviamente em crise após 1970 ou por volta dessa data. Contudo, a impressão generalizada de que de alguma forma a velha classe operária industrial estava morrendo era estatisticamente errada, pelo menos em escala global.

Com a única grande exceção dos EUA, onde a porcentagem de pessoas empregadas na manufatura passou a declinar a partir de 1965, e muito nitidamente após 1970, as classes operárias industriais continuaram bastante estáveis durante todos os anos dourados mesmo nos velhos países industriais,\* constituindo cerca de um terço da população empregada. Na verdade, em oito de 21 países da OCDE — o clube dos mais desenvolvidos — ela continuou a crescer entre 1960 e 1980. Naturalmente, cresceu nas partes recém-industrializadas da Europa (não comunista), e depois permaneceu estável até 1980, enquanto no Japão subiu de maneira impressionante, permanecendo bastante estável nas décadas de 1970 e 1980. Nos países comunistas que passavam por

(\*) Bélgica, Alemanha (Occidental), Grã-Bretanha, França, Suécia, Suíça.

rápida industrialização, notadamente na Europa Oriental, o número de proletários multiplicou-se mais rápido que nunca, o mesmo ocorrendo nas partes do Terceiro Mundo que encetaram sua própria industrialização — Brasil, México, Índia, Coreia e outros. Em suma, no fim dos anos dourados havia sem dúvida mais operários no mundo, em números absolutos, e quase com certeza maior proporção de empregados em manufatura na população global do que jamais houvera antes. Com muito poucas exceções, como a Grã-Bretanha, Bélgica e EUA, em 1970 os operários provavelmente constituíam uma proporção maior do total da população empregada do que na década de 1890 em todos os países onde enormes partidos socialistas haviam de repente surgido no fim do século XIX com base na consciência proletária. Só nas décadas de 1980 e 1990 podemos detectar sinais de uma grande contração da classe operária.

A ilusão de uma classe operária em colapso se deveu mais a mudanças dentro dela, e dentro do processo de produção, do que a uma hemorragia demográfica. As velhas indústrias do século XIX e inícios do XX declinaram, e sua própria visibilidade no passado, quando muitas vezes simbolizavam a “indústria”, tornou mais impressionante o seu declínio. Os mineiros de carvão, que outrora se contavam às centenas de milhares, passaram a ser menos comuns que os formados por universidades. A indústria siderúrgica americana agora empregava menos pessoas que as lanchonetes McDonald’s. Mesmo quando não desapareceram, essas indústrias tradicionais mudaram-se de velhos para novos países industriais. Produtos têxteis, roupas e calçados migraram em massa. O número de pessoas empregadas nas indústrias têxtil e de roupas dentro da República Federal da Alemanha caiu em mais da metade entre 1964 e 1984, mas no início da década de 1980, para cada cem operários alemães, a indústria de roupas alemã empregava 34 no exterior. Mesmo em 1966 eram menos de três. Ferro, aço e indústria naval praticamente desapareceram das terras de industrialização mais antiga, mas reapareceram no Brasil e na Coreia, na Espanha, Polônia e Romênia. Velhas áreas industriais tornaram-se “cinturões de ferrugem” — termo inventado nos EUA na década de 1970 —, ou mesmo países inteiros identificados com uma fase anterior da indústria, como a Grã-Bretanha, foram largamente desindustrializados, transformando-se em museus vivos ou agonizantes de um passado desaparecido, que empresários exploravam, com certo êxito, como atrações turísticas. Enquanto as últimas minas de carvão desapareciam do sul de Gales, onde mais de 130 mil ganhavam a vida como mineiros no início da Segunda Guerra Mundial, velhos sobreviventes desciam em poços mortos para mostrar a grupos de turistas o que outrora faziam ali em eterna escuridão.

E mesmo quando novas indústrias substituíam as velhas, não eram as mesmas indústrias, muitas vezes não nos mesmos lugares, e provavelmente com estruturas diferentes. O jargão da década de 1980 que falava em “pós-

fordismo” sugere isso.\* A imensa fábrica de produção em massa construída em torno da correia de transmissão, a cidade ou região dominada por uma só indústria, caso de Detroit ou Turim na área automobilística, a classe operária local unida pela segregação residencial e o local de trabalho numa unidade de muitas cabeças pareciam ter sido características da era industrial clássica. Era uma imagem irrealista, mas representava mais que uma verdade simbólica. Onde as velhas estruturas industriais floresciam no fim do século xx, como no Terceiro Mundo recém-industrializado ou em economias industriais socialistas, colhidos em sua (deliberada) distorção de tempo fordista, eram evidentes as semelhanças com o entreguerras, ou mesmo com o mundo industrial ocidental pré-1914 — até no surgimento de poderosas organizações trabalhistas em importantes centros industriais baseados em grandes indústrias automobilísticas (como em São Paulo), ou estaleiros navais (como em Gdansk). Assim também surgiram, das grandes greves de 1937, as centrais sindicais de operários nas indústrias automobilística e siderúrgica no que é hoje o cinturão de ferrugem do Meio-Oeste americano. Por outro lado, embora a grande empresa de produção em massa e a grande fábrica sobrevivessem até a década de 1990, mesmo que automatizadas e alteradas, as novas indústrias eram *muito* diferentes. As clássicas regiões industriais “pós-fordistas” — por exemplo, o Veneto, a Emilia-Romagna e a Toscana no norte e centro da Itália — não tinham as grandes cidades industriais, as empresas dominantes, as fábricas enormes. Eram mosaicos ou redes de empresas que iam da oficina de fundo de quintal à fábrica modesta (mas de alta tecnologia), espalhados pela cidade e o país. Que tal acharia a cidade de Bolonha, perguntou a seu prefeito uma das grandes empresas da Europa, se uma de suas fábricas enormes se instalasse ali? O prefeito\*\* desviou polidamente a sugestão. Sua cidade e região, prósperas, sofisticadas e, na verdade, comunistas, sabiam como cuidar da situação econômica e social da nova economia agroindustrial: que Turim e Milão enfrentassem os problemas típicos de cidade industrial.

Claro, as classes operárias acabaram — e de maneira muito clara após a década de 1990 — tornando-se vítimas das novas tecnologias; sobretudo os homens e mulheres não qualificados das linhas de produção em massa, que podiam ser mais facilmente substituídos por maquinário automatizado. Ou antes, à medida que as grandes décadas de *boom* de 1950 e 1960 davam lugar a uma era de dificuldades econômicas mundiais nos anos de 1970 e 1980, a indústria não mais se expandiu no velho ritmo que inchava as forças de trabalho mesmo quando a produção passou a depender menos de mão-de-obra (ver capítulo 14).

(\*) A expressão, que surgiu das tentativas de repensar análises esquerdistas da sociedade industrial, foi popularizada por Alain Lipetz, que tomou o termo “fordismo” de Gramsci.

(\*\*) Ele mesmo me contou.

As crises econômicas do início da década de 1980 recriaram o desemprego em massa pela primeira vez em quarenta anos, pelo menos na Europa.

Em alguns países desavisados, a crise produziu um verdadeiro holocausto industrial. A Grã-Bretanha perdeu 25% de sua indústria manufatureira em 1980-4. Entre 1973 e fins da década de 1980, o número total de pessoas empregadas na manufatura nos seis velhos países industriais da Europa caiu 7 milhões, ou cerca de um quarto, mais ou menos metade dos quais entre 1979 e 1983. Em fins da década de 1980, enquanto as classes operárias nos velhos países industriais se erodiam e as novas surgiam, a força de trabalho empregada na manufatura estabilizou-se em cerca de um quarto de todo o emprego civil em todas as regiões desenvolvidas ocidentais, com exceção dos EUA, onde a essa altura estava bem abaixo de 20% (Bairoch, 1988). Estava muito longe do velho sonho marxista da população gradualmente proletarizada pelo desenvolvimento da indústria até a maioria das pessoas ser trabalhadores (braçais). Com exceção dos casos mais raros, dos quais a Grã-Bretanha era o mais notável, a classe operária industrial sempre fora uma minoria da população trabalhadora. Apesar disso, a aparente crise da classe operária e seus movimentos, sobretudo no Velho Mundo industrial, era patente muito tempo antes de haver — em termos globais — qualquer questão de sério declínio.

Era uma crise não de classe, mas de sua consciência. No fim do século XIX (ver *A era dos impérios*, capítulo 5), as próprias populações misturadas e heterogêneas que ganhavam a vida nos países desenvolvidos vendendo seu trabalho braçal por salários aprenderam a ver-se como uma única classe trabalhadora, e a encarar esse fato como de longe a coisa mais importante em sua situação como seres humanos na sociedade. Ou pelo menos chegou a essa conclusão um número de operários suficiente para transformar partidos e movimentos que os atraíam essencialmente como trabalhadores (o que é indicado pelo próprio nome — Partido Trabalhista, Parti Ouvrier etc.) em imensas forças políticas no período de poucos anos. Claro que estavam unidos não só por salários e por sujarem as mãos no trabalho. Eram, esmagadoramente, pobres e economicamente inseguros, pois, embora os pilares essenciais dos movimentos trabalhistas estivessem longe da miséria ou do pauperismo, o que eles esperavam e obtinham da vida era modesto, e muito abaixo das expectativas das classes médias. Na verdade, a economia de bens de consumo duráveis para as massas os deixara de lado em toda parte antes de 1914, e em toda parte menos nos EUA e na Austrália entre as guerras. Um organizador comunista britânico enviado para as fábricas de armamentos em Coventry do tempo da guerra, tão militantes quanto prósperas, voltou boquiaberto. “Vocês percebem”, perguntou aos amigos londrinos, entre eles eu próprio, “que lá em cima os camaradas têm *carros*?”

Eram unidos também por maciça segregação social, por estilos de vida ou até de roupas diferenciados e pela limitação de oportunidades de vida, que os

separavam da camada de trabalhadores de escritórios, socialmente mais móveis, se bem que economicamente também apertados. Os filhos dos operários não esperavam ir, e raramente iam, para a universidade. A maioria deles não esperava ir à escola de modo algum após a idade escolar mínima (em geral catorze anos). Nos Países Baixos de antes da guerra, 4% dos garotos de dez a dezenove anos iam para escolas secundárias além dessa idade, e nas democráticas Suécia e Dinamarca a proporção era ainda menor. Os operários tinham uma vida diferente dos outros, com diferentes expectativas, em diferentes lugares. Como disse um dos primeiros de seus filhos (britânicos) com educação universitária na década de 1950, quando essa segregação ainda era bastante óbvia: “Essas pessoas têm seus próprios estilos reconhecíveis de habitação [...] suas casas são geralmente alugadas, e não próprias” (Hogart, 1958, p. 8).\*

Eram unidos, por fim, pelo elemento central de suas vidas, a coletividade: o domínio do “nós” sobre o “eu”. O que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto. E, por outro lado, que os números e a situação peculiar dos trabalhadores braçais punha ao seu alcance a ação coletiva. Em lugares onde os operários viam rotas de fuga particulares de sua classe, como nos EUA, sua consciência de classe, embora longe de ausente, era menos uma característica particular, definidora de sua identidade. Mas “nós” dominava “eu” não apenas por motivos instrumentais, e sim porque — com a maior e muitas vezes trágica exceção da dona de casa operária, casada, presa entre quatro paredes — a vida operária tinha de ser em grande parte pública, por ser o espaço privado tão inadequado. E mesmo a dona de casa partilhava da vida pública da feira, da rua e dos parques vizinhos. As crianças tinham de brincar na rua ou no parque. Os rapazes e moças tinham de dançar e fazer a corte no espaço externo. Os homens confraternizavam em “casas públicas”. Até surgir o rádio, que no entreguerras transformou a vida da mulher da classe operária presa à casa — e apenas nuns poucos países favorecidos —, todas as formas de diversão, além da festa particular, tinham de ser públicas, e nos países mais pobres mesmo a televisão foi, em seus primeiros anos, vista em locais públicos. Da partida de futebol ao comício ou passeio no feriado, a vida era experimentada, naquilo que visava ao prazer, *en masse*.

Na maioria dos aspectos, essa consciente coesão operária atingiu o auge, nos países desenvolvidos mais antigos, no fim da Segunda Guerra Mundial. Durante as décadas de ouro quase todos os seus elementos foram minados.

(\*) Cf. também: “A predominância da indústria, com sua abrupta divisão entre trabalhadores e administração, tende a estimular as diferentes classes a viverem separadas, de modo que determinado distrito de uma cidade se torna uma reserva ou gueto” (Allen, 1968, pp. 32-3).

A combinação de *boom* secular, pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo de massa transformou totalmente a vida dos operários nos países desenvolvidos, e continuou transformando-a. Pelos padrões de seus pais, e na verdade, se suficientemente velhos, pelas suas próprias lembranças, já não eram pobres. Vidas imensuravelmente mais prósperas que qualquer não-americano ou não-australiano jamais tinham esperado eram privatizadas pela tecnologia do dinheiro e a lógica do mercado: a televisão tornava desnecessário ir ao jogo de futebol, do mesmo modo como TV e vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema, ou os telefones substituíam as fofocas com amigos na praça ou na feira. Os sindicalistas ou membros de partidos que outrora iam às assembleias locais ou reuniões políticas porque, entre outras coisas, isso era também uma espécie de diversão ou entretenimento agora podiam pensar em formas mais atraentes de passar o tempo, a não ser nos casos excepcionais dos militantes. (Por outro lado, o corpo-a-corpo deixou de ser uma forma efetiva de campanha eleitoral, embora continuasse a ser feito, por tradição e para animar ativistas de partido cada vez menos típicos.) A prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído.

Não que os operários se tornassem irreconhecíveis como tais, embora estranhamente, como veremos, a moda em roupas e músicas da nova cultura juvenil independente (ver pp. 317 e ss.), a partir do final da década de 1950, fosse influenciada pela juventude operária. Era mais porque algum tipo de riqueza estava agora ao alcance da maioria, e a diferença entre o dono de um Fusca e o de um Mercedes era muito menor que entre o dono de qualquer carro e o dono de carro nenhum, sobretudo se os carros mais caros se achavam (em teoria) disponíveis em prestações mensais. Os operários, sobretudo nos últimos anos de juventude, antes que o casamento e as despesas domésticas dominassem o orçamento, agora podiam gastar em luxo, e a industrialização da alta-costura e do comércio da beleza a partir da década de 1960 respondeu imediatamente. Entre o topo e a base dos mercados de luxo de alta tecnologia que agora se desenvolviam — por exemplo, entre as mais caras câmeras Hasselblad e as mais baratas Olympus ou Nikon, que produziam resultados conferindo ao mesmo tempo status — a diferença era apenas de grau. De qualquer modo, a começar pela televisão, diversões até então só disponíveis como serviço particular a milionários estavam agora nas mais modestas salas de visitas. Em suma, o pleno emprego e uma sociedade de consumo orientados para um verdadeiro mercado de massa colocavam a maior parte da classe operária nos velhos países desenvolvidos, pelo menos durante parte de suas vidas, bem acima do patamar abaixo do qual seus pais, ou eles próprios, tinham vivido outrora, quando se gastava a renda sobretudo com necessidades básicas.

Além disso, vários fatos importantes alargaram as fendas entre diferentes setores das classes operárias, embora isso só se tornasse evidente após o fim do pleno emprego, durante a crise econômica das décadas de 1970 e 1980, e

depois da pressão do neoliberalismo sobre as políticas assistenciais e sistemas “corporativistas” de relações industriais que tinham dado substancial proteção aos setores mais fracos dos trabalhadores. Pois a ponta de cima da classe operária — os trabalhadores qualificados e supervisores — se adaptou mais facilmente à era da produção moderna de alta tecnologia,\* e sua posição era tal que eles podiam na verdade se beneficiar de um livre mercado, mesmo quando seus irmãos menos favorecidos perdiam terreno. Assim, na Grã-Bretanha da sra. Thatcher, reconhecidamente um caso extremo, à medida que se desmantelava a proteção do governo e dos sindicatos, o quinto de operários que estava na base na verdade ficou em pior situação, se comparado com o resto dos operários, do que estava um século antes. E enquanto os 10% de operários que estavam no topo, com rendimentos brutos três vezes maiores que os do décimo inferior, se congratulavam por sua melhoria, era cada vez mais provável refletirem que, como contribuintes nacionais e locais, estavam subsidiando o que veio a ser denominado, na década de 1980, pelo sinistro termo “subclasse”, que vivia do sistema assistencial público, que eles próprios esperavam poder dispensar, a não ser nas emergências. Foi revivida a velha divisão vitoriana entre os pobres “respeitáveis” e os “não respeitáveis”, talvez de uma forma mais ressentida, pois nos gloriosos dias do *boom* global, quando o pleno emprego parecia cuidar da maioria das necessidades materiais dos trabalhadores, os pagamentos da assistência social tinham se elevado a níveis generosos que, nos novos dias de demanda de assistência em massa, pareciam permitir a um exército dos “não-respeitáveis” viver muito melhor da “assistência” que o antigo *residuum* pobre vitoriano. E muito melhor do que, na opinião de contribuintes que davam duro, tinham direito.

Os qualificados e respeitáveis viram-se assim, talvez pela primeira vez, como defensores potenciais da direita política,\*\* tanto mais quanto as organizações trabalhistas e socialistas tradicionais naturalmente continuavam comprometidas com a redistribuição e a assistência social, sobretudo quando aumentava o número dos que precisavam de proteção pública. Os governos Thatcher na Grã-Bretanha dependiam para seu sucesso, essencialmente, do rompimento dos trabalhadores qualificados com o Partido Trabalhista. A dessegregação, ou antes uma mudança na segregação, promoveu esse desmoronamento do bloco trabalhista. Assim, os qualificados e os ascendentes saíram dos

(\*) Assim, nos EUA, os “artesãos e capatazes” declinaram de 16% do total da população empregada para 13% entre 1950 e 1980, enquanto os “trabalhadores braçais” caíram de 31% para 18% no mesmo período.

(\*\*) “O socialismo de redistribuição, do Estado de Bem-estar [...] recebeu um duro golpe com a crise econômica da década de 1970. Importantes setores da classe média, assim como setores dos trabalhadores mais bem pagos, romperam suas ligações com as alternativas de socialismo democrático e emprestaram seu voto para dar novas maiorias a governos conservadores” (*Programma 2000*).

centros comerciais — sobretudo quando as indústrias passaram para a periferia e o campo, deixando os velhos e sólidos distritos operários nos centros, ou “cinturões vermelhos”, para serem guetizados ou afidalgados, enquanto as cidades-satélite ou indústrias “verdes” não geravam concentração de uma só classe na mesma escala. Nos centros, conjuntos habitacionais públicos, antes construídos para o sólido núcleo da classe operária, na verdade com uma tendência natural para os que podiam pagar aluguel regularmente, agora se transformavam em assentamentos dos marginalizados, socialmente problemáticos e dependentes da previdência social.

Ao mesmo tempo, a migração em massa trouxe um fenômeno até então limitado, pelo menos desde o fim do império habsburgo, apenas aos EUA e, em menor escala, à França: a diversificação étnica e racial da classe operária e, em consequência, os conflitos dentro dela. O problema estava não tanto na diversidade étnica, embora a imigração de pessoas de cor diferente, ou (como os norte-africanos na França) passíveis de ser classificadas como tais, fizesse aflorar um racismo sempre latente mesmo em países considerados imunes a ele, como a Itália e a Suécia. O enfraquecimento dos movimentos trabalhistas tradicionais facilitou isso, pois eles se opunham apaixonadamente a tal discriminação, e assim abafavam a expressão mais anti-social de sentimentos racistas entre seus seguidores. Contudo, deixando de lado o racismo puro, tradicionalmente — e mesmo no século XIX — foi raro a migração de mão-de-obra levar a essa competição direta entre os diferentes grupos étnicos que dividem as classes operárias, pois cada grupo particular de migrantes tendia a encontrar seu próprio nicho na economia, que então colonizava ou mesmo monopolizava. Os imigrantes judeus, na maioria dos países ocidentais, foram em massa para a indústria de roupas, mas não para, digamos, a de automóveis. Para citar um caso ainda mais especializado, o pessoal dos restaurantes indianos tanto em Londres quanto em Nova York, e sem dúvida aonde quer que essa forma de expansão cultural asiática tenha chegado fora do subcontinente indiano, era recrutado basicamente, mesmo na década de 1990, entre emigrantes de um determinado distrito de Bangladesh (Sylhet). Ou então grupos de imigrantes se viam concentrados em determinados distritos, ou fábricas, ou oficinas, ou níveis da mesma indústria, deixando o resto para outros. Num “mercado de trabalho segmentado” dessa forma (para usar o termo do jargão), era mais fácil desenvolver e manter a solidariedade entre diferentes grupos étnicos de trabalhadores, pois os grupos não competiam, e as variações em sua condição nunca — ou só raramente — podiam ser atribuídas ao interesse próprio de outros grupos de trabalhadores.\*

Por inúmeros motivos, entre eles o fato de que a imigração na Europa do

(\*) Uma exceção é a Irlanda do Norte, onde os católicos foram sistematicamente expulsos das ocupações industriais qualificadas, que cada vez mais se tornaram monopólios protestantes.

pós-guerra foi em grande parte uma solução patrocinada pelo Estado à escassez de mão-de-obra, os novos imigrantes entraram no mesmo mercado de trabalho que os nativos, e com os mesmos direitos, a não ser onde foram oficialmente segregados como uma classe de “trabalhadores convidados” temporários, e portanto inferiores. Os dois casos geraram tensão. Homens e mulheres com direitos formalmente inferiores dificilmente viam seus interesses como idênticos aos de pessoas que gozavam de um status superior. Por outro lado, operários franceses ou britânicos, mesmo quando não se importavam de trabalhar lado a lado com marroquinos, indianos ocidentais, portugueses ou turcos, não estavam de modo algum dispostos a ver estrangeiros promovidos antes deles, sobretudo os encarados como coletivamente inferiores aos nativos.

Além disso, e por motivos semelhantes, havia tensões entre diferentes grupos de imigrantes, mesmo quando todos se ressentiam do tratamento que recebiam dos locais.

Em suma, enquanto, no período em que os partidos e movimentos trabalhistas clássicos se formaram todos os setores operários (a menos que divididos por barreiras nacionais ou religiosas extraordinariamente insuperáveis) podiam com razão supor que as mesmas políticas, estratégias e mudanças institucionais beneficiariam cada um deles, isso não era mais automaticamente válido. Ao mesmo tempo, as mudanças na produção, o surgimento da “sociedade de dois terços”, e a fronteira cada vez mais difusa entre o que era trabalho “braçal” e “não braçal” borraram e dissolveram os contornos antes claros do “proletariado”.

#### IV

Uma grande mudança que afetou a classe operária, e também a maioria de outros setores das sociedades desenvolvidas, foi o papel impressionantemente maior nela desempenhado pelas mulheres; e sobretudo — fenômeno novo e revolucionário — as mulheres casadas. A mudança foi de fato sensacional. Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade: a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970. O fato de a mulher ter entrado no mercado de trabalho não era, claro, novo. A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas e certos tipos de serviço, por exemplo em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado, e essas ocupações terciárias se expandiram e incharam à custa (relativa e por fim absolutamente) dos setores primários e secundários, quer dizer, agricultura e indústria. Na verdade, o aumento do setor terciário foi uma das tendências mais impressionantes do século XX. É menos fácil generalizar sobre a situação das mulheres nas indústrias manu-

fatureiras. Nos velhos países industriais, as indústrias de trabalho intensivo em que as mulheres caracteristicamente se concentravam, como as de tecidos e roupas, se achavam em declínio; mas o mesmo acontecia, nas novas regiões e países do cinturão de ferrugem, com as indústrias pesadas e mecânicas, com sua composição esmagadoramente masculina, para não dizer machista — minas, ferro e aço, estaleiros, fábricas de automóveis e caminhões. Por outro lado, em países recém-desenvolvidos, e nos enclaves de desenvolvimento manufatureiro no Terceiro Mundo, floresceram as indústrias de mão-de-obra intensiva sedentas de trabalho feminino (tradicionalmente menos bem pago e menos rebelde que o masculino). A parte das mulheres na força de trabalho local aumentou, embora o caso das ilhas Maurício, onde saltou de cerca de 20% no início da década de 1970 para mais de 60% em meados da de 1980, seja um tanto extremo. Se aumentou (mas menos que o setor de serviços) ou permaneceu estável nos países industriais, isso dependeu de circunstâncias nacionais. Na prática, a distinção entre mulheres na manufatura ou no setor terciário não era significativa, pois o grosso delas em ambas ocupava posições subalternas, e várias funções confiadas predominantemente a mulheres, sobretudo nos serviços públicos e sociais, achavam-se fortemente sindicalizadas.

As mulheres também entraram, e em número impressionantemente crescente, na educação superior, que era agora a mais óbvia porta de acesso às profissões liberais. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, elas constituíam entre 15% e 20% de todos os estudantes na maioria dos países desenvolvidos, com exceção da Finlândia — um farol de emancipação feminina — onde já somavam quase 43%. Mesmo em 1960, em parte nenhuma da Europa e da América do Norte elas eram metade dos estudantes, embora a Bulgária — outro, e menos amplamente alardeado, país pró-mulheres — já quase alcançasse essa cifra. (Os Estados socialistas foram no todo mais rápidos na promoção do estudo das mulheres — a RDA deixou para trás a República Federal da Alemanha —, mas fora isso a ficha feminina deles era irregular.) Contudo, em 1980 metade ou mais da metade de todos os estudantes eram mulheres nos EUA, Canadá e seis países socialistas, encabeçados pela Alemanha Oriental e a Bulgária, e em apenas quatro países europeus elas constituíam então menos de 40% (Grécia, Suíça, Turquia e Reino Unido). Numa palavra, o estudo superior era agora tão comum entre as moças quanto entre os rapazes.

A entrada em massa de mulheres casadas — ou seja, em grande parte mães — no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Na verdade, os movimentos de mulheres são inexplicáveis sem esses acontecimentos. Desde que as mulheres em tantas partes da Europa e da América do Norte tinham conseguido o grande objetivo do voto e direitos civis iguais depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa (ver *A era dos*



*impérios*, capítulo 8), os movimentos feministas haviam trocado a luz do sol pelas sombras, mesmo onde o triunfo de regimes fascistas e reacionários não os destruíram. Continuaram nas sombras, apesar da vitória do antifascismo e (na Europa Oriental e partes do Leste Asiático) da revolução, que estenderam os direitos conquistados após 1917 à maioria dos países que ainda não os tinham, mais nitidamente dando direito de voto às mulheres da França e Itália na Europa Ocidental, e na verdade às mulheres em todos os países recém-comunistas, em quase todas as ex-colônias e (nos primeiros dez anos do pós-guerra) na América Latina. Na verdade, onde se realizavam eleições, as mulheres em toda parte do mundo haviam adquirido direito de voto na década de 1960, com exceção de alguns Estados islâmicos e, um tanto curiosamente, da Suíça.

Contudo, essas mudanças não foram conseguidas por pressão feminista nem tiveram qualquer repercussão notável imediata sobre a situação das mulheres; mesmo nos relativamente poucos países onde o voto tinha efeito político. No entanto, a partir da década de 1960, começando nos EUA, mas espalhando-se rapidamente pelos países ricos do Ocidente e além, nas elites de mulheres educadas do mundo dependente — mas não, inicialmente, nos recessos do mundo socialista —, encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo. Embora esses movimentos pertencessem, essencialmente, ao ambiente de classe média educada, é provável que na década de 1970, e sobretudo na de 1980, uma forma política e ideologicamente menos específica de consciência feminina se espalhasse entre as massas do sexo (que as ideólogas agora insistiam que devia chamar-se “gênero”), muito além de qualquer coisa alcançada pela primeira onda de feminismo. Na verdade, as mulheres como um grupo tornavam-se agora uma força política importante, como não eram antes. O primeiro e talvez mais impressionante exemplo dessa nova consciência de gênero foi a revolta das mulheres tradicionalmente fiéis nos países católicos romanos contra doutrinas impopulares da Igreja, como foi mostrado notadamente nos referendos italianos em favor do divórcio (1974) e de leis de aborto mais liberais (1981); e depois na eleição para a Presidência da Irlanda da beata Mary Robinson, uma advogada muito ligada à liberação do código moral católico (1990). No início da década de 1990, pesquisas de opinião registraram uma impressionante divergência de opiniões políticas entre os sexos em vários países. Não admira que os políticos comessem a cortejar essa nova consciência feminina, sobretudo na esquerda, onde o declínio da consciência operária privava os partidos de parte de seu antigo eleitorado.

Contudo, a própria amplitude da nova consciência de feminilidade e seus interesses torna inadequadas as explicações simples em termos da mudança do papel da mulher na economia. De qualquer modo, o que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis

*públicos* das mulheres, e sua proeminência pública. Pois enquanto se podia esperar que grandes mudanças, como a entrada em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho, produzissem mudanças concomitantes e conseqüentes, nem sempre essas mudanças ocorrem — como atesta a URSS, onde (depois que se abandonaram as aspirações utópico-revolucionárias iniciais da década de 1920) as mulheres casadas em geral se viram carregando o duplo fardo de velhas responsabilidades domésticas e novas responsabilidades no emprego, sem mudanças nas relações entre os sexos ou nas esferas pública e privada. De qualquer modo, os motivos pelos quais as mulheres em geral, e sobretudo as casadas, mergulharam no trabalho pago não tinham relação necessária com sua visão da posição social e dos direitos das mulheres. Talvez se devessem à pobreza, à preferência dos patrões por operárias, por serem mais baratas e mais dóceis, ou simplesmente ao crescente número — sobretudo no mundo dependente — de famílias chefiadas por mulheres. A migração em massa da mão-de-obra masculina, como do campo para as cidades da África do Sul, ou de partes da África e Ásia para os Estados do golfo Pérsico, inevitavelmente deixou as mulheres chefiando a economia familiar em casa. Tampouco devemos esquecer os apavorantes massacres das grandes guerras, que deixaram a Rússia pós-1945 com cinco mulheres para cada três homens.

Mesmo assim, são inegáveis os sinais de mudanças significativas, e até mesmo revolucionárias, nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, e nas expectativas do mundo sobre o lugar delas na sociedade. Era óbvia a nova proeminência de algumas mulheres na política, embora não se possa usar isso de forma alguma como um indicador direto da situação das mulheres como um todo nesses países. Afinal, a porcentagem de mulheres nos parlamentos eleitos da América Latina machista (11%), na década de 1980, era consideravelmente superior à de mulheres nas assembleias equivalentes da nitidamente mais “emancipada” América do Norte. Também uma substancial parcela das mulheres que agora, pela primeira vez, chefiavam Estados e governos no mundo independente conseguiu isso por herança familiar: Indira Gandhi (Índia, 1966-84), Benazir Bhutto (Paquistão, 1988-90; 1994) e Aung San Xi, que teria sido chefe da Birmânia não fosse o veto dos militares, como filhas; Sirimavo Bandaranaike (Sri Lanka, 1960-5; 1970-7), Corazón Aquino (Filipinas, 1986-92) e Isabel Perón (Argentina, 1974-6), como viúvas. Isso em si não teria sido mais revolucionário que a sucessão de Maria Teresa ou Vitória no trono dos impérios habsburgo ou britânico muito antes. Na verdade, o contraste entre governantes mulheres de países como Índia, Paquistão e Filipinas e o estado excepcionalmente deprimido e oprimido das mulheres nessas partes do mundo sublinha a atipicidade delas.

E no entanto, antes da Segunda Guerra Mundial, a sucessão de *qualquer* mulher à liderança de *qualquer* república, em *quaisquer* circunstâncias, teria sido encarada como politicamente impensável. Após 1945, tornou-se política-

mente possível — Sirimavo Bandaranaike no Sri Lanka tornou-se a primeira primeira-ministra do mundo em 1966 — e em 1990 mulheres eram ou tinham sido chefes de governo em dezesseis Estados (UN World's Women, p. 32). Na década de 1990, mesmo a mulher que havia chegado ao topo como política profissional era uma parte aceita, embora incomum, da paisagem: como primeira-ministra em Israel (1969); na Islândia (1980); na Noruega (1981); não menos na Grã-Bretanha (1979); na Lituânia (1990); e na França (1991); sob a forma de Doi, líder aceito do principal partido de oposição (socialista), num país que estava longe de ser feminista, o Japão (1986). O mundo político estava de fato mudando rapidamente, embora o reconhecimento público das mulheres (quando nada como grupo de pressão política) em geral ainda assumisse, mesmo em muitos dos mais “avançados” países, formas de representação simbólica ou figurativa em corpos públicos.

Contudo, faz pouco sentido generalizar globalmente sobre o papel das mulheres na esfera pública e as correspondentes aspirações públicas dos movimentos políticos femininos. O mundo dependente, o mundo desenvolvido e o mundo socialista ou ex-socialista só marginalmente são comparáveis. No Terceiro Mundo, como na Rússia czarista, a grande massa de mulheres de classe baixa e pouca educação permaneceu fora da esfera pública, no sentido “ocidental” moderno, embora alguns desses países desenvolvessem, e alguns já tivessem, uma pequena camada de mulheres excepcionalmente emancipadas e “avançadas”, sobretudo esposas, filhas e membros de famílias das classes altas e burguesias locais estabelecidas, análogas às correspondentes mulheres da *intelligentsia* e ativistas da Rússia czarista. Essa camada existira no império indiano mesmo nos tempos coloniais, e parece ter surgido em vários dos países islâmicos menos rigorosos — notadamente Egito, Irã, Líbano e o Magreb —, até que a ascensão do fundamentalismo muçulmano empurrou as mulheres de novo para a obscuridade. Para essas minorias emancipadas, existia um espaço nos níveis sociais superiores de seus países onde podiam atuar e sentir-se à vontade, tal como ocorria (com elas ou suas contrapartes) na Europa e na América do Norte, embora provavelmente demorassem mais a abandonar as convenções sexuais e obrigações familiares tradicionais de sua cultura que as ocidentais, ou pelo menos as não católicas.\* Neste aspecto, as mulheres emancipadas nos países dependentes “ocidentalizados” estavam muito mais favoravelmente situadas que suas irmãs, digamos, no Extremo

(\*) Não será por acaso que as taxas de divórcio e novos casamentos na Itália, Irlanda, Espanha e Portugal foram significativamente mais baixas, na década de 1980, que no resto da área europeia ocidental e norte-americana. Taxas de divórcio: 0,58 por mil habitantes, contra 2,5 para em média de nove outros países (Bélgica, França, Alemanha Federal, Países Baixos, Suécia, Suíça, Reino Unido, Canadá, EUA). Os novos casamentos (porcentagem de todos os casamentos): 2,4 contra 18,6 em média de nove países.

Oriente não socialista, onde a força dos papéis e convenções tradicionais a que mesmo as mulheres de elite tinham de se submeter era enorme e sufocante. Japonesas e coreanas educadas que se viam no emancipado Ocidente por alguns anos muitas vezes temiam a volta a suas próprias civilizações e a um senso ainda apenas marginalmente desgastado de subordinação das mulheres.

No mundo socialista, a situação era paradoxal. Praticamente todas as mulheres estavam na força de trabalho assalariada na Europa Oriental — ou pelo menos ela continha quase tantas mulheres quanto homens (90%), uma proporção muito mais alta que em qualquer outra parte. O comunismo como ideologia se empenhara apaixonadamente na igualdade e liberação femininas, em todos os sentidos, incluindo o erótico, apesar da antipatia pessoal de Lenin pela promiscuidade do sexo casual.\* (Contudo, tanto Krupskaja quanto Lenin estavam entre os raros revolucionários especificamente favoráveis à divisão de tarefas domésticas entre os sexos.) Além disso, o movimento revolucionário, dos *narodniks* até os marxistas, havia acolhido as mulheres, sobretudo as intelectuais, com excepcional simpatia, e tinha lhes dado excepcional espaço, como ainda era evidente na década de 1970, quando elas tinham representação desproporcional em alguns dos movimentos terroristas de esquerda. Contudo, com exceções um tanto raras (Rosa Luxemburgo, Ruth Fischer, Anna Pauker, La Pasionaria, Federica Montseny), elas não se destacaram nas primeiras fileiras políticas de seus partidos, ou mesmo de qualquer outro modo,\*\* e nos novos Estados governados por comunistas se tornaram ainda menos visíveis. Na verdade, as mulheres em posições políticas de destaque praticamente desapareceram. Como vimos, um ou dois países, notadamente Bulgária e República Democrática Alemã, davam claramente a suas mulheres boas oportunidades de destaque público, bem como de educação superior, mas no todo a posição pública das mulheres nos países comunistas não era muito diferente da que tinham nos países capitalistas desenvolvidos, e onde era isso não trazia necessariamente vantagens. Quando as mulheres corriam para uma profissão a elas aberta, como na URSS, onde a profissão de médico se tornou em grande parte ocupada por mulheres em consequência disso, perdiam status e renda. Ao contrário das feministas ocidentais, a maioria das mulheres casadas soviéticas, há muito acostumadas a uma vida de trabalho assalariado, sonhavam com o luxo de ficar em casa e fazer só um trabalho.

Na verdade, o sonho revolucionário original de transformar as relações

(\*) Assim, o direito ao aborto, proibido pelo Código Civil alemão, era um importante tema de agitação no Partido Comunista alemão, motivo pelo qual a República Democrática Alemã ia desfrutar uma legislação de aborto muito mais liberal que a República Federal da Alemanha (influenciada pelos democrata-cristãos), com isso complicando os problemas legais da unificação alemã em 1990.

(\*\*) No KPD, 1929, de 63 membros e candidatos a membros do Comitê Central, havia seis mulheres. De 504 destacados membros do partido em 1924-9, apenas 7% eram mulheres.

entre os sexos e alterar as instituições e hábitos que incorporavam o velho domínio masculino em geral encalhou, mesmo onde — como nos primeiros anos da URSS, mas não, em geral, nos novos regimes comunistas europeus após 1944 — foi seriamente buscado. Em países atrasados, e a maioria dos regimes comunistas se estabeleceu nesses países, foi bloqueado pela passiva não-cooperação de populações tradicionais, que insistiam em que na prática, dissesse o que dissesse a lei, as mulheres fossem tratadas como inferiores aos homens. Os heróicos esforços de emancipação feminina não foram, é claro, em vão. Dar às mulheres igualdade de direitos legais e políticos, insistir no seu acesso à educação e ao trabalho e responsabilidades dos homens, mesmo dar-lhes visibilidade e permitir-lhes ir e vir livremente em público, não são mudanças pequenas, como pode atestar todo aquele que compare a situação das mulheres em países onde o fundamentalismo religioso impera ou volta a ser imposto. Além disso, mesmo nos países comunistas onde a realidade feminina ficou bem atrás da teoria, mesmo em épocas em que os governos impuseram uma virtual contra-revolução moral, buscando recolocar a família e as mulheres como basicamente geradoras de filhos (como na URSS na década de 1930), a simples liberdade de escolha pessoal existente para elas no novo sistema, incluindo a liberdade de escolha sexual, era incomparavelmente maior do que poderia ter sido antes do novo regime. Seus verdadeiros limites não eram tanto legais ou convencionais quanto materiais, como a escassez de métodos anti-concepcionais para os quais, como para outras necessidades ginecológicas, a economia planejada só dava o mais leve provimento.

Mesmo assim, quaisquer que sejam as conquistas e fracassos do mundo socialista, não gerou movimentos especificamente feministas, e na verdade dificilmente poderia tê-lo feito, em vista da virtual impossibilidade de quaisquer iniciativas políticas não patrocinadas pelo Estado e o partido antes de meados da década de 1980. Contudo, é improvável que as questões que preocupavam os movimentos feministas no Ocidente tivessem achado muito eco nos Estados comunistas antes dessa época.

Inicialmente, essas questões no Ocidente, e notadamente nos EUA, pioneiros no florescimento do feminismo, diziam respeito basicamente a problemas que afetavam mulheres da classe média, ou à forma que as afetava predominantemente. Isso é bastante evidente quando olhamos, nos EUA, as ocupações em que a pressão feminista conseguiu sua grande abertura, e que, supostamente, refletem a concentração de seus esforços. Em 1981, as mulheres haviam não apenas praticamente eliminado os homens das ocupações de escritório e de colarinho-branco, a maioria das quais na verdade eram subalternas, mas respeitáveis, como formavam quase 50% dos agentes e corretores imobiliários, e quase 40% dos bancários e gerentes financeiros, e haviam estabelecido uma presença substancial, se bem que ainda inadequada, nas profissões intelectuais, embora as tradicionais profissões na área de direito e medi-

cina ainda as restringissem a modestas cabeças-de-ponte. Mas se 35% dos professores universitários, mais de um quarto dos especialistas em computador e 22% nas ciências naturais eram agora mulheres, os monopólios masculinos do trabalho braçal, qualificado e não qualificado, permaneceram praticamente inalterados: só 2,7% dos caminhoneiros, 1,6% dos eletricitistas e 0,6% dos mecânicos de automóveis eram mulheres. A resistência destes ao influxo feminino não era, sem dúvida, mais fraca que a dos médicos e advogados, que tinham aberto espaço para 14% delas; mas não é despropositado supor que a pressão para conquistar esses bastiões de masculinidade fosse menor.

Mesmo uma leitura desatenta das pioneiras americanas do novo feminismo na década de 1960 sugere uma distinta perspectiva de classe nos problemas femininos (Friedan, 1963; Degler, 1987). Elas se preocupavam maciçamente com a questão de “como a mulher pode combinar carreira ou emprego com casamento e família”, um problema fundamental apenas para as que tinham essa opção, inexistente então para a maioria das mulheres do mundo e para todas as pobres. Estavam, com toda a razão, preocupadas com *igualdade entre homens e mulheres*, um conceito que se tornou o principal instrumento para o avanço legal e institucional das mulheres ocidentais, pois a palavra “sexo” foi inserida na Lei dos Direitos Civis americana de 1964, originalmente destinada a proibir apenas a discriminação racial. Mas “igualdade”, ou melhor, “igual tratamento” e “igual oportunidade”, supõe que não há diferenças significativas entre homens e mulheres, sociais ou outras, e para a maioria das mulheres do mundo, sobretudo as pobres, parecia óbvio que parte de sua inferioridade social se devia à diferença, enquanto sexo, dos homens, e podia portanto exigir remédios específicos de sexo — por exemplo, provimentos para gravidez e maternidade, ou proteção especial contra ataques pelo sexo fisicamente mais forte e mais agressivo. O feminismo americano demorou a abordar interesses vitais da operária, como a licença-maternidade. Uma fase posterior do feminismo na verdade insistiu em diferença de gênero, além de desigualdade de gênero, embora o uso de uma ideologia liberal de individualismo abstrato e o instrumento da lei de “direitos iguais” não fossem de fato compatíveis com o reconhecimento de que as mulheres não eram, e não deviam necessariamente ser, iguais aos homens, e vice-versa.\*

Além disso, nas décadas de 1950 e 1960 a própria demanda para romper a esfera doméstica e entrar no mercado de trabalho tinha entre as mulheres casadas prósperas e educadas da classe média uma forte carga ideológica que

(\*) Assim, a “ação afirmativa”, ou seja, dar a um grupo tratamento *preferencial* no acesso a um recurso ou atividade social, somente se coaduna à noção de igualdade caso se suponha que se trata de uma medida temporária, a ser abandonada aos poucos, quando se houver atingido o acesso igual pelos próprios méritos; isto é, caso se suponha que o tratamento preferencial é apenas a eliminação de uma desvantagem injusta entre os participantes de uma mesma corrida. Este é obviamente o caso às vezes. Mas quando se trata de diferenças permanentes, é descabido. É

não tinha para outras, pois suas motivações nesses ambientes raramente eram econômicas. Entre as pobres, ou as de orçamento apertado, as mulheres casadas saíram para trabalhar após 1945 porque, para pôr a coisa em termos simples, os filhos não mais o faziam. O trabalho infantil no Ocidente quase desaparecera, enquanto, ao contrário, a necessidade de dar aos filhos uma educação que melhorasse suas perspectivas colocava sobre os pais um grande fardo financeiro por mais tempo que antes. Em suma, como já foi dito, “no passado os filhos trabalhavam para que as mães pudessem ficar em casa cumprindo responsabilidades domésticas e reprodutivas. Agora, quando as famílias precisavam de renda extra, as mães trabalhavam no lugar dos filhos” (Tilly & Scott, 1987, p. 219). Isso dificilmente teria sido possível sem a diminuição do número de filhos, embora a substancial mecanização das tarefas domésticas (notadamente através de máquinas de lavar) e o aumento de alimentos preparados e de pronto cozimento facilitassem as coisas. Mas para as mulheres casadas da classe média cujos maridos ganhavam uma renda adequada ao seu status, trabalhar fora raramente trazia um grande acréscimo aos rendimentos da família, quando nada porque se pagava muito menos às mulheres que aos homens nos empregos então à disposição delas. Não podia haver uma contribuição líquida muito significativa à família quando a ajuda paga para cuidar da casa e das crianças tinha de ser contratada (na forma de faxineiras e, na Europa, de moças *au pair*) para permitir à mulher ganhar uma renda externa.

Se havia um incentivo para as mulheres casadas saírem de casa nesses círculos, era a demanda de liberdade e autonomia; a mulher casada ser uma pessoa por si, e não um apêndice do marido e da casa, alguém visto pelo mundo como indivíduo, e não como membro de uma espécie (“apenas esposa e mãe”). A renda entrava nisso não porque fosse necessária, mas porque era algo que a mulher podia gastar ou poupar sem pedir primeiro ao marido. Claro, à medida que casas de classe média com duas rendas se tornavam mais comuns, os orçamentos domésticos foram sendo cada vez mais calculados em termos de duas rendas. Na verdade, à medida que a educação superior para os filhos da classe média se tornava quase universal, e os pais tinham de dar contribuições financeiras a seus rebentos até quando eles já beiravam os vinte anos ou até mais, o trabalho pago para as mulheres casadas da classe média deixou de ser basicamente uma declaração de independência e tornou-se o que há muito era para as pobres, uma maneira de equilibrar o orçamento. Apesar disso, não desapareceu o elemento conscientemente emancipatório nele, como mostrou o aumento dos “casamentos de baldeação”. Pois os custos (e não apenas financei-

---

absurdo, mesmo à primeira vista, dar aos homens prioridade no acesso a cursos de canto coloratura, ou insistir que é teoricamente desejável, com base em argumentos demográficos, que 50% dos generais do exército sejam mulheres. Por outro lado, é inteiramente legítimo dar a todo homem com desejo e qualificação, potencial para cantar a *Norma*, e a toda mulher com desejo e potencial para comandar um exército, suas chances de fazê-lo.

ros) de casamentos nos quais cada cônjuge trabalhava em local muitas vezes bastante distante eram altos, embora a revolução nos transportes e comunicações os tornasse cada vez mais comuns em profissões como as acadêmicas, a partir da década de 1970. Contudo, enquanto antes as esposas de classe média (embora não os filhos acima de uma certa idade) quase sempre seguiam automaticamente para onde quer que os novos empregos dos maridos os levassem, agora tornava-se quase impensável, pelo menos nos círculos intelectuais da classe média, perturbar a carreira da mulher e seu direito a decidir onde queria exercê-la. Finalmente, parecia, homens e mulheres se tratavam como iguais neste aspecto.\*

Apesar disso, nos países desenvolvidos, o feminismo de classe média, ou o movimento de mulheres educadas ou intelectuais, alargou-se numa espécie de sensação genérica de que chegara a hora da liberação feminina, ou pelo menos da auto-affirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo específico de classe média inicial, embora às vezes não diretamente relevante para os interesses do resto do grupo feminino ocidental, suscitava questões que interessavam a todas: e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal. As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças na família tradicional e nas atividades domésticas — e nelas encontraram expressão — de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central.

Para isso temos de nos voltar agora.

---

(\*) Embora mais raros, casos em que o marido se via diante do problema de seguir para onde o novo emprego da esposa a levasse também se tornaram mais freqüentes. Qualquer acadêmico da década de 1990 pode se lembrar de alguns exemplos de seu conhecimento pessoal.

## REVOLUÇÃO CULTURAL

*No filme, Carmen Maura faz um homem que passou por uma operação transexual e, devido a um romance infeliz com o pai dele/dela, desistiu dos homens para ter um relacionamento (lésbico) com uma mulher, feita por um famoso travesti de Madri.*

Resenha de um filme no *Village Voice*, Paul Berman (1987, p. 572)

*As manifestações bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening bem-sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes.*

Pierre Bourdieu (1994)

### I

A melhor abordagem dessa revolução cultural é portanto através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações. Na maioria das sociedades, essas relações resistiram de maneira impressionante à mudança súbita, embora isso não queira dizer que fossem estáticas. Além do mais, apesar das aparências em contrário, os padrões foram mundiais, ou pelo menos tiveram semelhanças básicas em áreas muito amplas, embora se tenha sugerido, em bases sócio-econômicas e tecnológicas, que há uma grande diferença entre a Eurásia (incluindo os dois lados do Mediterrâneo) de um lado e o resto da África do outro (Goody, 1990, xvii). Assim, a poliginia, considerada quase completamente inexistente ou extinta na Eurásia, a não ser por grupos especialmente privilegiados e no mundo árabe, floresceu na África, onde se diz que mais de um quarto de todos os casamentos é polígamo (Goody, 1990, p. 379).

Apesar disso, cruzando todas as variações, a vasta maioria da humani-

dade partilhava certo número de características, como a existência de casamento formal com relações sexuais privilegiadas para os cônjuges (o “adulterio” é universalmente tratado como crime); a superioridade dos maridos em relação às esposas (“patriarcado”) e dos pais em relação aos filhos, assim como às gerações mais jovens; famílias consistindo em várias pessoas; e coisas assim. Quaisquer que sejam a extensão e a complexidade da rede de parentesco e dos direitos e obrigações mútuos dentro dela, uma família nuclear — um casal com filhos — estava geralmente presente em alguma parte, mesmo quando o grupo ou família co-residente ou cooperante era muito maior. A idéia de que a família nuclear, que se tornou o modelo padrão na sociedade ocidental nos séculos XIX e XX, tinha de alguma forma evoluído a partir de unidades familiares e de parentesco muito maiores, como parte do crescimento do individualismo burguês ou qualquer outro, baseia-se numa má compreensão histórica, não menos da natureza da cooperação social e sua justificação nas sociedades pré-industriais. Mesmo numa instituição tão comunista quanto a *zadruga* ou família conjunta dos eslavos balcânicos, “cada mulher trabalha para sua família no sentido estrito da palavra, ou seja, o marido e os filhos, mas também, quando chega a sua vez, para os membros solteiros da comunidade e os órfãos” (Guidetti & Stahl, 1977, p. 58). A existência desse núcleo de família e casa não significa, claro, que os grupos ou comunidades aparentados dentro dos quais ele se encontra sejam semelhantes em outros aspectos.

Contudo, na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e há muito existentes começaram a mudar com grande rapidez, pelo menos nos países ocidentais “desenvolvidos”, embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões. Assim, na Inglaterra e no País de Gales — reconhecidamente um exemplo um tanto dramático —, em 1938 houve um divórcio para cada 58 casamentos (Mitchell, 1975, pp. 30-2), mas, em meados da década de 1980, a proporção era de um divórcio para cada 2,2 casamentos (*UN Statistical Yearbook*, 1987). Além disso, podemos ver a aceleração dessa tendência nos desvairados anos 60. No fim da década de 1970, houve mais de dez divórcios para cada mil casais casados na Inglaterra e Gales, ou cinco vezes mais que em 1961 (Social Trends, p. 84).

Essa tendência de modo nenhum se restringia à Grã-Bretanha. Na verdade, a mudança espetacular é vista de maneira mais clara em países de moralidade fortemente impositiva, como os católicos. Na Bélgica, França e Países Baixos, o índice bruto de divórcios (número anual de divórcios por mil habitantes) praticamente triplicou entre 1970 e 1985. Contudo, mesmo em países com tradição de emancipação nessas questões, como a Dinamarca e a Noruega, esse índice dobrou ou quase no período. Era claro que alguma coisa incomum se passava no casamento ocidental. As mulheres que procuravam clínicas ginecológicas na década de 1970 mostravam “uma substancial diminuição no casamento formal, uma redução no desejo de filhos [...] e uma mudança de atitude

para a aceitação de uma adaptação bissexual” (Esman, 1990, p. 67). É improvável que tal reação de uma amostragem de mulheres pudesse registrar-se em qualquer parte, mesmo na Califórnia, antes daquela década.

O número de pessoas vivendo sós (isto é, não como membro de nenhum casal ou família maior) também começou a disparar para cima. Na Grã-Bretanha, permaneceu em grande parte o mesmo durante o primeiro terço do século, cerca de 6% de todas as casas, subindo muito suavemente daí em diante. Contudo, entre 1960 e 1980, a porcentagem quase duplicou de 12% para 22% de todas as casas, e em 1991 era mais de um quarto (Abrams, 1945; Carr-Saunders, 1958; Social Trends, p. 26). Em muitas grandes cidades ocidentais, elas somavam cerca de metade de todas as casas. Por outro lado, a família nuclear ocidental clássica, o casal casado com filhos, estava em visível retração. Nos EUA, essas famílias caíram de 44% de todas as casas para 29% em vinte anos (1960-80); na Suécia, onde quase metade de todos os partos em meados da década de 1980 foi de mulheres solteiras (Ecosoc, p. 21), de 37% para 25%. Mesmo nos países desenvolvidos onde ainda formavam mais de metade de todas as casas em 1960 (Canadá, Alemanha Federal, Países Baixos, Grã-Bretanha), eram agora uma clara minoria.

Em casos particulares, deixaram de ser até nominalmente típicas. Assim, em 1991, 58% de todas as famílias negras nos EUA eram chefiadas por uma mulher sozinha, e 70% de todas as crianças tinham nascido de mães solteiras. Em 1940, só 11,3% de famílias “não brancas” eram chefiadas por mães solzinhas, e mesmo nas cidades somavam apenas 12,4% (Franklin Frazier, 1957, p. 317). Mesmo em 1970, esse número era apenas 33% (*New York Times*, 5/10/92).

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual. Na Grã-Bretanha, a maior parte das práticas homossexuais foi descriminada na segunda metade da década de 1960, poucos anos depois de nos EUA, onde o primeiro estado a tornar a sodomia legal (Illinois) o fez em 1961 (Johansson & Percy, 1990, pp. 304 e 1349). Na própria Itália do papa, o divórcio se tornou legal em 1970, um direito confirmado por referendo em 1974. A venda de anticoncepcionais e a informação sobre controle de natalidade foram legalizadas em 1971, e em 1975 um novo código de família substituiu o velho, que sobrevivera do período fascista. Finalmente, o aborto tornou-se legal em 1978, confirmado por referendo em 1981.

Embora leis permissivas sem dúvida tornassem mais fáceis atos até então proibidos, e dessem muito mais publicidade a essas questões, a lei mais reco-

nhecia do que criava o novo clima de relaxamento sexual. O fato de que na década de 1950 só 1% das britânicas coabitasse, por qualquer período de tempo, com o futuro marido antes do casamento não se devia à legislação, como não se devia a ela o fato de que no início da década de 1980 21% delas o fizessem. Tornavam-se agora permissíveis coisas até então proibidas, não só pela lei e a religião, mas também pela moral consuetudinária, a convenção e a opinião da vizinhança.

Essas tendências, claro, não afetaram igualmente todas as partes do mundo. Enquanto o divórcio aumentava em todos os países onde era permitido (supondo-se, por ora, que a dissolução formal do casamento por ação oficial tivesse o mesmo significado em todos eles), o casamento tornara-se claramente muito menos estável em alguns deles. Na década de 1980, continuava bem mais permanente em países católicos (não comunistas). O divórcio era bem menos comum na península Ibérica e na Itália, e ainda mais raro na América Latina, mesmo em países que se orgulhavam de sua sofisticação: um divórcio por 22 casamentos no México, por 33 no Brasil (mas um por 2,5 em Cuba). A Coreia do Sul continuou sendo incomumente tradicional para um país que andava tão rápido (um por onze casamentos), mas no início da década de 1980 mesmo o Japão tinha uma taxa de divórcio equivalente a menos de um quarto da francesa e muito abaixo dos prontamente divorciáveis britânicos e americanos. Mesmo dentro do mundo (então) socialista havia variações, embora menores que no capitalismo, com exceção da URSS, que só ficava atrás dos EUA (UN World Social Situation, 1989, p. 36). Essas variações não causam surpresa. O que era e é muito mais interessante é que, grandes ou pequenas, as mesmas transformações podem ser identificadas por todo o globo “modernizante”. Em parte alguma isso foi mais impressionante que no campo da cultura popular, ou, mais especificamente, jovem.

## II

Pois se divórcio, nascimentos ilegítimos e o aumento de famílias com um só dos pais (isto é, esmagadoramente de mães solteiras) indicavam uma crise na relação entre os sexos, o aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. A juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade — que nos países desenvolvidos ocorria vários anos mais cedo que nas gerações anteriores (Tanner, 1962, p. 153) — até a metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente. Os acontecimentos políticos mais dramáticos, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram as mobilizações da faixa etária que, em países menos politizados, fazia a fortuna da indústria fonográfica, que tinha de 70% a 80% de sua produção — sobre-

tudo de *rock* — vendida quase inteiramente a clientes entre as idades de catorze e 25 anos (Hobsbawm, 1993, pp. xxviii-xxix). A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de crianças e mesmo de adolescentes (ou seja, adultos ainda não inteiramente amadurecidos), negando ao mesmo tempo humanidade plena a qualquer geração acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional.

Exceto na China, onde o ancião Mao mobilizou as forças da juventude com um efeito terrível (ver capítulo 16), os jovens radicais eram liderados — até onde aceitavam líderes — por membros de seu grupo de pares. Isso se aplicava visivelmente aos movimentos estudantis mundiais, mas onde estes provocaram motins operários em massa, como na França e na Itália em 1968-9, a iniciativa também veio de jovens operários. Ninguém com a mínima experiência das limitações da vida real, ou seja, nenhum adulto, poderia ter idealizado os *slogans* confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de maio de 1968, nem do “outono quente” de 1969: “*tutto e subito*”, queremos tudo e já (Albers, Goldschmidt & Oehlke, 1971, pp. 58 e 184).

A nova “autonomia” da juventude como uma camada social separada foi simbolizada por um fenômeno que, nessa escala, provavelmente não teve paralelo desde a era romântica do início do século XIX: o herói cuja vida e juventude acabavam juntas. Essa figura, antecipada na década de 1950 pelo astro de cinema James Dean, foi comum, talvez mesmo um ideal típico, no que se tornou a expressão cultural característica da juventude — o *rock*. Buddy Holly, Janis Joplin, Brian Jones, membro dos Rolling Stones, Bob Marley, Jimi Hendrix e várias outras divindades populares caíram vítimas de um estilo de vida fadado à morte precoce. O que tornava simbólicas essas mortes era que a juventude por eles representada era transitória por definição. Ser ator pode ser uma carreira duradoura, mas não ser um *jeune premier*.

Apesar disso, embora jovens estejam sempre mudando — uma “geração” de estudantes mal dura três ou quatro anos —, suas fileiras estão sempre sendo reabastecidas. O surgimento do adolescente como ator consciente de si mesmo era cada vez mais reconhecido, entusiasticamente, pelos fabricantes de bens de consumo, às vezes com menos boa vontade pelos mais velhos, à medida que viam expandir-se o espaço entre os que estavam dispostos a aceitar o rótulo de “criança” e os que insistiam no de “adulto”. Em meados da década de 1960, mesmo o movimento de Baden Powell, os *boy scouts* (escoteiros) ingleses, abandonou a primeira parte de seu nome como uma concessão ao clima da época, e trocou o velho *sombrero* do escoteiro pela menos ostensiva boina (Gillis, 1974, p. 197).

Grupos etários não são novidade nas sociedades, e mesmo na civilização burguesa uma camada dos sexualmente maduros mas ainda em crescimento físico e intelectual, e sem a experiência da vida adulta, já fora reconhecida.

O fato de esse grupo estar se tornando mais jovem em idade à medida que tanto a puberdade quanto as alturas máximas eram atingidas mais cedo (Floud et al; 1990) não mudava, em si, a situação. Simplesmente causava tensão entre os jovens e seus pais e professores, que insistiam em tratá-los como menos adultos do que eles próprios se sentiam. O meio burguês esperava que seus rapazes — diferentemente das moças — passassem por um período de turbulência e “cabeçadas”, antes de “assentar-se”. A novidade da nova cultura juvenil era tripla.

Primeiro, a “juventude” era vista não como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. Como no esporte, atividade em que a juventude é suprema, e que agora definia as ambições de mais seres humanos do que qualquer outra, a vida claramente ia ladeira abaixo depois dos trinta. Na melhor das hipóteses, após essa idade restava um pouco de interesse. O fato de que isso não correspondesse, de fato, a uma realidade social em que (com exceção do esporte, algumas formas de diversão e talvez a matemática pura) poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, provava, uma vez mais, que o mundo estava organizado de forma insatisfatória. Pois até a década de 1970 o mundo do pós-guerra era na verdade governado por uma gerontocracia, em maior medida do que na maioria dos períodos anteriores, sobretudo por homens — dificilmente por mulheres ainda — que já eram adultos no fim, ou mesmo no começo, da Primeira Guerra Mundial. Isso se aplicava tanto ao mundo capitalista (Adenauer, De Gaulle, Franco, Churchill) quanto ao comunista (Stalin e Krushev, Mao, Ho Chi Minh, Tito), bem como aos grandes Estados pós-coloniais (Gandhi, Nehru, Sukarno). Um líder com menos de quarenta anos era uma raridade mesmo em regimes revolucionários surgidos de golpes militares, um tipo de mudança política em geral promovida por jovens oficiais subalternos, porque esses têm menos a perder que os mais graduados. Daí muito do impacto internacional de Fidel Castro, que tomou o poder com 32 anos.

Apesar disso, concessões silenciosas e talvez nem sempre conscientes ao juvenescimento da sociedade foram feitas pelo *establishment* dos velhos e, não menos, pelas florescentes indústrias de cosméticos, de cuidados com os cabelos, de higiene pessoal, que se beneficiaram desproporcionalmente com a riqueza em acumulação de uns poucos países desenvolvidos.\* A partir do fim da década de 1960, houve uma tendência a baixar a idade eleitoral para dezoito anos — por exemplo, nos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França — e também algum sinal de redução da idade de consentimento para o intercuro sexual (heterossexual). Paradoxalmente, à medida que aumentava a expectativa de

(\*) Do mercado global de “produtos pessoais” em 1990, 34% estavam na Europa não comunista, 30% na América do Norte e 19% no Japão. Os restantes 85% da população mundial dividiam de 16% a 17% entre seus membros mais ricos (*Financial Times*, 11/4/91).



vida, aumentava a porcentagem de velhos e, pelo menos entre classes alta e média favorecidas, adiava-se o declínio senil, chegava-se mais cedo à aposentadoria e, em tempos de aperto, a “aposentaria antecipada” tornou-se o método favorito de cortar custos com mão-de-obra. Executivos de mais de quarenta anos que perdiam o emprego achavam tão difícil arranjar novos postos quanto os trabalhadores braçais e os funcionários de escritório.

A segunda novidade da cultura juvenil provém da primeira: ela era ou tornou-se dominante nas “economias de mercado desenvolvidas”, em parte porque representava agora uma massa concentrada de poder de compra, em parte porque cada nova geração de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil autoconsciente, e trazia as marcas dessa experiência, e não menos porque a espantosa rapidez da mudança tecnológica na verdade dava à juventude uma vantagem mensurável sobre grupos etários mais conservadores, ou pelo menos inadaptáveis. Qualquer que fosse a estrutura de idade da administração da IBM ou da Hitachi, os novos computadores eram projetados e os novos programas criados por pessoas na casa dos vinte anos. Mesmo quando essas máquinas e programas eram, esperava-se, à prova de erro, a geração que não crescera com eles tinha uma aguda consciência de sua inferioridade em relação às gerações que o haviam feito. O que os filhos podiam aprender com os pais tornou-se menos óbvio do que o que os pais não sabiam e os filhos sim. Inverteram-se os papéis das gerações. O *blue jeans*, traje deliberadamente popular introduzido nas universidades americanas por estudantes que não queriam parecer com seus pais, terminou aparecendo, em dias de semana e feriados, ou mesmo, no caso de ocupações “criativas” e outras avançadas, no trabalho, embaixo de muita cabeça grisalha.

A terceira peculiaridade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu espantoso internacionalismo. O *blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude “moderna”, das minorias destinadas a tornar-se majorias, em todo país onde eram oficialmente tolerados e em alguns onde não eram, como na URSS a partir da década de 1960 (Starr, 1990, capítulos 12 e 13). Letras de *rock* em inglês muitas vezes nem eram traduzidas. Isso refletia a esmagadora hegemonia cultural dos EUA na cultura popular e nos estilos de vida, embora se deva notar que os próprios núcleos da cultura jovem ocidental eram o oposto do chauvinismo cultural, sobretudo em seus gostos musicais. Acolhiam estilos importados do Caribe, da América Latina e, a partir da década de 1980, cada vez mais, da África.

Essa hegemonia cultural não era nova, mas seu *modus operandi* mudara. Entre as guerras, seu principal vetor fora a indústria cinematográfica americana, a única com distribuição global maciça. Era vista por um público de centenas de milhões, que atingiu seu volume máximo pouco antes da Segunda Guerra Mundial. Com o surgimento da televisão, da produção cinematográfica internacional e o fim do sistema de estúdio hollywoodiano, a indústria ameri-

cana perdeu um pouco de sua predominância e mais de seu público. Em 1960, ela respondia por apenas um sexto da produção mundial de filmes, mesmo sem contar o Japão e a Índia (*UN Statistical Yearbook*, 1961), embora acabasse recuperando grande parte de sua hegemonia. Os EUA jamais conseguiram estabelecer um domínio comparável sobre os vastos e linguisticamente mais sofisticados mercados de televisão. Seus estilos juvenis se difundiam diretamente, ou através da amplificação de seus sinais *via* a intermediária cultural Grã-Bretanha, por uma espécie de osmose informal. Difundiam-se através dos discos e depois fitas, cujo grande veículo de promoção, então como antes e depois, era o velho rádio. Difundiam-se através da distribuição mundial de imagens; através dos contatos internacionais do turismo juvenil, que distribuía pequenos mas crescentes e influentes fluxos de rapazes e moças de *jeans* por todo o globo; através da rede mundial de universidades, cuja capacidade de rápida comunicação internacional se tornou óbvia na década de 1960. Difundiam-se ainda pela força da moda na sociedade de consumo que agora chegava às massas, ampliada pela pressão dos grupos de seus pares. Passou a existir uma cultura jovem global.

Ela poderia ter surgido em qualquer período anterior? Quase certamente não. O número de seus adeptos teria sido muito menor, em termos relativos e absolutos, pois a extensão do tempo de educação e sobretudo a criação de vastas populações de rapazes e moças vivendo juntos como um grupo etário em universidades expandiram-na espetacularmente. Além disso, mesmo os adolescentes que entravam no mercado de trabalho em tempo integral na idade de deixar a escola (entre catorze e dezesseis anos no país “desenvolvido” típico) tinham muito mais poder aquisitivo que seus antecessores, graças à prosperidade e pleno emprego da Era de Ouro e à maior prosperidade dos pais, que tinham menos necessidade do dinheiro dos filhos para o orçamento familiar. Foi a descoberta desse mercado jovem em meados da década de 1950 que revolucionou o comércio da música popular e, na Europa, o mercado de massa das indústrias da moda. O “boom adolescente” britânico que começou nessa época baseou-se nas concentrações urbanas de moças relativamente bem pagas nos escritórios e lojas em expansão, muitas vezes com mais para gastar do que os rapazes, e naquela época menos comprometidas com os padrões de gastos masculinos em cerveja e cigarro. O *boom* “revelou primeiro sua força em áreas em que as compras das moças se destacavam, como blusas, saias, cosméticos e discos populares” (Allen, 1968, pp. 62-3), para não falar nos concertos populares, dos quais elas eram as frequentadoras mais destacadas e audíveis. Pode-se medir o poder do dinheiro jovem pelas vendas de discos nos EUA, que subiram de 277 milhões de dólares em 1955, quando o *rock* apareceu, para 600 milhões em 1959, e 2 bilhões em 1973 (Hobsbawm, 1993, p. xxix). Cada membro do grupo etário de cinco a dezenove anos, nos EUA, gastava pelo menos cinco vezes mais em discos em 1970 do que em 1955. Quanto maior o

país, maior o negócio fonográfico: jovens nos EUA, Suécia, Alemanha Ocidental, Países Baixos e Grã-Bretanha gastavam entre sete e dez vezes mais por cabeça que os de países mais pobres porém em rápido desenvolvimento, como Itália e Espanha.

O poder de mercado independente tornou mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais ou culturais de identidade. Contudo, o que acentuou os contornos dessa identidade foi o enorme abismo histórico que separava as gerações nascidas antes de, digamos, 1925 das nascidas depois de, digamos, 1950; um abismo muito maior que o entre pais e filhos no passado. A maioria dos pais com filhos adolescentes passou a ter uma aguda consciência disso na década de 1960 e depois. Os jovens viviam em sociedades seccionadas de seu passado por revolução, como na China, Iugoslávia ou Egito; por conquista e ocupação, como na Alemanha e Japão; ou por libertação colonial. Eles não tinham lembrança de antes do dilúvio. A não ser talvez pela experiência partilhada de uma grande guerra nacional, como a que ligou velhos e jovens por algum tempo na Rússia ou na Grã-Bretanha, eles não tinham como entender o que seus pais velhos haviam vivido ou sentido — mesmo quando estes se dispunham a falar do passado, pois a maioria dos alemães, japoneses e franceses se mostravam relutantes em fazê-lo. Como poderia um jovem indiano, para quem o Partido do Congresso era uma máquina governamental ou política, compreender alguém para quem esse partido fora a expressão da luta de uma nação para libertar-se? Como podiam os brilhantes jovens economistas indianos que inundaram os departamentos universitários do mundo entender seus próprios professores, para os quais o auge da ambição no período colonial era simplesmente tornar-se “tão bons quanto” seus modelos metropolitanos?

A Era de Ouro alargou esse abismo, pelo menos até a década de 1970. Como rapazes e moças criados numa era de pleno emprego podiam compreender a experiência da década de 1930, ou, ao contrário, uma geração mais velha entender jovens para os quais um emprego não era um porto seguro após mares tempestuosos (sobretudo um emprego garantido, com direitos de aposentadoria), mas uma coisa que podia ser conseguida a qualquer hora, e abandonada a qualquer hora que a pessoa tivesse vontade de ir passar alguns meses no Nepal? Essa versão do abismo de gerações não se restringiu aos países industriais, pois o impressionante declínio do campesinato criou um abismo semelhante entre gerações rurais e ex-rurais, braçais e mecanizadas. Os professores de história franceses, criados numa França onde toda criança vinha de uma fazenda ou lá passava as férias, descobriram que tinham de explicar aos estudantes na década de 1970 o que faziam as ordenhadoras, e que aparência tinha um terreiro de fazenda com um monte de estrume. E o que é mais, esse abismo de gerações afetava mesmo aqueles — a maioria dos habitantes do mundo — para os quais os grandes acontecimentos políticos do século haviam pas-

sado ao largo ou que não tinham opiniões particulares sobre eles, a não ser na medida em que afetavam suas vidas privadas.

Mas, claro, quer tais acontecimentos tivessem passado ao largo deles ou não, a maioria da população do mundo era agora mais jovem que nunca. Na maior parte do Terceiro Mundo, onde ainda não se dera a transição demográfica de altas para baixas taxas de natalidade, era provável que alguma coisa entre dois quintos e metade dos habitantes, em algum momento da segunda metade do século, tivessem menos de catorze anos. Por mais fortes que fossem os laços de família, por mais poderosa que fosse a teia de tradição que os interligasse, não podia deixar de haver um vasto abismo entre a compreensão da vida deles, suas experiências e expectativas, e as das gerações mais velhas. Os exilados políticos sul-africanos que voltaram a seu país no início da década de 1990 tinham uma compreensão do que significava lutar pelo Congresso Nacional Africano diferente da dos “camaradas” jovens que carregavam a mesma bandeira nos aldeamentos africanos. Por outro lado, que poderia a maioria em Soweto, nascida muito depois de Nelson Mandela ter ido para a prisão, fazer dele senão um símbolo ou um ícone? Em muitos aspectos, em tais países o abismo de gerações era ainda maior que no Ocidente, onde instituições permanentes e continuidade política uniam velhos e jovens.

### III

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são portanto relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha de “estar na sua”, com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro dos grupos de pares e subculturas.

Que as camadas sociais superiores se deixassem inspirar pelo que encontravam no meio do “povo” não era uma novidade em si. Mesmo deixando de lado a rainha Maria Antonieta a representar leiteiras, os românticos adoravam a cultura do folclore rural, a música e a dança folclóricas, seus hiperintelectuais (Baudelaire) tinham fantasiado a *nostalgie de la boue* (a nostalgia da lama) urbana, e muito vitoriano achava extraordinariamente recompensador o sexo com alguém das camadas inferiores, o gênero sexual dependendo do gosto. (Tais sentimentos estão longe de extintos no fim do século xx.) Na Era dos Impérios, as influências culturais começaram pela primeira vez a mover-se sistematicamente de baixo para cima (ver *A era dos impérios*, capítulo 9), tanto através do forte impacto das artes plebéias em desenvolvimento recente

quanto através do cinema, diversão do mercado de massa por excelência. Contudo, a maioria das diversões populares e comerciais entre as guerras permaneceu em muitos aspectos sob a hegemonia da classe média, ou foi posta sob suas asas. A clássica indústria cinematográfica de Hollywood era, acima de tudo, *respeitável*; seu ideal social era o da versão americana dos “sólidos valores da família”; sua ideologia, a da retórica patriota. Sempre que, buscando a fila nas bilheterias, descobria um gênero incompatível com o universo moral dos quinze “filmes de Andy Hardy” (1937-47), que ganharam o Oscar por “promover o estilo de vida americano” (Halliwell, 1988, p. 321), como por exemplo nos primeiros filmes de gângster que ameaçavam idealizar os delinquentes, a ordem moral era logo restaurada, quando já não estava nas mãos seguras do Código de Produtores de Hollywood (1934-66), que limitava o tempo permissível dos beijos na tela (de boca fechada) a no máximo trinta segundos. Os maiores triunfos de Hollywood — por exemplo, *...E o vento levou* — baseavam-se em romances destinados à leitura de nível intelectual mediano da classe média, e pertenciam tão firmemente a esse universo cultural quanto *Vanity fair*, de Thackeray, ou *Cyrano de Bergerac*, de Rostand. Só o gênero demótico e anárquico da comédia cinematográfica de variedades e oriunda do circo resistiu por algum tempo a esse afidalgamento, embora na década de 1930 mesmo ele batesse em retirada sob a pressão de um brilhante gênero de *boulevard*, a “comédia maluca” de Hollywood.

Também aqui, o triunfante “musical” da Broadway dos anos entreguerras, e as músicas para dançar e baladas que o recheavam, era um gênero burguês, embora impensável sem a influência do *jazz*. Era escrito para um público novaiorquino de classe média, com libretos e letras visivelmente dirigidos a uma platéia adulta, pessoas que se viam como emancipadas, sofisticadas e urbanas. Uma rápida comparação das letras de Cole Porter com as dos Rolling Stones mostrará isso. Como a era de ouro de Hollywood, a era de ouro da Broadway baseava-se numa simbiose de plebeu e respeitável, mas não era vulgar.

A novidade da década de 1950 foi que os jovens das classes alta e média, pelo menos no mundo anglo-saxônico, que cada vez mais dava a tônica global, começaram a aceitar a música, as roupas e até a linguagem das classes baixas urbanas, ou o que tomavam por tais, como seu modelo. O *rock* foi o exemplo mais espantoso. Em meados da década de 1950, subitamente irrompeu do gueto de catálogos de “Raça” ou “Rhythm and blues” das gravadoras americanas, dirigidos aos negros pobres dos EUA, para tornar-se o idioma universal dos jovens, e notadamente dos jovens *brancos*. Os jovens operários almoçadinhas do passado às vezes tomavam seus estilos da alta moda na camada social alta ou de subculturas de setores da classe média, como a boemia artística; as moças operárias, mais ainda. Agora parecia verificar-se uma curiosa inversão. O mercado de moda para os jovens plebeus estabeleceu sua independência e começou a dar o tom para o mercado *grã-fino*. À medida que o *blue jeans* (para

ambos os sexos) avançava, a *haute couture* de Paris recuava, ou antes aceitava a derrota usando seus prestigiosos nomes para vender produtos do mercado de massa, diretamente ou sob franquia. O ano de 1965, a propósito, foi o primeiro em que a indústria francesa de roupas femininas produziu mais calças que saias (Veillon, 1992, p. 6). Jovens aristocratas começaram a abandonar os sotaques que, na Grã-Bretanha, identificavam infalivelmente os membros de sua classe, e passaram a falar de modo aproximado ao linguajar da classe operária.\* Rapazes respeitáveis, e cada vez mais moças, começaram a copiar o que antes era uma moda machista estritamente não respeitável entre os operários braçais, soldados e pessoas assim, o uso ocasional de palavrões na conversa. A literatura não ficou atrás: um brilhante crítico teatral levou a palavra *fuck* (foder) para o público do rádio. Pela primeira vez na história do conto de fadas, Cinderela tornou-se a beldade do baile *não* usando roupas esplêndidas.

Essa guinada para o popular nos gostos dos jovens de classe alta e média do mundo ocidental, que teve até alguns paralelos no Terceiro Mundo, como a defesa do samba pelos intelectuais brasileiros,\*\* pode ou não ter tido alguma coisa a ver com a corrida dos estudantes da classe média para a política e ideologia revolucionárias poucos anos depois. A moda é muitas vezes profética, ninguém sabe como. Foi quase certamente reforçada entre a juventude masculina pelo aparecimento público, no novo clima de liberalismo, de uma subcultura homossexual com singular importância como determinadora de tendências na moda e nas artes. Contudo, talvez baste apenas supor que o estilo informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes.

A antinomia essencial da nova cultura jovem surgiu mais claramente nos momentos em que encontrou expressão intelectual, como nos instantaneamente famosos cartazes dos dias de maio de 1968 em Paris: “É proibido proibir”, e na máxima do radical *pop* americano Jerry Rubin, de que não se deve confiar em ninguém que não tenha dado um tempo (na cadeia) (Wiener, 1984, p. 204). Ao contrário das primeiras aparências, estas não eram declarações políticas de princípios no sentido tradicional — mesmo no sentido estreito de visar à abolição de leis repressivas. Não era esse o seu objetivo. Eram anúncios públicos de sentimentos e desejos privados. Como dizia um *slogan* de maio de 1968: “Tomo meus desejos por realidade, pois acredito na realidade

(\*) Os jovens de Eton começaram a fazer isso no fim da década de 1950, segundo um vice-vestibulista daquela instituição de elite.

(\*\*) Chico Buarque de Holanda, figura destacada no panorama da música popular brasileira, é filho de um eminente historiador progressista, que foi figura central no reflorescimento intelectual e cultural em seu país na década de 1930.

de meus desejos” (Katsiaficas, 1987, p. 101). Mesmo quando tais desejos eram acompanhados de manifestações, grupos e movimentos públicos; mesmo no que parecia, e às vezes tinha, o efeito de rebelião de massa, a essência era de subjetivismo. “O pessoal é político” tornou-se um importante *slogan* do novo feminismo, talvez o resultado mais duradouro dos anos de radicalização. Significava mais que simplesmente o fato de o compromisso político ter motivação e satisfações pessoais, e que o critério do êxito político era o quanto ele afetava as pessoas. Em algumas bocas, significava simplesmente “Chamarei de política qualquer coisa que me preocupe”, como no título de um livro da década de 1970, *Fat is a feminist issue* [Gordura é uma questão feminista].

O *slogan* de maio de 1968, “Quando penso em revolução quero fazer amor”, teria intrigado não só Lenin, mas também Ruth Fischer, a jovem militante comunista vienense cuja defesa da promiscuidade sexual Lenin atacou (Zetkin, 1968, pp. 28 e ss.). Contudo, por outro lado, mesmo para o neomarxista-leninista radical, conscientemente político, típico das décadas de 1960 e 1970, o agente do Comintern de Brecht que, como o caixeiro-viajante, “fazia sexo com outras coisas em mente” (“*Der Liebe pflegte ich achtlos*” — Brecht, 1976, vol. II, p. 722), teria sido incompreensível. Para eles, o importante era sem dúvida não o que os revolucionários esperavam conseguir com suas ações, mas o que faziam e como se sentiam fazendo-o. Não se podia claramente separar fazer amor e fazer revolução.

Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos, sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção. O primeiro, em suas múltiplas formas, não tinha de ser descoberto. O que o melancólico poeta conservador queria dizer com o verso “O intercurso sexual começou em 1963” (Larkin, 1988, p. 167) não era que essa atividade fosse incomum antes da década de 1960, nem mesmo que ele não a praticara, mas que o ato mudara seu caráter público com — exemplos dele — o julgamento de lady Chatterley e “o primeiro LP dos Beatles”. Onde uma atividade era antes proibida, tais gestos contra os velhos costumes eram fáceis. Onde era tolerada, oficial ou não oficialmente, como por exemplo relações de lesbianismo, o fato de que *era* um gesto tinha de ser especialmente estabelecido. Um compromisso público com o até então proibido ou inconveniente (“mostrar a cara”) tornava-se portanto importante. As drogas, por outro lado, com exceção do álcool e do tabaco, haviam até então se limitado a pequenas subculturas de sociedade alta, baixa e marginal, e não se beneficiavam de legislação permissiva. Espalharam-se não só como um gesto de rebelião, pois as sensações que elas tornavam possíveis podiam ser atração suficiente. Apesar disso, o uso de drogas era por definição uma atividade prosrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais, a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco tornava o fumá-la (tipicamente uma atividade social) não

apenas um ato de desafio, mas de superioridade em relação aos que a proibiam. Nas loucas praias dos anos 60 americanos, onde se reuniam os fãs de *rock* e estudantes radicais, o limite entre ficar drogado e erguer barricadas muitas vezes parecia difuso.

O recém-ampliado campo de comportamento publicamente aceitável, incluindo o sexual, na certa aumentou a experimentação e a frequência de comportamento até então considerado inaceitável ou desviante, e sem dúvida aumentou sua visibilidade. Assim, nos EUA, o surgimento público de uma subcultura homossexual abertamente praticada, mesmo nas duas cidades que determinavam tendências, San Francisco e Nova York, e se influenciavam uma à outra, só ocorreu quando já bem avançados os anos 60, e sua influência como grupo de pressão política só nos 70 (Duberman et al., 1989, p. 460). Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam.

Mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos,\* mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, os que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover sua venda.

Assumia-se tacitamente agora que o mundo consistia em vários bilhões de seres humanos definidos pela busca de desejo individual, incluindo desejos até então proibidos ou malvistas, mas agora permitidos — não porque se houvessem tornado moralmente aceitáveis, mas porque tantos egos os tinham. Assim, até a década de 1990 a liberalização quase chegou à legalização das drogas. Elas continuaram sendo proibidas com variados graus de severidade e um alto grau de ineficiência. A partir da década de 1990, desenvolveu-se com grande rapidez um enorme mercado para a cocaína, basicamente entre as classes médias prósperas da América do Norte e, um pouco depois, da Europa Ocidental. Isso, como o crescimento um tanto mais plebeu do mercado de heroína (também basicamente americano), transformou o crime pela primeira vez num negócio autenticamente grande (Arlacchi, 1983, pp. 208 e 215).

(\*) Contudo, não houve quase nenhum reflorescimento da única ideologia que acreditava que a ação espontânea, não organizada, antiautoritária e libertária traria uma sociedade nova, justa e sem Estado, ou seja, o *anarquismo* de Bakunin ou Kropotkin, embora ele correspondesse muito mais de perto às idéias de fato da maioria dos rebeldes estudantes das décadas de 1960 e 1970 que o marxismo então na moda.

A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. Daí a insegurança muitas vezes traumática quando velhas convenções de comportamento eram derubadas ou perdiam sua justificação; ou a incompreensão entre os que sentiam essa perda e aqueles que eram jovens demais para ter conhecido qualquer coisa além da sociedade anômica.

Assim, um antropólogo brasileiro na década de 1980 descrevia a tensão de um homem de classe média, criado num país de cultura mediterrânea que valorizava a honra e a vergonha, diante da contingência cada vez mais comum de um grupo de assaltantes que lhe exigia dinheiro e ameaçava violentar sua namorada. Nessas circunstâncias, sempre se esperara que o cavalheiro defendesse a dama, se não o dinheiro, ao custo da própria vida; a dama, que preferisse a morte a uma sorte proverbialmente “pior que a morte”. Contudo, na realidade das cidades grandes de fins do século XX, não era provável que a resistência salvasse nem a “honra” da mulher nem o dinheiro. A política racional nessas circunstâncias era ceder, para impedir que os agressores perdessem a paciência e cometessem verdadeiros danos físicos ou mesmo assassinato. Quanto à honra feminina, tradicionalmente definida como virgindade antes do casamento e total fidelidade conjugal depois, o que exatamente estaria sendo defendido, à luz das suposições e realidades do comportamento sexual vigente entre homens e mulheres que estavam entre os educados e emancipados na década de 1980? E no entanto, como mostraram as pesquisas do antropólogo, previsivelmente isso não tornava a situação menos traumática. Situações menos extremas podiam produzir insegurança e sofrimento mental comparáveis — por exemplo, encontros sexuais comuns. A alternativa para uma velha convenção, por mais irracional que fosse, podia revelar-se não uma nova convenção ou comportamento sexual, mas regra nenhuma, ou pelo menos nenhum consenso sobre o que se devia fazer.

Na maior parte do mundo, as velhas texturas e convenções sociais, embora solapadas por um quarto de século de transformação social e econômica sem paralelos, estavam tensas, mas ainda não em desintegração. Isso era uma felicidade para a maior parte da humanidade, sobretudo os pobres, pois a rede de parentesco, comunidade e vizinhança era essencial para a sobrevivência econômica, e sobretudo para o sucesso num mundo em mudança. Em grande parte do Terceiro Mundo, funcionava como uma combinação de ser-

viço de informação, intercâmbio de trabalho, um *pool* de trabalho e capital, um mecanismo de poupança e um sistema de seguridade social. Na verdade, sem famílias coesas, os sucessos econômicos de algumas partes do mundo — por exemplo, o Oriente Médio — são difíceis de explicar.

Nas sociedades mais tradicionais, as tensões iriam se mostrar basicamente na medida em que o triunfo da economia comercial solapava a legitimidade da ordem social até então aceita, baseada na desigualdade, tanto porque as aspirações se tornavam mais igualitárias quanto porque as justificações funcionais da desigualdade estavam erodidas. Assim, a riqueza e o desregramento dos rajás indianos (como a conhecida isenção de taxa da riqueza da família real britânica, que só foi contestada na década de 1990) não eram invejados nem ressentidos pelos seus súditos, como poderiam ter sido as de um vizinho. Pertenciam e eram sinais do seu papel especial na ordem social — e talvez mesmo econômica — que em certo sentido se acreditava manter, estabilizar e sem dúvida simbolizar o reinado deles. De modo um tanto diferente, os consideráveis privilégios e luxos dos magnatas das empresas japonesas eram menos inaceitáveis, na medida em que eram vistos não como riqueza individualmente apropriada, mas essencialmente como complementos de suas posições oficiais na economia, mais ou menos como os luxos dos ministros de gabinete britânicos — limusines, residências oficiais etc. — que são retirados horas depois que eles deixam de ocupar o posto ao qual estão ligados esses complementos. A verdadeira distribuição de renda no Japão, como sabemos, era consideravelmente menos desigual que nas sociedades comerciais ocidentais. Contudo, quem observasse a situação japonesa na década de 1990, mesmo de longe, dificilmente poderia evitar a impressão de que durante essa década de *boom* a simples acumulação de riqueza e sua ostentação pública tornavam muito mais visível o contraste entre as condições nas quais os japoneses comuns viviam em seu país — muito mais modestamente que seus correspondentes ocidentais — e a condição dos japoneses ricos. Talvez pela primeira vez eles não mais estivessem suficientemente protegidos do que antes se via como privilégios legítimos que acompanham o serviço ao Estado e à sociedade.

No Ocidente, as décadas de revolução social haviam feito estrago muito maior. Os extremos desse colapso são mais facilmente visíveis no discurso ideológico público do *fin-de-siècle* ocidental, sobretudo no tipo de declaração pública que, sem pretensão a qualquer profundidade analítica, era formulada em termos de crenças amplamente aceitas. Lembremo-nos do argumento, em certa época comum na maioria dos círculos feministas, de que o trabalho doméstico feminino deve ser calculado (e, se necessário, pago) segundo uma taxa de mercado, ou a justificação da reforma do aborto em termos de um abstrato e ilimitado “direito de opção” individual (da mulher).\* A extensão da in-

(\*) A legitimidade de uma reivindicação deve ser claramente distinguida dos argumentos para justificá-la. A relação de marido, esposa e filhos numa família não tem a menor semelhança

fluência da economia neoclássica que, em sociedades seculares ocidentais, foi tomando cada vez mais o lugar da teologia, e (via a hegemonia cultural dos EUA) a influência da ultra-individualista jurisprudência americana encorajaram essa retórica. Ela encontrou expressão política na primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: “Não há sociedade, só indivíduos”.

Contudo, quaisquer que sejam os excessos de teoria, a prática foi muitas vezes igualmente extrema. A certa altura da década de 1970, reformadores sociais nos países anglo-saxônicos, justamente chocados (como ficavam os pesquisadores de vez em quando) pelos efeitos da institucionalização sobre os doentes ou perturbados mentais, fizeram com êxito campanha para tirar do confinamento tantos deles quanto possível, “a fim de receberem cuidados da comunidade”. Mas nas cidades do Ocidente não havia mais comunidade para cuidar deles. Não havia parentesco. Ninguém os conhecia. Só havia ruas de cidade como as de Nova York, cheias de mendigos desabrigados com sacolas de plástico, gesticulando e falando consigo mesmos. Se tinham sorte ou azar (dependia do ponto de vista), acabavam transferidos dos hospitais que os haviam expulsado para as cadeias que, nos EUA, se tornaram o principal receptáculo dos problemas sociais da sociedade americana, sobretudo da parte negra. Em 1991, 15% da maior população carcerária do mundo em termos proporcionais — 426 presos por 100 mil habitantes — era tida como mentalmente doente (Walker, 1991; Human Development, 1991, p. 32, fig. 2.10).

As instituições mais severamente solapadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional e as igrejas organizadas tradicionais no Ocidente, que desabaram de uma forma impressionante no último terço do século. O cimento que agregava as comunidades de católicos romanos desfez-se com espantosa rapidez. No curso da década de 1960, o comparecimento à missa no Quebec (Canadá) caiu de 80% para 20%, e a tradicionalmente alta taxa de nascimentos franco-canadense caiu abaixo da média do país (Bernier & Boily, 1986). A liberação feminina, ou mais precisamente as exigências de controle de natalidade das mulheres, incluindo o aborto e o direito ao divórcio, enfiou talvez a mais profunda cunha entre a Igreja e o que se tornara no século xx o pilar básico dos fiéis (ver *A era do capital*), como ficou cada vez mais evidente em países notoriamente católicos como a Irlanda e a própria Itália do papa, e até — após a queda do comunismo — na Polônia. As vocações para o sacerdócio e outras formas da vida religiosa caíram acentuadamente, como aconteceu com a disposição de praticar o celibato, real ou oficial. Em suma, para melhor ou para pior, a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis

---

com a de compradores e vendedores num mercado, por mais nocional que seja. Tampouco a decisão de ter ou não ter um filho, mesmo tomada unilateralmente, se refere exclusivamente ao indivíduo que toma essa decisão. Esta afirmação do óbvio é perfeitamente compatível com o desejo de transformar o papel da mulher na família ou favorecer o direito de aborto.

desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século xx. As igrejas ocidentais que tinham um domínio menos compulsório sobre seus membros, incluindo mesmo algumas das mais antigas seitas protestantes, declinaram ainda mais rapidamente.

As conseqüências materiais do afrouxamento dos laços de família tradicionais foram talvez ainda mais sérias. Pois, como vimos, a família não era apenas o que sempre fora, um mecanismo para reproduzir-se, mas também um mecanismo para a cooperação social. Como tal, fora essencial para a manutenção tanto da economia agrária quanto das primeiras economias industriais, locais e globais. Isso se deveu em parte ao fato de não se ter criado nenhuma estrutura comercial capitalista *impessoal* antes da concentração de capital, e de o surgimento da grande empresa começar a gerar a moderna organização corporativa no fim do século XIX, a “mão visível” (Chandler, 1977) que iria suplementar a “mão invisível” do mercado smithiano.\* Mas um motivo ainda mais forte foi que o mercado por si só não prevê esse elemento central em qualquer sistema privado de busca ao lucro, o denominado *truste*; ou seu equivalente legal, o desempenho de contratos. Isso exigia ou o poder do Estado (como bem sabiam os teóricos políticos do individualismo do século XVII), ou os laços do parentesco e da comunidade. Assim, o comércio, o sistema bancário e financeiro internacionais, campos de atividades às vezes fisicamente remotas, de grandes recompensas e de grande insegurança, foram exercidos com mais êxito por corpos de empresários relacionados por parentesco, de preferência grupos com solidariedades religiosas, como os judeus, quacres ou huguenotes. Na verdade, mesmo no fim do século XX, esses laços ainda se mostravam indispensáveis nos negócios criminosos, que não apenas eram contra a lei, mas estavam fora de sua proteção. Numa situação em que nada mais garantia os contratos, só o parentesco e a ameaça de morte podiam fazê-lo. As mais bem-sucedidas famílias da Máfia calabresa, assim, consistiam em um substancial grupo de irmãos (Cicotte, 1992, pp. 361-2).

Contudo, justamente esses laços e solidariedades de grupo não econômicos eram agora minados, como o eram os sistemas morais que os acompanhavam. Estes eram igualmente mais antigos que a moderna sociedade industrial, mas também tinham sido adaptados para formar parte essencial dela. O velho vocabulário moral de direitos e deveres, pecado e virtude, sacrifício, consciência, prêmios e castigos não mais podia ser traduzido na nova linguagem de sa-

---

(\*) O modelo operacional da empresa realmente grande antes da era do capitalismo corporativo (“capitalismo monopolista”) não veio da experiência comercial privada, mas da burocracia do Estado ou militar — cf. os uniformes dos empregados das ferrovias. Muitas vezes, na verdade, era, e tinha de ser, diretamente conduzida pelo Estado ou outras autoridades públicas descomprometidas com a maximização dos lucros, como os serviços postais e maioria dos serviços telegráficos e telefônicos.

tisfação dos desejos. Uma vez que tais práticas e instituições não eram mais aceitas como parte de um modo de ordenar a sociedade que ligava as pessoas umas às outras, e que assegurava a cooperação social e a reprodução, desapareceu a maior parte de sua capacidade de estruturar a vida social humana. Foram reduzidas simplesmente a manifestações de preferências individuais, e reivindicações de que a lei reconhecesse a supremacia dessas preferências.\* Incerteza e imprevisibilidade eram iminentes. As agulhas das bússolas não tinham mais um norte, os mapas tornaram-se inúteis. Isso foi o que se tornou cada vez mais evidente nos países de maior desenvolvimento a partir da década de 1960. Encontrou expressão ideológica numa variedade de teorias, do extremo liberalismo de mercado ao “pós-modernismo” e coisas que tais, que tentavam contornar inteiramente o problema de julgamento e valores, ou antes reduzi-los ao único denominador da irrestrita liberdade do indivíduo.

De início, claro, as vantagens da liberalização social em massa pareceram enormes a todos, com exceção dos reacionários empedernidos, e seus custos, mínimos; tampouco parecia implicar liberalização econômica. A grande maré de prosperidade que cobria as populações das regiões favorecidas do mundo, reforçada pelos sistemas públicos de seguridade social cada vez mais abrangentes e generosos, parecia eliminar os entulhos da desintegração social. Ser pai solteiro (isto é, esmagadoramente mãe solteira) ainda era de longe a melhor certeza de uma vida de pobreza, mas nos modernos Estados assistenciais também garantia um mínimo de sustento e abrigo. Aposentadorias, serviços previdenciários e, no fim, pavilhões geriátricos cuidavam dos velhos abandonados, dos quais filhos e filhas não podiam ou não se sentiam mais na obrigação de cuidar. Parecia natural tratar do mesmo jeito outras contingências que antes faziam parte da ordem familiar, por exemplo, transferindo o fardo do cuidado dos bebês das mães para creches e jardins-de-infância públicos, como há muito exigiam os socialistas, preocupados com as necessidades de mães assalariadas.

Cálculo racional e desenvolvimento histórico pareciam apontar na mesma direção que vários tipos de ideologia progressista, incluindo as que criticavam a família tradicional por perpetuar a subordinação da mulher ou dos filhos e adolescentes, ou com base em argumentos libertários mais gerais. Do ponto de vista material, o provimento público era nitidamente superior ao que a maioria das famílias podia proporcionar por si mesma, por causa da pobreza ou por outros motivos. O fato de que as crianças em Estados democráticos saíam de guerras na verdade mais saudáveis e bem alimentadas do que antes provava esse ponto. Que os Estados de Bem-estar sobreviviam nos países mais ricos no fim do século, apesar dos ataques sistemáticos de governos e ideólogos do

(\*) Essa é a diferença entre a linguagem dos “direitos” (legais ou constitucionais), que se tornou fundamental para a sociedade de incontrolável individualismo, pelo menos nos EUA, e o velho idioma moral no qual direitos e obrigações eram os dois lados da mesma moeda.

livre mercado, confirmava-o. Além disso, era um lugar-comum entre os sociólogos e antropólogos sociais a constatação de que em geral o papel do parentesco “diminui com a importância de instituições do governo”. Para melhor ou para pior, ele declinava com “o crescimento do individualismo econômico e social nas sociedades industriais” (Goody, 1968, pp. 402-3). Em suma, como se previra, *Gemeinschaft* cedia espaço a *Gesellschaft*; comunidades davam lugar a indivíduos ligados em sociedades anônimas.

As vantagens materiais da vida num mundo em que a comunidade e a família declinavam eram, e continuam sendo, inegáveis. O que poucos percebiam era o quanto a sociedade industrial moderna, até meados do século XX, dependera de uma simbiose da velha comunidade e velhos valores com a nova sociedade, e portanto como era provável que fossem dramáticos os efeitos de sua desintegração espetacularmente rápida. Isso se tornou evidente na era da ideologia neoliberal, quando o macabro termo “subclasse” entrou ou reentrou no vocabulário sociopolítico, por volta de 1980.\* Eram as pessoas que, em sociedades de mercado desenvolvidas após o fim do pleno emprego, não conseguiam ou não queriam ganhar a vida para si mesmas e suas famílias na economia de mercado (suplementada pelo sistema de seguridade social), que parecia funcionar bem para dois terços da maioria dos habitantes desses países, pelo menos até a década de 1990 (daí a expressão “Sociedade dos Dois Terços”, cunhada nessa década por um preocupado político social-democrata alemão, Peter Glotz). A própria palavra “subclasse”, como a velha “submundo”, implicava uma exclusão da sociedade “normal”. Essencialmente, essas “subclasses” dependiam da habitação e da previdência públicas, mesmo quando complementavam suas rendas com incursões na economia informal, ou no “crime”, isto é, aqueles setores econômicos não alcançados pelos sistemas fiscais dos governos. Contudo, como eram camadas onde a coesão da família em grande parte se rompera, mesmo suas incursões na economia informal, legal ou ilegal, era marginal e instável. Pois, como provaram o Terceiro Mundo e sua nova emigração em massa para os países do Norte, mesmo a economia não oficial das favelas e dos imigrantes ilegais só funciona bem dentro das redes de parentesco.

Os setores pobres da população negra urbana nativa nos EUA, ou seja, a maioria dos negros americanos,\*\* tornaram-se o exemplo típico dessa “subclasse”, um corpo de cidadãos praticamente fora da sociedade oficial, não fazendo parte real dela, nem — no caso de muitos de seus homens jovens — do

(\*) O equivalente de fins do século XIX para isso na Grã-Bretanha era o *residuum*.

(\*\*) A descrição oficialmente preferida [nos EUA] na época em que escrevo é “afro-americano”. Contudo, esses nomes mudam — durante a vida do autor, houve várias dessas mudanças (*coloured* [de cor], *negro*, *black* [preto]) — e continuarão mudando. Eu uso o termo que provavelmente teve mais longo curso entre os que desejavam demonstrar respeito aos descendentes dos escravos africanos nas Américas.



mercado de trabalho. Na verdade, muitos de seus jovens, sobretudo os homens, praticamente se consideravam uma sociedade proscrita, ou anti-sociedade. O fenômeno não se restringia às pessoas de determinada cor de pele. Com o declínio e queda das indústrias que empregavam mão-de-obra no século XIX e início do XX, essas “subclasses” começaram a surgir em vários países. Contudo, nos conjuntos habitacionais construídos por autoridades públicas socialmente responsáveis para todos que não podiam pagar aluguéis de mercado ou comprar casa, mas agora habitados pelas “subclasses”, tampouco havia comunidade, e só pouca mutualidade baseada em parentesco regular. Mesmo a “vizinhança”, última relíquia de comunidade, mal podia sobreviver ao medo universal, em geral de garotos adolescentes descontrolados, e cada vez mais armados, que tocavam essas selvas hobbessianas.

Só naquelas partes do mundo que ainda não haviam entrado no universo onde os seres humanos viviam lado a lado, mas não como seres sociais, a comunidade sobreviveu em certa medida, e com ela uma ordem social, embora, para a maioria dos seres humanos, uma ordem desesperadamente pobre. Quem poderia falar em “subclasse” minoritária num país como o Brasil, onde, em meados da década de 1980, os 20% do topo da população ficavam com mais de 60% da renda do país, enquanto os 40% de baixo recebiam 10% ou até menos (UN World Social Situation, 1984, p. 84)? Em geral, era uma vida de status e renda desiguais. Contudo, na maior parte, ainda não havia a disseminada insegurança da vida urbana existente nas sociedades “desenvolvidas”, os velhos guias de comportamento desmantelados e substituídos por um vácuo incerto. O triste paradoxo de *fin-de-siècle* do século XX era que, por todos os critérios mensuráveis de bem-estar e estabilidade sociais, viver numa Irlanda do Norte socialmente retrógrada mas tradicionalmente estruturada, sem emprego, e após vinte anos ininterruptos de algo semelhante a uma guerra civil, era melhor, e na verdade mais seguro, do que viver na maioria das grandes cidades do Reino Unido.

O drama das tradições e valores desmoronados não estava tanto nas desvantagens materiais de não ter os serviços sociais e pessoais outrora oferecidos pela família e pela comunidade. Estes podiam ser substituídos nos Estados de Bem-estar prósperos, embora não nas partes pobres do mundo, onde a grande maioria da humanidade ainda tinha pouco de que depender fora o parentesco, o apadrinhamento e a ajuda mútua (sobre o setor socialista do mundo, ver capítulos 13 e 16). Estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano. Essa perda foi sentida. Refletiu-se no surgimento do que veio a ser chamado (de novo nos EUA, onde o fenômeno se tornou visível a partir do fim da década de 1960) de “política de identidade”, em geral étnica/nacional ou religiosa, e em movimentos militantemente nostálgicos que buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança sem problemas. Tais

movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas — gritos pedindo um pouco de “comunidade” a que pertencer num mundo anômico; um pouco de família a que pertencer num mundo de seres socialmente isolados; um pouco de refúgio na selva. Todo observador realista e a maioria dos governos sabiam que não se diminuía nem mesmo se controlava o crime executando-se criminosos ou pela dissuasão de longas sentenças penais, mas todo político conhecia a força enorme e emocionalmente carregada, racional ou não, da exigência em massa dos cidadãos comuns para que se *punisse* o anti-social.

Havia os perigos políticos de desgaste e rompimento das velhas texturas e sistemas de valores sociais. Contudo, à medida que avançava a década de 1980, geralmente sob a bandeira da soberania do puro mercado, tornava-se cada vez mais óbvio que também ele constituía um perigo para a triunfante economia capitalista.

Pois o sistema capitalista, mesmo quando construído em cima das operações do mercado, dependera de várias tendências que não tinham ligação intrínseca com aquela busca da vantagem do indivíduo que, segundo Adam Smith, alimentava o seu motor. Dependia do “hábito do trabalho”, que Adam Smith supunha ser um dos motivos fundamentais do comportamento humano, da disposição dos seres humanos de adiar a satisfação imediata por um longo período, isto é, poupar para recompensas futuras, do orgulho da conquista, dos costumes de confiança mútua e de outras atitudes que não estavam implícitas na maximização racional das vantagens de alguém. A família tornou-se parte integral do início do capitalismo porque lhe oferecia várias dessas motivações. O mesmo faziam o “hábito do trabalho”, os hábitos de obediência e lealdade, incluindo lealdade aos diretores da empresa, e outras formas de comportamento que não podiam encaixar-se prontamente numa teoria de escolha racional baseada na maximização. O capitalismo podia funcionar sem isso, mas, quando o fez, tornou-se estranho e problemático mesmo para os próprios homens de negócios. Isso se deu durante a moda dos “golpes” piratas de corporações comerciais e outras especulações financeiras que varreram os distritos financeiros dos Estados de mercado ultralivre, como os EUA e a Grã-Bretanha, na década de 1980 e que praticamente quebraram todos os laços entre a busca do lucro e a economia como um sistema de produção. Foi por isso que os países capitalistas que não esqueceram que não se consegue crescimento só com maximização de lucros (Alemanha, Japão, França) tornaram tais ataques difíceis ou impossíveis.

Karl Polanyi, pesquisando as ruínas da civilização do século XIX durante a Segunda Guerra Mundial, observou como eram extraordinárias e sem precedentes as crenças sobre as quais ela fora construída: as do sistema de mercados auto-reguladores e universais. Afirmou que a “tendência” smithiana “de negociar, barganhar e trocar uma coisa por outra” inspirara “um sistema industrial [...] que pratica e teoricamente sugeria que a raça humana era dominada em todas as suas atividades econômicas, se não também em suas buscas polí-

ticas, intelectuais e espirituais, por aquela particular inclinação” (Polanyi, 1945, pp. 50-1). Contudo, Polanyi exagerou a lógica do capitalismo em sua época, do mesmo modo como Adam Smith tinha exagerado a medida em que, tomada por si mesma, a busca de vantagem econômica por todos os homens maximizaria automaticamente a riqueza das nações.

Como tomamos por certo o ar que respiramos, e que torna possíveis nossas atividades, também o capitalismo tomou como certa a atmosfera em que operava, e que herdara do passado. Só descobriu como ela fora essencial quando o ar começou a rarear. Em outras palavras, o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para seu sucesso, mas não suficientes. Foi a revolução cultural do último terço do século que começou a erodir as herdadas vantagens históricas do capitalismo e a demonstrar as dificuldades de operar sem elas. A ironia histórica do neoliberalismo que se tornou moda nas décadas de 1970 e 1980, e que olhava de cima as ruínas dos regimes comunistas, foi que triunfou no momento mesmo em que deixava de ser tão plausível quanto parecera outrora. O mercado dizia triunfar quando não mais se podia ocultar sua nudez e inadequação.

A principal força da revolução cultural foi naturalmente sentida nas “economias de mercado industriais” urbanizadas dos velhos núcleos do mundo capitalista. Contudo, como veremos, as extraordinárias forças econômicas e sociais desencadeadas no fim do século XX também transformaram o que agora se passava a chamar de “Terceiro Mundo”.

## O TERCEIRO MUNDO

*[Eu sugeri que], sem livros para ler, a vida nas noites em suas propriedades rurais [egípcias] deveriam ser pesadas, e que uma poltrona e um bom livro numa varanda fresca tornam a vida muito mais agradável. Meu amigo me disse logo: “Você não imagina que um dono de terras no distrito possa sentar-se na varanda após o jantar, com uma luz forte acima da cabeça, sem receber um tiro, imagina?”. Eu mesmo podia ter pensado nisso.*

Russell Pasha (1949)

*Sempre que a conversa na aldeia se encaminhava para a questão da ajuda mútua e oferta de empréstimos como parte dessa ajuda a companheiros aldeões, raramente deixava de suscitar declarações lamentando a decrescente cooperação entre os aldeões [...] Essas declarações eram sempre acompanhadas de referências ao fato de que as pessoas na aldeia estão se tornando cada vez mais calculistas em sua visão das questões de dinheiro. Os aldeões então, infalivelmente, retornavam ao que se chamava de “velhos tempos”, quando as pessoas sempre estavam dispostas a oferecer ajuda.*

M. b. Abdul Rahim (1973)

### I

Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente.

Essa foi a consequência de uma espantosa explosão demográfica no mun-

do dependente após a Segunda Guerra Mundial, que mudou, e continua mudando, o equilíbrio da população mundial. Desde a primeira revolução industrial, possivelmente desde o século XVI, isso viera mudando em favor do mundo “desenvolvido”, isto é, de populações da Europa ou lá originadas. De menos de 20% da população global em 1750, estas tinham aumentado até formar quase um terço da humanidade em 1900. A Era da Catástrofe congelou a situação, mas desde meados do século a população cresceu a uma taxa além de todo precedente, e a maior parte desse crescimento ocorreu nas regiões outrora dominadas por um punhado de impérios, ou na iminência de ser por eles conquistadas. Se tomamos os membros dos países ricos da OCDE como representando o “mundo desenvolvido”, sua população coletiva no fim da década de 1980 representava uns meros 15% da humanidade; uma fatia inevitavelmente decrescente (a não ser pela migração), pois vários dos países “desenvolvidos” não mais davam à luz filhos suficientes para reproduzir-se.

Essa explosão demográfica nos países pobres do mundo, que causou séria preocupação internacional pela primeira vez no fim da Era de Ouro, é provavelmente a mudança mais fundamental no Breve Século XX, mesmo supondo-se que a população global acabará se estabilizando em 10 bilhões (ou qualquer que seja o atual palpite) em algum momento do século XXI.\* Uma população mundial que dobrou nos quarenta anos desde 1950, ou uma população como a da África, que pode esperar dobrar em menos de trinta anos, é inteiramente sem precedente histórico, como o são os problemas práticos que tem de suscitar. Basta pensar na situação social e econômica de um país do qual 60% da população tem menos de quinze anos.

A explosão demográfica no mundo pobre foi tão sensacional porque as taxas de nascimento básicas nesses países foram em geral muito mais altas que as dos períodos históricos correspondentes nos países “desenvolvidos”, e porque a enorme taxa de mortalidade, que antes continha a população, caiu como uma pedra a partir da década de 1940 — quatro ou cinco vezes mais rápido que a queda correspondente na Europa do século XIX (Kelley, 1988, p. 168). Pois enquanto na Europa essa queda teve de esperar a melhoria gradual dos padrões de vida e ambientais, a tecnologia moderna varreu o mundo dos países pobres como um furacão na Era de Ouro, sob a forma de remédios modernos e da revolução dos transportes. A partir da década de 1940, a inovação médica e farmacêutica pela primeira vez estava em condições de salvar vidas em escala maciça (por exemplo, com DDT e antibióticos), o que antes nunca

(\*) Se continuasse a espetacular aceleração de crescimento que temos experimentado neste século, pareceria inevitável uma catástrofe. A humanidade atingiu seu primeiro bilhão há cerca de duzentos anos. O bilhão seguinte levou 120 anos para ser atingido, o terceiro, 35 anos, o quarto quinze anos. No fim da década de 1980, ela estava em 5,2 bilhões, e esperava-se que passasse dos 6 bilhões no ano 2000.

pudera fazer, a não ser talvez no caso da varíola. Assim, enquanto as taxas de natalidade permaneciam altas, ou mesmo cresciam em tempos de prosperidade, as taxas de mortalidade despencavam — no México, caíram em mais da metade nos 25 anos após 1944 — e a população disparava para cima, embora nem a economia, nem suas instituições houvessem necessariamente mudado muito. Uma consequência incidental foi o alargamento do fosso entre ricos e pobres, países avançados e atrasados, mesmo quando as economias das duas regiões cresciam à mesma taxa. Distribuir um PIB duas vezes maior que o de trinta anos antes num país cuja população era estável é uma coisa; distribuí-lo entre uma população que (como a do México) dobrara em trinta anos é completamente diferente.

É importante iniciar qualquer história do Terceiro Mundo com alguma consideração acerca de sua demografia, uma vez que a explosão demográfica é o fato central de sua existência. A história passada nos países desenvolvidos sugere que, mais ou cedo ou mais tarde, também eles vão passar pelo que os especialistas chamam de “transição demográfica”, estabilizando uma baixa taxa de natalidade e de mortalidade, isto é, desistindo de ter mais de um ou dois filhos. Contudo, embora houvesse indícios de que a “transição demográfica” estava ocorrendo em vários países, notadamente no Leste Asiático, no fim do Breve Século XX o grosso dos países pobres não fora muito longe nessa estrada, a não ser no ex-bloco soviético. Esse era um dos motivos para continuarem pobres. Vários países de população gigantesca estavam tão apertados com os 10 milhões de bocas a mais que pediam para ser alimentadas todo ano que, de vez em quando, seus governos se empenhavam numa implacável coerção para impor aos cidadãos o controle de natalidade, ou algum tipo de limitação da família (notadamente a campanha de esterilização na Índia na década de 1970 e a política de “um filho só” na China). Não é provável que o problema da população em qualquer país seja resolvido por esses meios.

## II

Contudo, quando surgiram no mundo pós-guerra e pós-colonial, essas não foram as primeiras preocupações dos Estados do mundo pobre. Que forma deveriam eles tomar?

Previsivelmente, adotaram, ou foram exortados a adotar, sistemas políticos derivados dos antigos senhores imperiais, ou daqueles que os haviam conquistado. Uma minoria deles, saindo de revoluções sociais ou (o que equivalia à mesma coisa) extensas guerras de libertação, inclinavam-se a adotar o modelo da revolução soviética. Em teoria, portanto, o mundo tinha cada vez mais pretensas repúblicas parlamentares com eleições disputadas, além de uma minoria de “repúblicas democráticas populares” sob um partido único orientador.

(Em teoria, portanto, todo mundo daí em diante era democrático, embora só os regimes comunistas ou social-democratas insistissem em ter “popular” e/ou “democrático” em seu título oficial.)\*

Na prática, tais rótulos indicavam no máximo onde esses Estados queriam situar-se internacionalmente. Eram em geral tão irrealistas quanto há muito tendiam a ser as Constituições oficiais das repúblicas latino-americanas, e pelas mesmas razões: na maioria dos casos, faltavam-lhes as condições materiais e políticas para corresponder a eles. Isso se dava mesmo nos novos Estados do tipo comunista, embora sua estrutura basicamente autoritária e o artifício do “partido condutor” único os tornassem um pouco menos inadequados a Estados de origem não ocidental do que as repúblicas liberais. Assim, um dos poucos princípios políticos inabaláveis e inabalados dos Estados comunistas era a supremacia do partido (civil) sobre os militares. Contudo, na década de 1980, entre os Estados de inspiração revolucionária, Argélia, Benin, Birmânia, República do Congo, Etiópia, Madagascar e Somália — mais a um tanto excêntrica Líbia — estavam sob o domínio de soldados que tinham chegado ao poder por intermédio de golpes, como a Síria e o Iraque, ambos sob governos do Partido Socialista Ba'hat, embora em versões rivais.

Na verdade, a predominância de regimes militares, ou a tendência de neles cair, unia Estados do Terceiro Mundo de diversas filiações constitucionais e políticas. Se omitirmos o corpo principal dos regimes comunistas do Terceiro Mundo (Coreia do Norte, China, as repúblicas indochinesas e Cuba), e o regime há muito estabelecido oriundo da Revolução Mexicana, é difícil pensar em quaisquer repúblicas que não tenham conhecido pelo menos episódicos regimes militares depois de 1945. (As poucas monarquias, com algumas exceções — Tailândia —, parecem ter sido mais seguras.) A Índia, claro, continua sendo, de longe, na época em que escrevo, o exemplo mais impressionante de Estado do Terceiro Mundo que manteve ininterrupta supremacia civil e ininterrupta sucessão de governos de eleição popular regular e relativamente honesta, embora justificar o seu rótulo de “a grande democracia do mundo” dependa de como definimos precisamente o “governo do povo, para o povo, pelo povo”, de Lincoln.

Acostumamo-nos tanto a golpes e regimes militares no mundo — mesmo na Europa — que vale a pena lembrarmos-nos de que, na escala atual, eles são um fenômeno distintamente novo. Em 1914, nem um único Estado internacio-

(\*) Antes do colapso do comunismo, os seguintes Estados tinham as palavras “do povo”, “popular”, “democrático” ou “socialista” em seus nomes oficiais: Albânia, Angola, Argélia, Bangladesh, Benin, Bulgária, Birmânia, Camboja, Tchecoslováquia, China, Congo, Coreia do Norte, Etiópia, Hungria, Iugoslávia, Laos, Líbia, Madagascar, Moçambique, Mongólia, Polônia, República Democrática Alemã, República Democrática Popular do Iêmen, Romênia, Somália, Sri Lanka, URSS e Vietnã. A Guiana anunciava-se como uma “república cooperativa”.

nalmente soberano estava sob regime militar, a não ser na América Latina, onde os *coups d'état* faziam parte da tradição, e mesmo ali, naquela época, a única grande república que não se achava sob governo civil era o México, no meio de uma revolução e guerra civil. Havia muitos Estados militaristas, em que os militares tinham mais que seu quinhão de peso político, e vários outros onde o grosso do corpo de oficiais não tinha simpatia por seus governos — sendo a França um exemplo óbvio. Apesar disso, o instinto e o hábito dos soldados nos Estados adequadamente conduzidos e estáveis eram obedecer e manter-se fora da política; ou, mais precisamente, participar da política apenas à maneira de outro grupo de personagens sem voz, as mulheres da classe dominante, ou seja, por trás das cenas e por meio de intrigas.

A política de golpes militares foi portanto produto da nova era de governo incerto ou ilegítimo. A primeira discussão séria do assunto, *Coup d'état*, de Curzio Malaparte, um jornalista italiano com lembranças de Maquiavel, foi publicada em 1931, na metade dos anos de catástrofe. Na segunda metade do século, quando o equilíbrio de superpotências pareceu estabilizar fronteiras e, em menor medida, regimes, foi cada vez mais comum os homens de armas irem se envolvendo na política, quando mais não fosse porque o globo agora continha até duzentos Estados, a maioria dos quais novos e, portanto, sem qualquer legitimidade tradicional e em sua maior parte onerados por sistemas políticos mais propensos a produzir colapso político do que governo efetivo. Em tais situações, as Forças Armadas eram muitas vezes os únicos corpos capazes de ação política, ou qualquer outra ação, em base estatal ampla. Além disso, como a Guerra Fria entre as superpotências se dava em grande parte através das Forças Armadas dos Estados clientes ou aliados, elas eram subsidiadas e armadas pela superpotência apropriada, como na Somália. Havia mais espaço na política para os homens dos tanques do que jamais antes.

Nos países centrais do comunismo, os militares eram mantidos sob controle pela presunção de supremacia civil através do partido, embora em seus últimos anos lunáticos Mao Tsé-tung chegasse perto de abandoná-la em alguns momentos. Nos países centrais da aliança ocidental, o espaço para a política dos militares permaneceu restrito pela ausência de instabilidade política ou por mecanismos efetivos para mantê-la sob controle. Assim, após a morte do general Franco na Espanha, a transição para a democracia liberal foi negociada com eficiência sob a égide do novo rei, e um *putsch* de oficiais franquistas irredimidos em 1981 foi rapidamente detido, na hora, pela recusa do rei a aceitá-lo. Na Itália, onde os EUA mantinham um potencial de golpe em vista da possibilidade de participação no governo do grande Partido Comunista local, o governo civil continuou existindo, embora a década de 1970 produzisse várias e ainda inexplicadas ameaças de ação nos obscuros desvãos do submundo de militares, do serviço secreto e do terrorismo. Somente onde o trauma da descolonização (isto é, derrota por insurreções coloniais) se mostrou intolerável, fo-

ram os oficiais ocidentais tentados a dar golpes militares — como na França durante a luta perdida para manter a Indochina e a Argélia na década de 1950, e em Portugal (com orientação política esquerdista), quando o império africano desmoronava na década de 1970. Nos dois casos, as Forças Armadas logo foram recolocadas sob controle civil. O único regime militar de fato apoiado pelos EUA na Europa foi aquele instalado em 1967 (provavelmente por iniciativa local) por um grupo particularmente idiota de coronéis ultradireitistas gregos, num país onde a guerra civil entre os comunistas e seus adversários (1944-9) deixara amargas memórias de ambos os lados. O regime, que se distinguiu por um gosto pela tortura sistemática dos adversários, desabou sete anos depois sob o peso de sua própria estupidez política.

As condições para a intervenção militar no Terceiro Mundo eram muito mais convidativas, sobretudo nos novos, fracos e muitas vezes minúsculos Estados onde umas poucas centenas de homens armados, reforçados ou às vezes até substituídos por estrangeiros, podiam ter peso decisivo, e onde era provável que governos inexperientes ou incompetentes produzissem recorrentes estados de caos, corrupção e confusão. O típico governante militar da maioria dos países africanos não era um aspirante a ditador, mas alguém que tentava genuinamente limpar aquela bagunça, na esperança — muitas vezes vã — de que um governo civil logo assumisse. Geralmente falhava nos dois esforços, motivo pelo qual poucos chefes políticos militares duravam muito. De qualquer modo, a mais ligeira insinuação de que o governo local poderia cair nas mãos dos comunistas praticamente garantia apoio americano.

Em suma, a política dos militares, como os serviços secretos de informação, tendia a encher o vácuo deixado pela ausência da política ou dos serviços comuns de informação. Não era nenhum tipo particular de política, mas uma função da instabilidade e insegurança em volta. Contudo, foi se tornando cada vez mais difundida no Terceiro Mundo, porque praticamente todos os países da parte anteriormente colonial ou dependente do globo se achavam agora comprometidos, de uma maneira ou de outra, com políticas que exigiam deles exatamente os Estados estáveis, funcionais e eficientes que tão poucos tinham. Estavam comprometidos com a independência econômica e o “desenvolvimento”. Após o segundo *round* de guerra mundial, a revolução mundial e sua conseqüência, a descolonização global, aparentemente não havia mais futuro no velho programa de alcançar prosperidade enquanto produtores primários para o mercado mundial dos países imperialistas: o programa dos *estancieros* argentinos e uruguaios, com tanta esperança imitado por Porfirio Díaz no México e Leguía no Peru. De qualquer forma, isso deixara de parecer plausível desde a Grande Depressão. Além disso, tanto o nacionalismo quanto o antiimperialismo pediam políticas menos dependentes dos velhos impérios, e o exemplo da URSS oferecia um modelo alternativo de “desenvolvimento”. Jamais esse exemplo pareceu mais impressionante que nos anos após 1945.

Os Estados mais ambiciosos, assim, exigiam o fim do atraso agrário através da industrialização sistemática, fosse com base no modelo soviético de planejamento centralizado, fosse pela substituição da importação. Ambos, de modos diferentes, dependiam de ação e controle do Estado. Mesmo os menos ambiciosos, que não sonhavam com um futuro de grandes siderúrgicas tropicais movidas por imensas instalações hidrelétricas à sombra de represas titânicas, queriam eles próprios controlar e desenvolver seus recursos nacionais. O petróleo era tradicionalmente produzido por empresas privadas ocidentais, em geral tendo as mais estreitas relações com as potências imperiais. Os governos, seguindo o exemplo do México em 1938, passavam agora a nacionalizá-las e operá-las como empresas estatais. Os que se abstinham de nacionalizações descobriam (sobretudo após 1950, quando a ARAMCO ofereceu à Arábia Saudita o até então inimaginável acordo de divisão meio a meio da renda) que a posse física de petróleo e gás lhes dava o domínio das negociações com as empresas estrangeiras. Na prática, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que acabou fazendo o mundo refém na década de 1970, tornou-se possível porque a posse do petróleo do mundo passara das empresas para relativamente poucos governos produtores. Em suma, mesmo os governos de Estados descolonizados ou dependentes que se sentiam muito satisfeitos em depender de capitalistas estrangeiros antigos ou novos (“neocolonialismo”, na terminologia esquerdista contemporânea) o faziam dentro de uma economia controlada pelo Estado. Provavelmente o mais bem-sucedido desses Estados até a década de 1980 foi a ex-francesa Costa do Marfim.

Provavelmente, os menos bem-sucedidos foram os novos países que subestimaram as limitações do atraso — falta de especialistas qualificados e experientes, administradores e quadros econômicos; analfabetismo; desconhecimento ou falta de simpatia por programas de modernização econômica —, sobretudo quando seus governos se propunham metas que mesmo países desenvolvidos achavam difíceis, como a industrialização centralmente planejada. Gana, que junto com o Sudão foi o primeiro Estado africano subsaariano a conquistar a independência, jogou fora assim reservas monetárias de 200 milhões, acumuladas graças aos altos preços do cacau e aos ganhos do tempo da guerra — maiores que os balanços em libras da Índia independente —, numa tentativa de construir uma economia industrializada controlada pelo Estado, para não falar nos planos de união pan-africana de Kwame Nkrumah. Os resultados foram desastrosos, e se tornaram ainda piores devido ao colapso dos preços do cacau na década de 1960. Em 1972, os grandes projetos haviam fracassado, as indústrias internas no pequeno país só podiam sobreviver graças a altas barreiras tarifárias, de controle de preços e de licenças de importação, que levaram a um florescente mercado negro e à corrupção generalizada, até hoje inerradicável. Três quartos de todos os assalariados se achavam empregados no setor público, enquanto a agricultura de subsistência (como em muitos

outros Estados africanos) era negligenciada. Após a derrubada de Nkrumah pelo costumeiro golpe militar (1966), o país continuou seu desiludido caminho em meio a uma sucessão de militares em geral decepcionados, e um ou outro governo civil.

A triste folha de serviços dos novos Estados da África subsaariana não deve levar-nos a subestimar as substanciais realizações de países anteriormente coloniais ou dependentes mais bem colocados, que escolheram o caminho do desenvolvimento econômico planejado ou patrocinado pelo Estado. Os países que vieram a ser conhecidos a partir da década de 1970, no jargão dos funcionários internacionais, como NICS (*Newly industrializing countries* — Países de industrialização recente) baseavam-se todos, com exceção da cidade-Estado de Hong Kong, nessas políticas. Como atestará qualquer um com o mínimo conhecimento de Brasil ou México, elas produziram burocracia, espetacular corrupção e muito desperdício — mas também uma taxa de crescimento anual de 7% nos dois países durante décadas: em suma, os dois conseguiram a desejada transição para economias industriais modernas. Na verdade, o Brasil se tornou por algum tempo o oitavo maior país industrial do mundo não comunista. Os dois países tinham uma população suficientemente vasta para proporcionar um substancial mercado interno, pelo menos por um tempo bastante longo. Os gastos e atividades públicos mantinham uma alta demanda interna. A certa altura, o setor público brasileiro era responsável por cerca de metade do Produto Interno Bruto e representava dezenove das vinte maiores empresas, enquanto no México esse setor empregava um quinto da força de trabalho total e pagava dois quintos da folha de salários nacional (Harris, 1987, pp. 84-5). O planejamento estatal no Oriente Médio tendia a depender menos da empresa privada direta e mais de grupos empresariais favorecidos dominados pelo controle do governo sobre o crédito e o investimento, mas a dependência do desenvolvimento econômico em relação ao Estado era a mesma. Planejamento e iniciativa de Estado eram a voga em toda parte do mundo nas décadas de 1950 e 1960, e nos NICS até a década de 1990. Se essa forma de desenvolvimento econômico produziu resultados satisfatórios ou decepcionantes, isso dependeu de condições locais e erros humanos.

### III

O desenvolvimento, controlado ou não pelo Estado, não era de interesse imediato para a grande maioria dos habitantes do Terceiro Mundo que viviam cultivando sua própria comida; pois mesmo em países ou colônias cujas rendas públicas dependiam dos ganhos com uma ou duas grandes safras de exportação — café, banana ou cacau —, estas se achavam em geral concentradas numas poucas áreas restritas. Na África subsaariana e na maior parte do sul e

sudeste da Ásia, assim como na China, o grosso do povo continuava a viver da agricultura. Só no hemisfério ocidental e nas terras áridas do islã ocidental o campo já se despejava nas grandes cidades, transformando sociedades rurais em urbanas em duas dramáticas décadas (ver capítulo 10). Em regiões férteis e não demasiado densamente povoadas, como grande parte da África negra, a maior parte das pessoas teria ficado muito bem se deixada em paz. A maioria dos habitantes não precisava de seus Estados, em geral demasiado fracos para fazer grandes estragos, e que, se comesçassem a criar muito caso, podiam ser contornados por uma retirada para a auto-suficiência da aldeia. Poucos continentes iniciaram a era de independência com maiores vantagens, que logo seriam jogadas fora. A maior parte dos camponeses islâmicos e asiáticos estava muito mais pobre, ou pelo menos mais mal alimentada — às vezes, como na Índia, desesperadamente e historicamente pobre —, e a pressão de homens e mulheres sobre terras limitadas já era mais grave. Apesar disso, pareceu a muitos deles que a melhor solução para seus problemas seria não se envolver com os que lhes diziam que o desenvolvimento econômico traria inaudita riqueza e prosperidade, mas mantê-los a distância. A longa experiência mostrara a eles e a seus ancestrais que nenhum bem vinha de fora. O cálculo silencioso de gerações lhes havia ensinado que minimizar os riscos era uma política melhor do que maximizar os lucros. Isso não os manteve inteiramente fora do âmbito de uma revolução econômica global, que chegava mesmo às pessoas mais isoladas, sob a forma de sandálias de plástico, latas de gasolina, caminhões velhos e — claro — repartições do governo cheias de papelada, mas que tendiam a dividir a humanidade, em tais áreas, entre os que operavam dentro e através do mundo da escrita e das repartições e o resto. Na maior parte do Terceiro Mundo, a distinção era entre “litoral” e “interior”, ou cidade e sertão.\*

O problema era que, como modernidade e governo andavam juntos, o “interior” era governado pelo “litoral”, o sertão pela cidade, o analfabeto pelo educado. No início, era o verbo. A Casa da Assembléia do que iria brevemente tornar-se o Estado independente de Gana incluía entre seus 104 membros 68 que tinham tido algum tipo de educação pós-primária. Dos 106 membros da Assembléia Legislativa de Telengana (sul da Índia), 97 possuíam educação secundária ou superior, incluindo cinquenta diplomados. Nas duas regiões, a grande maioria dos habitantes na época era analfabeta (Hodgkin, 1961, p. 29; Gray, 1970, p. 135). E o que é mais: qualquer um que quisesse atuar no governo nacional dos Estados do Terceiro Mundo precisava ser alfabetizado não apenas

(\*) Divisões semelhantes encontravam-se em algumas das regiões atrasadas dos Estados socialistas, por exemplo no Cazaquistão soviético, onde os habitantes locais não mostravam interesse algum em abandonar a agricultura e o gado, deixando a industrialização e as cidades para um corpo correspondentemente grande de imigrantes (russos).

na língua comum da região (que não era necessariamente a da sua comunidade), mas em uma das poucas línguas internacionais (inglês, francês, espanhol, árabe, mandarim, chinês), ou pelo menos na língua franco-regional que os novos governos tendiam a desdobrar em línguas “nacionais” escritas (suafle, baasa, pidgin). A única exceção estava nas partes da América Latina onde as línguas escritas oficiais (espanhol e português) coincidiam com a língua falada da maioria. Dos candidatos a cargos públicos em Hyderabad (Índia) na eleição geral de 1967, só três (de 34) não falavam inglês (Bernstorff, 1970, p. 146).

Até as pessoas mais distantes e atrasadas, portanto, reconheciam cada vez mais as vantagens da educação superior, mesmo quando não podiam elas próprias dela partilhar; talvez sobretudo quando não podiam. Num sentido literal, conhecimento significava poder, mais obviamente em países onde o Estado parecia a seus súditos uma máquina que lhes extraía os recursos e depois os distribuía aos funcionários públicos. Educação significava um posto, muitas vezes um posto garantido,\* no funcionalismo público, com sorte uma carreira, que possibilitava aos homens extorquir subornos e comissões e arranjar empregos para a família e amigos. Uma aldeia, digamos, na África Central, que investia na educação de um de seus jovens, esperava um retorno, em forma de renda e proteção para toda a comunidade, do posto no governo que a educação asseguraria. De qualquer modo, o funcionário público bem-sucedido era o homem mais bem pago da população. Num país como Uganda, na década de 1960, ele podia esperar um salário (legal) 112 vezes maior que a renda per capita de seus compatriotas (contra uma taxa comparável de 10 para 1 na Grã-Bretanha) (UN World Social Situation, 1970, p. 66).

Onde parecia que os pobres de uma região rural podiam partilhar das vantagens da educação, ou proporcioná-las aos filhos (como na América Latina, a região do Terceiro Mundo mais próxima da modernidade e mais distante do colonialismo), o desejo de aprender era praticamente universal. “Todos eles querem aprender alguma coisa”, disse ao autor em 1962 um organizador comunista chileno atuando entre os índios mapuche. “Eu não sou intelectual, e não posso ensinar a eles conhecimento escolar, por isso ensino a jogar futebol.” A sede de conhecimento explica muito da espantosa migração em massa da aldeia para a cidade que esvaziou o campo do continente sul-americano, a partir da década de 1950. Pois todas as pesquisas concordam em que a atração da cidade estava não menos nas melhores oportunidades de educação e formação para as crianças. Lá, elas “podiam se tornar outra coisa”. A escola naturalmente abria as melhores perspectivas, mas, em regiões agrárias atrasadas, mesmo uma qualificação tão simples como dirigir um veículo motorizado podia ser a chave para uma vida melhor. Foi a primeira coisa que um emigrante de

uma aldeia quechua nos Andes ensinou aos primos e sobrinhos de casa que foram juntar-se a ele na cidade, esperando abrir seu próprio caminho para o mundo moderno, pois não se revelara o emprego dele como motorista de ambulância a base do sucesso de sua família (Julca, 1992)?

Presumivelmente, só na década de 1960 ou depois a população rural latino-americana (exceto de um ou outro ponto isolado) começou a ver sistematicamente a modernidade mais como uma promessa que como uma ameaça. E, no entanto, havia um aspecto da política de desenvolvimento econômico que se poderia esperar que os atraísse, pois afetava diretamente três quintos ou mais dos seres humanos que viviam da agricultura: a reforma agrária. Esse *slogan* geral da política nos países agrários podia cobrir qualquer coisa, desde o desmonte de grandes latifúndios e sua redistribuição a camponeses e trabalhadores sem terra até a abolição de detenções ou servidões feudais; desde a redução de aluguéis e reformas de arrendamento de vários tipos até a revolucionária nacionalização e coletivização da terra.

Provavelmente nunca houve tanta reforma agrária quanto na década após o fim da Segunda Guerra Mundial, pois era praticada ao longo de todo o espectro político. Entre 1945 e 1950, quase metade da raça humana se viu vivendo em países que passavam por algum tipo de reforma agrária — comunista na Europa Oriental e, após 1949, na China, como consequência da descolonização no ex-império britânico na Índia, e como consequência da derrota do Japão, ou melhor, da política de ocupação americana, no Japão, Taiwan e Coreia. A revolução egípcia de 1952 ampliou seu alcance ao mundo islâmico ocidental: Iraque, Síria e Argélia seguiram o exemplo do Cairo. A revolução popular na Bolívia de 1952 introduziu-a na América do Sul, embora o México desde a revolução de 1910, ou, mais precisamente, desde sua revivescência na década de 1930, há muito defendesse o *agrarismo*. Mesmo assim, apesar de uma crescente inundação de declarações políticas e pesquisas estatísticas sobre o assunto, a América Latina teve demasiado poucas revoluções, descolonizações ou guerras perdidas para ter muita reforma agrária de fato, até que a Revolução Cubana de Fidel Castro (que a introduziu na ilha) pôs a questão na pauta política.

Para os modernizadores, a defesa da reforma agrária era política (conquistar apoio camponês para regimes revolucionários ou para os que queriam adiantar-se à revolução, ou algo parecido), ideológica (“devolver a terra a quem nela trabalha”) e, às vezes, econômica, embora a maioria dos revolucionários ou reformadores não esperasse demais de uma simples distribuição de terra a um campesinato tradicional, aos sem-terra ou aos pobres de terra. Na verdade, a produção agrícola caiu drasticamente na Bolívia e no Iraque logo após as respectivas reformas agrárias desses países em 1952 e 1958, embora com justiça se deva acrescentar que, onde a capacidade e produtividade do camponês já eram altas, a reforma agrária podia liberar rapidamente muita produtividade potencial até então mantida de reserva por aldeões céticos,

(\*) Por exemplo, até meados da década de 1980 em Benin, Congo, Guiné, Somália, Sudão, Mali, Ruanda e República Centro-Africana (World Labour, 1989, p. 49).



como no Egito, Japão e, mais impressionante, Taiwan (Land Reform, 1968, pp. 571-5). A defesa da manutenção da existência de um grande campesinato era e é não econômica, pois na história do mundo moderno o enorme aumento da produção agrícola foi acompanhado de um declínio igualmente espetacular no número e proporção de agricultores, de forma mais impressionante isso aconteceu desde a Segunda Guerra Mundial. A reforma agrária podia demonstrar, e demonstrou de fato, que a agricultura camponesa, sobretudo quando praticada por agricultores de porte, de mentalidade moderna, podia ser tão eficiente quanto a propriedade agrícola tradicional, a fazenda imperialista, e mais flexível que ele e, na verdade, que tentativas modernas mal-avisadas de fazer reforma agrária em base quase industrial, como as gigantescas fazendas estatais do tipo soviético e o plano britânico de produzir sementes para moagem em Tanganica (atual Tanzânia) após 1945. Safras como café, açúcar e borracha, outrora tidas como essencialmente produzidas em fazenda, não mais o são, embora em alguns casos a fazenda ainda mantenha uma nítida vantagem sobre produtores não qualificados operando em pequena escala. Ainda assim, os grandes progressos da agricultura no Terceiro Mundo desde a guerra, a “revolução verde” das novas safras selecionadas, foram conseguidos por fazendeiros de mentalidade comercial, como no Punjab.

Contudo, a mais forte defesa econômica da reforma agrária não está na produtividade, mas na igualdade. No todo, o desenvolvimento econômico tendeu primeiro a aumentar e depois a diminuir a desigualdade da distribuição da renda nacional a longo prazo, embora o declínio econômico e a crença teológica no livre mercado tenham ultimamente começado a reverter tais resultados aqui e ali. A igualdade, no fim da Era de Ouro, era maior nos países desenvolvidos do que no Terceiro Mundo. Contudo, enquanto a desigualdade de renda atingia seu ponto mais alto na América Latina, seguida pela África, era em geral baixa em vários países asiáticos, onde uma reforma agrária bastante radical fora imposta sob os auspícios das forças de ocupação americanas (ou por seu intermédio): Japão, Coreia do Sul e Taiwan. (Nenhuma, no entanto, foi tão igualitária quanto nos países socialistas da Europa Oriental, ou, na época, na Austrália.) (Kakwani, 1980.) Observadores dos triunfos industrializantes desses países têm naturalmente especulado até onde eles foram acompanhados pelas vantagens sociais ou econômicas dessa situação, do mesmo modo como observadores do muito mais apropriado avanço da economia brasileira, sempre na iminência mas jamais alcançando seu destino como os EUA do hemisfério sul, têm-se perguntado até onde ele tem sido refreado pela espetacular desigualdade de sua distribuição de renda — o que inevitavelmente restringe o mercado interno para a indústria. Na verdade, a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária sistemática em muitos desses países.

A reforma agrária foi sem dúvida bem recebida pelo campesinato do Ter-

ceiro Mundo, pelo menos até transformar-se em fazenda coletiva ou cooperativa de produção, como foi em geral nos países comunistas. Contudo, o que os modernizadores viram nela não foi o que significava para os camponeses, desinteressados por problemas macroeconômicos e vendo a política nacional de uma perspectiva diferente da dos reformadores da cidade, e cuja exigência de reforma agrária não se baseava num princípio geral, mas em reivindicações específicas. Assim, a reforma agrária radical instituída pelo governo dos generais reformistas no Peru em 1969, que destruiu de um golpe o sistema de grandes propriedades (*haciendas*) do país, fracassou por esse motivo. Para as comunidades montanhesas, que viviam em instável coexistência com as vastas fazendas de gado andinas para as quais proporcionavam mão-de-obra, a reforma significou simplesmente o justo retorno às “comunidades originárias” das terras e pastagens comuns, outrora delas alienadas pelos latifundiários, cujos limites eram lembrados com precisão no correr dos séculos e cuja perda eles jamais haviam aceitado (Hobsbawm, 1974). Não estavam interessados na manutenção da velha empresa como unidade produtiva (agora propriedade das comunidades e de sua antiga força de trabalho), nem em experiências cooperativas ou em outras novidades agrárias, além da tradicional ajuda mútua dentro da comunidade tão pouco igualitária. Após a reforma, as comunidades voltaram a “invadir” as terras das propriedades cooperativizadas (das quais eram agora co-proprietárias), como se nada houvesse mudado no conflito entre Estado e comunidade (e entre comunidades em disputa por suas terras) (Gómez Rodríguez, 1977, pp. 242-55). No que lhes dizia respeito, nada mudara. A reforma agrária mais próxima do ideal camponês foi provavelmente a mexicana da década de 1930, que deu inalienavelmente a terra comum a comunidades aldeãs para que as organizassem como quisessem. Foi um enorme sucesso político, mas economicamente irrelevante para o posterior desenvolvimento agrário mexicano.

#### IV

Não surpreende, assim, que as dezenas de Estados pós-coloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, junto com a maior parte da América Latina que também pertencia visivelmente às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial, logo se vissem agrupadas como o “Terceiro Mundo” — diz-se que o termo foi cunhado em 1952 (Harris, 1987, p. 18) —, em contraste com o “Primeiro Mundo” dos países capitalistas desenvolvidos e o “Segundo Mundo” dos países desenvolvidos comunistas. Apesar do evidente absurdo de tratar Egito e Gabão, Índia e Papua-Nova Guiné como sociedades

(\*) Com as mais raras exceções, notadamente da Argentina que, embora rica, jamais se recuperou do declínio e queda do império britânico, que lhe proporcionara prosperidade como exportadora de carne até 1929.

do mesmo tipo, isso não era inteiramente implausível, na medida em que todos eram pobres (comparados com o mundo desenvolvido),\* todos eram dependentes, todos tinham governos que queriam “desenvolver”, e nenhum acreditava, no mundo pós-Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial, que o mercado mundial capitalista (isto é, a doutrina de “vantagem comparativa” dos economistas) ou a empresa privada espontânea internamente alcançassem esse fim. Além disso, quando a grade de ferro da Guerra Fria se abateu sobre o globo, todos que tinham alguma liberdade de ação queriam evitar juntar-se a qualquer um dos dois sistemas de aliança, isto é, queriam manter-se fora da Terceira Guerra Mundial que todos temiam.

Isso não quer dizer que os “não-alinhados” fossem igualmente opostos aos dois lados na Guerra Fria. Os inspiradores e defensores do movimento (geralmente chamado com o nome de sua primeira conferência em 1955 em Bandung, Indonésia) eram ex-revolucionários coloniais radicais — Jawaharlal Nehru da Índia, Sukarno da Indonésia, coronel Gamal Abdel Nasser do Egito e um dissidente comunista, o presidente Tito da Iugoslávia. Todos esses, como tantos dos ex-regimes coloniais, eram ou se diziam socialistas à sua maneira (ou seja, não soviética), incluindo o socialismo real budista do Camboja. Todos tinham alguma simpatia pela União Soviética, ou pelo menos estavam dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar; o que não surpreende, pois os Estados Unidos haviam de repente abandonado suas velhas tradições anti-coloniais, depois que o mundo se dividiu, e visivelmente buscavam apoio entre os elementos mais conservadores do Terceiro Mundo: Iraque (antes da revolução de 1958), Turquia, Paquistão e o Irã do xá, que formaram a Organização do Tratado Central (CENTO, em inglês); Paquistão, Filipinas e Tailândia, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), ambas destinadas a completar o sistema militar anti-soviético, cujo pilar principal era a OTAN (nenhuma chegava a tanto). Quando o grupo não-alinhado, essencialmente afro-asiático, se tornou tricontinental após a Revolução Cubana de 1959, seus membros latino-americanos não surpreendentemente vinham das repúblicas do hemisfério ocidental que sentiam menos simpatia pelo Grande Irmão do Norte. Apesar disso, ao contrário dos simpatizantes dos EUA no Terceiro Mundo, que podiam de fato entrar no sistema da aliança ocidental, os Estados não comunistas de Bandung não tinham qualquer intenção de envolver-se num confronto global de superpotências, pois, como provaram as guerras da Coreia e do Vietnã, e a crise dos mísseis de Cuba, eles eram a perpétua linha de frente em tal conflito. Quanto mais a fronteira (européia) entre os dois campos se estabilizasse, mais provável seria, quando os canhões disparassem, que isso se desse em alguma montanha asiática ou matagal africano.

Contudo, embora o confronto de superpotências dominasse e em certa medida estabilizasse as relações inter-Estados em todo o mundo, não as controlava de todo. Em duas regiões, tensões internas do Terceiro Mundo, essen-

cialmente não ligadas à Guerra Fria, criavam condições permanentes de conflito que periodicamente irrompiam em guerra: o Oriente Médio e a parte norte do subcontinente indiano. (As duas, não por acaso, eram herdeiras de esquemas de partilha imperiais.) A última zona de conflito era mais facilmente isolável da Guerra Fria, apesar das tentativas paquistanesas de envolver os americanos, que fracassaram até a guerra afegã da década de 1980 (ver capítulos 8 e 16). Daí o Ocidente pouco saber e menos ainda lembrar das três guerras regionais: a sino-indiana de 1962, pela maldefinida fronteira entre os dois países, vencida pela China; a indo-paquistanesa de 1965 (convenientemente vencida pela Índia); e o segundo conflito indo-paquistanês de 1971, resultado da separação do Paquistão Oriental (Bangladesh), que a Índia apoiou. Os EUA e a URSS tentaram atuar como mediadores neutros e benévolos. A situação no Oriente Médio não podia ser isolada, porque vários dos aliados americanos se achavam diretamente envolvidos: Israel, Turquia e o Irã do xá. Além disso, como provou a sucessão de revoluções locais, militares e civis — do Egito em 1952, passando por Iraque e Síria nas décadas de 1950 e 1960, Arábia Saudita nas décadas de 1960 e 1970 e até o próprio Irã em 1979 —, a região era e continua sendo socialmente instável.

Esses conflitos regionais não tinham ligação essencial com a Guerra Fria: a URSS foi uma das primeiras a reconhecer o novo Estado de Israel, que mais tarde se estabeleceu como principal aliado dos EUA, e os Estados árabes e outros islâmicos, de direita ou esquerda, uniam-se na repressão ao comunismo dentro de suas fronteiras. A principal força de perturbação era Israel, onde os colonos judeus construíram um Estado judeu maior do que o que fora previsto sob a partilha britânica (expulsando 700 mil palestinos não judeus, talvez um número maior que a população judia em 1948) (Calvocoressi, 1989, p. 215), lutando uma guerra por década para isso (1948, 1956, 1967, 1973, 1982). No curso dessas guerras, que podem ser mais bem comparadas às do rei prussiano Frederico II no século XVIII para conquistar reconhecimento de sua posse da Silésia, que ele roubara da vizinha Áustria, Israel também se transformou na mais formidável potência militar da região e adquiriu armas nucleares, mas não conseguiu estabelecer uma base estável de relações com os Estados vizinhos, para não mencionar relações com os permanentemente irados palestinos que vivem dentro de suas ampliadas fronteiras ou na diáspora no Oriente Médio. O colapso da URSS retirou o Oriente Médio da linha de frente da Guerra Fria, mas deixou-o tão explosivo quanto antes.

Três centros menores de conflito ajudaram a mantê-lo assim: o Mediterrâneo oriental, o golfo Pérsico e a região de fronteira entre Turquia, Irã, Iraque e Síria, onde os curdos tentaram em vão conquistar a independência que o presidente Wilson incautamente os exortara a exigir em 1918. Incapazes de encontrar apoio permanente por parte de algum Estado poderoso, eles perturbaram as relações entre todos os seus vizinhos, que os massacraram utilizando

todos os meios disponíveis, até mesmo, na década de 1980, gás tóxico, quando não encontraram diante de si a resistência dos proverbialmente hábeis curdos, verdadeiros guerrilheiros da montanha. O Mediterrâneo oriental permaneceu relativamente quieto, pois tanto a Grécia quanto a Turquia eram membros da OTAN, embora o conflito entre os dois levasse a uma invasão turca do Chipre, que foi dividido em 1974. Por outro lado, a rivalidade entre as potências ocidentais, Irã e Iraque, por posições no golfo Pérsico iria levar à bárbara guerra de oito anos entre o Iraque e o Irã revolucionário, em 1980-8 e, após a Guerra Fria, entre os EUA e seus aliados e o Iraque em 1991.

Uma parte do Terceiro Mundo permaneceu muito distante de conflitos internacionais locais e globais até depois da Revolução Cubana: a América Latina. A não ser por pequenos trechos no continente (as Guianas, Belize — então conhecida como Honduras britânica — e as ilhas menores do Caribe), fora descolonizada muito tempo atrás. Cultural e lingüisticamente, tinha populações ocidentais, na medida em que mesmo o grosso de seus pobres era de católicos romanos e, a não ser por algumas áreas nos Andes e na América Central continental, falavam ou entendiam uma linguagem cultural partilhada por europeus. Embora a região herdasse uma elaborada hierarquia racial, também herdara da conquista esmagadoramente masculina uma tradição de maciça miscigenação. Havia poucos brancos genuínos, a não ser no cone sul da América do Sul (Argentina, Uruguai e Brasil), povoado por emigração européia em massa, de escassa população nativa. O México elegeu um reconhecidamente índio zapoteca, Benito Juárez, como presidente já em 1861. Na época em que escrevo, a Argentina tem como presidente um imigrante muçulmano libanês, e o Peru, um imigrante japonês. Os dois casos ainda eram impensáveis para os EUA. Até hoje, a América Latina ainda permanece fora do círculo vicioso de política e nacionalismo étnicos que devasta os outros continentes.

Além disso, embora a maior parte do continente reconhecesse estar no que agora se chamava dependência “neocolonial” de um único poder imperial dominante, os EUA foram suficientemente realistas para não mandar canhoneiras e fuzileiros aos Estados maiores — não hesitaram em usá-los contra os menores —, e os governos latino-americanos do Rio Grande ao cabo Horn sabiam perfeitamente bem que o mais sensato era ficar do lado certo de Washington. A Organização dos Estados Americanos (OEA), fundada em 1948, com sede em Washington, não era um corpo inclinado a discordar dos EUA. Quando Cuba fez sua revolução, a OEA a expulsou.

V

E no entanto, no momento mesmo em que o Terceiro Mundo e as ideologias nele baseadas se achavam no auge, o conceito começou a desmoronar. Na

década de 1970, tornou-se evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes. O termo ainda era adequado para distinguir os países pobres do mundo dos ricos, e na medida em que o fosso entre as duas zonas, agora muitas vezes chamadas de “Norte” e “Sul”, se alargava visivelmente, havia muito sentido na distinção. O fosso em PNB per capita entre o mundo “desenvolvido” e o “atrasado” (isto é, entre os países da OCDE e as “economias baixas e médias”)\* continuou a alargar-se: o primeiro grupo tinha em média 14,5 vezes o PNB per capita do segundo em 1970, porém mais de 24 vezes o PNB per capita em 1990 dos países pobres (*World Tables*, 1991, tabela 1). Contudo, o Terceiro Mundo não é mais, demonstravelmente, uma entidade individual.

O que o dividiu foi basicamente o desenvolvimento econômico. O triunfo da OPEP em 1973 produziu, pela primeira vez, um corpo de Estados do Terceiro Mundo, a maioria atrasada por quaisquer critérios e até então pobre, que agora surgiam como Estados supermilionários em escala mundial, sobretudo quando consistiam em pequenos trechos de areia ou floresta esparsamente habitados, governados (em geral) por xeques ou sultões. Era visivelmente impossível classificar, digamos, os Emirados Árabes Unidos, onde cada um do meio milhão de habitantes (1975) tinha, em teoria, uma fatia do PNB de mais de 13 mil dólares — quase o dobro do PNB per capita dos EUA na época (*World Tables*, 1991, pp. 596 e 604) —, no mesmo escaninho que, digamos, o Paquistão, que então tinha um PNB per capita de 130 dólares. Os Estados do petróleo com grande população não iam tão bem, mas apesar disso tornou-se evidente que os Estados dependentes da exportação de um único produto primário, por menos vantagens que tivessem em outros aspectos, podiam tornar-se extremamente ricos, embora esse dinheiro, também fácil, quase invariavelmente, tentasse-os a jogá-lo pela janela.\*\* No início da década de 1990, mesmo a Arábia Saudita já conseguira entrar em dívidas.

Em segundo lugar, parte do Terceiro Mundo industrializava-se e entrava visível e rapidamente no Primeiro Mundo, embora continuasse muito pobre. A Coreia do Sul, uma espetacular história de sucesso industrial, tinha um PNB per capita (1989) de pouco mais que o de Portugal, de longe o mais pobre dos membros da Comunidade Européia (*World Bank Atlas*, 1990, p. 7). Também aqui, tirando as diferenças qualitativas, a Coreia do Sul não é mais compará-

(\*) A OCDE, que compreende a maioria dos países “desenvolvidos”, inclui Bélgica, Dinamarca, República Federal da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Canadá, EUA, Japão e Austrália. Por motivos políticos essa organização, estabelecida durante a Guerra Fria, também incluiu Grécia, Portugal, Espanha e Turquia.

(\*\*) Não se trata de um fenômeno do Terceiro Mundo. Quando informado da riqueza dos campos de petróleo do mar do Norte, diz-se que um cínico político francês observou: “Vão gastá-la e entrar em crise”.

vel com, digamos, Papua-Nova Guiné, embora o PNB per capita dos dois países fosse exatamente o mesmo em 1969 e continuasse da mesma ordem de grandeza até meados da década de 1970: é agora cerca de cinco vezes maior (*World Tables*, 1991, pp. 352 e 456). Como vimos, uma nova categoria, os NICS, entrou no jargão internacional. Não havia definição precisa, mas praticamente todas as listas incluíam os quatro “tigres do Pacífico” (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul), Índia, Brasil e México, mas o processo de industrialização do Terceiro Mundo é tal que Malásia e Filipinas, Colômbia, Paquistão e Tailândia, além de outros, também foram incluídos. Na verdade, uma categoria de novos e rápidos industrializadores atravessa as fronteiras dos três mundos, pois estritamente também deve incluir “economias de mercado industrializadas” (isto é, países capitalistas) como Espanha e Finlândia, e a maioria dos ex-Estados socialistas da Europa Oriental; para não falar, desde finais da década de 1970, da China comunista.

De fato, na década de 1970 observadores começaram a chamar a atenção para uma “nova divisão internacional de trabalho”, ou seja, uma maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes as monopolizavam, para outras partes do mundo. Isso se deveu em parte à deliberada mudança, por empresas do Velho Mundo industrial, de parte ou de toda a sua produção ou estoques para o Segundo e Terceiro Mundos, seguida eventualmente por algumas transferências até mesmo de processos bastante sofisticados em indústrias de alta tecnologia, como pesquisa e desenvolvimento. A revolução nos transportes e comunicações modernos tornou possível e econômica uma produção verdadeiramente mundial. Também se deveu aos esforços deliberados de governos do Terceiro Mundo para industrializarem-se, conquistando mercados de exportação, se necessário (mas preferentemente não) à custa da velha proteção de mercados internos.

Essa globalização econômica, que pode ser constatada por qualquer um que verifique as origens nacionais de produtos vendidos num centro comercial norte-americano, desenvolveu-se lentamente na década de 1960 e se acelerou de modo impressionante durante as décadas de perturbações econômicas mundiais após 1973. A rapidez com que avançou pode ser ilustrada mais uma vez pela Coreia do Sul, que no fim da década de 1950 ainda tinha quase 80% de sua população trabalhadora na agricultura, da qual extraía quase três quartos da renda nacional (Rado, 1962, pp. 740 e 742-3). Inaugurou o primeiro de seus planos quinquenais de desenvolvimento em 1962. Em fins da década de 1980, extraía apenas 10% de seu PIB da agricultura e tornara-se a oitava economia industrial do mundo não comunista.

Em terceiro lugar, surgiram (ou melhor, foram submersos) no pé das estatísticas internacionais vários países que mesmo o eufemismo internacional achava difícil descrever simplesmente como “em desenvolvimento”, pois eram

visivelmente pobres e cada vez mais atrasados. Com tato, estabeleceu-se um subgrupo de países em desenvolvimento de baixa renda para distinguir os 3 bilhões de seres humanos cujo PNB per capita (se o recebessem) teria dado uma média de 330 dólares em 1989 dos 500 milhões mais afortunados em países menos destituídos, como a República Dominicana, o Equador e a Guatemala, cujo PNB era cerca de três vezes maior, e mesmo dos luxuosos membros do grupo seguinte (Brasil, Malásia, México e outros assim), que tinham em média oito vezes mais. (Os 800 milhões, mais ou menos, do grupo mais próspero gozavam de uma distribuição de PNB teórica per capita de 18 280 dólares, ou 55 vezes mais que os três quintos da base da humanidade.) (*World Bank Atlas*, 1990, p. 10.) Na verdade, à medida que a economia mundial se tornava global e, sobretudo após a queda da região soviética, mais puramente capitalista e dominada por empresas, investidores e empresários descobriam que grandes partes dela não tinham interesse lucrativo para eles, a não ser, talvez, que pudessem subornar seus políticos e funcionários públicos para gastar dinheiro extraído de seus infelizes cidadãos com armamentos ou projetos de prestígio.\*

Um número desproporcionalmente grande desses países se encontrava no infeliz continente africano. O fim da Guerra Fria privou tais Estados de ajuda econômica (isto é, em grande parte militar), que havia transformado alguns deles, como a Somália, em campos armados e eventuais campos de batalha.

Além disso, à medida que cresciam as divisões entre os pobres, também a globalização provocava movimentos mais evidentes de seres humanos que cruzavam as linhas divisórias entre regiões e classificações. Dos países ricos, fluíam turistas para o Terceiro Mundo como jamais antes. Em meados da década de 1980 (1985), para tomar alguns países muçulmanos, os 16 milhões de habitantes da Malásia recebiam 3 milhões de turistas por ano; os 7 milhões de tunisianos, 2 milhões; os 3 milhões de jordanianos, 2 milhões (Din, 1989, p. 545). Dos países pobres, os fluxos de migração de mão-de-obra para os ricos incharam em enormes torrentes, na medida em que não eram represadas por barragens políticas. Em 1968, migrantes do Magreb (Tunísia, Marrocos e, acima de todos, Argélia) já formavam um quarto de todos os estrangeiros na França (em 1975, migrou 5,5% da população argelina), e um terço de todos os imigrantes nos EUA vinha da América Latina — na época ainda esmagadoramente da América Central (Potts, 1990, pp. 145-6 e 150). Tampouco essa migração se dava apenas para velhos países industriais. O número de estrangeiros em Estados produtores de petróleo do Oriente Médio e Líbia disparou de 1,8 milhão para 2,8 milhões nuns meros cinco anos (1975-80) (*Population*,

(\*) “Como norma básica, 55% de 200 mil dólares conquistam a ajuda de um alto funcionário abaixo do nível do topo. Com a mesma porcentagem de 2 milhões, estamos tratando com o secretário permanente. De 20 milhões, entram o ministro e o pessoal da equipe, enquanto uma fatia de 200 milhões ‘justifica a séria atenção do chefe de Estado’” (Holman, 1993).

1984, p. 109). A maioria deles vinha da região, mas um grande volume veio do sul da Ásia e até de mais longe. Infelizmente, nas sombrias décadas de 1970 e 1980, tornou-se cada vez mais difícil separar a migração por trabalho das fontes de homens, mulheres e crianças que fugiam ou eram desenraizados por fome, perseguição política ou étnica, guerra e guerra civil, assim pondo os países do Primeiro Mundo, igualmente empenhados (em teoria) em ajudar aos refugiados e (na prática) impedir a imigração dos países pobres, em sérios problemas de casuismo político e legal. Com exceção dos EUA, e em menor escala Canadá e Austrália, que encorajavam ou permitiam a imigração em massa do Terceiro Mundo, os países do Primeiro Mundo optaram por mantê-los fora sob a pressão de uma crescente xenofobia entre suas populações locais.

## VI

O espantoso “grande salto avante” da economia mundial (capitalista) e sua crescente globalização não apenas dividiram e perturbaram o conceito de Terceiro Mundo como também levaram quase todos os seus habitantes conscientemente para o mundo moderno. Eles não gostaram necessariamente disso. Na verdade, muitos movimentos “fundamentalistas” e outros em teoria tradicionalistas que agora ganhavam terreno em vários países do Terceiro Mundo, sobretudo, mas não de modo exclusivo, na região islâmica, eram especificamente revoltas contra a modernidade, embora isso com certeza não se aplique a todos os movimentos aos quais se prega esse rótulo impreciso.\* Mas eles próprios se sabiam parte de um mundo que não era como o de seus pais. Esse mundo lhes chegava em forma de ônibus ou caminhões em poeirentas estradas marginais; a bomba de gasolina; o radinho de pilha transistorizado, que trazia o mundo até eles — talvez até aos analfabetos, em seu próprio dialeto ou língua não escritos, embora isso provavelmente fosse privilégio do imigrante urbano. Mas num mundo onde as pessoas do campo migravam para as cidades aos milhões, e mesmo em países rurais da África com populações urbanas de um terço ou mais tornando-se comuns — Nigéria, Zaire, Tanzânia, Senegal, Gana, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Gabão, Benin, Zâmbia, Congo, Somália, Libéria —, quase todos trabalhavam na cidade ou tinham um parente que lá morava. Aldeia e cidade estavam daí em diante interligadas. Mesmo as mais remotas viviam agora num mundo de embalagem plástica, garrafas de coca-cola, relógios digitais baratos e fibras artificiais. Por uma estranha inversão da história, o país atrasado do Terceiro

(\*) Assim a conversão a seitas protestantes “fundamentalistas”, comum na América Latina é, quando mais não fosse, uma reação “modernista” ao antigo *status quo* representado pelo catolicismo local. Outros “fundamentalismos” são análogos a nacionalismo étnico, por exemplo na Índia.

Mundo começou até a comercializar suas habilidades no Primeiro Mundo. Nas esquinas da Europa pequenos grupos de peripatéticos índios dos Andes sul-americanos tocavam suas melancólicas flautas e nas calçadas de Nova York, Paris e Roma camelôs negros da África Ocidental vendiam balangandãs aos nativos exatamente como os ancestrais dos nativos haviam feito em suas viagens de negócios ao Continente Negro.

Quase certamente a cidade grande era o cadinho da mudança, ainda mais que ela era moderna por definição. “Em Lima”, como contava aos filhos um migrante dos Andes em ascensão, “há mais progresso, muito mais estímulo” (*más roce*) (Julca, 1992). Por mais que grande parte dos migrantes usasse a caixa de ferramentas da sociedade tradicional para construir sua existência urbana, erguendo e estruturando as novas favelas como as velhas comunidades rurais, na cidade coisas demais eram novas e sem precedentes e demasiados dos seus costumes conflitavam com os dos velhos tempos. Em parte alguma isso se mostrava mais dramático que no inesperado comportamento das moças, cujo rompimento com a tradição era deplorado da África ao Peru. Num tradicional *huayno* de Lima (“*La gringa*”), um rapaz imigrante se lamenta:

*Quando você veio de sua terra, veio como uma moça da roça  
Agora que está em Lima penteia os cabelos como as da cidade  
Diz até espere “por favor”. Vou dançar o twist  
[...]  
Não seja pretensiosa, seja menos orgulhosa  
[...]  
Entre seu cabelo e o meu, não há diferença.*

(Mangin, 1970, pp. 31-2.)\*

Contudo, a consciência da modernidade espalhou-se da cidade para o campo (até mesmo onde a própria vida rural não foi transformada por novas colheitas, nova tecnologia e novas formas de organização e *marketing*) através da impressionante “revolução verde” da agricultura de colheita de grãos por variedades cientificamente projetadas em partes da Ásia, que se disseminaram a partir da década de 1960, ou, um pouco depois, pelo desenvolvimento de novas colheitas de exportação para o mercado mundial, tornada possível pelo frete aéreo em massa de perecíveis (frutas tropicais, flores) e novos gostos de consumo no mundo “desenvolvido” (cocaína). Não se deve subestimar o efeito de tais mudanças rurais. Em parte nenhuma os velhos costumes e os novos entraram em mais frontal colisão do que na fronteira amazônica da Colômbia,

(\*) Ou, da Nigéria, na imagem de um novo tipo de moça africana na literatura de feira de Onitsha: “As moças não são mais aqueles brinquedinhos tradicionais, quietos e modestos dos papais. Escrevem cartas de amor. São espertas. Exigem presentes dos namorados e vítimas. Até enganam os homens. Não são mais as criaturas bobinhas a serem conquistadas através dos pais” (Nwoga, 1965, pp. 178-9).

que na década de 1970 se tornou uma etapa do transporte de coca boliviana e peruana e local dos laboratórios que a transformavam em cocaína. Isso se deu poucos anos depois de a área ter sido assentada por colonos camponeses da fronteira que fugiam de grandes propriedades e latifundiários, e que eram defendidos pelos protetores reconhecidos do estilo de vida camponês, os guerrilheiros (comunistas) das FARC. Ali o mercado, em sua forma mais implacável, se chocava com os que viviam da agricultura de subsistência e do que o homem podia arranjar com uma arma, um cachorro e uma rede de pesca. Como um roçado de yuca e banana podia competir com a tentação de cultivar uma lavoura que alcançava preços altíssimos — embora instáveis —, e o velho estilo de vida, com os campos de aterrisagem e os prósperos assentamentos dos fabricantes e traficantes de drogas com seus desenfreados pistoleiros, bares e bordéis? (Molano, 1988.)

O campo estava de fato sendo transformado, mas mesmo essa transformação dependia da civilização das cidades e suas indústrias, pois com bastante frequência sua própria economia dependia dos ganhos dos emigrantes, como nos chamados “aldeamentos negros” da África do Sul do *apartheid*, que geravam apenas 10% a 15% da renda de seus habitantes, o resto vindo dos ganhos de trabalhadores migrantes nos territórios brancos (Ripken & Wellmer, 1978, p. 196). Paradoxalmente, no Terceiro Mundo, como em partes do Primeiro, a cidade podia tornar-se a salvadora de uma economia rural que, não fosse pelo seu impacto, poderia ter sido abandonada por pessoas que haviam aprendido com a experiência dos migrantes — seus próprios vizinhos — que homens e mulheres tinham alternativas. Elas descobriram que não era inevitável que se escravizassem uma vida inteira arrancando um miserável ganha-pão de uma terra marginal, exausta e pedregosa, como tinham feito seus ancestrais. Muitos assentamentos rurais de um lado a outro do globo, em paisagens românticas, e por conseguinte agricolamente marginais, se esvaziaram de todos, com exceção dos velhos, a partir da década de 1960. Contudo, uma comunidade montanhesa cujos emigrantes descobriram um lugarzinho para ocupar na economia na grande cidade — no caso vendendo frutas, ou mais precisamente morangos, em Lima — conseguiu manter ou revitalizar seu caráter pastoral por uma passagem da renda agrícola para a não agrícola, operando através de uma complicada simbiose de famílias migrantes e residentes (Smith, 1989, capítulo 4). Talvez seja significativo o fato de que, neste caso particular, que tem sido incomumente bem estudado, os migrantes raramente tenham se tornado operários. Preferiram encaixar-se na grande rede da “economia informal” do Terceiro Mundo como pequenos comerciantes. Pois a grande mudança no Terceiro Mundo foi provavelmente a feita pelas novas e crescentes classes média e média baixa de migrantes empenhados no mesmo método, e a grande forma de sua vida econômica era — sobretudo nos países mais pobres — a economia informal, que escapava das estatísticas oficiais.

Assim, em algum momento no último terço do século XX, a larga vala que separava as pequenas minorias dominantes modernizantes ou ocidentalizantes dos países do Terceiro Mundo do grosso de seus povos começou a ser tapada pela transformação geral de suas sociedades. Ainda não sabemos como ou quando isso aconteceu, ou que formas tomou a nova consciência dessa transformação, pois a maioria desses países ainda não tinha nem serviços estatísticos oficiais adequados nem a maquinária de pesquisa de mercado e opinião pública, nem os departamentos de ciências sociais acadêmicos com estudantes pesquisadores para mantê-los ativos. De qualquer forma, é difícil descobrir o que ocorre nas bases das sociedades mesmo nos países mais bem documentados, até depois que ocorre, motivo pelo qual os estágios iniciais de novas modas sociais e culturais entre os jovens são imprevisíveis, imprevistos e muitas vezes não reconhecidos nem mesmo por aqueles que vivem ganhando dinheiro com eles, como a indústria da cultura popular, quanto mais pela geração dos pais. Contudo, alguma coisa estava claramente agitando as cidades do Terceiro Mundo abaixo do nível da consciência da elite, mesmo num país na aparência completamente estagnado como o Congo Belga (hoje Zaire), pois de que outro modo podemos explicar que o tipo de música popular ali desenvolvido na inerte década de 1950 se tenha tornado o mais influente na África nas décadas de 1960 e 1970 (Manuel, 1988, pp. 86 e 97-101)? Aliás, como podemos explicar o surgimento de uma consciência política que faz os belgas mandarem o Congo para a independência em 1960, praticamente de uma hora para outra, embora até então essa colônia, quase tão igualmente hostil à educação interna quanto à atividade política local, parecesse à maioria dos observadores “tão provável de permanecer fechada para o resto do mundo quanto o Japão antes da restauração Meiji” (Calvocoressi, 1989, p. 377)?

Quaisquer que tenham sido as agitações da década de 1950, nas de 1960 e 1970 os sinais de grande transformação social eram bastante evidentes no hemisfério norte, e inegáveis no mundo islâmico e nos grandes países do sul e sudeste da Ásia. Paradoxalmente, eram na certa menos visíveis nas partes do mundo socialista que correspondiam ao Terceiro Mundo, por exemplo, a Ásia Central e o Cáucaso soviéticos. Pois muitas vezes não se reconhece que a revolução comunista foi uma máquina de conservadorismo. Embora estivesse decidida a transformar um número específico de aspectos da vida — poder do Estado, relações de propriedade, estrutura econômica e coisas assim —, congelou outros em suas formas pré-revolucionárias, ou pelo menos os protegeu contra a contínua subversão universal da mudança nas sociedades capitalistas. De qualquer modo, sua arma mais forte, o puro e simples poder do Estado, foi menos efetiva para transformar o comportamento humano do que gostavam de pensar a retórica positiva sobre “o novo socialismo” ou a negativa sobre “totalitarismo”. Os uzbeques e tadjiques que viviam ao norte da fronteira afegã-soviética eram sem dúvida mais alfabetizados, mais secularizados e mais ricos

que os que viviam ao sul, mas talvez não diferissem tanto em seus costumes quanto setenta anos de socialismo nos teriam levado a pensar. As brigas de sangue provavelmente não eram uma grande preocupação das autoridades do Cáucaso desde a década de 1930 (embora durante a coletivização a morte de um homem num acidente com a debulhadeira de um colcós levasse a uma briga que entrou nos anais da jurisprudência soviética), mas no início da década de 1990 observadores advertiam para “o perigo de auto-extermínio nacional [na Tchetchênia], pois a maioria das famílias tchetchênicas foi arrasada a um relacionamento tipo vendeta” (Trofimov & Djangava, 1993).

As conseqüências culturais dessa transformação social ainda esperam o historiador. Não podem ser examinadas aqui, embora esteja claro que, mesmo nas sociedades muito tradicionais, a rede de obrigação mútua e costumes sofresse crescente tensão. “A família ampliada em Gana e em toda a África”, observou-se (Harden, 1990, p. 67), “funciona sob imensa tensão. Como uma ponte que suportou tráfego de altíssima velocidade por demasiados anos, suas fundações estão rachando [...] Os velhos rurais e os jovens urbanos estão separados por centenas de milhas de más estradas e séculos de desenvolvimento.”

Politicamente, é mais fácil avaliar as conseqüências paradoxais. Pois, com a entrada de massas de população, ou pelo menos de pessoas jovens e cidadinas, num mundo moderno, o monopólio das pequenas e ocidentalizadas elites que formaram a primeira geração de história pós-colonial estava sendo contestado. E com elas os programas, as ideologias, os próprios vocabulário e sintaxe do discurso político, sobre os quais se apoiavam os novos Estados. Pois as novas massas urbanas e urbanizadas, mesmo as novas classes médias maciças, por mais educadas que fossem, não eram, e pelos seus simples números não podiam ser, as velhas elites, cujos membros podiam defender seus pontos de vista com os colonialistas ou com seus colegas diplomados em escolas européias ou americanas. Muitas vezes — isso era bastante óbvio na África do Sul — se ressentiam delas. De qualquer modo, as massas dos pobres não partilhavam da crença na aspiração ocidental de progresso secular do século XIX. Nos países islâmicos ocidentais, tornou-se patente, e explosivo, o conflito entre os velhos líderes seculares e a nova democracia de massa islâmica. Da Argélia à Turquia, os valores que, nos países de liberalismo ocidental, estão associados a governo constitucional e império da lei, como por exemplo os direitos das mulheres, eram protegidos — até onde existiam — contra a democracia pela força militar dos libertadores da nação, ou seus herdeiros.

O conflito não se restringia aos países islâmicos, nem a reação contra os velhos valores do progresso às massas dos pobres. O exclusivismo hindu do partido BJP na Índia tinha apoio substancial entre o novo capital e as classes médias. O nacionalismo etno-religioso apaixonado e selvagem que na década de 1980 transformou o pacífico Sri Lanka num campo de massacre, comparável apenas a El Salvador, ocorreu, inesperadamente, num próspero país bu-

disto. Tinha raízes em duas transformações sociais: a profunda crise de identidade das aldeias cuja ordem social se despedaçara, e o aumento da camada de massa de jovens mais bem-educados (Spencer, 1990). Aldeias transmudadas por migração para fora e para dentro, divididas pelas crescentes diferenças entre ricos e pobres provocadas pela economia da moeda sonante, devastadas pela instabilidade trazida pela desigualdade de uma mobilidade social com base na educação, pelo desaparecimento dos sinais físicos e lingüísticos de casta e *status* que separavam as pessoas, mas também não deixavam dúvida quanto a suas posições — essas aldeias inevitavelmente viviam ansiosas com sua comunidade. Isso foi usado para explicar, entre outras coisas, o aparecimento de novos símbolos e rituais de uma unidade que era em si nova, como o súbito desenvolvimento de formas congregacionais de culto budista na década de 1970, substituindo formas de devoção privadas e familiares; ou a instituição nas escolas de dias esportivos abertos com o hino nacional tocado em toca-fitas emprestados.

Essas eram as políticas de um mundo mutante e inflamável. O que as tornava menos previsíveis era que, em muitos países do Terceiro Mundo, jamais haviam existido, ou não tinham podido funcionar, políticas nacionais no sentido inventado e reconhecido no Ocidente desde a Revolução Francesa. Onde havia uma longa tradição de política com algum tipo de base de massa, ou mesmo uma substancial aceitação, entre os passivos cidadãos, da legitimidade das “classes políticas” que conduziam seus assuntos, podia-se manter um certo grau de continuidade. Os colombianos, como sabem os leitores de García Márquez, continuavam nascendo liberaizinhos ou conservadoreizinhos, como acontecia há mais de um século, embora pudessem mudar o conteúdo das garrafas que traziam esses rótulos. O Partido do Congresso indiano mudou, cindiu-se e reformou-se no meio século desde a independência, mas até a década de 1990 as eleições gerais indianas — com apenas exceções passageiras — continuaram a ser ganhas pelos que apelavam para suas metas e tradições históricas. Embora o comunismo se desintegrasse em outras partes, a tradição esquerdista profundamente enraizada da Bengala Hindu (ocidental), assim como uma competente administração, mantiveram o Partido Comunista (marxista) em um quase permanente governo no Estado onde a luta nacional contra os britânicos significava não Gandhi, nem mesmo Nehru, mas os terroristas e Subhas Bose.

Além disso, a própria mudança estrutural podia levar a política em direções conhecidas na história do Primeiro Mundo. Era provável que os “países em recente industrialização” criassem classes operárias industriais que exigissem direitos trabalhistas e sindicatos, como mostraram os registros do Brasil e da Coreia do Sul, e na verdade fizeram os da Europa Oriental. Não precisavam criar partidos trabalhistas populares remanescentes dos movimentos social-democratas de massa da Europa pré-1914, embora não seja insignificante que



o Brasil tenha gerado exatamente um desses bem-sucedidos partidos nacionais na década de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT). (Mas a tradição do movimento trabalhista em sua base interna, a indústria automobilística de São Paulo, era uma combinação de leis trabalhistas populistas e militância comunista nas fábricas, e a dos intelectuais que acorriam a apoiá-lo era solidamente esquerdista, como o era a ideologia do clero católico, cujo apoio ajudou a pô-lo de pé.)\* Também aqui, o rápido crescimento industrial tendeu a gerar grandes e educadas classes profissionais que, embora longe de subversivas, teriam acolhido a liberalização cívica de regimes industrializantes autoritários. Tais anseios por liberalização se encontravam, na década de 80, em diferentes contextos e com resultados variados, na América Latina e nos NICs do Extremo Oriente (Coreia do Sul e Taiwan), assim como dentro do bloco soviético.

Apesar disso, em vastas áreas do Terceiro Mundo as conseqüências políticas da transformação social eram de fato impossíveis de prever. A única coisa certa era a instabilidade e inflamabilidade desse mundo, do qual tinha dado testemunho o meio século desde a Segunda Guerra Mundial.

Devemos abordar agora aquela parte do mundo que, para a maioria do Terceiro Mundo após a descolonização, pareceu oferecer um modelo mais adequado e estimulante de progresso que o Ocidente: o “Segundo Mundo” dos sistemas socialistas modelados na União Soviética.

(\*) A não ser pela orientação socialista de um e a ideologia anti-socialista do outro, eram impressionantes as semelhanças entre o Partido dos Trabalhadores brasileiro e o movimento Solidariedade polonês contemporâneos: um líder proletário autêntico — um eletricitista de estaleiro e um operário qualificado da indústria automobilística —, uma assessoria de alto nível de intelectuais e forte apoio da Igreja. São ainda maiores se nos lembrarmos que o PT buscava substituir a organização comunista, que a ele se opunha.

## “SOCIALISMO REAL”

*A Revolução de Outubro não produziu apenas uma divisão histórica mundial, ao estabelecer os primeiros Estado e sociedade pós-capitalistas, mas também dividiu o marxismo e as políticas socialistas [...] Após a Revolução de Outubro, as estratégias e perspectivas socialistas começaram a basear-se mais em exemplos políticos que em análises do capitalismo.*

Göran Therborn (1985, p. 227)

*Os economistas hoje [...] entendem muito melhor que antes o modo real versus formal de funcionamento da economia. Sabem da “segunda economia”, talvez até de uma terceira também, e de uma mistura de práticas informais mas generalizadas sem as quais nada funciona.*

Moshe Lewin, in Kerblay (1983, p. xxii)

### I

Quando se assentou o pó das batalhas de guerra e guerra civil no início da década de 1920, e congelou-se o sangue dos cadáveres e das feridas, a maior parte do que fora antes de 1914 o império russo ortodoxo dos czares emergiu intacta como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicada à construção do socialismo mundial. Foi o único dos antigos impérios dinástico-religiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, que despedaçara tanto o império otomano, cujo sultão era califa de todos os fiéis muçulmanos, quanto o império habsburgo, que mantinha uma relação especial com a Igreja romana. Os dois desabaram sob as pressões da derrota. O fato de a Rússia ter sobrevivido como uma entidade multiétnica única, que se estendia da fronteira polonesa no Ocidente até a fronteira japonesa no Oriente, quase certamente se deveu à Revolução de Outubro, pois as tensões que haviam desmontado os impérios anteriores em toda parte surgiram ou ressurgiram na União Soviética no fim da década de 1980, quando o sistema comunista que mantivera a união

intacta desde 1917 abdicou efetivamente. O que quer que trouxesse o futuro, o que emergiu no início da década de 1920 foi um Estado único, desesperadamente empobrecido e atrasado — muito mais atrasado até que a Rússia czarista — mas de enormes dimensões: “um sexto da superfície do mundo”, como gostavam de gabar-se os comunistas entre as guerras, dedicado a uma sociedade diferente e oposta ao capitalismo.

Em 1945, as fronteiras da região que se separou do capitalismo mundial ampliaram-se dramaticamente. Na Europa, incluíam agora toda a área a leste de uma linha que ia, grosso modo, do rio Elba na Alemanha até o mar Adriático e toda a península Balcânica, com exceção da Grécia e da pequena parte da Turquia que restava no continente. Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia passavam agora para a zona socialista, assim como a parte da Alemanha ocupada pelo Exército Vermelho após a guerra e transformada em uma “República Democrática Alemã” em 1954. A maior parte da área perdida pela Rússia depois da guerra e da revolução pós-1917 e um ou dois territórios antes pertencentes ao império habsburgo também foram recuperados ou adquiridos pela União Soviética entre 1939 e 1945. Enquanto isso, uma vasta e nova extensão da futura região socialista se dava no Extremo Oriente, com a transferência do poder para regimes comunistas na China (1949) e, em parte, na Coreia (1945) e no que fora a Indochina francesa (Vietnã, Laos, Camboja), no curso da guerra de trinta anos (1945-75). Houve mais algumas extensões da região comunista um pouco mais tarde, no hemisfério ocidental — Cuba (1959) e África (na década de 1970) —, mas substancialmente o setor socialista do globo já tomara forma em 1950. Graças aos enormes números do povo chinês, incluía agora um terço da população mundial, embora o tamanho médio dos Estados socialistas, tirando a China, a URSS e o Vietnã (58 milhões), não fosse particularmente grande. Suas populações iam de 1,8 milhão na Mongólia a 36 milhões na Polônia.

Essa era a parte do mundo cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de “socialismo realmente existente”; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato. Foi também a região cujos sistemas econômicos e sociais, assim como os regimes políticos, desmoronaram totalmente na Europa quando a década de 1980 deu lugar à de 1990. No Leste, os sistemas políticos ainda se mantiveram, embora a reestruturação econômica de fato que sofreram em vários graus equivalesse a uma liquidação do socialismo como fora até então entendido por esses regimes, notadamente na China. Os regimes dispersos que imitavam, ou eram inspirados, pelo “socialismo realmente existente” em outras partes do mundo, ou tinham desmoronado, ou provavelmente não iriam ter uma vida longa.

A primeira coisa a observar na região socialista do globo era que, durante

a maior parte de sua existência, formou um subuniverso separado e em grande parte auto-suficiente econômica e politicamente. Suas relações com a economia mundial, capitalista ou dominada pelo capitalismo dos países desenvolvidos, eram surpreendentemente escassas. Mesmo no auge do grande *boom* no comércio internacional, durante a Era de Ouro, só alguma coisa tipo 4% das exportações das economias de mercado capitalistas foram para as “economias centralmente planejadas”, e na década de 1980 a fatia de exportações do Terceiro Mundo que ia para elas não era muito maior. As economias socialistas mandavam um pouco mais de suas modestas exportações para o resto do mundo, mas mesmo assim dois terços de seu comércio internacional na década de 1960 (1965) se faziam dentro de seu próprio setor\* (UN International Trade, 1983, vol. I, p. 1046).

Havia, por motivos óbvios, pouco movimento de pessoas do “primeiro” para o “segundo” mundos, embora alguns Estados do Leste Europeu comessem a estimular o turismo em massa a partir da década de 1960. A emigração para os países não socialistas, bem como a viagem temporária, eram estritamente controladas, e às vezes praticamente impossíveis. Os sistemas políticos do mundo socialista, essencialmente modelados no sistema soviético, não tinham equivalente real em outras partes. Baseavam-se num partido único fortemente hierárquico e autoritário, que monopolizava o poder do Estado — na verdade, às vezes praticamente substituíam o Estado —, operando uma economia centralmente planejada e (pelo menos em teoria) impondo uma única ideologia marxista-leninista compulsória aos habitantes do país. A segregação ou auto-segregação do “campo socialista” (como a terminologia soviética passou a chamá-lo em fins da década de 1940) foi desmoronando aos poucos nas décadas de 1970 e 1980. Apesar disso, o mero grau de ignorância e incompreensão mútuas que persistia entre os dois mundos era bastante extraordinário, sobretudo quando se tem em mente que esse foi um período em que tanto a viagem quanto a comunicação de informação foram absolutamente revolucionadas. Durante longos períodos, muito pouca informação sobre esses países pôde sair, e muito pouca sobre outras partes do mundo pôde entrar. Em troca, mesmo cidadãos não especializados mas educados e sofisticados do Primeiro Mundo muitas vezes descobriam que não conseguiam entender o que viam ou ouviam em países cujo passado e presente eram tão diferentes dos seus, e cujas línguas muitas vezes estavam além do seu alcance.

O motivo fundamental para a separação dos dois “campos” era sem dúvida político. Como vimos, após a Revolução de Outubro a Rússia soviética via o capitalismo mundial como o inimigo a ser derrubado pela revolução mundial assim que possível. Essa revolução não se deu, e a Rússia soviética

(\*) Os dados se referem, em termos estritos, à URSS e Estados a ela associados, mas servirá como ordem de grandeza.

foi isolada, cercada por um mundo capitalista, do qual a maioria de poderosos governos queria impedir o estabelecimento desse centro de subversão global e, mais tarde, eliminá-lo assim que possível. O simples fato de a URSS não conquistar reconhecimento diplomático oficial de sua existência pelos EUA até 1933 demonstra seu estado proscrito inicial. Além disso, mesmo quando o sempre realista Lenin estava disposto, e até mesmo ansioso, para fazer as concessões de mais longo alcance aos investidores estrangeiros, em troca de sua ajuda ao desenvolvimento econômico russo, na prática não encontrou quem quisesse. Assim, a jovem URSS foi necessariamente lançada num curso de desenvolvimento auto-suficiente, em virtual isolamento do resto da economia mundial. Paradoxalmente, isso logo lhe ofereceria seu mais poderoso argumento ideológico. Ela pareceu imune à gigantesca depressão econômica que devastou a economia capitalista após o *crash* de Wall Street em 1929.

A política mais uma vez ajudou a isolar a economia soviética na década de 1930 e, de modo ainda mais impressionante, na expandida esfera soviética após 1945. A Guerra Fria congelou as relações econômicas e políticas entre os dois lados. Para fins práticos, todas as relações econômicas entre eles, além das mais triviais (ou inconfessáveis), tinham de passar pelos controles de Estado impostos por ambos. O comércio entre os blocos era uma função de suas relações políticas. Só nas décadas de 1970 e 1980 houve sinais de que o universo econômico separado do “campo socialista” estava sendo integrado na economia mundial mais ampla. Em retrospecto, podemos ver que esse foi o começo do fim do “socialismo realmente existente”. Contudo, não há motivo teórico por que a economia soviética, tal como emergiu da revolução e guerra civil, não pudesse ter evoluído num relacionamento muito mais estreito com o resto da economia mundial. Economias centralmente planejadas e do tipo ocidental podem ter laços estreitos, como demonstra o caso da Finlândia, que a certa altura (1983) recebia um quarto de suas importações da URSS e mandava para lá uma proporção semelhante de suas exportações. Contudo, o “campo socialista” que interessa ao historiador é o que de fato emergiu, não o que poderia ter sido.

O fato central da União Soviética era o de que seus novos governantes, o Partido Bolchevique, jamais haviam esperado sobreviver em isolamento, quanto mais tornar-se o núcleo de uma economia auto-suficiente (“socialismo num só país”). Nenhuma das condições que Marx ou qualquer um de seus seguidores tinham até então considerado essenciais para o estabelecimento de uma economia socialista estava presente nessa enorme massa de território que era praticamente um sinônimo de atraso econômico e social na Europa. Os fundadores do marxismo supunham que a função da Revolução Russa só podia ser a de provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados, onde estavam presentes as condições para a construção do socialismo. Como vimos, isso era exatamente o que parecia acontecer em 1917-8, e parecia justificar a controvertidíssima decisão de Lenin — pelo menos entre os

marxistas — de dirigir o curso dos bolcheviques russos para o poder e o socialismo soviéticos. Na visão de Lenin, Moscou seria apenas o quartel-general temporário do socialismo, até que a ideologia pudesse mudar-se para sua capital permanente em Berlim. Não foi por acaso que a língua oficial da Internacional Comunista, criada como o estado-maior da revolução mundial em 1919, era — e continuou sendo — não o russo, mas o alemão.

Quando ficou claro que a Rússia ia ser por algum tempo, que certamente não seria curto, o único país onde a revolução proletária triunfara, a política lógica, na verdade a única convincente para os bolcheviques, era transformar sua economia e sua sociedade atrasadas em avançadas o mais breve possível. A maneira mais óbvia de fazer isso que se conhecia era combinar uma ofensiva total contra o atraso cultural das massas notoriamente “escuras”, ignorantes, analfabetas e supersticiosas com uma corrida total para a modernização tecnológica e a Revolução Industrial. O comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação países atrasados em avançados. Essa concentração de crescimento econômico ultra-rápido não deixava de ter apelo mesmo no mundo capitalista desenvolvido em sua era de catástrofe, desesperadamente em busca de uma maneira de recuperar seu dinamismo econômico. Era ainda mais diretamente relevante para os problemas do mundo fora da Europa Ocidental e América do Norte, a maior parte do qual podia reconhecer sua própria imagem no atraso agrário da Rússia soviética. A receita soviética de desenvolvimento econômico — planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção ultra-rápida das indústrias básicas, e infra-estrutura essencial a uma sociedade industrial moderna — parecia feita para eles. Moscou não era apenas um modelo mais atraente que Detroit ou Manchester porque enfrentava o imperialismo: ao mesmo tempo, parecia um modelo mais adequado, sobretudo para países sem capital privado nem um grande corpo de indústria privada com fins lucrativos. O “socialismo”, nesse sentido, inspirou vários dos países recém-independentes após a Segunda Guerra Mundial cujos governos rejeitavam o sistema econômico comunista (ver capítulo 12). Como os países que se juntavam a esse sistema eram também atrasados e agrários, com exceção da Tchecoslováquia, da futura República Democrática Alemã e, em menor medida, da Hungria, a receita econômica soviética também parecia servir-lhes, e seus novos governantes lançaram-se à tarefa de construção econômica com genuíno entusiasmo. Além disso, a receita parecia eficaz. Entre as guerras, e sobretudo durante a década de 1930, a taxa de crescimento da economia soviética andou mais depressa que a de todos os outros países, com exceção do Japão, e nos primeiros quinze anos após a Segunda Guerra Mundial as economias do “campo socialista” cresceram consideravelmente mais rápido que as do Ocidente, tanto que líderes soviéticos como Nikita Krushev acreditavam sinceramente que, continuando na mesma taxa a curva ascendente de seu crescimento, o socialismo

iria produzir mais que o capitalismo dentro de um futuro previsível; como também acreditava o premiê britânico Harold MacMillan. Mais de um observador econômico na década de 1950 se perguntava se isso não poderia acontecer.

Muito curiosamente, nenhuma discussão de “planejamento”, que iria ser o critério central do socialismo, nem de rápida industrialização, com prioridade para as indústrias pesadas, se encontrava nos textos de Marx e Engels, embora o planejamento esteja implícito numa economia socializada. Mas os socialistas de antes de 1917, marxistas ou não, andavam demasiado ocupados se opondo ao capitalismo para dar muita atenção à natureza da economia que o substituiria, e após Outubro o próprio Lenin, metendo, como ele mesmo disse, um pé nas águas profundas do socialismo, não fez nenhuma tentativa de mergulhar no desconhecido. Foi a crise da Guerra Civil que levou as coisas ao ponto crítico. Levou à nacionalização de todas as indústrias em meados de 1918, e ao Comunismo de Guerra, por meio do qual um Estado bolchevique em guerra organizou sua luta de vida ou morte contra a contra-revolução e a intervenção estrangeira e tentou levantar os recursos para ela. Todas as economias de guerra, mesmo em países capitalistas, envolvem planejamento e controle pelo Estado. Na verdade, a inspiração específica da idéia de planejamento de Lenin foi a economia de guerra alemã de 1914-8 (que, como vimos, não era provavelmente o melhor modelo para seu período e tipo). As economias de guerra comunistas tendiam naturalmente, por questões de princípio, a substituir propriedade e administração privadas por públicas e a dispensar o mercado e o mecanismo de preços, sobretudo quando nenhum desses era de muita utilidade para improvisar um esforço de guerra nacional de uma hora para outra, e havia de fato comunistas idealistas, como Nicolai Bukharin, que viam a guerra civil como a oportunidade de estabelecer as principais estruturas de uma Utopia Comunista, e a sombria economia de crise, a escassez permanente e universal e a alocação não monetária de necessidades básicas racionadas ao povo em espécie — pão, roupas, passagens de ônibus — como uma espartana mostra prévia de ideal social. Na verdade, à medida que o regime soviético emergia vitorioso das lutas de 1918-20, era evidente que o Comunismo de Guerra, por mais necessário que fosse no momento, não podia continuar, em parte porque os camponeses se rebelariam contra a requisição militar de seus grãos, que tinha sido a base dessa economia de guerra, e os operários contra as privações, em parte porque esse regime não oferecia meios eficazes de restaurar uma economia praticamente destruída: a produção de ferro e aço fora reduzida de 4,2 milhões de toneladas em 1913 para 200 mil em 1920.

Com seu realismo habitual, Lenin introduziu em 1921 a Nova Política Econômica, que na verdade reintroduzia o mercado e, de fato, em suas próprias palavras, recuava do Comunismo de Guerra para o Capitalismo de Estado. Contudo, foi nesse momento mesmo, em que a já retrógrada economia soviética caíra para 10% de suas dimensões pré-guerra (ver capítulo 2), que a

necessidade de industrializar maciçamente, e fazê-lo por planejamento do governo, se tornou a tarefa prioritária básica para o governo soviético. E embora a Nova Política Econômica desmantelasse o Comunismo de Guerra, o controle e pressão do Estado continuaram sendo o único modelo conhecido de uma economia de propriedade e administração socializadas. A primeira instituição de planejamento, a Comissão do Estado para Eletrificação da Rússia (GoElRo), em 1920, visava, muito naturalmente, a uma tecnologia modernizante, mas a Comissão de Planejamento do Estado estabelecida em 1921 (Gosplan) tinha objetivos mais universais. Continuou existindo sob esse nome até o fim da URSS. Tornou-se a ancestral e inspiradora de todas as instituições estatais destinadas a planejar ou mesmo exercer supervisão macroeconômica sobre as economias dos Estados do século XX.

A Nova Política Econômica (conhecida como NEP no Ocidente) foi objeto de apaixonado debate na Rússia na década de 1920, e de novo no início dos anos Gorbachev na década de 1980, mas por motivos opostos. Na década de 1920, era claramente reconhecida como uma derrota para o comunismo, ou pelo menos um desvio, das colunas em marcha para o socialismo, da rodovia principal, para a qual, de uma maneira ou de outra, era preciso descobrir o caminho de volta. Os radicais, como os seguidores de Trotski, queriam um rompimento com a NEP o mais breve possível, e uma corrida em massa para a industrialização, que foi a política eventualmente adotada sob Stalin. Os moderados, encabeçados por Bukharin, que deixara para trás o ultra-radicalismo dos anos de Comunismo de Guerra, tinham aguda consciência das limitações políticas e econômicas sob as quais precisava operar o governo bolchevique num país mais esmagadoramente dominado pela agricultura camponesa que antes da revolução. Eles favoreciam uma transformação gradual. As opiniões do próprio Lenin não puderam ser adequadamente expressas depois que a paralisia o atingiu em 1922 — ele sobreviveu apenas até o início de 1924 — mas, embora não pudesse expressar-se, parece ter preferido o gradualismo. Por outro lado, os debates da década de 1980 eram buscas retrospectivas de uma alternativa socialista histórica ao stalinismo que de fato sucedesse a NEP: uma estrada para o socialismo diferente da realmente prevista pela direita e esquerda bolcheviques na década de 1920. Em retrospecto, Bukharin tornou-se uma espécie de proto-Gorbachev.

Esses debates não são mais relevantes. Olhando para trás, podemos ver que a razão original para a decisão de estabelecer um poder socialista na Rússia desapareceu quando a “revolução proletária” não conseguiu conquistar a Alemanha. Pior que isso, a Rússia sobreviveu à Guerra Civil em ruínas e muito mais atrasada do que sob o czarismo. Claro, czar, nobreza, fidalguia e burguesia haviam desaparecido. Dois milhões de pessoas emigraram e com isso o Estado soviético viu-se privado de grande parte de seus quadros qualificados. Mas o mesmo acontecera com o desenvolvimento industrial da era

czarista e com a maioria dos operários industriais que formavam a base social e política do Partido Bolchevique. Revolução e Guerra Civil os haviam matado ou dispersado, ou transferido das fábricas para os escritórios do Estado e do partido. O que restava era uma Rússia mais firmemente ancorada no passado, a massa imóvel e imutável de camponeses nas restauradas comunidades aldeãs, às quais a revolução tinha (contra a opinião marxista inicial) dado a terra, ou antes, cuja ocupação e distribuição da terra em 1917-8 ela aceitara como o preço necessário da vitória e sobrevivência. Em muitos aspectos, a NEP foi uma breve era de ouro da Rússia camponesa. Suspenso acima dessa massa estava o Partido Bolchevique, não mais representando ninguém. Como reconheceu Lenin com sua habitual lucidez, tudo que o partido tinha a seu favor era o fato de ser, e provavelmente permanecer sendo, o governo aceito e estabelecido do país. Nada mais tinha. Mesmo assim, o que de fato governava o país era um mato rasteiro de pequenos e grandes burocratas, em média ainda menos escolarizados e qualificados que antes.

Que opções tinha esse regime, que era, além disso, isolado e boicotado por governos e capitalistas estrangeiros, e preocupado com a expropriação de bens e investimentos russos pela revolução? A NEP na verdade teve um brilhante êxito na restauração da economia soviética a partir da ruína de 1920. Em 1926, a produção industrial soviética havia mais ou menos recuperado seu nível pré-guerra, embora isso não significasse grande coisa. A URSS continuava tão esmagadoramente rural quanto em 1913 (82% da população nos dois casos) (Bergson & Levine, 1983, p. 100; Nove, 1969), e na verdade só 7,5% estavam empregados fora da agricultura. O que essa massa de camponeses queria vender às cidades; o que queria comprar delas; quanto de sua renda desejava poupar; e quantos dos muitos milhões que preferiam alimentar-se nas aldeias em vez de enfrentar a pobreza na cidade queriam deixar as fazendas: isso determinou o futuro econômico da Rússia pois, tirando o imposto de renda do Estado, o país não tinha outra fonte disponível de investimento e mão-de-obra. Deixando de lado todas as considerações políticas, uma continuação da NEP, modificada ou não, iria na melhor das hipóteses produzir uma modesta taxa de industrialização. Além disso, enquanto não houvesse muito mais desenvolvimento industrial, pouco havia que os camponeses pudessem comprar na cidade para tentá-los a vender seus excedentes, em vez de comê-los e bebê-los nas aldeias. Isso (que ficou conhecido como a “crise da tesoura”) iria ser o laço que acabou estrangulando a NEP. Sessenta anos depois, uma “tesoura” semelhante, mas proletária, solapava a *perestroika* de Gorbachev. Por que, argumentavam os trabalhadores soviéticos, iriam eles elevar sua produtividade para ganhar salários mais altos se a economia não produzisse os bens de consumo a comprar com esses salários maiores? Mas como iriam ser produzidos esses bens se os trabalhadores soviéticos não aumentassem sua produtividade?

Portanto, jamais foi provável que a NEP — isto é, crescimento econômico

equilibrado, baseado numa economia de mercado camponesa orientada pelo Estado, que controlava seus picos — se mostrasse uma estratégia duradoura. Para um regime comprometido com o socialismo, os argumentos políticos contra ela eram de qualquer modo esmagadores. Não iria ela pôr as pequenas forças comprometidas com essa nova sociedade à mercê de uma mesquinha produção de bens e um mesquinho empreendimento que regenerariam o capitalismo recém-derrubado? E no entanto, o que fez o Partido Bolchevique hesitar foi o custo em perspectiva da alternativa. Significava industrialização à força: uma segunda revolução, mas desta vez não vinda de baixo, e sim imposta de cima pelo poder do Estado.

Stalin, que presidiu a resultante era de ferro da URSS, era um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos excepcionais, alguns poderiam dizer únicas. Poucos homens manipularam o terror em escala mais universal. Não há dúvida de que sob um outro líder do Partido Bolchevique os sofrimentos dos povos da URSS teriam sido minimizados, e o número de vítimas, menor. Apesar disso, qualquer política de rápida modernização na URSS, nas circunstâncias da época, tinha de ser implacável e, porque imposta contra o grosso do povo e impondo-lhe sérios sacrifícios, em certa medida coercitiva. E a economia de comando centralizado que realizou essa corrida com seus “planos” estava, de maneira igualmente inevitável, mais perto de uma operação militar que de um empreendimento econômico. Por outro lado, como os empreendimentos militares com verdadeira legitimidade moral popular, a vertiginosa industrialização dos primeiros Planos Quinquenais (1929-41) gerou apoio exatamente pelos “sangue, esforço, lágrimas e suor” impostos ao povo. Como sabia Churchill, o próprio sacrifício pode motivar. Por mais difícil que seja de acreditar, mesmo o sistema stalinista, que mais uma vez transformou camponeses em servos presos à terra e tornou partes importantes da economia dependentes de uma força de trabalho de entre 4 e 13 milhões de pessoas prisioneiras (os *gulags*) (Van der Linden, 1993), quase certamente desfrutava substancial apoio, embora, claro, não entre o campesinato (Fitzpatrick, 1994).

A “economia planejada” dos Planos Quinquenais que tomou o lugar da NEP em 1928 era necessariamente um instrumento grosseiro — muito mais grosseiro que os sofisticados cálculos dos economistas pioneiros do Gosplan da década de 1920, que por sua vez eram mais grosseiros que os instrumentos de planejamento de que dispunham os governos e grandes empresas do fim do século XX. Essencialmente, seu objetivo era mais criar novas indústrias do que dirigi-las, e preferiu dar prioridade imediata aos setores básicos da indústria pesada e da produção de energia que eram a fundação de qualquer grande economia industrial: carvão, ferro e aço, eletricidade, petróleo etc. A excepcional riqueza da URSS em matérias-primas adequadas tornava essa opção ao mesmo tempo lógica e conveniente. Como em uma economia de guerra — e a economia planejada soviética era uma espécie de economia de guerra —, as metas

de produção podem e na verdade muitas vezes têm de ser estabelecidas sem consideração de custo e custo/benefício; seu acerto é verificado na prática, dependendo de elas poderem ou não ser cumpridas e quando. Como em todos esses esforços de vida ou morte, o método mais eficaz de cumprir metas e prazos é dar ordens urgentes que produzem corridas totais. A crise é sua forma de administrar. A economia soviética instalou-se como um conjunto de rotinas quebradas por freqüentes e quase institucionalizados “esforços de choque” em resposta a ordens vindas de cima. Nikita Krushev iria depois buscar desesperadamente um meio de fazer o sistema funcionar de algum outro modo diferente do da resposta ao “grito” (Krushev, 1990, p. 18). Stalin, antes, explorara o “assalto”, estabelecendo deliberadamente metas irrealistas que encorajavam esforços sobre-humanos.

Além disso, as metas, uma vez estabelecidas, tinham de ser entendidas e cumpridas até o mais remoto posto avançado de produção na Ásia interior — por administradores, gerentes, técnicos e trabalhadores que, pelo menos na primeira geração, eram inexperientes, mal-escolarizados e mais acostumados a arados de madeira que a máquinas. (O caricaturista David Low, visitando a URSS no início da década de 1930, fez um desenho de uma moça de fazenda coletiva “distraidamente tentando ordenhar um trator”.) Isso eliminou os últimos elementos de sofisticação, a não ser no mais alto escalão, que, por esse mesmo motivo, tinha a responsabilidade de uma centralização cada vez mais total. Como Napoleão e seu chefe de estado-maior tiveram outrora de compensar as deficiências técnicas de seus marechais, essencialmente oficiais combatentes não formados, promovidos das fileiras, também todas as decisões foram cada vez mais concentradas no ápice do sistema soviético. A supercentralização do Gosplan compensava a escassez de administradores. A desvantagem desse procedimento foi uma enorme burocratização do aparato econômico e também de outras partes do sistema.\*

Enquanto a economia permaneceu no nível da semi-subsistência e teve apenas de estabelecer a fundação da indústria moderna, esse sistema, tosco e improvisado, desenvolvido sobretudo na década de 1930, funcionou. Até desenvolveu sua própria flexibilidade, de uma forma igualmente tosca. O estabelecimento de uma grande quantidade de metas não necessariamente atrapalhava de imediato o estabelecimento de outras, como aconteceria no sofisticado labirinto de uma economia moderna. Na verdade, para um país atrasado e primitivo, isolado de ajuda estrangeira, a industrialização sob ordem, com todos os seus desperdícios e ineficiências, funcionou de modo impressionante. Transformou a URSS numa grande economia industrial em poucos anos, e ca-

(\*) “Se se têm de emitir instruções suficientemente claras para cada grande grupo de produto e para cada unidade de produção, e na ausência de planejamento em múltiplos níveis, o centro não pode deixar de ver-se assobrecado por uma colossal carga de trabalho” (Dyker, 1985, p. 9).

paz, como não fora a Rússia czarista, de sobreviver e ganhar a guerra contra a Alemanha apesar da temporária perda de áreas contendo um terço da população e, em muitas indústrias, metade do parque industrial. Deve-se acrescentar que em poucos outros regimes poderia ou quereria o povo suportar os sacrifícios sem paralelos desse esforço de guerra (ver Milward, 1979, pp. 92-7), nem, na verdade, os da década de 1930. Contudo, se o sistema manteve o consumo da população lá embaixo — em 1940 a economia produziu apenas pouco mais de um par de calçados por cada habitante da URSS —, assegurou-lhe esse mínimo social. Deu-lhe trabalho, comida, roupa e habitação a preços controlados (ou seja, subsidiados), aluguéis, pensões, assistência médica e uma certa igualdade, até que o sistema de recompensas com privilégios especiais para a “*nomenklatura*” se descontrolou após a morte de Stalin. Muito mais generosamente, deu educação. A transformação de um país em grande parte analfabeto na moderna URSS foi, por quaisquer padrões, um feito impressionante. E para milhões de habitantes das aldeias para os quais, mesmo nos tempos mais difíceis, o desenvolvimento soviético significou a abertura de novos horizontes, a fuga das trevas e da ignorância para a cidade, a luz e o progresso, sem falar em avanço pessoal e carreiras, a defesa da nova sociedade era inteiramente convincente. De qualquer modo, não conheciam nenhuma outra.

Contudo, essa história de sucesso não incluiu a agricultura e aqueles que dela viviam, pois a industrialização se apoiava nas costas do campesinato explorado. Muito pouco se pode dizer em favor da política camponesa e agrícola, a não ser que os camponeses não foram os únicos a carregar o fardo da “acumulação primitiva socialista” (expressão de um seguidor de Trotski que a favorecia),\* como se tem dito. Os trabalhadores também arcaram com parte do fardo de geração de recursos para investir no futuro.

Os camponeses — a maioria da população — eram não apenas legal e politicamente inferiores em status, pelo menos até a (inteiramente inoperante) Constituição de 1936; não apenas eram mais taxados e recebiam menos seguridade, como a política agrícola básica que substituiu a NEP, ou seja, coletivização compulsória em fazendas cooperativas ou estatais, foi e continuou sendo desastrosa. Seu efeito imediato foi baixar a produção de grãos e quase reduzir à metade o gado, com isso produzindo uma grande fome em 1932-3. A coletivização levou a uma queda na já baixa produtividade da agricultura russa, que só reconquistou o nível da NEP em 1940, ou, descontando os outros desastres da Segunda Guerra Mundial, 1950 (Tuma, 1965, p. 102). As mecanizações maciças que tentaram compensar essa queda foram também, e continuaram sendo, maciçamente ineficazes. Após um promissor período pós-guerra em

(\*) Nos termos de Marx, a “acumulação primitiva” pela expropriação e o saque foi necessária para possibilitar ao capitalismo adquirir o capital original, que posteriormente empreendeu sua própria acumulação endógena.

que a agricultura soviética chegou a produzir um modesto excedente de grãos para exportação, embora a URSS jamais tenha sequer dado a impressão de tornar-se um grande exportador como fora a Rússia czarista, a agricultura soviética deixou de poder alimentar a população. Do início da década de 1970 em diante, dependeu, às vezes até em um quarto de suas necessidades, do mercado mundial de grãos. Não fosse um leve relaxamento do sistema coletivo, que permitiu aos camponeses produzir para o mercado em pequenos lotes privados de terra — cobriam 4% da área cultivada em 1938 —, e o consumidor soviético teria comido pouco mais que pão preto. Em suma, a URSS trocou uma agricultura camponesa ineficiente por uma agricultura coletiva ineficiente, a um custo imenso.

Como tantas vezes acontece, isso refletia mais a condição social e política da Rússia soviética que a natureza inerente do projeto bolchevique. Cooperação e coletivização, combinadas em graus variados com o cultivo privado — ou mesmo, como no caso dos *kibutzim* israelenses, mais comunistas que qualquer coisa na Rússia —, podem ser bem-sucedidas, enquanto a pura agricultura camponesa tem muitas vezes funcionado melhor para extrair subsídios de governos do que lucros do solo.\* Contudo, na URSS não há dúvida de que toda a política agrária foi um fracasso. E um fracasso demasiadas vezes copiado, pelo menos inicialmente, por regimes socialistas posteriores.

O outro aspecto de desenvolvimento soviético em defesa do qual pouco se pode dizer foi a enorme e exagerada burocratização que um governo de comando centralizado engendrou, e que nem Stalin pôde enfrentar. Na verdade, já se sugeriu a sério que o Grande Terror de fins da década de 1930 foi o método desesperado de Stalin “superar o labirinto burocrático e sua habilidade em esquivar-se da maioria dos controles e ordens do governo” (Lewin, 1991, p. 17), ou pelo menos de impedi-lo de assumir como uma ossificada classe governante, como acabaria acontecendo sob Brejnev. Toda tentativa de tornar a administração mais flexível e eficiente simplesmente a inchava e tornava mais indispensável. Nos últimos anos da década de 1930, ela cresceu a uma taxa duas vezes e meia maior que a de empregos em geral. Ao aproximar-se a guerra, havia mais de um administrador para cada dois operários (Lewin, 1991). Sob Stalin, a camada superior desses quadros principais era, como se disse, de “escravos com um poder único, sempre à beira da catástrofe. Seu poder e privilégio eram encobertos por um constante *memento mori*”. Depois de Stalin, ou melhor, depois que o último dos “grandes chefões”, Nikita Krushev, foi afastado, em 1964, nada havia no sistema para impedir a estagnação.

(\*) Assim, na primeira metade da década de 1980, a Hungria, com uma agricultura em grande parte coletivizada, exportava mais produtos agrícolas do que a França, com uma área agrícola de pouco mais de um quarto da francesa, e cerca de duas vezes mais (em valor) do que a Polónia, com uma área de quase três vezes o tamanho da húngara. A agricultura polonesa, como a francesa, não era coletiva (FAO Production, 1986, FAO Trade, vol. 40, 1986).

A terceira desvantagem do sistema, e aquela que acabou por afundá-lo, era sua inflexibilidade. Estava engrenado para o crescimento constante na produção de bens cujo caráter e qualidade haviam sido predeterminados, mas não continha qualquer mecanismo interno para variar quantidade (a não ser para cima) e qualidade, nem para inovar. De fato, não sabia o que fazer com as invenções, e não as usava na economia civil, distinta do complexo industrial-militar.\* Quanto aos consumidores, não eram servidos nem por um mercado, que teria indicado suas preferências, nem por qualquer tendência a seu favor dentro do sistema econômico ou, como veremos, do político. Ao contrário, a tendência original do sistema para o crescimento máximo de bens de capital era reproduzida pela máquina de planejamento. O máximo que se podia afirmar era que, enquanto a economia crescia, proporcionava mais bens de consumo mesmo quando a estrutura industrial continuava favorecendo os bens de capital. Mesmo assim, o sistema de distribuição era tão ruim e, acima de tudo, o sistema de organização de serviços, tão inexistente que o crescente padrão de vida na URSS — e a melhoria da década de 1940 à de 1970 foi deveras impressionante — só podia funcionar eficientemente com a ajuda ou através de uma “segunda” ou “negra” economia, que cresceu rapidamente, sobretudo a partir do fim da década de 1960. Como as economias não oficiais, por definição, escapam à documentação oficial, só podemos imaginar suas dimensões — mas em fins da década de 1970 estimava-se que a população urbana soviética gastava cerca de 20 bilhões de rublos em consumo privado, assistência médica e legal, além de cerca de 7 bilhões em “gorjetas”, para obter serviços (Alexeev, 1990). Isso seria na época uma soma comparável ao total de importações do país.

Em suma, o sistema soviético foi projetado para industrializar o mais rapidamente possível um país muito atrasado e subdesenvolvido, na suposição de que seu povo se satisfaria com um padrão de vida que garantisse um mínimo social e um padrão de vida material pouco acima da subsistência — o quanto, dependia do que pingava do crescimento geral de uma economia engrenada para favorecer a industrialização. Apesar da ineficiência e desperdício, atingiu esses objetivos. Em 1913, o império czarista, com 9,4% da população mundial, produzia 6% do total mundial de “rendas nacionais” e 3,6% de sua produção industrial. Em 1986, a URSS, com menos de 6% da população global, produzia 14% da “renda nacional” do globo e 14,6% de sua produção industrial. (Mas apenas uma fatia um pouco maior da produção agrícola do mundo.) (Bolotin, 1987, pp. 148-52.) A Rússia se transformara numa grande potência industrial, e na verdade seu status de superpotência, mantido por quase meio século, apoiou-se nesse sucesso. Contudo, e ao contrário das expectativas dos comunistas, o motor do desenvolvimento soviético era cons-

(\*) “Uma proporção que pode chegar a apenas um terço de todas as invenções encontra aplicação na economia, e mesmo nesses casos sua difusão é rara” (Vernikov, 1989, p. 7). Os dados parecem referir-se a 1986.



truído de modo mais a diminuir a velocidade do que a acelerá-la quando, depois de o veículo avançar uma certa distância, o motorista pisasse fundo no acelerador. Seu dinamismo continha o mecanismo da própria exaustão. Foi esse o sistema que, depois de 1944, se tornou o modelo para as economias sob as quais vivia um terço da raça humana.

Contudo, a revolução soviética também desenvolveu um sistema político muito especial. Os movimentos populares europeus da esquerda, incluindo os movimentos trabalhistas e socialistas marxistas a que pertencia o Partido Bolchevique, recorriam a duas tradições políticas: a eleitoral, e às vezes mesmo a democracia direta, e os esforços revolucionários centralizados voltados para a ação, herdados da fase jacobina da Revolução Francesa. Os movimentos trabalhistas e socialistas de massa que surgiram quase em toda parte na Europa no fim do século XIX, como partidos, sindicatos trabalhistas, cooperativas ou uma combinação disso tudo, eram fortemente democráticos tanto na estrutura interna quanto nas aspirações políticas. Na verdade, onde não existiam ainda constituições baseadas em amplo direito de voto, eram as principais forças a pressionar por elas e, ao contrário dos anarquistas, os marxistas estavam fundamentalmente empenhados na ação política. O sistema político da URSS, depois também transferido para o mundo socialista, rompeu decisivamente com o lado democrático dos movimentos socialistas, embora mantendo com eles um compromisso cada vez mais acadêmico em teoria.\* Chegava mesmo a ir além da herança jacobina, que, fosse qual fosse seu compromisso com o rigor e a implacável ação revolucionários, não favorecia a ditadura individual. Em suma, a economia soviética era uma economia de comando, portanto a política soviética era uma política de comando.

Essa evolução refletia em parte a história do Partido Bolchevique, em parte as crises e prioridades urgentes do jovem regime soviético e em parte as peculiaridades do ex-seminarista filho do remendão bêbado da Geórgia que se tornou o autocrata da URSS, sob o auto-escolhido nome político de “homem de aço”, ou seja, Stalin (1879-1953). O modelo de Lenin do “Partido de Vanguarda”, um quadro singularmente eficiente e disciplinado de revolucionários profissionais, preparados para executar as tarefas a eles destinadas por uma liderança central, era potencialmente autoritário, como inúmeros outros marxistas russos igualmente revolucionários haviam indicado desde o início. O que iria deter o “substitutismo” das massas pelo partido que ele dizia conduzir? E o dos membros (eleitos) por seus comitês, ou antes os congressos regulares que

(\*) Assim, o centralismo autoritário tão característico dos partidos comunistas reteve o nome oficial de “centralismo democrático”, e a Constituição soviética de 1936 é, no papel, uma típica Constituição democrática, com tanto espaço para eleições multipartidárias quanto, digamos, a Constituição americana. Tampouco era isso pura fachada, pois grande parte dela foi escrita por Nicolai Bukharin que, como velho revolucionário marxista pré-1917, sem dúvida acreditava que esse tipo de Constituição servia a uma sociedade socialista.

manifestavam suas opiniões? E o do comitê central pela liderança operacional de fato, e eventualmente pelo líder único (em teoria eleito) que na prática substituíra todos esses? O perigo, como se viu, não era menos real pelo fato de Lenin não querer, nem estar, em posição de ser ditador, ou porque o Partido Bolchevique, como todas as organizações da esquerda ideológica, se comportava muito menos como um estado-maior militar e muito mais como uma interminável sociedade de debates. Esse perigo tornou-se mais imediato após a Revolução de Outubro, quando os bolcheviques se transformaram de um corpo de uns poucos milhares de clandestinos num partido de massa de centenas de milhares, eventualmente milhões de mobilizadores, administradores, executivos e controladores profissionais, que submergiram os “Velhos Bolcheviques” e outros socialistas pré-1917 que se juntaram a eles, como Leon Trotski. Não partilhavam de nada da velha cultura política da esquerda. Tudo que sabiam era que o partido estava certo e que as decisões tomadas por autoridades superiores deviam ser executadas, se se queria salvar a revolução.

Qualquer que fosse a atitude pré-revolucionária dos bolcheviques para com a democracia dentro e fora do partido, a liberdade de expressão, as liberdades e tolerância civis, as circunstâncias dos anos 1917-21 impunham um modo cada vez mais autoritário de governo a (e dentro de) um partido comprometido com qualquer ação que fosse (ou parecesse ser) necessária para manter o frágil e acossado poder soviético. Na verdade não começara como um governo unipartidário, nem como um governo que rejeitasse a oposição, mas ganhou a Guerra Civil como uma ditadura unipartidária garantida por um poderoso aparelho de segurança, e usando o terror contra os contra-revolucionários. Igualmente importante, o próprio partido abandonou a democracia interna, quando se proibiu a discussão coletiva de políticas alternativas (em 1921). O “centralismo democrático” que governava em teoria tornou-se simples centralismo. Deixou de atuar segundo sua própria constituição partidária. As assembleias anuais de congressos do partido foram se tornando menos regulares, até que, sob Stalin, acabaram sendo imprevisíveis e ocasionais. Os anos da NEP relaxaram a atmosfera não política, mas não a sensação de que o partido era uma minoria sitiada, que podia ter a história do seu lado, mas trabalhava a contrapelo das massas russas e do presente russo. A decisão de lançar a revolução industrial de cima automaticamente comprometeu o sistema com a imposição de autoridade, talvez mais implacavelmente que nos anos de Guerra Civil, porque sua maquinária para exercer o poder continuamente era agora muito maior. Foi então que os últimos elementos de separação de poderes — o modesto, embora minguante, espaço de manobra do governo soviético enquanto distinto do partido — chegaram ao fim. A liderança política única do partido concentrava agora o poder absoluto em suas mãos, subordinando tudo mais.

Foi nesse ponto que o sistema se tornou uma autocracia sob Stalin, e uma autocracia buscando impor controle total sobre todos os aspectos das vidas e pensamentos de seus cidadãos, ficando toda a existência destes, até onde pos-

sível, subordinada à consecução dos objetivos do partido, definidos e especificados pela autoridade suprema. Isso certamente não fora previsto por Marx e Engels, e também não se desenvolvera na II Internacional (marxista) e na maioria de seus partidos. Assim, Karl Liebknecht, que, com Rosa Luxemburgo, tornou-se líder dos comunistas alemães, e com ela foi assassinado em 1919 por oficiais reacionários, nem sequer se dizia marxista, embora fosse filho de um fundador do Partido Social-Democrata alemão. Os austro-marxistas, porém, como o nome sugere, comprometidos com Marx, não hesitavam em seguir seus próprios e variados caminhos, e mesmo quando alguém era rotulado de herege oficial, como foi Eduard Bernstein por seu “revisionismo”, ninguém discutia que era um social-democrata legítimo. De fato, ele continuou como editor oficial das obras de Marx e Engels. A idéia de que um Estado socialista forçasse cada cidadão a pensar a mesma coisa, quanto mais a de que dotasse seus líderes, coletivamente, de algo semelhante à infalibilidade papal (que uma só pessoa exercesse essa função era inconcebível), não teria passado pela mente de nenhum socialista importante antes de 1917.

Pode-se no máximo dizer que o socialismo marxista era, para seus adeptos, um apaixonado compromisso pessoal, um sistema de esperança e crença, que tinha algumas características de uma religião secular (embora não mais que a ideologia de grupos de cruzados não socialistas), e, talvez mais objetivamente, que, assim que virou um movimento de massa, a teoria sutil se tornou na melhor das hipóteses um catecismo; na pior, um símbolo de identidade e lealdade, como uma bandeira, que deve ser saudada. Esses movimentos de massa, como havia muito tinham notado socialistas centro-europeus inteligentes, também tendiam a admirar líderes, e mesmo a adorá-los, embora se deva dizer que a conhecidíssima tendência à discussão e rivalidade dentro dos partidos esquerdistas em geral mantinha isso sob certo controle. A construção do mausoléu de Lenin na praça Vermelha, onde o corpo embalsamado do grande líder ficaria eternamente visível para os fiéis, não derivou de nada, nem sequer da tradição revolucionária russa, mas foi uma tentativa óbvia de mobilizar o apelo dos santos e relíquias cristãos para um povo atrasado, em benefício do regime soviético. Pode-se também dizer que no Partido Bolchevique construído por Lenin, a ortodoxia e intolerância foram em certa medida adotadas não como valores em si, mas por motivos pragmáticos. Como um bom general — e Lenin foi fundamentalmente um planejador de ação —, ele não queria que as discussões nas fileiras impedissem a efetividade política. Além disso, como outros gênios práticos, estava convencido de que sabia mais, e tinha pouco tempo para outras opiniões. Em teoria, era um marxista ortodoxo, até mesmo um fundamentalista, porque estava claro para ele que qualquer interferência no texto de uma teoria cuja essência era a revolução provavelmente estimularia moderados e reformistas. Na prática, modificava sem hesitar as opiniões de Marx e fazia-lhes acréscimos livremente, sempre defendendo sua lealdade literal ao mestre. Como, durante a maior parte dos anos

antes de 1917, liderou e representou uma aguerrida minoria na esquerda russa e — mesmo dentro da social-democracia russa — adquirira fama de intolerância e dissidência, mas hesitava tão pouco em acolher os adversários assim que a situação mudava quanto em denunciá-los, e mesmo depois de Outubro jamais se valeu de sua autoridade dentro do partido e sim, invariavelmente, da argumentação. Também, como vimos, suas posições jamais passaram incontestadas. Se houvesse vivido, Lenin sem dúvida continuaria denunciando adversários, e, como na Guerra Civil, sua intolerância pragmática não conheceria limites. Contudo, não há indício de que ele previsse, ou sequer tivesse tolerado, a espécie de versão secular de religião de Estado universal e compulsória que se desenvolveu após sua morte. Stalin pode não a ter fundado conscientemente. Pode ter apenas seguido o que via como tendência principal de uma Rússia camponesa atrasada com sua tradição ortodoxa e autocrática. Mas é improvável que, sem ele, essa versão se houvesse desenvolvido e é certo que não teria sido imposta a outros regimes socialistas, nem copiada por eles.

Contudo, uma coisa se deve dizer. A possibilidade de ditadura está implícita em qualquer regime baseado num partido único, irremovível. Num partido organizado na base hierárquica centralizada dos bolcheviques de Lenin, torna-se uma probabilidade. E a irremovibilidade era apenas outro nome para a total convicção dos bolcheviques de que a revolução não devia ser revertida, e de que o seu destino estava nas mãos deles e de ninguém mais. Os bolcheviques diziam que um regime burguês poderia, em segurança, considerar a derrota de um governo conservador e a sucessão de um liberal, uma vez que isso não mudaria o caráter burguês da sociedade, mas não iria nem podia tolerar um regime comunista, pelo mesmo motivo que um regime comunista não podia tolerar ser derrubado por qualquer força que fosse restaurar a velha ordem. Os revolucionários, incluindo os socialistas revolucionários, não são democratas no sentido eleitoral, por mais sinceramente convencidos que estejam de agir no interesse do “povo”. Apesar disso, mesmo que a suposição de que o partido era um monopólio político com um “papel liderante” tornasse um regime democrático tão improvável quanto uma Igreja Católica democrática, isso não implicava ditadura pessoal. Foi Stalin quem transformou os sistemas políticos comunistas em monarquias não hereditárias.\*

Em muitos aspectos, Stalin, pequenino,\*\* cauteloso, inseguro, cruel, noturno, infinitamente desconfiado, parece mais uma figura saída da *Vidas dos*

(\*) A semelhança com a monarquia é indicada pela tendência de alguns desses Estados a ir na direção da sucessão hereditária, um fato que teria parecido absurdamente inconcebível aos primeiros socialistas e comunistas. A Coreia do Norte e a Romênia eram dois casos assim.

(\*\*) Este escritor, que viu o corpo embalsamado de Stalin no mausoléu da praça Vermelha antes de ele ser removido, em 1957, lembra-se do choque da visão de um homem tão minúsculo e no entanto tão todo-poderoso. Significativamente, todos os filmes e fotografias ocultavam o fato de que ele tinha apenas 1,58 metro.

*Césares*, de Suetônio, do que da política moderna. Externamente pouco imponente e na verdade nada memorável, “uma mancha cinzenta”, como o chamou um observador em 1917 (Sukhanov), ele conciliou e manobrou onde foi preciso, até chegar ao topo; mas, claro, seus talentos bastante consideráveis o tinham posto perto do topo mesmo antes da revolução. Foi membro do primeiro governo após o governo revolucionário, como comissário de nacionalidades. Quando finalmente se tornou o líder incontestado do partido e (na verdade) do Estado, faltou-lhe o senso de destino pessoal, o carisma e a autoconfiança que fizeram de Hitler o fundador e senhor aceito de seu partido e mantiveram sua *entourage* leal a ele sem coerção. Stalin dirigiu seu partido, como tudo mais ao alcance de seu poder pessoal, pelo terror e o medo.

Ao transformar-se em algo semelhante a um czar secular, defensor da fé ortodoxa secular, cujo corpo do fundador, transformado em santo secular, esperava os peregrinos diante do Kremlin, Stalin demonstrou um seguro senso de relações públicas. Para um grupo de povos camponeses e pastores vivendo no equivalente ao século XI ocidental, essa era quase certamente a maneira mais eficaz de estabelecer a legitimidade do novo regime, do mesmo modo como os catecismos simples, brutos e dogmáticos a que ele reduziu o “marxismo-leninismo” eram ideais para apresentar idéias à primeira geração de alfabetizados.\* Tampouco pode o seu terror ser visto simplesmente como a afirmação do poder pessoal de um tirano. Não há dúvida de que ele gostava do poder, do medo que inspirava, da capacidade de conceder vida ou morte, do mesmo modo como não há dúvida de que era inteiramente indiferente às recompensas materiais que alguém em sua posição podia ter. Contudo, quaisquer que fossem seus caprichos pessoais, o terror de Stalin era, em teoria, uma tática tão racionalmente instrumental quanto sua cautela onde não tinha controle. As duas coisas, na verdade, se baseavam no princípio de evitar riscos, que por sua vez refletia a mesma falta de confiança em sua capacidade de avaliar situações (“fazer uma análise marxista”, no jargão comunista) que distinguira Lenin. Sua aterrorizante carreira não faz sentido algum a não ser como uma busca obstinada, ininterrupta daquela meta utópica de uma sociedade comunista a cuja reafirmação ele dedicou a última de suas publicações, poucos meses antes de morrer (Stalin, 1952).

O poder na União Soviética era tudo que os bolcheviques haviam ganho com a Revolução de Outubro. O poder era o único instrumento que eles podiam brandir para mudar a sociedade. E esse poder era assediado por dificuldades constantes, e constantemente renovadas. (Este é o significado da tese de Stalin, fora isso absurda, de que a luta de classes se tornaria mais intensa décadas depois de “o proletariado ter tomado o poder”.) Só a determinação de

(\*) E não só eles. A *Breve história* do Partido Comunista Soviético, de 1939, fossem quais fossem suas mentiras e limitações intelectuais, era um texto magistralmente pedagógico.

usar consistente e implacavelmente o poder para eliminar todos os obstáculos possíveis ao processo podia assegurar o eventual sucesso.

Três coisas empurraram uma política baseada nessa suposição para um absurdo mortal.

Primeiro, a crença de Stalin em que, em última análise, só ele sabia o caminho à frente e era suficientemente determinado para segui-lo. Muitos políticos e generais têm esse senso de indispensabilidade, mas só os que dispõem de poder absoluto estão em posição de obrigar outros a partilhar essa crença. Assim, os grandes expurgos da década de 1930 que, ao contrário de formas anteriores de terror, foram dirigidos contra o próprio partido e sobretudo sua liderança, começaram depois que muitos bolcheviques curtidos, incluindo os que o tinham apoiado contra as várias oposições da década de 1920 e genuinamente defendido o Grande Salto Avante da Coletivização e Plano Quinquenal, concluíram que as implacáveis crueldades da época e os sacrifícios impostos eram maiores do que estavam dispostos a aceitar. Sem dúvida, muitos deles lembravam a recusa de Lenin a apoiar Stalin como seu sucessor por causa de sua excessiva brutalidade. O 17º Congresso do PCUS (b) revelou uma substancial oposição a ele. Se de fato constituía uma ameaça a seu poder, jamais saberemos, pois, entre 1934 e 1939, 4 ou 5 milhões de membros e funcionários do partido foram presos por motivos políticos; quatrocentos ou quinhentos, executados sem julgamento; e o próximo (18º) Congresso do Partido, que se reuniu na primavera de 1939, continha uns míseros 37 sobreviventes dos 1827 delegados que tinham estado presentes no 17º em 1934 (Kerblay, 1983, p. 245).

O que deu a esse terror uma desumanidade sem precedentes foi o fato de que não reconhecia limites convencionais nem de qualquer tipo. Não era tanto a crença em que um grande fim justifica todos os meios necessários para alcançá-lo (embora seja possível que essa fosse a crença de Mao Tsé-tung), ou mesmo em que os sacrifícios impostos à presente geração, por maiores que sejam, em nada são comparáveis aos benefícios que serão colhidos por intermináveis gerações do futuro. Era a aplicação do princípio de guerra total a todos os tempos. O leninismo, talvez por causa da poderosa tensão de voluntarismo que fazia outros bolcheviques desconfiarem de Lenin como “blanquista” ou “jacobino”, pensava essencialmente em termos militares, como indicaria a admiração dele por Clausewitz, mesmo que todo o vocabulário da política bolchevique não atestasse isso. “Quem a quem?” [“ou tudo ou nada”] era a máxima básica de Lenin: a luta como um jogo de soma zero em que o vencedor ganhava tudo e o perdedor perdia tudo. Como sabemos, mesmo os Estados liberais travaram as duas guerras nesse espírito, e não reconheciam absolutamente nenhum limite ao sofrimento que estavam dispostos a impor à população do “inimigo”, e, na Primeira Guerra Mundial, mesmo às suas próprias Forças Armadas. Na verdade, mesmo a vitimação de blocos

inteiros de pessoas, definidas numa base *a priori*, tornou-se parte da guerra: como o internamento durante a Segunda Guerra Mundial de todos os cidadãos de origem japonesa ou de todos os alemães e austríacos residentes na Grã-Bretanha, com base em que podiam conter alguns agentes potenciais do inimigo. Isso fazia parte daquela recaída do progresso civil do século XIX num renascimento do barbarismo, que perpassa como um fio negro todo este livro.

Felizmente, em Estados constitucionais e de preferência democráticos, sob o governo da lei e com uma imprensa livre, há algumas forças contrabalançantes. Em sistemas de poder absoluto não há nenhuma, embora possam acabar desenvolvendo-se convenções de limitação do poder, quando mais não seja por sobrevivência, e porque o uso do poder total pode trazer a própria derrota. A paranóia é seu produto final lógico. Após a morte de Stalin, um entendimento tácito entre seus sucessores decidiu pôr fim à era de sangue, embora (até a era Gorbachev) coubesse aos dissidentes no interior e aos estudiosos no exterior avaliar o custo humano total das décadas de Stalin. Daí em diante os políticos soviéticos morriam em suas camas, e às vezes em idade avançada. Embora os *gulags* se esvaziassem em fins da década de 1950, a URSS continuou sendo uma sociedade que tratava mal seus cidadãos, pelos padrões ocidentais, mas deixou de ser uma sociedade que os prendia e matava em escala maciça única. Na verdade, na década de 1980, tinha uma proporção nitidamente menor de seus habitantes na cadeia do que os EUA (268 prisioneiros por 100 mil habitantes, contra 426 por 100 mil nos EUA) (Walker, 1991, p. 11). Além disso, nas décadas de 1960 e 1970 a URSS se tornou de fato uma sociedade em que o cidadão comum provavelmente corria menor risco de ser deliberadamente morto por crime, conflito civil ou pelo Estado do que em um número substancial de outros países na Ásia, África e Américas. Apesar disso, continuava sendo um Estado policial, uma sociedade autoritária e, por quaisquer padrões realistas, sem liberdade. Só a informação oficialmente autorizada ou permitida chegava ao cidadão — qualquer outro tipo continuou sendo pelo menos tecnicamente punível por lei até a política da *glasnost* (abertura) de Gorbachev — e a liberdade de viajar e fixar-se dependia de permissão oficial, uma restrição cada vez mais nominal dentro da URSS, mas bastante real quando se tinha de cruzar fronteiras mesmo para outro país “socialista” amigo. Em todos esses aspectos, a URSS continuou sendo nitidamente inferior à Rússia czarista. Além disso, embora para a maioria dos fins cotidianos o governo da lei funcionasse, os poderes de prisão ou exílio interno administrativos, isto é, arbitrários, continuaram.

É provável que jamais se possa calcular adequadamente o custo humano das décadas de ferro da Rússia, pois mesmo as estatísticas oficiais de execução e da população dos *gulags* existentes, ou que podem vir a tornar-se disponíveis, não podem cobrir todas as perdas, e as estimativas variam enormemente dependendo da suposição feita pelos estimadores. “Por um sinistro paradoxo”, já se disse, “estamos mais bem informados sobre as perdas do

gado soviético nessa época do que sobre o número de adversários do regime que foram exterminados” (Kerslay, 1983, p. 26). Só a supressão do censo de 1937 já introduz obstáculos quase insuperáveis. Mesmo assim, quaisquer que sejam as suposições que se façam,\* o número de vítimas diretas e indiretas deve medir-se mais na casa dos oito algarismos do que na dos sete. Nessas circunstâncias, não importa muito se optamos por uma estimativa “conservadora” mais próxima de 10 do que de 20 milhões, ou de um número maior: nada pode ser outra coisa que não vergonhoso e além de qualquer paliativo, quanto mais justificado. Acrescento, sem comentário, que a população total da URSS em 1937 era tida como de 164 milhões, ou 16,7 milhões menos que as previsões demográficas do Segundo Plano Quinquenal (1933-8).

Apesar de brutal e ditatorial, o sistema soviético não era “totalitário”, um termo que se tornou popular entre os críticos do comunismo após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido inventado na década de 1920 pelo fascismo italiano para descrever seu próprio projeto. Até então fora usado quase exclusivamente para criticá-lo e ao nacional-socialismo alemão. Representava um sistema centralizado abarcando tudo, que não apenas impunha total controle físico sobre sua população como, por meio do monopólio da propaganda e da educação, conseguia de fato fazer com que o povo internalizasse seus valores. O romance *1984*, de George Orwell (publicado em 1948), deu a essa imagem ocidental da sociedade totalitária sua mais poderosa forma: uma sociedade de massa de cérebro lavado, sob o olhar vigilante do “Grande Irmão”, do qual só o ocasional indivíduo solitário discordava.

Isso é sem dúvida o que Stalin teria *querido* alcançar, embora houvesse indignado Lenin e outros Velhos Bolcheviques, para não falar de Marx. Na medida em que visava à virtual deificação do líder (o que foi depois timidamente eufemizado como “culto da personalidade”), ou pelo menos a estabelecê-lo como um compêndio de virtudes, teve algum êxito, que Orwell satirizou. Paradoxalmente, isso pouco se deveu ao poder absoluto de Stalin. Os militantes comunistas fora dos países “socialistas” que choraram lágrimas autênticas quando souberam de sua morte, em 1953 — e muitos o fizeram —, eram convertidos voluntários ao movimento que, acreditavam, ele simbolizara e inspirara. Ao contrário de muitos estrangeiros, todos os russos sabiam bastante bem quanto sofrimento lhes coubera, e ainda cabia. Contudo, em certo sentido pelo simples fato de ser um governante forte e legítimo das terras russas e delas um modernizador, ele representava alguma coisa deles próprios: mais recentemente como seu líder numa guerra que fora, para os grandes russos pelo menos, uma verdadeira luta nacional.

Contudo, em todos os outros aspectos, o sistema não era “totalitário”, um fato que lança considerável dúvida sobre a utilidade do termo. Não exercia efe-

(\*) Sobre as incertezas de tais procedimentos, ver Kosinski, 1987, pp. 151-2.

tivo “controle da mente”, e muito menos conseguia “conversão do pensamento”, mas na verdade despolitizou a população num grau espantoso. As doutrinas oficiais do marxismo-leninismo deixaram a maioria da população praticamente intocada, pois não tinham relevância visível para ela, a menos para quem estivesse interessado numa carreira em que se esperava tal conhecimento esotérico. Após quarenta anos de educação num país dedicado ao marxismo, perguntou-se a passantes na praça Marx em Budapeste quem era Karl Marx. Resposta:

Foi um filósofo soviético; Engels era amigo dele. Bem, que mais posso dizer? Morreu velho. (Outra voz): Claro, um político. Ele era, sabe, ele era, como é mesmo o nome — Lenin, Lenin, as obras de Lenin — bem, ele as traduziu para o húngaro. (Garton Ash, 1990, p. 261)

Para a maior parte dos cidadãos soviéticos, a maioria das declarações públicas sobre ideologia e política vindas do alto provavelmente não era absorvida de forma alguma, a menos que tivesse relação direta com problemas do cotidiano — o que raramente tinha. Só os intelectuais eram obrigados a levá-las a sério numa sociedade construída sobre e em torno de uma ideologia que se dizia racional e “científica”. Contudo, paradoxalmente, o fato mesmo de tais sistemas precisarem de intelectuais, e concederem aos que não discordavam publicamente deles substanciais privilégios e vantagens, criava um espaço social fora do controle do Estado. Só um terror tão implacável quanto o de Stalin poderia silenciar completamente o intelecto não oficial. Na URSS, ele ressurgiu tão logo o gelo do medo começou a derreter — *O degelo* (1954) era o título de um influente *roman à thèse* de Ilya Ehrenburg (1891-1967), um talentoso sobrevivente —, na década de 1950. Nas décadas de 1960 e 1970, a discordância, tanto sob a forma de reformistas comunistas incertamente tolerados quanto de total dissidência intelectual, política e cultural, dominou o cenário soviético, embora oficialmente o país continuasse “monolítico” — o termo favorito dos bolcheviques. Isso iria tornar-se evidente na década de 1980.

## II

Os Estados comunistas que passaram a existir após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, todos, com exceção da URSS, eram controlados por partidos comunistas formados ou modelados nos moldes soviéticos, ou seja, stalinistas. Isso se aplicava até mesmo, em certa medida, ao Partido Comunista chinês, que estabelecera verdadeira autonomia em relação a Moscou na década de 1930, sob Mao Tsé-tung. Talvez se aplicasse menos a recrutas posteriores do “campo socialista” no Terceiro Mundo — Cuba, de Fidel Castro, e vários outros regimes africanos, asiáticos e latino-americanos de vida mais breve, que

surgiram na década de 1970, e que também tendiam a assimilar-se oficialmente ao padrão soviético estabelecido. Em todos eles, encontramos sistemas políticos unipartidários com estruturas de autoridade altamente centralizadas; verdade cultural e intelectual oficialmente promulgada, determinada pela autoridade política; economias centrais planejadas pelo Estado; e, até mesmo, relíquia mais óbvia da herança stalinista, líderes supremos de forte perfil. Na verdade, nos Estados diretamente ocupados pelo exército soviético, incluindo os serviços de segurança soviéticos, os governos locais eram obrigados a seguir o exemplo soviético, por exemplo organizando julgamentos e expurgos encenados de comunistas locais segundo o modelo de Stalin, um assunto pelo qual os partidos comunistas locais não demonstravam nenhum entusiasmo espontâneo. Na Polônia e Alemanha Oriental, conseguiram até evitar inteiramente essas caricaturas do processo judicial, e nenhum comunista importante foi assassinado ou entregue aos serviços de segurança soviéticos, embora, depois do rompimento com Tito, destacados líderes locais na Bulgária (Traicho Kostov) e Hungria (Laszlo Rajk) fossem executados, e no último ano de Stalin um julgamento em massa particularmente implausível de destacados líderes tchecos, com tonalidade acentuadamente anti-semita, dizimasse a velha liderança do partido local. Isso pode ou não ter tido alguma relação com o comportamento cada vez mais paranóico do próprio Stalin, que se deteriorava física e mentalmente, e planejava eliminar até mesmo seus seguidores mais leais.

Os novos regimes da década de 1940, não obstante na Europa tivessem se tornado possíveis, todos, pela vitória do Exército Vermelho, só em quatro casos foram impostos exclusivamente pela força das armas: na Polônia; na parte ocupada da Alemanha; na Romênia (onde o movimento de comunistas locais consistia na melhor das hipóteses numas poucas centenas de pessoas, a maioria não romenos étnicos); e, substancialmente, na Hungria. Na Iugoslávia e Albânia foi muito mais um produto doméstico; na Tchecoslováquia os 40% de votos do Partido Comunista em 1947 quase certamente refletiam uma verdadeira força na época, e na Bulgária a influência comunista era reforçada pelo sentimento russófilo tão universal naquele país. O poder comunista na China, na Coreia e na antiga Indochina francesa — ou melhor, após a divisão da Guerra Fria, na parte norte desses países — nada deveu às armas soviéticas, embora depois de 1949 os regimes comunistas menores se beneficiassem, por algum tempo, do apoio chinês. Os acréscimos posteriores ao “campo socialista”, a começar por Cuba, abriram seu próprio caminho até lá, embora os movimentos guerrilheiros de libertação na África pudessem contar com sério apoio do bloco soviético.

Contudo, mesmo nos Estados onde o poder comunista foi imposto apenas pelo Exército Vermelho, o novo regime inicialmente gozou de temporária legitimidade e, por algum tempo, de algum apoio genuíno. Como vimos (capítulo 5), a idéia de construir um novo mundo sobre o que era tão visivelmente

a ruína do velho inspirou muitos dos jovens e intelectuais. Por mais impopulares que fossem o partido e o governo, a própria energia e determinação que ambos traziam à tarefa de reconstrução do pós-guerra impunham um amplo consentimento, se bem que relutante. Na verdade, era difícil negar o sucesso dos novos regimes nessa tarefa. Nos Estados agrários mais atrasados, como vimos, o compromisso comunista com a industrialização, quer dizer, com o progresso e a modernidade, repercutia muito além das fileiras do partido. Quem podia duvidar de que países como a Bulgária ou a Iugoslávia progrediam muito mais rapidamente do que parecera provável, ou mesmo possível, antes da guerra? Somente onde uma primitiva e brutal URSS ocupara e absorvera à força regiões menos atrasadas, ou, de qualquer modo, regiões com cidades desenvolvidas, como nas áreas transferidas em 1939-40, e na zona soviética da Alemanha (após 1954 República Democrática Alemã), que continuaram após 1945 a ser saqueadas pelos soviéticos para sua própria reconstrução, o balanço pareceu negativo.

Politicamente, os Estados comunistas, autóctones ou impostos, começaram formando um único bloco sob a liderança da URSS, que, com base na solidariedade antiocidental, era apoiada mesmo pelo regime comunista que assumiu o pleno controle da China em 1949, embora a influência de Moscou sobre o Partido Comunista chinês fosse tênue desde que Mao Tsé-tung se tornara seu líder incontestado na década de 1930. Mao seguiu seu próprio caminho em meio a profissões de lealdade à URSS, e Stalin, realista, teve o cuidado de não forçar suas relações com o gigantesco partido irmão oriental efetivamente independente. Quando, no fim da década de 1950, Nikita Krushev as forçou, o resultado foi um acerbo rompimento, em que a China contestou a liderança soviética do movimento comunista internacional, embora sem muito êxito. A atitude de Stalin em relação aos Estados e partidos comunistas da Europa ocupada pelos exércitos soviéticos foi menos conciliatória, em parte porque seus exércitos ainda se achavam presentes na Europa Oriental, mas também porque ele achava que podia contar com a genuína lealdade dos comunistas locais a Moscou, e a si próprio. Quase certamente se surpreendeu em 1948, quando a liderança comunista iugoslava, leal a ponto de Belgrado ser transformada, apenas poucos meses antes, em quartel-general da reconstituída Internacional Comunista da Guerra Fria (o "Departamento de Informação Comunista", ou Cominform), levou sua resistência às diretrizes de Moscou ao ponto do franco rompimento, e quando o apelo de Moscou à lealdade dos bons comunistas por cima de Tito não encontrou quase nenhuma reação séria na Iugoslávia. Caracteristicamente, a reação de Stalin foi ampliar os expurgos e julgamentos enenados nas lideranças comunistas restantes.

Apesar disso, a secessão da Iugoslávia não afetou o resto do movimento comunista. O desmoronamento político do bloco soviético começou com a morte de Stalin, em 1953, mas sobretudo com os ataques oficiais à era stali-

nista em geral e, mais cautelosamente, ao próprio Stalin, no XX Congresso do PCUS, em 1956. Embora visando uma platéia soviética muitíssimo restrita — os comunistas estrangeiros foram excluídos do discurso secreto de Krushev —, logo se espalhou a notícia de que o monolito soviético rachara. Os efeitos dentro da região da Europa dominada pelos soviéticos foi imediato. Em poucos meses, uma liderança comunista reformista na Polónia foi pacificamente aceita por Moscou (na certa com a ajuda ou o conselho dos chineses), e uma revolução estourou na Hungria. Ali, o novo governo, sob outro reformador comunista, Imre Nagy, anunciou o fim do sistema unipartidário, o que os soviéticos talvez pudessem tolerar — as opiniões entre eles estavam divididas — mas também a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e sua futura neutralidade, o que eles não iriam tolerar. A revolução foi reprimida pelo exército russo em novembro de 1956.

O fato de essa grande crise dentro do bloco soviético não ter sido explorada pela aliança ocidental (a não ser para fins de propaganda) demonstrou a estabilidade das relações Oriente-Occidente. Os dois lados aceitavam tacitamente as zonas de influência um do outro, e durante as décadas de 1950 e 1960 nenhuma mudança revolucionária local surgiu no globo para perturbar esse equilíbrio, com exceção de Cuba.\*

Em regimes onde a política estava tão obviamente sob controle, não se pode traçar nenhuma linha nítida entre fatos políticos e econômicos. Assim, os governos da Polónia e Hungria não puderam deixar de fazer concessões econômicas a povos que haviam tão claramente demonstrado sua falta de entusiasmo pelo comunismo. Na Polónia, a agricultura foi descoletivizada, embora isso não a tornasse notadamente mais eficiente, e, mais importante, a força política de uma classe operária, muito fortalecida pela corrida à industrialização pesada, foi daí em diante tacitamente reconhecida. Afinal, fora um movimento industrial em Poznan que iniciara os acontecimentos de 1956. Daí até o triunfo do Solidariedade, no fim da década de 1980, a política e a economia polonesa foram dominadas pelo confronto dessa massa irresistível, o regime, e desse objeto inamovível, a classe operária, que, a princípio sem organização, acabou organizando-se num movimento trabalhista clássico, aliado como sempre a intelectuais, e formando um movimento político, exatamente como previra Marx. Só que a ideologia desse movimento, como tiveram de observar com melancolia os marxistas, não era anticapitalista, mas anti-socialista. Caracteristicamente, esses confrontos eram sobre as periódicas tentativas de governos poloneses de reduzir os fortes subsídios a custos de vida básicos, au-

(\*) As revoluções da década de 1950 no Oriente Médio, Egito em 1952 e Iraque em 1958, ao contrário dos temores ocidentais, não modificaram o equilíbrio, apesar de oferecerem muito espaço para o sucesso diplomático da URSS, sobretudo porque os regimes locais eliminaram impiedosamente seus comunistas, onde eles eram influentes, como na Síria e no Iraque.

mentando os preços. Isso levava a greves, seguidas tipicamente (após uma crise no governo) de retirada. Na Hungria, a liderança imposta pelos soviéticos após a derrota da revolução de 1956 foi mais genuinamente reformista e eficaz. Começou, sob János Kádár (1912-89), a liberalizar sistematicamente (e talvez com tácito apoio de setores influentes na URSS) o regime, conciliar a oposição e, na verdade, a realizar os objetivos de 1956, dentro dos limites do que a URSS encarava como aceitável. Nisso, teve um êxito notável até a década de 1980.

O mesmo não se deu com a Tchecoslováquia, politicamente inerte desde o implacável expurgo do início da década de 1950, mas começando cautelosa e hesitante a desestalinizar-se. Por dois motivos, esse processo foi se avolumando na segunda metade da década de 1960. Os eslovacos (incluindo o componente eslovaco do PC), jamais inteiramente à vontade no Estado binacional, davam apoio a uma potencial oposição dentro do partido. Não por acaso o homem eleito para o secretariado geral num golpe do partido em 1968 era um eslovaco, Alexander Dubcek.

Contudo, inteiramente à parte, foi se tornando cada vez mais difícil resistir à pressão para reformar a economia e introduzir um pouco de racionalidade e flexibilidade no sistema de comando de tipo soviético na década de 1960. Como veremos, essa pressão era sentida então em todo o mundo comunista. A descentralização econômica, não politicamente explosiva em si, tornou-se explosiva quando combinada com a exigência de liberalização econômica e, mais ainda, política. Na Tchecoslováquia, essa exigência era tanto mais forte não apenas porque o stalinismo fora particularmente duro e duradouro, mas também porque tantos de seus comunistas (sobretudo intelectuais, oriundos de um partido com genuíno apoio de massa antes e depois da ocupação nazista) estavam profundamente chocados com o contraste entre as esperanças comunistas que ainda retinham e a realidade do regime. Como tantas vezes aconteceu na Europa ocupada pelos nazistas, onde o partido se tornou o coração do movimento de resistência, atraiu jovens idealistas cujo compromisso nessa época era uma garantia de abnegação. Que mais, além da esperança e possível tortura e morte, poderia esperar alguém que, como um amigo deste escritor, entrou para o partido em Praga em 1941?

Como sempre — como era de fato inevitável, em vista da estrutura dos Estados comunistas —, a reforma veio de cima, isto é, de dentro do partido. A Primavera de Praga, em 1968, precedida e acompanhada de fermentação e agitação político-culturais, coincidiu com a explosão geral de radicalismo estudantil discutida em outra parte (ver capítulo 10): um dos raros movimentos que cruzaram oceanos e as fronteiras de sistemas sociais, e produziram movimentos sociais simultâneos, sobretudo centrados nos estudantes, da Califórnia e México à Polônia e Iugoslávia. O “Programa de Ação” do PC tcheco poderia ou não ter sido — mal-e-mal — aceito pelos soviéticos, embora

movesse a ditadura unipartidária perigosamente em direção a uma democracia pluralista. Contudo, a coesão, talvez a própria existência do bloco soviético europeu oriental, pareceram estar em causa, quando a Primavera de Praga revelou, e aumentou, as fendas dentro dele. De um lado, regimes linha-dura, como a Polônia e a Alemanha Oriental, receavam desestabilização interna com o exemplo tcheco, que criticavam duramente; do outro, os tchecos eram entusiasticamente apoiados pela maioria dos partidos comunistas europeus, pelos húngaros reformistas e, fora do bloco, pelo regime comunista independente de Tito na Iugoslávia, além da Romênia, que, desde 1965, começara a assinalar sua distância de Moscou em bases nacionalistas, sob a liderança de um novo líder, Nicolae Ceausescu (1918-89). (Em assuntos internos, Ceausescu era tudo, menos um reformador comunista.) Tanto Tito quanto Ceausescu visitaram Praga e receberam do público acolhidas de heróis. Daí Moscou, embora não sem hesitações e divisões, decidir derrubar o regime de Praga pela força militar. Isso revelou ser o virtual fim do movimento comunista centrado em Moscou, já rachado pela crise de 1956. Contudo, manteve o bloco soviético unido por mais vinte anos, mas daí em diante só pela ameaça de intervenção militar soviética. Nos últimos vinte anos da União Soviética, mesmo a liderança de partidos comunistas governantes parece ter perdido qualquer crença real no que fazia.

Enquanto isso, e inteiramente independente da política, tornava-se cada vez mais urgente a necessidade de reformar ou mudar o sistema econômico de planejamento central do tipo soviético. De um lado, as economias não socialistas desenvolvidas cresceram e floresceram como jamais antes (ver capítulo 9), ampliando o já considerável fosso entre os dois sistemas. Isso era particularmente óbvio na Alemanha, onde os dois conviviam em diferentes partes do mesmo país. Por outro lado, a taxa de crescimento das economias socialistas, que superara a das economias ocidentais até a última parte da década de 1950, começou visivelmente a afrouxar. O PNB soviético, que crescia a uma taxa de 5,7% ao ano na década de 1950 (quase tão rápido quanto nos primeiros doze anos de industrialização, 1928-40), caiu para 5,2% na década de 1960, 3,7% na primeira metade da de 1970, 2,6% na segunda metade dessa década e 2% nos últimos anos antes de Gorbachev (1980-5) (Ofer, 1987, p. 1778). O registro da Europa Oriental era semelhante. Tentativas de tornar o sistema mais flexível, essencialmente pela descentralização, foram feitas na década de 1960 em quase toda parte no bloco soviético, não menos na própria URSS sob o premiê Kosiguin, nessa década. Com exceção das reformas húngaras, não foram notoriamente bem-sucedidas, e em vários casos mal decolaram, ou (como na Tchecoslováquia) não foram permitidas por motivos políticos. Um membro um tanto excêntrico da família dos sistemas socialistas, a Iugoslávia, não foi notadamente mais bem-sucedido quando, por hostilidade ao stalinismo, substituiu a economia centralmente planejada por um sistema de empresas coope-



rativas autônomas. Quando a economia mundial entrou em novo período de incertezas, na década de 1970, ninguém no Oriente ou Ocidente esperava mais que as economias socialistas “realmente existentes” alcançassem e ultrapassassem, ou mesmo acompanhassem, as não socialistas. Contudo, embora mais problemáticas que antes, o futuro delas não parecia causa de preocupação imediata. Isso logo iria mudar.

*Parte três*  
**O DESMORONAMENTO**